

Anais do
**Congresso
de Pesquisa
e Extensão
do IPTAN**

Coordenação de
Pesquisa e Extensão

IPTAN

Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão do IPTAN

Número 2

Coordenação de Pesquisa e Extensão

Realização _____



Apoio _____



C749a Congresso de Pesquisa e Extensão do IPTAN (2. : 2017 : São João del Rei, MG)
Anais [recurso eletrônico] / II Congresso de Pesquisa e Extensão do IPTAN, 29,
30 e 31 de maio de 2017, São João del Rei, MG / Organizado por: Coordenação de
Pesquisa e Extensão – São João del Rei, MG : IPTAN, 2017.
1 CD-ROM

Realização Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves
Disponível em: www.uniptan.edu.br
ISSN: 2525-6955

1. Pesquisa e Extensão – São João del Rei – Congressos. I. Instituto de Ensino
Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves II. Título.

CDU - 061

ANAIS DO CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO IPTAN NÚMERO 2

Realização

Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN

Diretor Geral

Ricardo Assunção Viegas

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Heberth Paulo de Souza

Diretora de Graduação

Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

Comissão Organizadora

Heberth Paulo de Souza

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Eliane Moreto Silva Oliveira

Coordenadora de Pesquisa

Raruza Keara Teixeira Gonçalves

Coordenadora de Extensão

Comissão Científica

Carla Agostini

Carlos Augusto Braga Tavares

Ciro Di Benatti Galvão

Cristiane Resende

Cristiano Lima da Silva

Deilton Ribeiro Brasil

Denny José Almeida Costa

Domingos Sávio dos Santos

Eliane Moreto Silva Oliveira (Coordenadora)

Ernani Coimbra de Oliveira

Heberth Paulo de Souza

Isabella Cristina Moraes Campos

Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende

José Antônio Oliveira de Resende

Lívia Naiara Andrade

Natália Elvira Sperandio

Pedro Henrique Santana Pereira

Raíssa Neves Fagundes

Raruza Keara Teixeira Gonçalves

Vander José das Neves

Marketing e Comunicação

Bruno Mendes Vieira

Departamento de Marketing, Comunicação e Inovação

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP

APRESENTAÇÃO

Apresentamos à comunidade acadêmica o segundo número dos **Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão do IPTAN**, evento realizado pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN – nos dias 29 a 31 de maio de 2017 na cidade de São João del Rei – MG.

Entre artigos e resumos, este caderno reúne 54 trabalhos que são resultados de projetos de pesquisa e de extensão nas diversas áreas do conhecimento, apresentados durante os três dias do evento em cinco sessões de comunicações orais e duas sessões de painéis comentados.

Os trabalhos apresentados no evento incluíram resultados de projetos coordenados por docentes do IPTAN, desenvolvidos junto ao Programa de Extensão e aos Programas de Iniciação Científica da Instituição, bem como trabalhos de pesquisa e extensão da comunidade acadêmica da região.

O evento, inicialmente idealizado com o intuito de divulgar os resultados de projetos de pesquisa vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR) da Instituição, foi aberto à participação de alunos de graduação não-bolsistas do IPTAN e também à comunidade acadêmica da região, favorecendo o intercâmbio do conhecimento científico por meio da troca de experiências de pesquisas e ações de extensão entre instituições de ensino superior.

SUMÁRIO

A APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA TEORIA MENOR DA <i>DISREGARD DOCTRINE</i> NA JUSTIÇA DO TRABALHO	9
A GUARDA COMPARTILHADA COMO MEIO DE PREVENÇÃO A ALIENAÇÃO PARENTAL	11
A IMPLANTAÇÃO DA MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO EM ESCRITÓRIOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA: CONTRIBUIÇÕES, DESAFIOS E REFLEXOS NO ENSINO.....	12
A IMPORTÂNCIA DOS VÍDEOS DIDÁTICOS NA APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	33
A NEGOCIAÇÃO DA IMAGEM E DO RELACIONAMENTO NAS VERSÕES CONFLITIVAS DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA EM UM PROCESSO CRIMINAL	35
A TUTELA JURÍDICO-AMBIENTAL DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA ADI 4983 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	37
ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA, PREVISTO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI	39
ANÁLISE RELATIVA A GESTÃO DE ESTOQUE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI	40
AS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	41
AS PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES DE DOENÇAS CRÔNICAS EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM SÃO JOÃO DEL REI - MINAS GERAIS.....	51
BRINQUEDOTECA E LABORATÓRIO PEDAGÓGICO: IMPORTANTES ESPAÇOS DE INTERVENÇÕES LÚDICAS	53
BRINQUEDOTECA: DA (RE)CONSTRUÇÃO À AÇÃO	54
COMPORTAMENTO DA PRESSÃO ARTERIAL PÓS COMPETIÇÃO DE CORRIDA DE RUA: COMPARAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES.....	55
CONTANDO HISTÓRIAS: A MEMÓRIA ORAL NOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES	56
DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET:UM ESTUDO PRÁTICO SOBRE O USO DE VÍDEOS, FOTOS E TEXTOS PROVENIENTES DO AMBIENTE VIRTUAL.....	71
DO CONSTITUCIONALISMO AO NEOCONSTITUCIONALISMO: A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	87

DOCE VIDA: TRABALHANDO O CUIDADO COM O DIABETES POR MEIO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	89
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	91
EFEITO GENÉTICO DO ESTEROIDE ANABÓLICO ANDROGÊNICO DECANOATO DE NANDROLONA SOBRE O MIOCÁRDIO DE RATOS SEDENTÁRIOS E TREINADOS.....	102
EFEITO HIPOTENSOR PÓS-COMPETIÇÃO DE CORRIDA DE FUNDO	104
ESTEROIDE ANABÓLICO ANDROGÊNICO DECANOATO DE NANDROLONA INFLUENCIA NA EXPRESSÃO DO MICRORNA-208A EM MIOCÁRDIO DE RATOS	105
ESTRATÉGIA PARA PROSPECÇÃO DE CLIENTES NO SETOR HOTELEIRO: UM ESTUDO NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI – MG.....	107
ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATRAIR CLIENTES NO PERÍODO DE BAIXA TEMPORADA: UM ESTUDO DE CASO DO SETOR HOTELEIRO NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI – MG.....	108
FEMINICÍDIO: UM AVANÇO NA BUSCA PELA IGUALDADE OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA?.....	109
JASPERS POR MOUNIER.....	125
JUVENTUDE E ESCOLA: TRAJETÓRIA ESCOLAR E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS DE UMA ESCOLA PÚBLICA.....	126
KARL JASPERS E A ORIENTAÇÃO INTRAMUNDANA QUE NASCE DA CIÊNCIA.....	127
KARL JASPERS: EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSTORNOS E CULTURA.....	129
NÚCLEO APRIMORAR-AMIGOS DO IPTAN: OS DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA INTERVENÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA E NA RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL	130
NÚMEROS PERFEITOS	132
O CARÁTER CONSTITUCIONAL DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL COMPARADO AO PRESENTE NA VANGUARDISTA CONSTITUIÇÃO DO EQUADOR..	133
"O LIVRO SELVAGEM" DE JUAN VILLORO: UMA MODIFICAÇÃO COM OS PARADIGMAS TRADICIONAIS TOTALIZADORES.....	134
"O LIVRO SELVAGEM" DE JUAN VILLORO: UMA RUPTURA COM OS PARADIGMAS DOMINANTES.....	135
O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	136

O PARADOXO ENTRE UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS E O RESULTADO ACADÊMICO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	138
O USO DA FOTOGRAFIA COMO APARATO HISTÓRICO E DOCUMENTAL PARA A PESQUISA: UMA ANÁLISE DA OBRA DO FOTOGRAFO LUIZ ALFREDO (1961).....	149
O USO DE VÍDEO EDUCATIVO COMO SUPORTE NO APRENDIZADO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	150
OBSOLESCÊNCIA DA VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL À FIXAÇÃO DA FIANÇA EM CRIMES INAFIANÇÁVEIS A PARTIR DAS INOVAÇÕES DA LEI Nº 12.403/11	151
OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM INDIVÍDUOS PORTADORES DE DEPRESSÃO	164
OS EFEITOS DA APLICAÇÃO JUDICIAL DA TEORIA MENOR DA <i>DISREGARD DOCTRINE</i> NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	165
PERFIL DO ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI: PERSPECTIVAS DE ESCOLARIDADE E MUNDO DO TRABALHO	167
PERFIL E CARACTERIZAÇÃO DOS ACIDENTES MOTOCICLÍSTICOS NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REI – MG, NO ANO DE 2015.....	168
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE EM SÃO JOÃO DEL REI - MG.....	191
PERFIL IMUNOLÓGICO DOS PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE E EM FILA DE ESPERA PARA TRANSPLANTE EM SÃO JOÃO DEL REI - MG	192
PRIMOS DE MERSENNE E OUTROS GRANDES NÚMEROS.....	194
PROGRAMA DE EXTENSÃO MEMORIAL CLARA NUNES.....	195
PSIU, ABAIXE O TOM! TEM CRIANÇA FALANDO.....	196
REFLEXOS DO DIREITO NATURAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	201
SISTEMA PRISIONAL: RESSOCIALIZAR OU REINTEGRAR?	208
SUSTENTABILIDADE CONSTITUCIONAL E DANO AMBIENTAL.....	209
TERAPIA MEDICAMENTOSA EM IDOSOS HIPERTENSOS INSTITUCIONALIZADOS EM SÃO JOÃO DEL REI - MINAS GERAIS.....	211
UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE ESTOQUES ADOTADAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI	213
VERSÕES EM CONFLITO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA EM UM PROCESSO CRIMINAL	223

A APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA TEORIA MENOR DA *DISREGARD DOCTRINE* NA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Sara Sophia Oliveira Vieira¹, Bárbara Almeida Ramalho Pereira¹, Deilton Ribeiro Brasil²]

[¹ Acadêmica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: deiltonbrasil@iptan.edu.br.]

Resumo: Introdução. A Justiça do Trabalho tem aplicado jurisprudencialmente uma gradação da teoria menor da *disregard doctrine* para situações de insolvência da sociedade empresária de obrigações trabalhistas. Essa gradação consiste no seu grau mínimo, para alguns sócios e administradores; o grau médio para todos os sócios e o grau máximo para todos os sócios e ex-sócios evidenciando uma verdadeira responsabilidade civil objetiva, ilimitada e subsidiária. O método utilizado para a realização do estudo foi descritivo-analítico com a abordagem de categorias consideradas fundamentais para o desenvolvimento do tema de modo especial, a aplicação judicial da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da Justiça do Trabalho bem como o princípio da preservação da sociedade empresária. Resultados e discussão. Verificou-se, nos últimos anos, a utilização da *disregard doctrine* pela Justiça do Trabalho para situações, que, no entanto, não guardam qualquer relação com as premissas clássicas que sempre nortearam a teoria. Nesse processo, destaca-se a utilização da teoria menor da desconsideração como uma forma de se garantir uma redistribuição de riscos entre a sociedade empresária e seus credores. Nesse sentido, a pesquisa buscou o desenvolvimento de um pensamento interpretativo jurídico que possibilite a compreensão das inovações trazida pelo TRT da 3ª Região na aplicação da teoria menor da *disregard doctrine*, visando uma reumanização da atividade empresária como uma forma de estimular investimentos e minimizar os riscos. Conclusões. A teoria menor da desconsideração possui um estreito liame com o princípio da preservação da sociedade empresária. A teoria da *disregard doctrine* não postula a invalidade, irregularidade ou dissolução da sociedade empresária. Ao contrário, por desconsideração da autonomia patrimonial se entende tomar por episodicamente ineficaz o ato constitutivo da pessoa jurídica. O que se verificou na pesquisa é que a teoria menor vem sendo aplicada corretamente pelo TRT da 3ª Região dentro de parâmetros e limitações que não constituem desestímulo à livre iniciativa, ofensa os princípios da busca do pleno emprego e o da dignidade da pessoa humana. Constatou-se ainda uma busca do equilíbrio entre o

cumprimento das obrigações trabalhistas, o princípio da preservação da sociedade empresária, da livre iniciativa e do pleno emprego. |

Palavras-chave: | Teoria menor. Aplicação jurisprudencial. Justiça do Trabalho. Preservação da sociedade empresária. Constituição Federal. |

A GUARDA COMPARTILHADA COMO MEIO DE PREVENÇÃO A ALIENAÇÃO PARENTAL

Josiane Beatriz Borges¹, Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador. Contato: deilton.ribeiro@terra.com.br.

Resumo: O presente estudo trata do tema a guarda compartilhada como meio de prevenção a alienação parental. A escolha do presente tema deu-se em razão das rupturas conjugais que ocorrem na maioria das vezes de forma conflituosa, que acabam acarretando transtornos irreversíveis aos filhos. Tendo como objetivo analisar e discutir os benefícios advindos da guarda compartilhada, demonstrando que o instituto em questão é o meio eficaz para prevenir a alienação parental antes que esta se aloje no meio familiar, buscou-se demonstrar o direito e dever que os genitores têm de manter uma boa convivência, de forma equilibrada, com os filhos após a separação conjugal, visando sempre o melhor interesse do menor. O estudo também abordou a diferença entre Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental, bem como suas consequências para a vida do menor. O método utilizado foi análise bibliográfica e documental sobre as legislações brasileiras que tratam do mencionado tema, revisão bibliográfica acerca de materiais escritos que foram usados como fonte de informação, tais como, livros, artigos científicos, internet, pesquisas, jurisprudências e publicações em geral. Concluiu-se que a guarda compartilhada é um instrumento que visa o melhor interesse e bem-estar dos filhos, afetados pela dissolução do seio familiar, trazendo uma convivência saudável e igualitária entre pais e filhos, onde cada genitor participa e se faz presente na vida do menor de forma mais intensa, visando manter os laços de afetividade. O que faz com que o menor se sinta sempre amparado por ambos, afastando-se dessa forma, qualquer disputa passional dos filhos, uma vez que os genitores têm o mesmo poder familiar sobre os filhos e assim não cabe a nenhum deles privar a convivência do filho com o outro.

Palavras-chave: Poder familiar. Guarda compartilhada. Melhor interesse do menor. Alienação parental.

A IMPLANTAÇÃO DA MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO EM ESCRITÓRIOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA: CONTRIBUIÇÕES, DESAFIOS E REFLEXOS NO ENSINO

Silvana Facion dos Santos¹

Klênio Carlos da Silva²

Ana Elisa de Resende Raposo Leal³

Marcella Franco de Andrade⁴

[¹ Discente do Curso de Engenharia de Produção do Instituto de Ensino Superior Presidente de Almeida Neves - IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ. Voluntário de Iniciação científica. ³ Docente do Curso de Engenharia Civil do IPTAN. Orientadora Colaboradora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. ⁴ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: marcellafa@hotmail.com.]

Resumo: O BIM tem assumido um importante papel dentro das tecnologias da informação e gestão, por permitir o planejamento e gerenciamento de todo o processo de execução de um empreendimento. A recente experiência brasileira evidencia dificuldades decorrentes de uma implantação ainda não consolidada. Neste sentido esta pesquisa buscou analisar a implementação do BIM em empresas de Minas Gerais, apontando contribuições e desafios enfrentados. Para tanto, estudos de caso foram realizados com construtoras, escritórios e universidades. A escassez de profissionais capacitados é uma percepção inerente aos estudos realizados, bem como a ausência de disciplinas obrigatórias que ensinem o BIM. À disponibilidade de laboratórios e a infraestrutura da grande maioria das universidades são precárias, bem como a receptividade e capacitação do corpo docente à metodologia. Indo contrário aos conceitos do BIM, que abrangem colaboração entre profissionais, integração entre processos e dados, bem como interdisciplinaridade. Neste sentido a inclusão do BIM como matéria obrigatória no ensino das graduações das áreas afins contribuirá para uma melhor compreensão dos elementos construtivos do edifício e suas interfaces, formando um perfil de profissional melhor habilitado. Dentro do plano de implantação em empresas, a capacitação da equipe interna e externa pode ser feita através de um cronograma de treinamentos específico. Os projetos pilotos definidos, respeitando uma curva de aprendizagem, e todo o conteúdo explanado em templates, criados para disseminação do modo operante e do conceito BIM. A análise regional de implantação da metodologia permitiu observar que integrar toda a cadeia de produção da construção civil em processos estruturados e assessorados por ferramentas computacionais interoperáveis, permitirá ao mercado, governo e instituições,

avançarem na gestão de qualidade, melhor aproveitamento dos recursos e elevado padrão de confiabilidade. |

Palavras-chave: |BIM. Contribuições. Desafios. Ensino. |

Introdução

As inovações tecnológicas, a questão ambiental, as alterações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas incrementaram a complexidade de grande parte dos projetos. As demandas contemporâneas por ambientes sustentáveis: confortáveis, saudáveis, produtivos e com eficiência energética apresentam um programa de necessidades elaborado que leva a reflexão sobre o aprimoramento das técnicas, pesquisas e das metodologias de projeto (KOWALTOWSKI, 2011).

Essas demandas surgiram como um grande desafio ao ambiente corporativo iniciando uma busca pelo desenvolvimento tecnológico como um diferencial competitivo. Além do desenvolvimento tecnológico a transmissão precisa das informações no mundo globalizado também representou uma grande mudança nos projetos.

O avanço tecnológico dos computadores, softwares e da internet impactou pessoas e organizações. Percebe-se a crescente quantidade e velocidade das informações geradas e disponibilizadas em ambientes reais e virtuais. Hoje, manter-se “atualizado” é necessário mais que apenas ser detentor da mais avançada tecnologia ou de possuir vastas e melhores informações, requer a adaptação e otimização de processos gerenciais e a formação das pessoas (CAMPESTRINI et al., 2015).

Diante desta velocidade nas informações e no aprimoramento tecnológico surgiu a grande necessidade das informações serem disponibilizadas de uma forma cada vez mais integrada e padronizada, visando reduzir ruídos de comunicação e falhas durante a execução que poderiam custar caro nos processos gerenciais, gerando atrasos e perdas financeiras.

Em meio a um cenário de mudanças econômicas e globalização dos mercados, o conceito de modelagem BIM surgiu com mais clareza, segundo Ayres (2009), no final da década de 1970. Reflexões sobre os processos existentes foram demandadas em busca da melhoria da qualidade, do custo e do prazo dos empreendimentos.

O BIM, *Building Information Modeling*, ou Modelagem da Informação da Construção, neste sentido, deve ser entendido como um novo paradigma de desenvolvimento de empreendimentos envolvendo todas as etapas do seu ciclo de vida, desde os momentos iniciais de definição e concepção, passando pelo detalhamento e planejamento, orçamentação, construção até o uso / manutenção e mesmo as reformas ou demolição. É um processo baseado em modelos paramétricos da edificação ou de um objeto, visando à integração de profissionais e sistemas com interoperabilidade de dados e que fomenta o trabalho colaborativo entre as diversas especialidades envolvidas em todo o processo, do início ao fim (CAMPESTRINI et al., 2015).

Considera-se importante não só inserir a metodologia BIM nos projetos de construção no Brasil, mas também formar profissionais que dominem o processo e saibam aplicá-lo de forma eficiente, sendo essa uma grande carência apresentada pelo mercado.

No processo BIM um modelo virtual é composto pelas informações da obra permitindo que todas as partes envolvidas analisem, modelem e validem o projeto. Através dele é possível extrair informações como documentações, tabelas quantitativas, composição de custo, da fase de compra do material especificado até sua utilização no canteiro de obras.



Figura 1. Requisitos para um projeto BIM. Fonte: Imagem de própria autoria com informações de Eastman et al (2008).

Com a metodologia a redução do stress causado pela insegurança em trabalhar com informações incertas, incompletas e/ou recebidas de última hora pode ser notada, evitando a falta de material para uma equipe de produção realizar suas atividades e a ausência de controle da quantidade necessária para determinada tarefa (CAMPESTRINI et al., 2015).

O processo tradicional de projeto, anterior ao BIM, ainda observado em muitos escritórios e empresas de arquitetura e engenharia nacionais, engloba a criação de um modelo CAD (Computer Aided Design) bidimensional resultante ou não de croquis de representação em forma de desenho manual. A conexão direta entre os diversos projetos, a integração da informação, não acontece, uma vez que são gerados projetos individuais interdisciplinares e de certa forma a construção não é compreendida em sua totalidade. O modelo tridimensional, normalmente, é gerado na sequência, permitindo a visão espacial, mas pouco influenciando no processo de projeto, execução e na integração dos dados.

Podemos elencar duas principais “tecnologias” presentes em um processo BIM, que o diferenciam dos sistemas de CAD tradicionais, são elas: modelagem paramétrica e interoperabilidade (EASTMAN *et al.*, 2008). A primeira permite representar os objetos por parâmetros e regras associados à sua geometria, assim como, incorporar propriedades não geométricas e características a esses objetos. Além disso, modelos de construção baseados em objetos paramétricos possibilitam a extração de relatórios, checagem de inconsistências de relações entre objetos e incorporação de conhecimentos de projeto, a partir dos modelos. A segunda trata-se da interoperabilidade que, segundo ANDRADE e RUSCHEL (2009), é uma condição para o desenvolvimento de uma prática integrada.

A interoperabilidade pode ser entendida como a capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto, de modo a garantir que pessoas e sistemas computacionais interajam na troca de informações de maneira eficiente. A existência de uma infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação é essencial e pré-requisito para integração dos sistemas, pois as informações estarão concentradas em uma base de dados conjunta. Todos os documentos possíveis são extraídos deste modelo e qualquer alteração será refletida em todo o projeto.

Este trabalho tem como objetivo avaliar os impactos decorrentes da utilização da plataforma BIM em empreendimentos, desvendar como a metodologia tem sido utilizada pelo mercado e como tem sido ensinada nas universidades. Para tanto,

foram realizados estudos de caso com empresas e universidades, a fim de elencar benefícios e desafios enfrentados em meio à contemporaneidade.

BIM

BIM: Contextualização e justificativa

O BIM tem assumido um importante papel dentro das tecnologias da informação e gestão, por, como relatado anteriormente, permitir o planejamento e gerenciamento de todo o processo de execução e ou produção. Alguns países têm condicionado a construção de obras públicas à implementação do BIM, como EUA, Singapura, Noruega, dentre outros que traçaram diretrizes e orientações para incorporação dessa metodologia em obras públicas. O Reino Unido aposta na plataforma para a redução da emissão de carbono. Já no Brasil o metrô tem planejado suas obras através da plataforma. Relatos evidenciam a utilização da modelagem como ferramenta de gestão das informações, bem como seu incentivo na esfera mundial e, em menor escala, nacional.

A experiência brasileira de utilização do BIM é recente, justificando as poucas publicações existentes e as dificuldades decorrentes de uma implantação ainda não consolidada. Neste sentido esta pesquisa busca analisar a implementação do BIM em empresas do estado de Minas Gerais/Brasil, apontando contribuições trazidas pela adoção. Bem como desafios enfrentados, dificuldades de transição do modo operante tradicional para a nova ferramenta de gestão. O diagnóstico deste processo pretende contribuir para a implantação do BIM por todo o território brasileiro e uma melhor gestão da informação nos processos da construção civil.

A modelagem da informação da construção requer, dentre outros fatores, mão de obra especializada e treinamentos. A escassez de profissionais capacitados é uma percepção inerente aos estudos realizados. A maioria dos currículos de graduação das áreas afins ainda não incorporaram disciplinas que ensinem o BIM. Pesquisa realizada por Sabongi, em 2011, constatou que nos Estados Unidos apenas 9% das 119 Universidades de ensino de construção analisadas apresentaram disciplinas de BIM incorporadas ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Dentre as justificativas apresentadas pelos entrevistados estavam a ausência de tempo e recurso para revisar o PPC, inexistência de ferramentas específicas para ensinar o BIM e

impossibilidade de acrescentar disciplinas na grade existente. O que pode ser somado à necessidade de capacitação do corpo docente.

Neste sentido reflexões iniciais sobre o ensino da plataforma também pretendem ser abordadas, discutindo a necessidade de uma maior interação do mercado com a Universidade a fim de permitirem trocas de experiências e estudos, bem como conclusões que auxiliem na melhor implantação do BIM.

BIM: Implementação nas empresas

A área de arquitetura, engenharia, construção e operação, ao longo das décadas, passaram por três fases de uso do computador, inicialmente marcada pelo desenho bidimensional com softwares computacionais em evolução ao tradicional desenho manual, sequenciado pela modelagem geométrica, maquete virtual, e, por fim, chegando à plataforma BIM. Esta terceira geração do CAD, CAD-BIM, é definida por Kale e Arditi (2005) como modelagem de produto, onde informações não geométricas são acopladas ao modelo geométrico, permitindo uma associação de dados. Informações não geométricas compreendem elementos que oferecem subsídios para definições de custo, prazo, material, peso, resistência. Já os dados geométricos abrangem definições espaciais de volumetria e medidas.

Os níveis de implantação do BIM na construção civil podem ser identificados, segundo Tobin (2008), por três fases distintas e consecutivas: BIM 1.0, BIM 2.0 e BIM 3.0. Na fase inicial, denominado BIM 1.0, arquitetos e engenheiros adotam modelos tridimensionais e inserem alguns dados adicionais no objeto. No entanto o trabalho ainda acontece de forma isolada, sem interação com os demais projetos interdisciplinares. Na fase 2.0, os profissionais discutem a interoperabilidade entre programas e a forma de trabalho a fim de desvendar o potencial funcional da ferramenta, tentando incorporar ao modelo geométrico 3D o planejamento do tempo (4D) e do custo (5D). Já na fase BIM 3.0 o consórcio “building Smart” e o desenvolvimento do “Industry Foundation Classes”, padrão neutro e aberto de arquivos, resolvem, segundo o autor, questões de interoperabilidade. Uma base de dados centralizada unifica os modelos isolados, disponível mundialmente. Os diversos interlocutores envolvidos no projeto interagem com a base de dados nas várias etapas.

A evolução progressiva das fases de implantação do BIM demanda uma mudança de cultura das empresas, dos processos e políticas, uma quebra de paradigma, indo além das alterações da tecnologia.

Em 2009, Andrade e Ruschel, ao compilarem trabalhos apresentados em eventos nacionais, concluíram que o Brasil, de um modo geral, encontra-se na fase BIM 1.0. Os escritórios, segundo os autores, trabalham de forma isolada e agregam dados aos modelos geométricos. Em adição, em 2011, publicação similar de Checcucci, Pereira e Amorim acrescenta que a modelagem da informação da construção ainda pouco empregada em empresas brasileiras e pouco difundida no mercado.

Na presente data avanços podem ser observados, apesar de pouco expressivos em meio à realidade nacional. Avanços estes que carecem de uma análise mais aprofundada, foco desta pesquisa em nível regional. Entrevistas realizadas com profissionais atuantes em escritórios e empresas relacionadas à construção civil relataram fase intermediária de implantação do BIM (2.0). Fase marcada pela interoperabilidade entre profissionais e sistemas, bem como tentativas de planejar o prazo e custo através da plataforma. Índícios do tripé projeto (qualidade), prazo e custo maximizando o potencial da modelagem.

Artigos isolados e palestras ministradas nos Encontros Autodesk University Brasil 2015 e 2016 retratam cases pontuais de utilização do BIM 2.0 em empresas espalhadas pelo Brasil. Já o III e IV Fórum Brasileiro de Educação e Tecnologia, realizado em São Paulo, ressaltou a necessidade de capacitação da mão de obra operante da modelagem, bem como do corpo docente das universidades, em uma interação academia-indústria.

Inicialmente uma pesquisa de campo foi realizada em empresas de construção civil na cidade de São João del Rei, local onde este grupo de pesquisa está locado, com o objetivo de desvendar quais delas utilizam a metodologia BIM, a forma de implantação dos processos BIM, os softwares de trabalho, principais benefícios, dificuldades e desafios encontrados. A atividade foi realizada através de visitas presenciais e entrevistas com os responsáveis pelo setor de projetos, levando a constatação da não familiaridade dos mesmos com o BIM. Tais funcionários alegaram diversos empecilhos, dentre eles o elevado custo de implantação da metodologia e o alto tempo empregado em treinamentos para os profissionais.

As entrevistas trouxeram a visão de que as construtoras de São João del Rei, além das barreiras citadas, não possuem seus setores trabalhando em conjunto com o mesmo objetivo e base de dados. Cada área (projetos, compras, manutenção, entre outros) trabalha de forma individual. E os projetos não apresentam interação com os demais interdisciplinares, enquadrando-se na fase BIM 1.0.

No setor da construção civil novas soluções em métodos, ferramentas e processos surgem na busca pela competitividade. É preciso que as construtoras estejam sempre avançando tecnologicamente, no ritmo certo, dentro das suas capacidades, mas sistematicamente evoluindo técnicas e hábitos dos seus colaboradores (CAMPESTRINI et al., 2015).

Diante do cenário constatado nas empresas da cidade de São João, a análise passou a focar-se nos cursos de graduação da localidade.

BIM: Ensino de graduação

Estratégias de ensino e aprendizagem do BIM, classificadas de acordo com as habilidades que o aluno pretende alcançar, podem ser divididas em três níveis, segundo Barison e Santos (2011): introdutório, intermediário e avançado. Os autores diferenciam os níveis dos cursos de acordo com o aprofundamento do conceito e a disseminação de suas premissas principais: interoperabilidade, colaboração e inter/multidisciplinaridade.

O nível introdutório de aprendizado do BIM propõe ensinar habilidades de um “modelador” e um “facilitador BIM”, através de disciplinas de Representação Gráfica Digital. O conhecimento prévio de ferramentas computacionais não é exigido. Este nível pretende explicar o conceito da modelagem, a comunicação de dados, a inserção, propriedade e aplicabilidade de componentes de estrutura e instalação, extração de quantidades, iniciando pelo exercício de alteração de um modelo existente, sequenciado pela modelagem de um edifício residencial unifamiliar, ou parte dele, de área inferior a 600m² (BARISON; SANTOS, 2011).

O nível intermediário tem como objetivo ensinar habilidades de um “analista BIM” e aumentar as competências do “modelador BIM”, em Ateliês de Projetos Integrados e disciplinas de Tecnologia da Construção. O conhecimento prévio de uma ferramenta BIM é recomendado, bem como os fundamentos de projeto e representação gráfica. Este nível pretende ensinar ferramentas, modelagens e

atividades analíticas, bem como incentivar o trabalho colaborativo e rotacionado em equipe. A proposta é que a disciplina possa explorar por exemplo a “criação de parâmetros e fórmulas” para modelagem da forma ou análises e simulações ambientais em projetos sustentáveis, podendo ter também o foco na definição de elementos, detalhes e especificações do edifício (BARISON; SANTOS, 2011).

Por fim, no nível avançado a proposta é de formar “gerentes BIM”, em Ateliê de Projeto Interdisciplinar ou “Ateliê de Colaboração Profissional”. O conhecimento prévio de materiais, sistemas e tecnologias da construção são pré-requisitos para esta fase, bem como a atuação profissional e a experiência com as ferramentas do BIM. O intuito é trabalhar a modelagem da informação da construção focada na melhoria da gestão da obra, ferramentas e equipes sincronizadas, planejando o prazo, custo e gerenciando a informação. Os autores sugerem se possível interação do modelo, da disciplina, com o mercado de trabalho, aproximando os alunos dos conflitos e da realidade (BARISON; SANTOS, 2011).

A discussão sobre o ensino de BIM no Brasil aparece com mais intensidade nos últimos anos. Bem como a preocupação de pesquisadores com a adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Arquitetura e Engenharias. Eventos relatam abordagem da temática e a necessidade de reordenação dos processos, políticas e tecnologias tradicionais, embora com poucas publicações. Tentativas isoladas de algumas Universidades podem ser observadas, inserindo na grade disciplinas pontuais sobre o BIM, por vezes optativas e introdutórias à temática. Bem como estruturação de laboratórios, como é o caso da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade de São Paulo. Ao traçar um paralelo trata-se de ações que representam as primeiras etapas da evolução do ensino de BIM no exterior.

Pesquisa feita por Maria Barison e Toledo Santos, em 2011, relatou que as Universidades estrangeiras começaram a introduzir o ensino de BIM a partir de 2003. Mas foi entre 2006 e 2009 que este processo foi encontrado com mais intensidade. O estudo constatou que o ensino internacional de BIM está no nível avançado, segundo classificação estabelecida pelos próprios pesquisadores.

Em uma realidade local, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Arquitetura e Engenharias da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) e Engenharias do Instituto Presidente Tancredo Neves (IPTAN) foram analisados. No curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ algumas ferramentas BIM foram ensinadas em um Estúdio (Ateliês de projetos) isolado, abrangendo o âmbito da resolução formal

e inserção de características iniciais ao modelo. No entanto o princípio de associação de processos, integração de informações entre as disciplinas não foi abordado. Nas engenharias da UFSJ e IPTAN não foram encontrados relatos de disciplinas que abordem a temática. Em ambos os cursos a temática BIM não está inserida na grade horária como uma disciplina obrigatória.

Tais dados levam a reflexão de que o processo de aprendizado do BIM no Brasil, de um modo geral, está no nível introdutório de habilidades. Fase evidenciada pela abordagem da modelagem paramétrica do projeto, acrescida de poucas características. Relatos pontuais evidenciam características do nível intermediário, marcado pela evolução para a experimentação da extração de relatórios de prazo (4D) e orçamento (5D). Registros de processos avançados são pontuais e escassos.

Em suma, as experiências acadêmicas nacionais com o ensino de BIM são relativamente recentes, não havendo uma pedagogia consolidada. Relatos internacionais demonstram que o aprendizado de BIM transcende a introdução de uma tecnologia aplicada ao processo de projeto e construção. A quebra de paradigma abrange mudanças significativas de políticas e processos que passam a requerer práticas colaborativas, integradas e interdisciplinares.

Na presente pesquisa o recorte de análise da metodologia BIM e de sua implementação abrangeu a cidade de São João Del Rei e cidades mineiras vizinhas, como Belo Horizonte. Dois estudos de caso foram elencados, um deles realizado em uma disciplina da Universidade Federal de São João Del Rei onde o modelo de residência foi desenvolvido buscando a lógica colaborativa do BIM e testes de compatibilização. O outro estudo de caso abordou a implantação do BIM em uma construtora de grande porte na cidade de Belo Horizonte.

O estudo de caso, segundo Gil (2007), tem a finalidade de analisar situações reais cujos limites não estão claramente definidos, descrever uma situação do contexto que está sendo feita determinada investigação, explicar as causas de determinado fenômeno em situações complexas no qual não é possível a utilização de estratégias como o levantamento e experimentos, pode ser utilizado em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas.

O estudo de um cenário regional no estado de Minas Gerais e de um caso prático de adoção do processo em uma disciplina acadêmica visa contribuir com a difusão da metodologia BIM no Brasil. Atualmente diversas empresas e universidades acabam parando no entrave de não encontrarem mão de obra especializada, material

de apoio, estudos de caso, criando uma resistência à mudança e adoção do BIM (NASCIMENTO; SANTOS, 2003).

Estudo de caso 1: projeto concebido em BIM, desenvolvido por aluno da graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de São João Del Rei

Dados do projeto

O projeto foi desenvolvido durante a disciplina de Desenvolvimento de Projetos do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João Del Rey. Para tal, foram utilizadas as ferramentas Revit 2017 e Navisworks 2017, com licença educacional da empresa norte americana Autodesk. Trata-se de uma residência uni familiar, localizada na cidade de Patrocínio - Minas Gerais (Figura 02), com 196,26 m² de área construída e área de lazer.

Dados da edificação	Número de pavimentos	02
	Área Térrea	118,25m ²
	Área 2º pavimento	78,01m ²
	Área total construída	196,26m ²
	Área do lote	260m ²

Tabela 01. Dados do projeto de edificação analisado. Fonte: Discente Klênio Silva.



Figura 2. Projeto arquitetônico residencial. Fonte: Discente Klênio Silva.

Segundo Eastman *et al.* (2008) a ferramenta Revit Architecture possui uma pequena curva de aprendizado, interface bem projetada e amigável, além de ser a opção preferida pelas empresas por permitir a integração direta entre as disciplinas (MEP, estrutural e arquitetura) dentro de uma mesma plataforma. Existem ainda outras boas soluções para projetos integrados no mercado, tais como Bentley Architecture e Archicad.

Metodologia de desenvolvimento

A criação de um modelo BIM que contemple mais de uma disciplina passa hoje por dois principais desafios, o número de profissionais que efetivamente usam uma ferramenta BIM e a compatibilidade entre softwares de diferentes empresas. Para que essas barreiras possam ser superadas, tornam-se necessários cuidados com o planejamento dos modelos e com o método de compatibilização que será adotado (COSTA, 2013).

Para a elaboração dos projetos foram testadas duas possibilidades. A primeira, simulando dois profissionais trabalhando em arquivos diferentes que são unidos através de “Links”. E uma segunda opção de projeto integrado com dois profissionais trabalhando em um único modelo de arquivo, metodologia que recebe o nome de Worksharing dentro da plataforma Revit. A experiência durante a disciplina mostrou que a forma mais célere e assertiva de projeto é o Worksharing, pois ter vários profissionais trabalhando sob um único modelo permite uma melhor integração dos elementos, maior interatividade entre profissionais e soluções mais precisas de projeto. Quando possível, a adoção de estratégias unificadas em um modelo, englobando várias disciplinas, diminui o risco de perda de dados ou incompatibilidades, de acordo com a experimentação realizada.

Durante o processo de trabalho com arquivos linkados, muitos componentes de estrutura não foram corretamente associados com o projeto de arquitetura, gerando erros de interferências e contabilização imprecisa dos componentes da obra. Ficou claro a necessidade de processos de interoperabilidade que atendam requisitos de qualidade e precisão para modelos virtuais da construção. Conforme o conceito BIM, podemos destacar a importância do trabalho colaborativo para o sucesso nos resultados. Atualmente existem alguns formatos que permitem essa interoperabilidade entre ferramentas e arquivos, mesmo não atendendo a totalidade

das situações, vem levando a um desenvolvimento da implementação do BIM, entre eles podemos destacar o IFC (Industry Foundation Classes) e o BCF (BIM Collaboration Format) ambos de formato aberto e resultado de um esforço conjunto entre classes da AEC de diversos países.

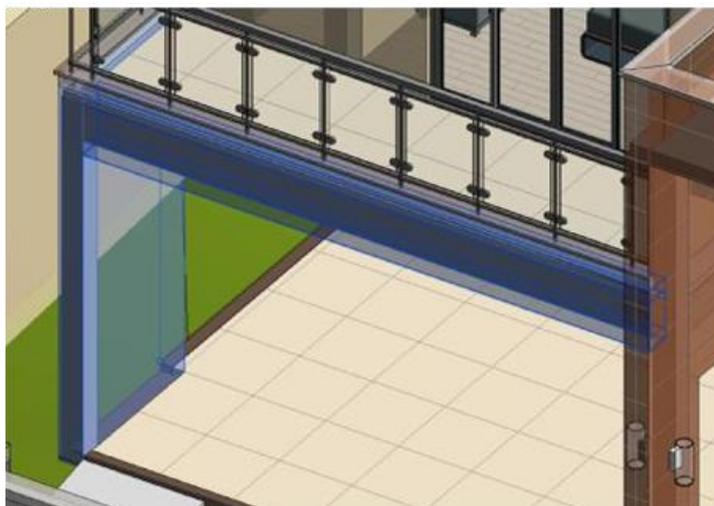


Figura 3. Modelos trabalhados através de links não permitem o recorte de estruturas embutidas em paredes, uma das dificuldades encontradas no uso desse método. Fonte: Discente Klênio Silva.

Compatibilização estrutural x arquitetônico

A compatibilização é o processo onde as disciplinas da obra e seus projetos são integrados buscando garantir um padrão de qualidade que permitam a construção com o mínimo de erros, através da solução prévia de conflitos. O processo acontece através de uma sobreposição dos diferentes projetos possibilitando a verificação de interferências e solução prévia de muitos problemas, neste estudo de caso, foi realizada a compatibilização básica entre projeto arquitetônico e projeto estrutural. Recomenda-se que a compatibilização ocorra após a finalização de cada etapa de projeto (COSTA, 2013, apud MELHADO, 2005).

Para essa tarefa foi utilizado o software NavisWorks, software da Autodesk que permite a importação de arquivos de vários formatos e disciplinas. O software efetua a simulação de etapas da construção assim como o levantamento de quantitativos de cada etapa, seu planejamento e interferências. O primeiro passo para realizar esse procedimento é exportar os arquivos para a plataforma. Dentro do software importamos o arquivo de estrutura e arquitetura em formato .RVT (arquivo de projeto do Revit).

A checagem de interferências em um modelo deve ser feita por um profissional capacitado, que saiba quais os conflitos que realmente podem influenciar ou atrapalhar o cronograma de uma obra, estabelecendo critérios e parâmetros para validação ou descarte na detecção de problemas, visto que muitos defeitos de modelagem são mínimos ou não influenciam diretamente na execução. É preciso bom-senso entre o nível de detalhe do modelo necessário para o tipo de obra a ser executado (COSTA, 2013).

Com o modelo inserido no software foi gerado um cronograma ilustrativo de execução (Figura 04) com vistas a gerar as fases da obra, e também um relatório (Figura 05) com os conflitos encontrados entre os componentes da construção. Esse último documento, deve ser cuidadosamente planejado e validado, para que os conflitos relevantes sejam encaminhados aos respectivos profissionais de projeto com instruções e sugestões para correção, e os conflitos irrelevantes sejam assinalados como resolvidos ou ignoráveis.

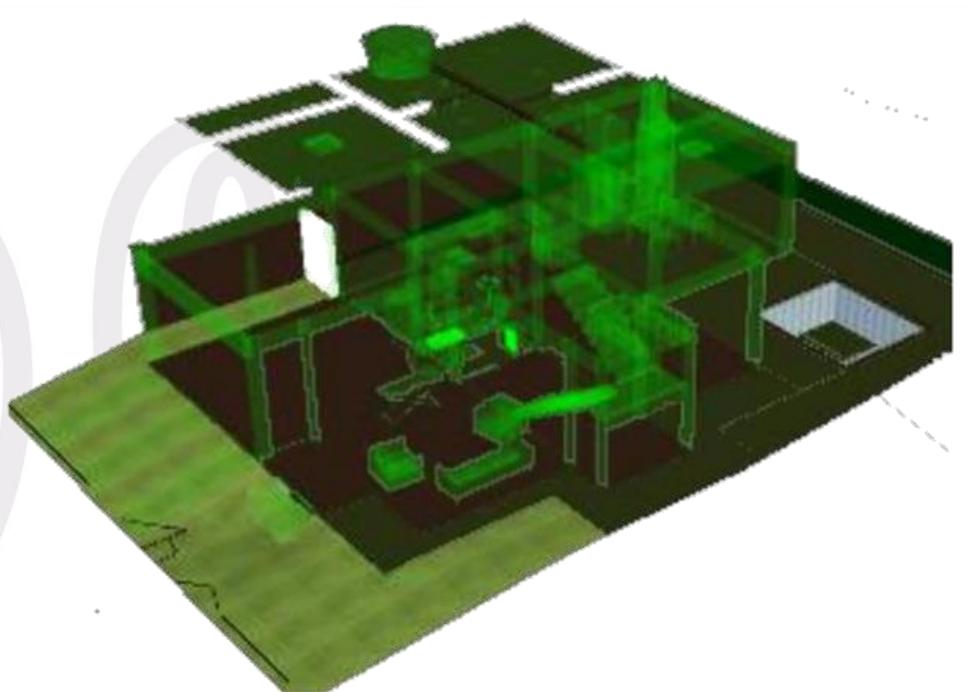


Figura 04. Componentes da obra, sequenciado através de fases de execução. Fonte: Discente Klênio Silva.

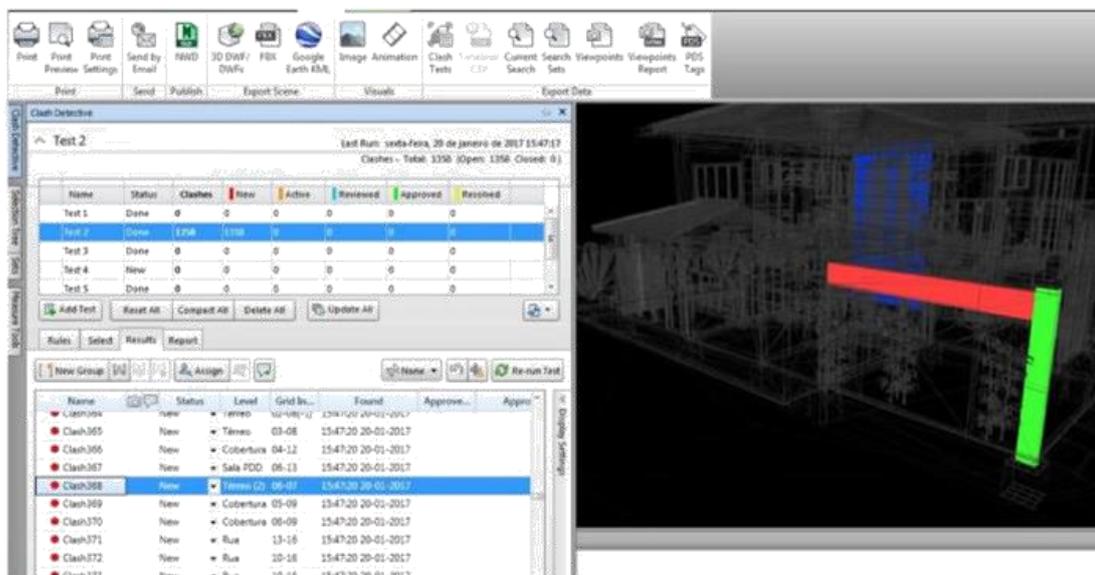


Figura 05. Identificação de uma interferência (Clash Detection) com sobreposição entre viga e pilar. Fonte: Klênio Silva.

Vários conflitos foram encontrados no processo de compatibilização, provavelmente por uma imprecisão na modelagem dos componentes, algo que reforça a necessidade da adoção de critérios e padrões estruturados na construção do modelo virtual da construção. Conclui-se que todos os profissionais envolvidos, devem possuir domínio dos recursos das ferramentas que operam. Bem como se faz necessária a exata compreensão do componente da obra projetado e sua possível interação com outras disciplinas, reduzindo erros e elevando o padrão de qualidade. Pode-se ver que a metodologia BIM permite um grande ganho de produtividade, trazendo a resolução de conflitos para a fase de projeto e evitando retrabalhos e demolições in loco.

Estudo de caso 2: Engmex: Implantação do BIM em uma construtora de grande porte na cidade de Belo Horizonte

A Engmex trabalha com a integração de ferramentas e processos, implantando o conceito BIM em empresas através de consultorias. Visa atender um segmento do mercado com escassez de mão de obra em “automação de projetos”. Utiliza de softwares reconhecidos no mercado, como Autodesk, Aveva, Bentley, Siemens, Interpah, PTC, dentre outros, sendo capaz de atender, através de um processo

interdisciplinar, as disciplinas de tubulação, elétrica, arquitetura, civil, mecânica e estrutura metálica.

Na área de engenharia de materiais, esta empresa oferece o MEX, material explorer, responsável pela padronização de materiais de engenharia e elaboração de especificações técnicas, fornecendo todas as informações requeridas pelas ferramentas de modelagem 3D em um ambiente atualizado e integrado, controlando também as listas de materiais, revisões e os descritivos detalhados para as listas de compra.

O processo de implantação do BIM em uma construtora de grande porte foi analisado através de entrevistas e documentos fornecidos pela Engmex. Para manter a privacidade e o anonimato dos seus clientes o nome da construtora não será mencionado.

A Engmex aponta como premissas do BIM a confecção de um modelo tridimensional de representação digital agregando propriedades aos diversos componentes da construção, separando-os em famílias conforme característica e sequenciamento do processo construtivo. A criação de uma biblioteca de elementos, sendo estes dotados de informações precisas como descrição, dimensões, peso, material, modelo, com apoio dos fornecedores do mercado. A necessidade de uma central de dados, concentrando e organizando a informação. O trabalho colaborativo entre toda a equipe interdisciplinar envolvida. Bem como a interoperabilidade entre os sistemas e softwares adotados.

A construtora analisada detém de uma equipe interna de projeto arquitetônico, orçamento e planejamento. Contrata empresas terceirizadas para desenvolver os projetos de estrutura, instalações elétricas, hidráulicas, drenagem, paisagismo, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, sistema de proteção contra incêndio, entre outros. Apresenta uma equipe interna que gere a execução da obra e contrata empreiteiras terceirizadas para executar determinados serviços, como estrutura, pré-fabricados em geral, topografia e terraplanagem, entre outros.

Em um processo tradicional de projeto, realizado até então pela Construtora em estudo, o fluxo de dados é baseado em desenhos bidimensionais em AutoCAD, documentos em Word, planilhas de custo e prazo em Excel, compra de materiais e lançamento de notas no SAP, comunicação via e-mail e intranet. Sistemas e áreas que funcionam de forma isolada. Neste estudo de caso desvantagens foram constatadas em meio à utilização do até então processo tradicional, a citar, a falta da

troca de informação entre os projetos interdisciplinares em tempo hábil ocasionando revisões e retrabalhos, orçamento manual, atrasos no prazo de elaboração dos projetos, retrabalhos na execução da obra devido à falta de uma compatibilização eficiente entre os diversos projetos e as-built não realizados no canteiro de obra.

Para implementação do BIM um planejamento foi traçado. Onde a organização dos processos se fez necessária, com estrutura analítica de projeto (EAP) definindo as permissões de acesso e nomenclatura padrão dos arquivos, e estrutura funcional de colaboração interna e externa. Treinamento e capacitação nas ferramentas Revit e Navisworks para equipe interna e externa de projetos. Bem como a criação de conteúdo, templates por disciplina, famílias específicas por projeto e organização e armazenamento de um acervo próprio. Para finalizar recomendou-se a definição do projeto piloto para implantação do BIM, onde obras em diferentes etapas do processo devem ser pré-selecionadas dentro da curva de aprendizagem. A consultoria instrui iniciar a implantação em uma obra já concluída, sequenciada por uma obra em andamento com todos os projetos prontos, chegando a novos empreendimentos onde a metodologia será inserida desde o início do processo.

A modelagem Bim em novos projetos desta construtora terá como diretriz a inserção após a aprovação do projeto arquitetônico na prefeitura. Os edifícios modelados por pavimento, começando pelo pavimento tipo, sequenciado pelos demais andares. Os materiais aplicados em camadas separadas de parede para compatibilização com a alvenaria estrutural, detalhamento e quantitativos de materiais por área. A estrutura utiliza da base/fundo arquitetônico para modelagem, trabalha no TQS e exporta para o Revit através de plugin próprio. O detalhamento construtivo estrutural e a lista de materiais desenvolvidos no Revit. O projeto elétrico apresenta link com o arquitetônico, estrutural e hidráulico. Bem como customização de simbologias para famílias de tomadas e interruptores, com inteligência para extração de listas de materiais por peças (caixas, espelhos, tomadas) e separação dos sistemas (elétrico, hidráulico e interfone). O projeto hidráulico apresenta link com o arquitetônico, estrutural e elétrico. Bem como customização de simbologias para famílias de caixas de implantação, com informações de cotas de topo, fundo, TAG da caixa e separação de sistemas (Água Fria/Quente, Esgoto, Drenagem, Pluvial).

O tempo médio para implantação da metodologia BIM pode variar dependendo do objetivo do cliente, da infraestrutura, equipamentos, projetos a serem realizados, orçamento e porte da empresa. A Engmex estipulou, com base em um projeto

concebido em BIM, um tempo mínimo de seis meses, para um desafio simples, e máximo de trinta e seis meses, considerando maior complexidade, podendo estender-se ainda mais conforme fatores mencionados anteriormente.

A carência de profissionais em BIM (o BIM manager), também é um fator que causa a demora da concepção de um projeto dentro da metodologia. Para o gerente de Projetos da Engmex, a contratação desse profissional potencializa a equipe de trabalho fazendo com que o tempo de implantação diminua consideravelmente. O mesmo apontou que a parceria entre instituições privadas que trabalham com BIM e Universidades, pode ser a solução para a formação de profissionais preparados para o mercado.

As entrevistas constataam que muitos profissionais apresentam desinteresse e/ou falta de comprometimento com a nova modelagem, dificultando a integração efetiva de todos os setores de uma empresa. Nesses casos recomenda-se sanar essa barreira com o planejamento prévio e treinamentos. Outro fator comum nos relatos são as limitações financeiras dos clientes. A necessidade recorrente de reestruturar a infraestrutura, investindo em softwares, acarreta custos elevados e resistência à adoção do BIM.

Considerações finais

A relação de disciplinas teóricas e técnicas da grade curricular dos cursos de graduação analisados nos permite constatar que as unidades curriculares não apresentam conteúdos integrados e que o ensino dos processos de projeto e obra está desassociado.

As graduações que pretendem implantar o ensino de BIM em seu currículo podem enfrentar três grupos de desafios, segundo Kymmell (2008): circunstâncias do ambiente acadêmico, incompreensão dos conceitos de BIM e dificuldades de aprendizagem/utilização das ferramentas.

Em uma análise global do ambiente acadêmico brasileiro, a disponibilidade de laboratórios e a infraestrutura da grande maioria das universidades são precárias, bem como a receptividade e capacitação do corpo docente à metodologia BIM. Somados a alegação de falta de tempo e abertura para revisão de alguns Projetos Pedagógicos de Curso. Dados também observados no estudo de caso realizado.

Conceitos do BIM abrangem colaboração entre profissionais, integração entre processos e dados, bem como interdisciplinaridade. A maioria dos cursos de graduação nacional é tradicionalmente constituída por departamentos que nem sempre interagem entre si, o que requer um esforço para integrar as disciplinas e os horários dos professores.

Tais dados apontam para a inclusão do BIM como matéria obrigatória no ensino das graduações de arquitetura, engenharias e áreas afins, contribuindo para uma melhor compreensão dos elementos construtivos do edifício, desde a execução até a manutenção, facilitando a visualização e assimilação de determinados conteúdos e interfaces, formando um perfil de profissional melhor habilitado. Para tal uma reestruturação dos projetos pedagógicos e laboratórios se fazem necessária, incorporando os conceitos de integração de conteúdos e a associação de disciplinas e professores.

Dentro do plano de implantação em empresas atuantes no mercado, existe uma grande necessidade de treinamento e capacitação da equipe em diversas ferramentas, podendo este ser feito através de um cronograma de treinamentos específico envolvendo a equipe interna e externa. Os projetos pilotos devem ser claramente definidos, respeitando uma curva de aprendizagem, e todo o conteúdo explanado em templates de arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, entre outros projetos, criados para disseminação do modo operante e do conceito BIM. Durante esse estudo, todas as etapas do plano de implantação devem ser acompanhadas por uma operação assistida que auxilie na modelagem e extração de documentos/informações do projeto.

Diante dos desafios encontrados pelo BIM no Brasil, a análise regional de implantação da metodologia permitiu observar aspectos favoráveis a essa nova forma de projetar e construir. Integrar toda a cadeia de produção da construção civil em processos estruturados e assessorados por ferramentas computacionais interoperáveis, permitirá ao mercado, governo e instituições, avançarem na gestão de qualidade, melhor aproveitamento dos recursos e elevado padrão de confiabilidade, objetivos almejados pelo setor de Arquitetura, Engenharia e Construção e agora possíveis com a adoção do BIM.

Referências

ANDRADE, M. L. V. X; RUSCHEL, R. C. BIM: Conceitos, cenário das pesquisas publicadas no Brasil. Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construtivo. São Paulo, 2009.

AYRES FILHO, C. Acesso ao modelo integrado do edifício. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Construção Civil - Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

BARISON, M. B.; SANTOS, E. T. Ensino de BIM: tendências atuais no cenário Internacional. Gestão & Tecnologia de Projetos, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 67-80, dez. 2011.

CAMPESTRINI, T. F; GARRIDO, M. C; MENDES, R; SCHEER, S; FREITAS, M. C. D. Entendendo o BIM. Universidade Federal do Paraná. 1ª ed. Curitiba, 2015.

CHECCUCCI, E.; PEREIRA, A. P.; AMORIM, A. L. A difusão das tecnologias BIM por pesquisadores do Brasil. In: V Encontro de Tecnologia de Informação e Comunicação na Construção, At Salvador, Volume: 1.

COSTA, E. N. Avaliação da metodologia BIM para a compatibilização de projetos. 2013. 84f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Civil) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2013.

EASTMAN, C.; TEICHOLZ, P.; SACKS, R.; LISTON, K. BIM Handbook: a Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers, and Contractors. New Jersey: John Wiley & Sons, 2008.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007.

KALE, S. Andamp; ARDITI, D. Diffusion of Computer Aided Design Technology in Architectural Design Practice. Journal of Construction Engineering and Management (ASCE). v. 131, p. 1135-1141, 2005.

KOWALTOWSKI, D. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. 1. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2011.

KYMMELL, W. Building Information Modeling: Planning and Managing Construction Projects with 4D CAD and Simulations. McGraw Hill, New York, NY, 2008.

NASCIMENTO, L. A.; SANTOS, E. T. Barreiras para o uso da Tecnologia da Informação na Indústria da Construção Civil. In: Workshop Nacional Gestão do Processo de Projeto na Construção de Edifícios, Porto Alegre, 2003.

SABONGI, F. J. (2009) "The Integration of BIM in the Undergraduate Curriculum: an analysis of undergraduate courses." Proc., 45th Annual Conference of ASC, Associated School of Construction, Gainesville, FL., <http://ascpro0.ascweb.org/archives/cd/2009/paper/CEUE90002009.pdf> (May 2, 2011).

TOBIN, J. AEC bytes. Building the future. Article (May 28, 2008), Proto-Building: To BIM is to Build. Acesso em 26 outubro de 2016.



A IMPORTÂNCIA DOS VÍDEOS DIDÁTICOS NA APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Louise Cristina Zin¹, Guilherme Tarôco¹, Domingos Sávio dos Santos², Jane Daisy de Sousa Almada Resende³, Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende⁴

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Educação Física do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do Curso de Enfermagem do IPTAN. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ⁴ Docente do Curso de Enfermagem do IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: jaineresende@iptan.edu.br.

Resumo: A cada dia é observado que os resíduos sólidos estão se tornando matéria-prima, e que podem ser reciclados. O princípio dos 5R's (reduzir, reciclar, repensar, reaproveitar e rejeitar) está sendo uma importante estratégia para um desenvolvimento mais sustentável, mas infelizmente a educação ambiental ainda não ganhou seu devido espaço nas escolas. É neste cenário que algumas instituições estão assumindo papéis fundamentais na articulação de processos de transformação, como a busca de conhecimento científico e tecnológico com objetivos específicos e determinados através de projetos de pesquisa e extensão. Este projeto teve como principal objetivo elaborar, aplicar e avaliar a eficácia de um vídeo intitulado “Educação Ambiental: uma proposta pedagógica de construção de conhecimento em relação à problemática dos resíduos sólidos a jovens do 6º ano da Escola Estadual Doutor Garcia de Lima” que está localizada em São João del-Rei/ MG. O primeiro passo do trabalho foi entrar em contato com o mundo da Educação Ambiental para conhecer o assunto e assim desenvolver um método para uma abordagem descontraída e simples do tema. Após o levantamento do material e criação do vídeo, o trabalho foi dividido em três partes: A primeira etapa constou da aplicação de um questionário básico sobre a temática em questão. Na segunda parte, foi apresentado o vídeo, que continha informações sobre o conteúdo abordado. E por fim, o mesmo questionário foi aplicado novamente com o objetivo de verificarmos a eficácia do vídeo para o aprendizado dos alunos. Os dados coletados através do questionário foram tabulados. Observou-se que, a introdução de uma alternativa metodológica diferenciada provocou nos alunos um aprendizado descontraído, de fácil compreensão e entendimento, sendo capaz não apenas de ensinar o conteúdo proposto, mas também de sensibilizar os alunos para os problemas ambientais que vem se agravando como consequência da produção excessiva e descarte inadequado dos resíduos sólidos.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Educação ambiental. Vídeo ambiental; Responsabilidade social.



A NEGOCIAÇÃO DA IMAGEM E DO RELACIONAMENTO NAS VERSÕES CONFLITIVAS DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA EM UM PROCESSO CRIMINAL

Luiz Carlos da Costa¹, Carla Leila Oliveira Campos²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL. Bolsista da FUNADESP. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. E-mail: carlalcampos@globo.com.

Resumo: O presente trabalho situa-se no quadro teórico da Análise do Discurso Forense (ADF) e tem como objetivo investigar como se dá a negociação da imagem e dos relacionamentos interpessoais nas versões narrativas conflitivas das alegações finais da acusação e da defesa em um processo de falsificação de documento público. Considerando que a ADF está voltada para a investigação de como as funções institucionais específicas estão relacionadas aos usos da língua, a pesquisa empregada pertence à vertente jurídico-teórica, por basear-se em conceitos e interpretações, aplicáveis a um processo de falsificação de documento público, que tramitou na Justiça Federal. O procedimento técnico que se utiliza, busca enquadrar o levantamento bibliográfico e doutrinário ao caso concreto. Nesse sentido, verifica-se que as regras de interação nos tribunais, embora altamente hierárquicas e autoritárias, possibilitam que cada advogado, de acordo com seus propósitos comunicativos, lance mão de estratégias linguísticas para a construção de sua própria imagem e de seu relacionamento interpessoal com os demais sujeitos do processo. Nossas análises possibilitaram-nos observar como as partes, na construção de suas imagens e dos relacionamentos interpessoais, procuram atender às características dos gêneros produzidos na esfera forense, primando pela cordialidade no relacionamento e pela aparente objetividade de suas narrativas, fundamentando os fatos narrados na Lei – estratégia que funciona também como argumento de autoridade além de revestir a narrativa de caráter jurídico – em evidências e nos depoimentos testemunhais, sustentando/atacando sua credibilidade, reinterpretando ou silenciando seus dizeres. Esse caráter de objetividade, cordialidade e credibilidade de cada versão dos fatos objetiva criar uma imagem positiva das partes em relação ao magistrado, mostrando que os acontecimentos foram analisados e as análises fundamentadas, funcionando como estratégia de persuasão. Contudo, essa pretensa objetividade é apenas aparente, já que, cada uma dessas estratégias é valorada de acordo com os propósitos comunicativos dos locutores, revelando suas crenças e posicionamentos acerca dos fatos por meio dos processos de avaliação, interpretação e silenciamento de determinadas vozes.

Palavras-chave: Análise do Discurso Forense. Negociação da imagem. Relações interpessoais. Alegações finais. Processo criminal.



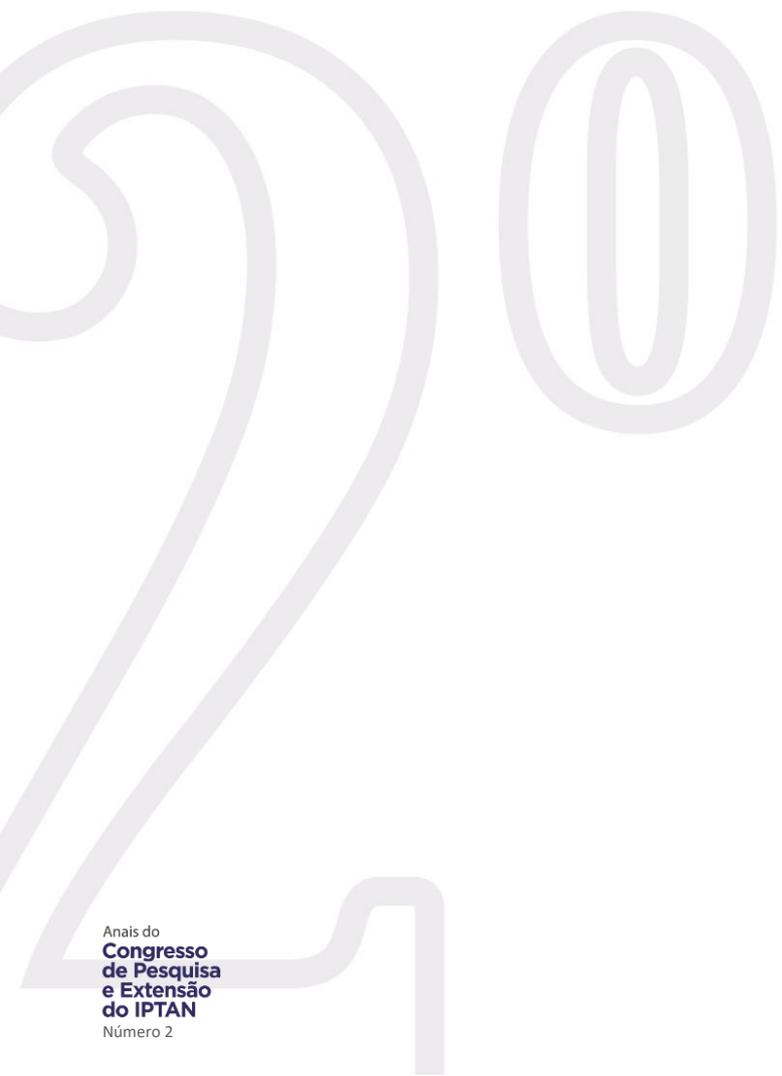
A TUTELA JURÍDICO-AMBIENTAL DOS ANIMAIS: UMA ANÁLISE DA ADI 4983 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Alexsandra Matilde Resende Rosa¹, Luana Damares da Silva¹, Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Acadêmica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador. Contato: deiltonbrasil@iptan.edu.br.

Resumo: Introdução. O objetivo dessa pesquisa foi analisar a ADI 4983 e os demais avanços do reconhecimento dos direitos dos animais na legislação contemporânea. A ação declarou a inconstitucionalidade da lei nº 15.299, de 08 de janeiro de 2013, do Estado do Ceará, que regulamentou a vaquejada como prática desportiva e cultural. Inobstante a vaquejada ser uma prática cultural que apresenta considerável valor histórico, social e econômico no nordeste brasileiro, o sistema de direitos fundamentais existentes na Constituição Federal não permite a prevalência desse valor cultural. Uma prática que incita a crueldade e maus-tratos aos animais não deve, por meio de lei, se tornar patrimônio cultural impondo-se o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Da metodologia utilizada. O método utilizado para a realização do trabalho foi descritivo-analítico. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a doutrinária e a documental. Resultados e discussão. A crueldade contra os animais é uma conduta recriminável moral e juridicamente. O direito fundamental a um meio ambiente equilibrado, livre de práticas que submetam os animais à crueldade deve prevalecer em relação ao direito fundamental à livre manifestação cultural. Dessa forma, o ser humano deve comprometer-se com a preservação do meio ambiente e a biodiversidade, garantindo o bem-estar animal, criaturas sensíveis que não podem se defender sozinhas, evitando-se a exploração abusiva e o sofrimento inútil e desnecessário, além de proporcionar condições de vida adequadas à espécie. O Estado deve punir excessos, restrições, abusos, ferimentos e mutilações e realizar políticas públicas que protejam e promovam a conscientização, coibindo os maus-tratos e como garantidor dos direitos fundamentais, tem o papel de zelar pelo ambiente, que é essencial à sobrevivência de toda humanidade. Tem como objetivo constitucional a ser alcançado a tutela jurídica do meio ambiente como forma de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, como preceitua o artigo 225, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Palavras-chave: Tutela jurídico-ambiental. Direito dos animais. Vaquejada. Maus-tratos. Supremo Tribunal Federal.



ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA, PREVISTO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI

Mariana Rosa Pinto¹, Kelly Torres²

¹ Discente do Curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Administração do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: kellyaportres@yahoo.com.br.

Resumo: A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF trouxe um conjunto de normas que visam à regulamentação da gestão pública, principalmente, no que diz respeito ao equilíbrio entre receita e despesas públicas. Esse estudo teve como objetivo analisar o cumprimento do princípio da transparência, previsto na LRF no município de São João Del Rei/MG, e merece destaque, o interesse dos cidadãos deste município no controle e verificação das contas públicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório. A etapa exploratória consistiu no levantamento de dados junto à prefeitura de São João Del Rei, principalmente aqueles que estavam disponíveis no seu site oficial. Os dados foram analisados e buscou-se a compreensão dos resultados, considerando o princípio da transparência. O que se observou durante a realização deste trabalho foi que é de responsabilidade dos administradores públicos favorecerem a transparência, além de garantir à população o direito de acessar qualquer informação referente à gestão pública. Com a realização do mesmo, concluiu-se que a Prefeitura de São João Del Rei/MG respeitou o princípio da transparência, no que se refere à divulgação de informações, no quadriênio de 2013-2016. Essa divulgação permitiu que a população tivesse acesso aos gastos públicos e aos investimentos realizados durante esse período, fazendo que os cidadãos acompanhem a gestão pública analisando os procedimentos e seus representantes favorecendo o crescimento da cidadania e da democracia, permitindo a participação da população na gestão financeira do município.

Palavras-chave: Gestão Pública. Transparência. Responsabilidade Fiscal.

ANÁLISE RELATIVA A GESTÃO DE ESTOQUE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI

Ana Júlia Souza Rodrigues¹, Thiago Mosart de Freitas¹, Carla Agostini², Caio Rodrigues do Vale², Fábio Bruno da Silva³

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do curso de Ciências Contábeis do IPTAN. Orientador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: fabiosilva@iptan.edu.br.

Resumo: A administração de materiais é o departamento responsável pelo fluxo de matérias a partir do fornecedor até o consumidor, com o objetivo de minimizar o custo total das empresas nessa área e melhorar o nível de serviços ao cliente. Para um bom funcionamento da empresa, é necessário planejamento sobre a estocagem de acordo com a demanda e a capacidade de armazenagem do material. O assunto investigado neste trabalho tratou da forma como é realizado o processo de gestão de materiais em duas instituições sendo uma da área pública e outra privada. Tais questionamentos foram investigados mediante um estudo de caso, que fora realizado em duas instituições localizadas na cidade de São João del-Rei. Esta pesquisa pretendeu examinar e avaliar a gestão dos estoques praticadas nas instituições de ensino superior, com base na argumentação de que existe uma deficiência de técnicas e métodos aplicados na gestão de materiais no âmbito dessas organizações, bem como a necessidade de se aplicar da forma mais racional possível os recursos disponíveis. Este trabalho teve como objetivo geral compreender como é realizado o controle de estoques nas instituições de ensino superior públicas e privadas situadas no município de São João del-Rei. A intenção foi compreender a imersão dessas organizações ao tema, por meio de uma análise qualitativa sob o questionário oferecido aos gestores dessas organizações, delimitados à duas instituições de ensino superior. Como resultado foi possível detectar que ambas as instituições, cada uma dentro de suas especificidades, principalmente sendo uma da área pública e outra da área privada, promovem corretamente a gestão de seus estoques e conseguem atender a demanda de seus usuários, ao mesmo tempo em que trabalham para que ocorra menor desperdício possível bem como a economia de seus recursos.

Palavras-chave: Gestão de Materiais. Instituições de Ensino Superior. São João del-Rei.

AS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Matheus Abreu de Souza¹

Gian Miller Brandão²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: brandaogian@gmail.com.

Resumo: O processo penal brasileiro, antes caracterizado por seu sistema cautelar bipolar, assim definido pela doutrina, vê-se ganhando novos rumos a partir da reforma trazida pela Lei nº 12.403/11. Buscar-se-á, por meio do presente trabalho, realizar uma análise crítica acerca das inovações trazidas pela referida legislação. Além da ampliação do leque de cautelares diversas da prisão, inseridas de forma taxativa em seus artigos 319 e 320, promoveu-se uma verdadeira revolução no trato das prisões e da liberdade provisória, assumindo-se a natureza cautelar de toda e qualquer prisão antes do trânsito em julgado. Nota-se também, uma realidade processual penal passando a ser analisada à luz dos princípios constitucionais, em especial, o princípio da Inocência, por meio do qual se buscou a tutela da Liberdade Individual.

Palavras-chave: Medidas cautelares. Lei 12.403/11. Requisitos. Princípios. Processo Penal Brasileiro

Introdução

Após um longo período de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado o projeto de Lei nº 4.208, de 2001, posteriormente transformado na Lei nº 12.403/11, objeto de discussão do presente trabalho.

O referido projeto de lei promoveu uma verdadeira revolução no trato das prisões e da liberdade provisória, assumindo-se a natureza cautelar de toda e qualquer prisão antes do trânsito em julgado, sendo assegurado ao magistrado a escolha do caminho mais justo e eficiente com base no caso concreto.

Inúmeras alternativas ao cárcere foram inseridas no Código de Processo Penal, atribuindo-se assim, uma roupagem nova, especialmente, por meio de seu artigo 319.

A prisão, antes vista como regra, fundada na presunção de culpabilidade, passou a ser reservada às circunstâncias de extrema necessidade. Tem-se, agora, uma legislação processual analisada à luz dos princípios constitucionais, em especial, o da Presunção de Inocência, trazido pelo art. 5º, inciso LVII da CF/88 e a Tutela da Liberdade Individual, os quais possuem o objetivo comum de garantir que, tanto na fase de investigação, quanto no curso do processo, a prisão cautelar seja considerada apenas como uma alternativa de exceção (art. 282 § 6º do CPP).

Ao longo do presente trabalho será realizada uma análise sobre as medidas cautelares pessoais diversas da prisão, abordando questões como o cabimento, requisitos e aplicabilidade, reforçando a ideia de que o cerceamento da liberdade do indivíduo só deve ocorrer em casos extremos, visto que a prisão, a partir da nova lei, se constituiu como sendo a última ratio, criando-se em seu lugar diversas outras medidas cautelares alternativas não previstas anteriormente no ordenamento processual penal.

1. Das Medidas Cautelares no Processo Penal: aplicabilidade e requisitos gerais.

Até 2011, ocorria o que a doutrina denominava de “bipolaridade cautelar do sistema brasileiro”. Segundo Renato Brasileiro (2015, p. 807), ao magistrado eram disponibilizados apenas dois caminhos: decretar a prisão preventiva, caso em que o acusado responderia ao processo com total privação de sua liberdade, permanecendo preso cautelarmente, ou conceder Liberdade Provisória, esta, por sua vez, encontrando sua legitimidade na prisão em flagrante e sujeita a algumas condições, como por exemplo, o compromisso de comparecer perante a autoridade, todas as vezes que fosse o acusado intimado para os atos do inquérito, da instrução criminal ou para o julgamento.

É evidente que, com o fim da bipolaridade cautelar, diante da inserção do rol do artigo 319 do Código de Processo Penal, objetivou-se evitar o excesso de encarcerização provisória, passando a Liberdade a ser adotada como regra.

Agora, mesmo após a condenação transitada em julgado, a prisão não será perpétua, assumindo seu caráter provisório, fato que levou doutrinadores a tecerem críticas quanto à expressão “liberdade provisória”, trazida em nosso texto constitucional em seu artigo 5º LXVI, o qual dispõe que “ninguém será levado à prisão ou nela mantido,

quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança". Logo, como defende Pacelli (2014, p.494), provisória é sempre a prisão, assim como todas as demais medidas cautelares, visto que sempre implicarão restrições a direitos subjetivos.

Quanto à aplicabilidade das medidas cautelares, estas não podem ser decretadas pelo magistrado de forma indiscriminada, banalizando-se o uso de tais medidas. Devem ser respeitados alguns requisitos gerais, que podem ser encontrados no artigo 282, I e II, CPP. Estes, por sua vez, exigem, para que se opere a restrição de Direitos Individuais do indiciado ou acusado, ordem escrita e fundamentada dada pelo juiz, além da análise dos vetores da necessidade e adequação, somados ao postulado da proporcionalidade.

1.1 Regras Gerais de aplicação

É sabido que as medidas cautelares não podem ser superiores aos resultados finais do processo, devendo o Juiz no momento de imposição, orientar-se pelo regramento geral de aplicação de tais medidas. De um lado, a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; de outro, adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. (art. 282, CPP).

Em uma análise minuciosa do Título IX do Código de Processo Penal, é possível identificar situações em que, independente da prova da necessidade, tornam-se inviáveis a imposição de tais medidas.

Casos específicos que merecem destaque podem ser encontrados no artigo 283 §1º do Código de Processo Penal. O referido artigo traz em si uma proibição quanto à aplicabilidade das cautelares aos casos em que não for cominada pena privativa de liberdade para infração em apuração ou já sob processo. Uma exceção a tal regramento pode ser encontrada nos casos de Violência Doméstica e nas infrações praticadas contra criança e adolescente, bem como contra idosos e incapazes, casos em que serão admitidas a imposição de cautelares independente da pena prevista nos respectivos tipos penais

De forma semelhante, não se faz necessário à decretação pelo magistrado das cautelares pessoais àquelas infrações de menor potencial ofensivo, cuja competência é do Juizado Especial Criminal, casos em que está previsto o processo conciliatório

da transação penal. As cautelares também são dispensáveis nos casos de proposta e aceitação da suspensão condicional do processo (art.89 da lei nº 9099/95) e em regra, se tratando de delitos culposos.

Segundo Pacelli (2014, p.521), as medidas cautelares, tal como ocorre com a prisão preventiva, podem ser impostas de modo autônomo ou em substituição à prisão em flagrante. Poderão até substituir a prisão preventiva, quando esta não mais se mostrar necessária.

É preciso atentar-se para o fato de que, as exigências para aplicação tanto das medidas cautelares diversas da prisão (arts. 319 e 320 do CPP), quanto para decretação da prisão preventiva (art. 312 do CPP), são muito próximas. A grande diferença reside na disposição trazida pelo artigo 282 II do CPP, no que tange à adequação da medida.

2. Princípios fundamentais das medidas cautelares

O Direito Processual Penal Brasileiro sofreu profundas transformações ao longo do tempo, sendo fortemente influenciado pelos princípios trazidos pela nossa Magna Carta de 1988, dado o devido valor às profundas alterações na matéria também operadas pela lei nº 11.719, de 2008.

O Código de Processo Penal antes caracterizado por um juízo de antecipação de culpabilidade, esta entendida em seu sentido lato – responsabilidade penal – agora, com base nos dizeres do artigo 5º LVII e LXI da Constituição Federal, toda e qualquer prisão antes do trânsito em julgado da condenação deverá se fundar em ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, ressaltando-se que ninguém será considerado culpado, senão em virtude de sentença penal condenatória transitada em julgado, ressalvados os casos de transgressão militar ou de crime militar definido em lei.

É certo que o Flagrante se põe como exceção à regra de que “ninguém será preso (...)” trazida no artigo 5º LXI da Constituição Federal, podendo ser efetuado por qualquer pessoa (art. 301 da CF), porém, a sua manutenção deverá atender a regra do artigo 310 do Código de Processo Penal.

Percebe-se, a partir de então, a consagração do festejado Princípio da Presunção de Inocência ou da não Culpabilidade, este que, por sua vez, recebeu tratamento diferenciado em nosso texto constitucional. A nossa Carta Magna não

dispõe acerca de nenhuma presunção de inocência, muito pelo contrário, vem tratar de sua afirmação, entendido tal princípio como sendo um valor normativo afirmativo da situação de inocência que deve ser considerado tanto na fase pré-processual (investigatória), quanto na fase processual propriamente dita (ação penal).

Sendo assim e como já mencionado, para que se opere a restrição de Direitos Individuais do indiciado ou acusado, além da exigência de ordem escrita e fundamentada dada pelo juiz, deverão ser analisados os vetores da necessidade e da adequação, somados ao postulado da proporcionalidade, fato que reserva a prisão para àquelas situações extremas, as quais não comportam a possibilidade de decretação de qualquer outra medida cautelar e desde que preenchidos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Quanto ao postulado da proporcionalidade, presente implicitamente em nossa Carta Magna, este exerce duas funções muito importantes em nosso ordenamento, sendo, em um primeiro momento, a proibição do excesso, exercendo um controle quanto à validade e alcance das normas constitucionais; e em segundo, caracterizado pela conhecida técnica da ponderação, a qual deverá ser aplicada àqueles casos em que, havendo um conflito aparente de normas igualmente constitucionais, aplicar-se-á aquela que melhor atender às necessidades do caso concreto.

3. Medidas Cautelares pessoais diversas da prisão

Antes mesmo das inovações trazidas pela Lei nº 12.403/11, já existiam hipóteses de medidas cautelares, previstas, porém, em leis esparsas, como por exemplo, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) e a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Com o surgimento da Lei 12.403/11, promoveu-se uma verdadeira revolução no trato das prisões e da liberdade provisória, assumindo-se a natureza cautelar de toda e qualquer prisão antes do trânsito em julgado, além de ter inserido no Código de Processo Penal inúmeras alternativas ao cárcere, mais especificamente em seu artigo 319.

Em regra, as medidas cautelares são autônomas, não dependendo de anterior prisão em flagrante para a sua imposição, podendo ainda ser aplicadas de forma substitutiva a esta, quando não for cabível a prisão preventiva (art. 321, CPP). Podem ser decretadas isolada ou cumulativamente, com base no artigo 282 § 1º do Código

de Processo Penal, respeitado o regramento geral do artigo 282, I e II, do mesmo diploma processual, que traz em si disposições acerca dos vetores da Necessidade e Adequação.

O Magistrado, à luz dos princípios da adequação e da necessidade, poderá a partir do rol do artigo 319 mais o artigo 320, aplicar isolada, cumulada ou substitutivamente alguma das cautelares processuais, conforme a finalidade/objetivo que se deseja alcançar no processo. São qualificadas como cautelares processuais: o Comparecimento Periódico em Juízo (I); Proibição de acesso ou frequência a certos lugares (II); Proibição de contato com determinada pessoa (III); Proibição de se ausentar da Comarca (IV); Recolhimento domiciliar (V); Suspensão de função ou atividade (VI); Internação provisória (VII); Fiança (VIII); Monitoração eletrônica (IX) e Proibição de se ausentar do país (art. 320, CPP).

Doutrinadores como Pacelli (2014,p.519) costumam dividir as cautelares conforme à sua finalidade, sendo uma Genérica – receio quanto à fuga ou para garantir a aplicação da lei penal ou por conveniência da investigação e da instrução criminal – e a outra Específica – para evitar a prática de novas infrações penais. Faz-se importante esclarecer que, seja qual for a finalidade da medida estabelecida pelo legislador, caberá ao Juiz, valendo-se do artigo 282 do Código de Processo Penal, o exame da necessidade/indispensabilidade e adequação da respectiva cautelar, com base nas circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

É possível, pois, que tais medidas sejam aplicadas de modo a se atender a finalidades diversas, por se revelar muito mais útil em determinadas situações do que para aquelas nominadas na lei. Tem-se, por exemplo, para fins de conveniência da investigação ou da instrução, o fato de que o risco de destruição de provas, de ameaça às testemunhas, bem como de qualquer outro comportamento que venha a atingir a efetividade do processo, serem evitados de forma mais eficiente a partir da cautelar de suspensão de função pública ou de atividade econômica ou financeira, presente no artigo 319 VI do Código de Processo Penal, do que nas hipóteses de proibição de se ausentar da Comarca (IV) ou, muito menos, na de fiança (VIII).

4. Considerações finais acerca das Cautelares Processuais

O artigo 313 do Código de Processo Penal deixa claro que será admitida a prisão preventiva, se e somente se, o crime for doloso e punido com pena privativa de

liberdade máxima superior a 4 anos; o réu já tiver sido condenado por outro crime doloso (salvo hipótese do art. 64, inciso I do Código Penal); ou para garantir a execução de medida protetiva de urgência em crime envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.

Além disso, o parágrafo único do art. 312, autoriza a decretação da preventiva quando medidas cautelares do artigo 319 e 320 do Código de Processo Penal forem eventualmente descumpridas. E se não estiverem presentes os requisitos do artigo 313 do Código de Processo Penal? Há uma discussão doutrinária com posicionamentos favoráveis e contrários à decretação da preventiva de forma substitutiva, mesmo sem estarem presentes os requisitos do artigo 313. Favoráveis como os de Nucci (2014, p.581):

“Se o indiciado ou réu deixar de cumprir a cautelar alternativa, termina por desafiar a autoridade estatal, fazendo com que outra medida, mais drástica, deva ser adotada. Assim ocorrendo, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério, do assistente de acusação ou do querelante, pode substituir a medida por outra mais severa, ou aplicar mais uma medida em cumulação, ou, ainda, decretar a prisão preventiva. Sustentamos que, para qualquer situação, em que haja o descumprimento de medida cautelar, o magistrado pode impor a preventiva, mesmo nos casos dos delitos que fujam ao regramento do art. 313, I, do CPP.”

Posicionamentos contrários como o do professor Damásio de Jesus, citado por Julia Coimbra Starling Barcellos em seu artigo científico apresentado como exigência de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro:

“Justifica Damásio de Jesus: Pode ser decretada a prisão preventiva no caso de descumprimento das condições se convertida a prisão em flagrante em medida cautelar alternativa? Suponha-se que o sujeito seja preso em flagrante por crime de furto simples. Substituída a prisão em flagrante por uma medida cautelar alternativa (art. 310, II), ele descumpra suas condições. É possível a prisão preventiva? A lei nova dispõe afirmativamente (arts. 282, § 4.º, e 312, par. ún.). Cremos que não, pois essas normas desobedecem ao princípio constitucional da proporcionalidade. Caso contrário, o descumprimento de uma medida cautelar seria de efeito mais grave do que o da infração penal. Ora, no caso indicado, se diante do crime não era permitida a prisão preventiva em face da quantidade da pena, como permiti-la em face do não cumprimento de uma condição, como "comparecimento periódico em juízo", "ausentar-se da comarca", "recolhimento domiciliar noturno"

etc., que não são delitos? Como poderia a inobservância das condições do decreto judicial operar efeito mais grave do que a do crime?”

É perceptível por parte do legislador, a partir da análise dos artigos 282, § 4.º e 312, Parágrafo Único, do CPP, uma preocupação em dar efetividade às medidas cautelares. Uma vez respeitado o processo de conversão do Flagrante (artigo 310 I a III CPP), na hipótese de ter sido decretada medida cautelar por esta se fazer mais adequada àquele caso concreto, o seu eventual descumprimento e consequente conversão em preventiva não fere em momento algum o princípio da proporcionalidade, como levantado por Damásio de Jesus. Não sendo suficiente a aplicação de outra medida cautelar em cumulação, a lei autoriza a restrição da liberdade do indivíduo, visto que não soube gozar do “benefício” que lhe foi concedido com as cautelares alternativas à prisão.

No que diz respeito às cautelares diversas da prisão, os seus requisitos estão previstos nos artigos 282 e 283 do Código de Processual Penal, o qual prevê o seu cabimento para qualquer crime em que for prevista isolada, cumulativa ou alternativamente pena privativa de liberdade. Vale ressaltar que, por mais que não se preencham os requisitos necessários à aplicação da prisão preventiva, é possível à aplicação de medidas cautelares diversas da prisão de forma autônoma.

Diante do exposto, faz-se pertinente indagar a seguinte questão: em sendo cabível a preventiva e as cautelares diversas da prisão, o juiz pode escolher uma a outra? É preciso que se saiba: as exigências para aplicação tanto das medidas cautelares diversas da prisão (arts. 319 e 320 do CPP), quanto para decretação da prisão preventiva (art. 312 do CPP), são muito próximas. Por um lado, o juízo de necessidade da restrição ao direito (garantir a aplicação da lei penal e a eficácia da investigação e da instrução criminal); por outro a adequação da providência (art. 282, II, CPP), tendo em vista a gravidade e demais circunstâncias do fato, e as condições pessoais do indiciado ou do acusado.

A atual orientação da legislação processual penal brasileira – como se percebe, por exemplo, a partir do artigo 310, II, CPP – é que a regra deverá ser a imposição preferencial das medidas cautelares, deixando a prisão preventiva para os casos de maior gravidade, cujas circunstâncias, segundo Pacelli (2014, p.504) sejam indicativas de maior risco à efetividade do processo ou de reiteração criminosa. Sendo assim, havendo a necessidade da cautelar, o primeiro passo do juiz no exame das medidas

cabíveis será a análise da adequação da providência, em vista da concreta situação pessoal do agente, bem como da gravidade e das circunstâncias do fato.

Há casos, porém, em que, a gravidade do fato, as circunstâncias de sua execução, aliadas à natureza da ação, ao fundado receio de reiteração criminosa, seja no âmbito da própria vítima e seus familiares, seja em relação a terceiros, autorizam a decretação da preventiva desde logo (art. 311, CPP). Aliás, a circunstância de uma anterior prisão em flagrante poderá se juntar aos demais requisitos, justificando a aplicação, por conversão (art. 310, II, CPP), da preventiva.

Conclusão

O processo penal brasileiro, antes caracterizado por seu sistema cautelar bipolar, assim definido pela doutrina, vê-se ganhando novos rumos a partir da reforma trazida pela Lei nº 12.403/11.

Buscou-se, por meio do presente trabalho, realizar uma análise crítica acerca das inovações trazidas pela referida legislação. Além da ampliação do leque de cautelares diversas da prisão, inseridas de forma taxativa em seus artigos 319 e 320, promoveu-se uma verdadeira revolução no trato das prisões e da liberdade provisória, assumindo-se a natureza cautelar de toda e qualquer prisão antes do trânsito em julgado. Nota-se também, uma realidade processual penal passando a ser analisada à luz dos princípios constitucionais, em especial, o princípio da Inocência, por meio do qual se buscou a tutela da Liberdade Individual.

Evitou-se, portanto, o encarceramento precoce do indivíduo, devendo o seu direito à liberdade ser restringido somente em casos extremos, quando às demais medidas cautelares não se mostrarem suficientes ou forem eventualmente descumpridas. Sendo assim, a prisão antes vista como regra, passa a ser encarada como a última ratio, criando-se em seu lugar diversas outras medidas cautelares alternativas, não previstas anteriormente no ordenamento processual penal.

Referências

ARAÚJO, Fábio Roque; TÁVORA, Nestor. Código de Processo Penal para Concursos.6.ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal.3.ed. Salvador: JusPODIVM, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado.13.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 18.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

Orientadores, P., Areal, M., Fetzner, N. L. C., & Junior, N. C. T. Medidas cautelares no processo penal a partir da Lei n. 12.403/11. Disponível em <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/juliacoiubrabarcellos.pdf>.

AS PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES DE DOENÇAS CRÔNICAS EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM SÃO JOÃO DEL REI - MINAS GERAIS

Laila de Castro Tayer¹, Vanessa Tayer Nogueira¹, Andreia Rodrigues Campos², Fábio Mancilha Carneiro², Brisa D' Louar³

¹ Discente do curso de Medicina do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do curso de Medicina do IPTAN. Voluntário do Programa de Iniciação Científica. ³ Docente do curso de Medicina do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: brisadlouar07@hotmail.com.

Resumo: Introdução: Um dos maiores problemas de saúde da atualidade é a prevalência de hipertensão arterial (HAS) entre os idosos. A HAS como doença crônica afeta 63% dessa população e estima-se que a doença está associada a outras comorbidades, como diabetes *mellitus*, acidente vascular encefálico (AVE), dislipidemia e cardiopatia. A relação de HAS e as demais patologias deve ser atentada devido à presença de inúmeros fatores de risco comuns como hereditariedade, estilo de vida, gênero, alimentação, sexo e idade. Essas patologias podem correlacionar-se com o envelhecimento devido ao fato do metabolismo humano, com o passar dos anos, diminuir sua atividade. Além disso, a maioria dos idosos torna-se sedentários tendo em vista a sua incapacidade funcional. Objetivo: Avaliar a prevalência de HAS e sua correlação com doenças cardiometabólicas entre idosos institucionalizados. Método: Foi realizado um estudo observacional, com análise de prontuários de 69 idosos, de ambos os sexos, institucionalizados no Albergue Santo Antônio de São João del Rei, no período de 01/07/2016 a 06/09/2016. Resultados: O percentual de idosos que apresentam HAS representam 43% da amostra, já a associação entre hipertensão e diabetes representam 17%, enquanto que a dislipidemia representa 13%. Em análise das complicações 46% dos idosos hipertensos apresentaram acidente vascular encefálico. Ademais, essa relação entre hipertensão arterial e outras doenças associadas se mostrou preponderante: a presença de uma patologia associada à HAS representa 13% da amostra, enquanto duas patologias associadas representam 42%, três patologias associadas representam 25%, quatro patologias representam 8%, cinco patologias representam 8%, porém, HAS isoladamente representa apenas 4%. Conclusão: O presente estudo observou que a hipertensão arterial é a patologia mais frequente entre os idosos da instituição estudada, corroborando com dados do município onde evidencia-se que aproximadamente 1/4 de todos os hipertensos tem mais de 70 anos, e aproximadamente metade dos idosos institucionalizados, com hipertensão apresentaram complicações. Torna-se, portanto, evidente que o envelhecimento associado a doenças crônicas não transmissíveis, são

importantes fatores para o desenvolvimento de morbimortalidade entre os indivíduos senis, demonstrando a relevância de mais estudos e ações de promoção de saúde nesta população.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial Sistêmica. Idosos institucionalizados. Doenças crônicas não transmissíveis. Acidente vascular encefálico.



BRINQUEDOTECA E LABORATÓRIO PEDAGÓGICO: IMPORTANTES ESPAÇOS DE INTERVENÇÕES LÚDICAS

Sarah Amaral Carmo¹, Samuel de Souza Carvalho¹, Patrícia Uebe Ribeiro², Flávia Magela Rezende Ferreira³

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior – BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Mestre em Educação. Colaboradora do Programa Bic-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do Curso de Pedagogia do IPTAN. Mestre em Educação. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: flaviamagela@yahoo.com.br.

Resumo: No ano de 2015 o Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN – criou um espaço institucional destinado a Brinquedoteca. No entanto, este espaço vinha encontrando desafios para se constituir como local lúdico. Por diversas vezes foi utilizado como lugar para abrigar materiais de campanha solidária, livros, objetos de refugio, dentre outros. Assim, esse projeto teve como objetivo geral reestruturar o local e a proposta da Brinquedoteca do IPTAN, tornando-o um espaço de valorização do brinquedo e do brincar, bem como ser também um laboratório de pesquisas e intervenções lúdicas para os alunos do curso de Pedagogia. Para tal, fez-se necessário primeiramente conhecer os princípios e fundamentos sobre Brinquedoteca, discutir em equipe as melhores estratégias de ação capazes de viabilizar uma Brinquedoteca de qualidade, proceder uma análise minuciosa do ambiente a ser transformado e por fim, reorganizá-lo com a aquisição de novos brinquedos, jogos e materiais lúdicos. A riqueza do ambiente, permeado pela ludicidade, pelo acolhimento e acessibilidade faz com que a criança se sinta plena para crescer e aprender. Como a Brinquedoteca funciona em um espaço universitário vem se efetivando como um laboratório de ensino, pesquisa e extensão para os alunos da graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Brinquedoteca. Brinquedoteca universitária. Criança. Brincar.

BRINQUEDOTECA: DA (RE)CONSTRUÇÃO À AÇÃO

Samuel de Souza Carvalho¹, Sarah Amaral Carmo¹, Patrícia Uebe Ribeiro², Flávia Magela Rezende Ferreira³

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Mestre em Educação. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do Curso de Pedagogia do IPTAN. Mestre em Educação. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: flaviamagela@yahoo.com.br.

Resumo: No ano de 2015 o Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN – criou um espaço institucional destinado a Brinquedoteca. No entanto, este espaço encontrou desafios para se efetivar como espaço que realmente atendesse aos princípios e fundamentos que norteiam suas práticas, bem como para se constituir como local lúdico. Por diversas vezes o local foi utilizado como lugar para abrigar materiais de campanha solidária, livros, objetos de refugo, dentre outros. Houve, portanto, necessidade premente de transformá-lo em espaço lúdico capaz de contribuir tanto para a formação dos alunos do curso de Pedagogia, quanto atender às aspirações da comunidade escolar. Assim, esse projeto teve como objetivo geral reestruturar o espaço e a proposta da Brinquedoteca, tornando-a um espaço para a valorização do brincar e do jogar, bem como ser também um laboratório de pesquisas e intervenções lúdicas para os alunos do curso de Pedagogia. Para tal, fez-se necessário primeiramente conhecer os princípios e fundamentos sobre Brinquedoteca, discutir em equipe as melhores estratégias de ação capazes de viabilizar uma Brinquedoteca de qualidade, proceder a uma análise minuciosa do ambiente a ser transformado e por fim, reorganizá-lo com a aquisição de novos brinquedos, jogos e materiais lúdicos. A riqueza do ambiente, permeado pela ludicidade, pelo acolhimento e acessibilidade faz com que a criança se sinta plena para crescer e aprender, devendo ser organizado para que a criatividade, a fantasia e o afeto estejam presentes e vivos, para que ela se sinta feliz e acolhida. A pesquisa revelou que a Brinquedoteca é um espaço dinâmico e em permanente construção, que deve acompanhar as demandas do tempo e as mutantes necessidades infantis.

Palavras-chave: Brinquedoteca. Criança. Brincar.

COMPORTAMENTO DA PRESSÃO ARTERIAL PÓS COMPETIÇÃO DE CORRIDA DE RUA: COMPARAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES

Sara Cristiane da Silva¹, Gustavo Castorino da Silva Carvalho¹, Zirlene Adriana dos Santos²

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Educação Física do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: zirlene.treino@hotmail.com.

Resumo: O treinamento aeróbio promove efeito hipotensor pós exercício, ou seja, uma queda da pressão arterial sistólica e diastólica no término da mesma. Este efeito é benéfico, principalmente se levarmos em consideração os inúmeros problemas causados pela hipertensão arterial como infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral. O exercício age como prevenção e tratamento da hipertensão arterial. Este estudo procurou conhecer valores de redução da pressão arterial em uma competição de 10 km e fazer uma comparação destes valores de redução entre homens e mulheres. Foi escolhida uma corrida tradicional da cidade de São João del Rei com distância aferida de 10 km. No estudo participaram 18 indivíduos, sendo 09 do sexo masculino e 09 do sexo feminino com idade de 19 a 61 anos. A pressão arterial sistólica e diastólica foi aferida por três alunas do curso de enfermagem do IPTAN, antes do aquecimento dos atletas e 40 minutos após a passagem dos atletas pela linha de chegada. Após 40 minutos de término da competição os atletas retornaram para aferição da pressão arterial. Verificou redução da pressão arterial sistólica e diastólica tanto em homens como em mulheres. A redução foi em média de 10 mmHG em ambos os gêneros. Observou-se uma redução de 20 mmHg na pressão arterial diastólica em dois atletas, sendo um do sexo feminino e um do masculino. Apenas dois atletas não apresentaram redução da pressão arterial sistólica e diastólica, sendo um atleta do sexo masculino e um do feminino. Houve redução da pressão arterial após 40 minutos do término da competição de 10 km. de forma semelhante entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Hipotensão. Exercício. Gênero.

CONTANDO HISTÓRIAS: A MEMÓRIA ORAL NOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES

Raruza Keara Teixeira Gonçalves¹

¹ Jornalista e mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora de Extensão no IPTAN. Pesquisadora da FAPEMIG e orientadora do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR “Um olhar sobre a Educomunicação: Como os meios de comunicação contribuem para a construção de relações de pertencimento em comunidade.

Resumo: No presente artigo privilegiou-se a oralidade dos sujeitos como formas de compreender experiências e subjetividades, analisando de que forma o *storytelling* ou *contar histórias* pode ser utilizado em prol de uma melhor gerência das relações interpessoais no contexto da comunicação nas e das organizações. Nesse sentido, por meio de um estudo de caso na organização artesanal *Bordados Clareart*, realizou-se uma apreensão sobre a memória e o *storytelling* enquanto instrumentos eficazes ao desenvolvimento interno das atividades do ateliê de bordados, bem como a construção de ações comunicativas a favor de suas relações com seus públicos de interesse.

Palavras-chave: *storytelling*. Memória. Comunicação organizacional. Identidade.

1 Perspectivas para o estudo sobre memória organizacional

Nas derivas pós-modernas, o *boom* da memória incide sobre distintos setores da sociedade. A moda *retrô*, a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização, a presente literatura confessional em livrarias e o crescimento de romances autobiográficos e históricos pós-modernos sinalizam a consolidação de uma “cultura da memória” (HUYSSSEN, 2000).

Inseridas nessa dinâmica, em que os tempos pretéritos cada vez mais presentificam-se e são mecanismos necessários para acionar o reconhecimento de uma história e, em consequência, a identificação com a mesma, as organizações empresarias vêm nos projetos mnemônicos um meio capaz de conectar seus públicos de interesse à vida institucional e aos valores do empreendimento. “Quando a empresa não trabalha a sua memória, ela corre o risco de perder um patrimônio, parte fundamental de sua identidade” (Nassar, 2007, p.175).

A relação entre a memória e a identidade é mútua e como duas forças complementares incidem sobre formas de organização, subjetividade e estruturas coletivas. Pollak trouxe à tona essas questões em seu trabalho *Memória e Identidade* (1992), relacionando a experiência vivida à experiência herdada e de que maneira as memórias orais atuam como mediadoras entre vivência e herança, experiência e tradição, o indivíduo e o grupo o qual ele pertence.

As narrativas individuais refletem aspectos de nossa existência, as marcas sociais, os costumes e os ritos que comungamos. Nossas relações interpessoais e formas de representar o mundo eram intermediadas pela oralidade até o domínio da escrita. O ato de *contar histórias* reúne as dimensões temporais, passado, presente e futuro. Dessa forma ativamos lembranças, reavaliamos experiências, construímos ações e promovemos mudanças e resignificações em distintas esferas sociais.

O artigo realiza um estudo sobre como a memória individual e social estão associadas às práticas comunicativas dentro das organizações. Busca-se compreender, como *contar histórias* são mecanismos de interação e de identificação entre empresa/grupo/instituição e suas relações públicas. Por meio de uma pesquisa de campo, que prioriza a Metodologia de Entrevista da História Oral na organização de artesanato *Bordados Clareart*, localizada na cidade de Tiradentes/ MG, tem-se a oportunidade de apurar tais questionamentos sobre o *contar histórias/ storytelling* e sua pertinência no desenvolvimento da comunicação nas e das organizações.

2 Interacionismo, identidade e memória

Berger e Luckmann consideram que a realidade humana é uma realidade socialmente construída. Afinal, a mesma compreende fenômenos de uma realidade objetiva, que existem independentes da nossa vontade, como também é construída pela conjunção de fatores sociais, resultantes da ação humana. O que exprime a relação dialética entre o homem e a realidade social: o homem produz a realidade na medida em que é produto da mesma (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Berger e Luckmann vão além, mostrando que a realidade da vida cotidiana reflete o mundo que os indivíduos compartilham entre si a partir de interações intersubjetivas. Na perspectiva interacionista-simbólica, são nas interações que se definem as relações entre o eu e o outro, aquilo que nos aproxima ou distancia, diferenças e reciprocidades. “Esta reflexão sobre mim mesmo é tipicamente

ocasionada pela atitude com relação a mim mesma que o outro manifesta. É tipicamente uma resposta de espelho às atitudes do outro” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.48).

Stuart Hall, inserido no debate sobre a (s) identidade (s), aponta que os sujeitos estão sempre a negociar valores e redefinir significados. Sendo os sentidos constituídos por meio de discursos, conformações simbólicas, que propiciam o surgimento de identificações (HALL, 2001). As identidades são transformadas no interior da representação, sofrendo modulações em uma sucessão constante de reconfigurações ao longo da história.

Nesse sentido, não há mais lugar para uma ideia simplista, que reprima o individual a partir de leis gerais e de uma concepção fechada sobre as identidades. Dicotomias puras que, outrora, balizavam as grandes narrativas sociais cedem espaço para o dissenso, para as contradições. Afinal, diferença e singularidade fazem parte do sujeito, que é autônomo, na mesma medida, em que é dependente. “O mundo que todos vêem não é o mundo, mas um mundo que criamos juntamente com outras pessoas” (CAPRA, 2002, p. 68).

As relações interpessoais ligam-se a toda uma dimensão cognitiva. Por meio de uma “consciência reflexiva” (CAPRA, 2002), os indivíduos são capazes de formar imagens mentais, valores, crenças, objetivos e de reformular posturas e contornar situações. O que confere a sociedade às peculiaridades de um sistema, que cria e recria mecanismos para preservar padrões de compreensão e troca de informações. A comunicação resulta das interações sociais, bem como é a própria mediadora para que elas se realizem.

Dessa forma, a ideia de organização é criada, sem que isso remeta à uma formação ordenada ou estagnada. A sociedade é um organismo vivo, assim como as empresas/organizações, que interagem e influenciam-se mutuamente e resultam das intervenções dos atores sociais. Na teoria do pensamento complexo, Edgar Morin, explica que, “a parte está no todo e o todo está na parte. Isso é verdade para a empresa que tem suas regras de funcionamento e no interior da qual vigoram a lei de toda a sociedade”. (2007, p.88). Esse intercâmbio entre sociedade e organização implica em compreender que esse sistema está fadado à constante reorganização, uma vez que as sociedades estão em processo de transformação perene, o que, inexoravelmente, incide sobre as corporações/grupos/empresas. “O equilíbrio impossibilita o mudar, a promoção de ações e de estratégias (*id, ibid*)”.

Por isso, compreende-se que os processos de interação entre indivíduos são importantes canais de comunicação no contexto das organizações. Para além da ideia de comunicação interna e das trocas de informação, que dinamizam as demandas laborais das organizações, os processos de interação expõem a troca de experiência entre os indivíduos, os seus valores de mundo, seu repertório cultural. Aspectos que se cruzam aos valores formadores da própria empresa, que precisa atribuir valor a história de vida de seu funcionário e sua história enquanto instituição.

Na oralidade dos indivíduos, que compõem o quadro de trabalhadores das instituições/empresas/organizações, um universo de possíveis é capaz não apenas de acionar as experiências singulares, mas, principalmente, a subjetividade por trás da memória. Retomando aquilo que Thompson denominaria de a parte “mais central da consciência humana ativa” (THOMPSON, 2006, p.18), a memória oral.

O indivíduo é dotado de competência para interpretar o mundo e influir sobre ele, alterando realidades. Logo, a história é o objeto da realização humana e o sujeito/ator histórico negocia com os significados disponíveis em sua esfera de convivências, a fim de criar sentidos e atribuir novos valores a ela. O percurso histórico não deve ser entendido como acúmulo convencional de fatos, mas como encantamento do espírito e enriquecimento da experiência (COGO; NASSAR, 2011). Dessa forma, no âmbito comunitário, a história do factual cede espaço para as histórias vividas no dia-a-dia. Talvez aquilo que nos pareça menos tangível é o que fortalece o sentimento de coesão, que se irradia de um eu para um nós, ou seja, a história do indivíduo convergindo para a história de um lugar, de grupo, de uma organização.

3 *Storytelling*: Narrativas nas e das organizações

Uma “cultura da memória” enraizou-se, principalmente, a partir da década de 80 do século XX nas sociedades ocidentais, deslocando o privilégio, até então dado ao futuro, para o passado. O que para Huyssen resultou no uso frequente dos “passados presentes”, uma maneira de ancorar o tempo, por meio de memórias, ainda que estas possam ser mais “imaginadas” do que realmente vividas (HUYSSSEN, 2000).

Para a pesquisadora argentina, Beatriz Sarlo, o passado sempre chega ao presente, muitas vezes como um advento ou um capítulo. O presente seria o tempo

apropriado para se lembrar, para fazer o “instante” ceder lugar para o “império do passado” (SARLO, 2007).

Império este, que, na atualidade, é apresentado a partir de narrativas fragmentárias apresentadas por “novos sujeitos” (CERTAU, 2002), ou, como nos coloca Cogo & Nassar, pela ação esmagadora de uma diversidade de emissores, que no tempo presente apresentam-se como multiprotagonistas reivindicadores do direito à fala, à memória (COGO; NASSAR, 2011).

Nas sociedades neoliberais, o consumismo, as novas mídias e as “lutas por visibilidade” (HENRIQUES, 2002) são fatores essenciais para compreendermos o porquê de *contar histórias*. Grandes empresas, ONGs, associações e pessoas, em destaque ou não, vêm nos discursos intimistas formas de interagir em grupo e chegar mais perto de seus públicos de interesse.

Contar histórias possibilita um intercâmbio natural, que pode aproximar, gerar empatia e identificação. Em tempos da Economia da Atenção¹, os argumentos e a clareza de uma informação não são os únicos responsáveis por prender a atenção do público. A forma como tais argumentos e dados nos são “contados”, a carga emotiva que uma determinada história carrega ou como nossos cinco sentidos vão recebê-la são ingredientes cada vez mais indispensáveis à fixação de um conteúdo, às narrativas pessoais ou coletivas (NÚÑEZ, 2009).

Ao acionar o universo das lembranças, a memória como fonte reveladora de crenças e intenções e do imaginário do homem liga-se a uma experiência subliminar. Imagens e sons contribuem para que uma lembrança se fixe em algum ponto, objeto, textura, riso ou lágrima. O sujeito ao ouvir uma história decodifica significados presentes na mesma, negociando naquele momento os seus sentidos, sua conotação, revelando suas impressões, revendo experiências e correlacionando momentos e situações:

Essa fixação do presente pode se dar também através de imagens. Ao registrar as emoções, essas imagens podem se transformar num suporte privilegiado de captação de lembranças dos objetos de memória confeccionados no presente. Nas lembranças mais

¹ Antonio Núñez enfatiza em seu livro *É melhor contar tudo: o poder de sedução das histórias no mundo empresarial e pessoal*, acentuando que a proliferação de informação e as facilidades de entretenimento tornaram o receptor/consumidor cada vez mais exigente, tornando-se difícil conquistar sua atenção. Dessa forma, estaríamos vivendo em um período de pulverização da informação, que torna o ato de contar histórias uma arte, capaz de seduzir e conquistar públicos, adesões, consumidores, seguidores, etc.

próximas, àquelas das quais se guarda recordação pessoal, os pontos de referência não dizem respeito à data dos acontecimentos, mas aos sons, aos cheiros, às cores (BARBOSA, 2004, p. 5-6).

Se a comunicação nas e das organizações utiliza-se do legado da objetividade, das mensagens de carácter quantitativo e operacional com relação às ações e atividades dos seus funcionários, o momento de consentir espaços para a subjetividade organizacional permite a abertura para a empresa se reestruturar para o diálogo e para integração institucional e de também se ouvir.

O *storytelling* ou o *contar histórias* é um mecanismo para as organizações terem encontro com essa oportunidade. O tempo para dialogar e fantasiar é importante para a constituição de uma cultura da participação, do sonho e da inovação dentro da empresa. O que confere à organização novos caminhos para atender demandas sociais intangíveis e legítimas. Estas, que dizem respeito à reputação, à credibilidade, à confiança, o que possibilita qualidade nas relações estabelecidas entre a organização e seus públicos e a sociedade (NASSAR; COGO, 2011).

Quando o espaço para a fala é acionado o que vem à tona são experiências, que contribuem para a aprendizagem dos que narram, lêem ou ouvem a história. No contexto de uma organização, as histórias podem mobilizar espaços de reflexão sobre o passado, como também promover ações transformadoras para o futuro. Segue o trecho do livro *Manual do entrevistador*, adotado pela instituição Museu da Pessoa, relacionando memória oral e a constituição da identidade em grupo:

As histórias não são narrativas que acumulam, sem sentido, tudo o que vivemos. É no que elege como sendo importante e como transmite que o grupo caracteriza-se a si próprio. É no tipo de narrativa construída que os grupos se definem e se forjam. É a partir de como constroem e contam sua própria história que os grupos criam sua identidade (MUSEU DA PESSOA, s.d, p.12).

A ideia de memória empresarial se liga ao uso que se faz da sua história. Nesse sentido, a história das instituições entrelaça-se à outras. A memória empresarial é uma rede que conecta acontecimentos e fatos internos aos recortes da vida de seus funcionários, bem como de todas as suas relações públicas. Somos histórias que se alimentam de histórias, acumulamos fatos e experiências a cada dia para construirmos nossa identidade (NÚÑEZ, 2009). Por isso, os pilares da memória de

uma empresa se relacionam à cultura, aos comportamentos, aos símbolos, à identidade, à comunicação, tudo o que remete à construção de sua imagem.

Portelli explica que a memória oral vale pela subjetividade dos narradores e não, apenas, como instrumento para angariar informações do passado. Ele ainda defende que a história oral não está a serviço do resgate de pontos-de-vista ou do ineditismo de um tema ou assunto (PORTELLI, 1997). A história dos novos sujeitos não fala sobre eventos, mas sobre significados. Por meio do seu caráter múltiplo e menos objetivo, a história do indivíduo comum passeia pelo simbólico e abre espaço para a participação.

Por isso, a memória é um importante fator de comunhão nas organizações, propiciando o contato – a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. Traz a história para dentro da organização, extrai a história de dentro da organização. Ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. “Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos” (THOMPSON, 1992, p.44). O que repercute nas intenções, opiniões e ações individuais, ou seja, nas narrativas sobre si e sobre a empresa.

4 Contadores de história: memória e identidade nos processos de comunicação da organização artesanal *Bordados Clareart*

Diante do interesse de analisar a importância do *storytelling* no contexto das organizações, realizou-se um estudo para esclarecer como se operam as relações entre comunicação e memória na realidade diária de uma organização artesanal. Para isto, priorizou-se uma pesquisa de campo, que contou com visitas à organização artesanal *Bordados Clareart*, nos anos de 2010, 2012 e 2016².

Como instrumento metodológico adotou-se a Metodologia de Entrevista da História Oral, buscando contato direto com a subjetividade desses artesãos e a relação de seu trabalho com a própria memória do grupo. As atividades da

² Em 2010, o Bordados Clareart foi objeto de estudo para a realização do trabalho de conclusão de curso, “As relações de identidade e pertencimento inseridas no processo produtivo das organizações artesanais no contexto da globalização”. Em 2012, outra análise foi realizada por meio das entrevistas orais coletadas junto ao grupo, resultando no trabalho “Narrativas Culturais nas redes midiáticas”, apresentado no XI Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria Santa Fe. Em 2016, outras impressões foram coletadas, a fim de compreender de que forma, o *storytelling* era adotado pela organização, que no momento passa por uma reformulação em sua estrutura. Por essa razão, não citamos na pesquisa questões cadastrais da empresa, como número de CNPJ.

organização ocorrem em uma comunidade pequena, situada no distrito de César de Pina³ da cidade de Tiradentes no Campo das Vertentes no Estado de Minas Gerais/Brasil. Entre os componentes da organização elegeram-se cinco fontes orais: Etelvina Raimunda de Resende Silva, Roberta Aparecida Neves Ribeiro, Ivania Jaqueline Resende, Glaycy Aparecida de Resende e Moises Jordano Silva.

O *Bordados Clareart* tem sua trajetória marcada por anos de aprendizagem no bordado, começou como um grupo de mulheres na década de oitenta, firmando-se como empreendimento econômico na década de 90. Passou por diversas formulações, constituindo-se em 2005 em uma associação com 26 membros, assessorada pela Incubadora Tecnológica da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Neste período, os bordadeiros estavam inseridos em uma associação denominada *Associação de artesãos, bordadeiras e ceramistas Clareart*. Contudo, o grupo não conseguiu se adaptar às dificuldades do sistema de autogestão, resolvendo em 2009 adotar uma nova forma de gerir recursos e pessoas, a partir da criação dos *Bordados Clareart*, que se dedica exclusivamente aos bordados. Além disso, a organização artesanal preferiu trabalhar em um número menor de agentes, dessa forma cada pessoa é um colaborador, borda uma quantidade de peças, recebendo o valor coerente pela venda de seus produtos em feiras e em lojas, uma vez que a organização trabalha mais com encomendas. Atualmente, o grupo é assessorado pelos projetos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), parceria que contribui para a divulgação e o convite a participação em feiras de todo o Brasil.

Além disso, a organização conta com dez integrantes. É um grupo misto, mas, predominantemente, feminino. Desses, nove bordam e uma única pessoa risca o desenho, que será bordado. As bordadeiras são: Etelvina Raimunda de Resende Silva, Roberta Aparecida Neves Ribeiro, Ivania Jaqueline Resende, Glaycy Aparecida de Resende, Eliana Maria de Freitas, Eliete Consolação de Resende, Marli Resende Silva, Rosinéia Aparecida Fernandes e Samila Gabriela Resende Silva. A única pessoa que risca é Moises Jordano Silva. A ele, também, é atribuído a função de gerir os

³ O distrito de César de Pina faz parte do município de Tiradentes, estando entre as cidades de Coronel Xavier Chaves e São João del-Rey. Sendo a última mais próxima para os moradores do distrito, que a cidade de Tiradentes.

negócios do grupo. Logo, coordena as encomendas, destinando as tarefas às bordadeiras. Dessa forma, todas moram perto e desfrutam da vida em uma comunidade pequena. As bordadeiras bordam em suas casas, mas, o ateliê fica na casa da Etelvina Raimunda Silva, na rua Anésio Resende, nº 133, César de Pina:

Tais redes contribuem para aumentar a capacidade de criação e a escala de produção do artesanato pela agregação de indivíduos e grupos de vizinhança, residentes em um mesmo território e que comungam, no cotidiano, dos mesmos problemas, dos elementos que formam a subjetividade coletiva e de um mesmo sistema de valores (MARINHO, s.d, ps.6-7).

Dessa forma, a história do grupo se confunde com a história da comunidade, todo o processo de aprendizagem ocorre mediante ao repasse de saberes e conhecimentos que receberam nas suas vivências em seus lares e na própria localidade. *Contar histórias* é um fator inerente as relações estabelecidas no trabalho da organização, pois por meio de histórias é possível ensinar e aprender os tipos de bordado. Além disso, bordar é *contar uma história*, é imprimir individualidades, através de uma linguagem, que entre linhas, pontos e uma agulha, é escrita sobre uma base, o tecido.

O bordado exprime narrativas relacionadas à vida feminina. Originalmente, era uma atividade destinada somente às mulheres. As prendas domésticas, os labores manuais são as primeiras impressões que as mulheres comunicam em sociedade. Muitas recordações e sentimentos ficaram grafados em motivos de bordados, a materialização da liberdade, que se dava na escolha de cores e pontos. Uma bela astúcia para quem não tinha voz!

Contudo, os bordados eram a representação da clausura da mulher em seus lares, em conventos e colégios. Nas memórias de Etelvina Silva, o bordado fez parte de toda a sua infância, era um instrumento pedagógico e representava já na sua adolescência uma alternativa econômica:

Eu tinha nove anos, a gente saía meninas daqui para aprender com as senhoras de São João del-Rei, como a Dona Ivone Cardoso. Elas tinham um grupo formado nas Águas Santas, aqui próximo. Lá, eu aprendi tudo o que eu sei. Não existiam custos, elas vinham e davam a aula uma vez por semana. Elas quem davam tudo: agulha e pano. No fim do ano, fazia-se um bazar com as peças criadas, ganhávamos o dinheiro de acordo com a produção e venda de cada uma (SILVA, 2012).

Ivania Resende também se recorda que aprendeu a bordar com a mãe, ainda pequena. Mas, enfatiza, que aprendeu a bordar outras técnicas, principalmente, após a formação da organização artesanal em 2005:

O ponto-cruz eu já sabia. O ponto antigo, eu aprendi dois com minha mãe, que sabia a maioria deles. Depois aprendi os outros com os cursos realizados com o apoio da incubadora (RESENDE, 2012).

O ateliê *Bordados Clareart* tem no “bordado antigo” a referência de sua produção, primando pelos pontos de bordado livre como corrente, palestrina, nó francês, rococó, matiz, ponto atrás, ponto cheio e caseado (GONÇALVES, 2010). As peças são variadas, os bordados estão presentes em roupas, *lingeries*, roupas de cama e almofadas. As últimas são mais representativas em número de encomendas, principalmente, as que trazem as temáticas das historinhas (cada quadro na almofada contam uma parte da história) e as colméias (vários motivos um ao lado do outro). As bordadeiras da *Clareart* têm nos bordados antigos um referente de trocas familiares e das tradições existentes na região, relembram de determinados episódios e histórias, negociando a constante relação entre o esquecer e o lembrar.

A minha mãe já bordava ponto-cruz, mas sabia todos estes pontos também. Em São João del-Rei tem tradição nas casas. Porque você vai a casa destas pessoas mais antigas e tem sempre uma coisinha bordada. E elas te contam: “Fui eu quem fiz quando estava aprendendo na escola... Minha mãe quem me ensinou”. Todas aqui sabiam bordar. As que não sabem, não são daqui, vieram para cá depois de se casarem (RESENDE, 2012).

Mas agora quem faz e pratica são poucos... Tanto é tradição, que nos referimos aos nossos bordados como bordados antigos. Porque eram nossas avós, as pessoas mais antigas que faziam. Quando a gente perguntava sobre algum bordado bonito nestas casas velhas, elas vinham com seus paninhos rasgadinhos, cheio de pontinhos, cheio de motivos diferentes. Também quando vem alguém mais velho aqui para comprar, falam: Oh! Minha avó fazia isto (SILVA, 2012).

A memória apoia-se em uma reconstrução seletiva do passado, afinal está condicionada à ação do tempo, que envolve determinado acontecimento em uma trama de outros fatos, sentimentos e experiências. Nem tudo fica registrado pela memória, que está sujeita a enquadramentos, escolhendo o que será lembrado ou

esquecido. E a construção individual da memória pode ser consciente ou não. “Existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, não-ditos” (POLLAK, 1989, p. 9).

Entende-se dessa forma que *storytelling* é um processo natural nessa organização, visto que todos os artesãos são importantes protagonistas da história da organização. Suas narrativas são necessárias à criação, à manutenção e à construção de estratégias de interação com seus públicos.

Diante da necessidade de conquistar consumidores, os artesãos da *Clareart* conciliam as impressões históricas com os interesses mercadológicos. Em suas peças buscam contar suas histórias e aspectos da sua tradição e da sua identidade, enquanto na comunicação trazem tais características para estimular a produção de discursos pertinentes aos valores e aos objetivos da organização artesanal.

A comunicação, como meio importante para a articulação desses discursos, passa a ser responsável pela transmissão de valores a partir de mensagens, promovendo uma interação entre emissores e público. Assim, a comunicação passa a ser um espaço democrático para distintos protagonistas sociais.

As liberdades de informação e expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, nem apenas no direito de expressar-se por “quaisquer meios”- o que soa vago-, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e das suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores- de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar (PERUZZO, 2004, p. 57).

Soma-se a isto, o crescimento do terceiro setor e a necessidade de se utilizar dos mecanismos de comunicação sem perder em seus discursos suas referências e valores. Assim, distintos grupos passam a ter na mídia o meio para defender seus pontos-de-vista e sua participação na arena socioeconômica atual:

Assim como os setores público e privado, os chamados “movimentos sociais”, “terceiro setor” ou organizações não governamentais também buscam a imprensa para tomar legítimas suas pretensões e obter apoio da opinião pública (DUARTE, 2002, p.149).

As organizações artesanais vêm apostando na inserção de seus trabalhos nos meios de comunicação como recurso eficaz na promoção de seus valores,

solidificando sua imagem junto aos seus públicos de interesse. Ainda a partir desta exposição, os grupos podem conquistar mercados e ampliar seus horizontes de investimento. A visibilidade, aqui compreendida, alarga o conceito comunicação, mostrando a sua interface discursiva no propagar, no publicitar. Para Márcio Simeone Henriques:

... Se a visibilidade alcançada pela mídia tende a ser efêmera e não se presta para a geração de vínculos a longo prazo, por outro lado, pode ser importante instrumento de apoio para lançar o movimento, propor a causa, como também para reforçar as suas ações pontuais, seja por uma cobertura da imprensa, seja pelo seu uso publicitário (HENRIQUES, 2002, p. 41-42).

Inserido nesse contexto, os *Bordados Clareart* vêm buscando conquistar um lugar ao sol. Responsáveis por uma intensa produção e serviços de qualidade, eles têm nos veículos de comunicação a oportunidade de se fazerem presentes. A comunicação como agente de propagação de discursos passa a ser o recurso mercadológico que rompe fronteiras e definem novos variáveis espaços-temporais, possibilitando uma interação entre produtores e consumidores, ainda que seja no âmbito virtual.

Os *Bordados Clareart* conscientes da importância de comunicar suas produções, tem disponível um *blog* na internet, que pode ser acessado pelo endereço www.bordadosclareart.com. Neste, clientes ou amantes da produção artesanal podem conferir um pouco da história grupo, dos trabalhos que os mesmos vêm realizando por meio de fotos dos bordados ou por comunicados sobre as feiras que participaram ou participarão. Os seus públicos de interesse podem ainda interagir pela fanpage no Facebook, por meio do endereço www.facebook.com/ateliebordadosclareart.

Peter Drucker defende que “o equilíbrio de uma sociedade está em sua capacidade de compatibilizar tradição com modernidade, passado com futuro” (DRUCKER, s.d apud NETO, 2008). Os bordadeiros da *Clareart* estão atentos a estas questões, criando peças que se adequam aos valores das tradições e as expectativas do presente:

Estou sempre atento nas feiras ao que os consumidores pensam sobre o produto que fazemos, às vezes saio do nosso estande e ando pela feira, a fim de encontrar opiniões. Também, paro em frente ao nosso estande e finjo ser um mero observador, a fim de ver a reação dos clientes, os seus comentários. Ainda busco opiniões com

profissionais que fazem parte desses eventos, converso e observo o trabalho de outros profissionais do bordado. Claro, que o nosso produto tem a nossa cara, nossa forma de bordar, mas busco referências. E como sou quem mais participa das feiras e estou mais próximo da realidade da internet, eu quem repasso estas informações às bordadeiras. **Eu sou o responsável por riscar, porque acabei filtrando o que os nossos clientes desejam, eles querem as coisas que eram de suas avós, mas com as cores e assuntos que tenham a ver com o seu dia-a-dia, sua realidade de mundo. Por isso contamos estas histórias.** Nossas almofadas têm o ponto antigo, é a nossa técnica, mas a temática não precisa ser fechada com a realidade de vida da nossa cidade. Você pode ter um coqueiro preto ou as árvores da nossa região, os ipês. Pode ter a utopia das histórias de um primeiro amor ou não. O que desejamos é que nossa almofada fique bem aqui, na Bahia, ou nos Estados Unidos, **queremos que as pessoas em geral possam se identificar, por isso diversificamos, misturamos...**[Grifo meu] (RESENDE, 2012).

5 Considerações

O presente trabalho compreende o *storytelling* ou o *contar histórias* como uma forma importante de gerar mecanismos de integração na organização artesanal *Bordados Clareart*, junto seus colaboradores e seus públicos de interesse. Percebe-se que as *histórias* são elementos constituintes dos processos comunicacionais, conectando a comunicação eminentemente comunitária aos meios de comunicação virtuais, as redes sociais. Além disso, a comunicação interna ocorre pelas vias do aprendizado e das trocas afetivas, o que dá sentido à história individual e organizacional.

No contexto avaliado, o *contar histórias* não é importante só pelo fato de viabilizar estratégias de comunicação e vendas. *Contar histórias* é, simplesmente, a própria comunicação, que energiza toda a realidade da organização artesanal: criatividade, produção, atividades das artesãs, processo de venda, a construção de discursos sobre o produto.

Os artesãos por meio dos seus trabalhos dão continuidade aos aspectos da cultura local e resguardam as memórias dos seus antepassados, em um processo natural de comungar valores sobre um tempo e um lugar. Os artesãos da organização constroem suas subjetividades e sua identidade, juntamente, com o processo de formação identitária da organização.

Referências

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. In: **Comunicação e Sociedade**. Disponível em: galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream. Data de acesso: 16 de março de 2010.

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”?** Apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom Disponível em www.intercom.org.br/pesquisa/pesquisa. Data de acesso 22 de junho.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2002.

COGO, Rodrigo Silveira; NASSAR, Paulo. A história e a memória na comunicação organizacional: um estudo da narrativa da experiência para atratividade dos públicos. In: **Animus- Revista Inter. de Comunicação Midiática**. Santa Maria, v. 10, n.19, sem. 2011, E-ISSN 2175–4977.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo. Atlas, 2002.

GONÇALVES, Raruza Keara Teixeira. **As relações de identidade e pertencimento inseridas no processo produtivo das organizações artesanais no contexto da globalização**. Monografia, FACOM/UFJF, 2010.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Genesis- Fundação Educacional e Cultural, 2002.

HALL. Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro. Ed. Aeroplano, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MARINHO, Heliana. **Artesanato: tendências do segmento e oportunidade de negócio**. SEBRAE/RJ. Rio de Janeiro. www.biblioteca.sebrae.com.br/bds. Data de acesso 10 de outubro. 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios as mediações – comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1997.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUSEU DA PESSOA. **Manual do Entrevistador**. São Paulo (SP): s.d. Digitalizado.

NASSAR, Paulo. **Relações Públicas: na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional da organização**. São Caetano do Sul: Difusão, 2007.

NETO, Eduardo Barroso. Design, identidade cultural e artesanato. Disponível em <http://www.eduardobarroso.com.br/artigos.htm>. Data de acesso em 8 de set. 2010.

NÚÑEZ, Antonio. É melhor contar tudo: o poder de sedução das histórias no mundo empresarial e pessoal. São Paulo: Nobel, 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In:____. **OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). Comunicação Pública. São Paulo: Alínea, 2004, p. 49-79.**

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278> Acesso em out.2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Ética e História Oral Revista do Programa de estudos em pós-graduados em História e o Departamento de História da PUC- SP. São Paulo, volume 15, 1997, p. 13-49.

RESENDE, Glacy Aparecida de. Entrevista concedida à Raruza Keara em jan de 2012.

RESENDE, Ivânia Jaqueline. Entrevista concedida à Raruza Keara em jan de 2012.

RIBEIRO, Roberta Aparecida Neves. Entrevista concedida à Raruza Keara em jan 2012.

SILVA, Etelvina Raimunda de Resende. Entrevista concedida à Raruza Keara em jande 2012.

SILVA, Moises Jordano. Entrevista concedida à Raruza Keara em jan de 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (orgs.). **História falada: memória, rede e mudança social.** São Paulo: SESC SP, Museu da Pessoa, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.17-43.

_____. **A voz do passado.** A história oral. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.

DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET: UM ESTUDO PRÁTICO SOBRE O USO DE VÍDEOS, FOTOS E TEXTOS PROVENIENTES DO AMBIENTE VIRTUAL

Daniel Domingues Gonçalves¹

¹Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Mestre em Direito e Inovação na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (2016) na área de concentração Argumentação Jurídica. Áreas de interesse: Direito Civil, Comercial, Direito Econômico, Direito Constitucional e Direito Autoral. Atualmente é professor do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Neves, São João del Rei, no curso de Direito, nas disciplinas: Direito Empresarial I; Direito Empresarial II; Direito Empresarial III; Direitos Difusos e Coletivos. Faz parte ainda do Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Direito dessa mesma instituição.

Resumo: O presente artigo tem como pano de fundo a dissertação de mestrado do autor em comento sob o título "CREATIVE COMMONS: Os limites da Lei na regulação de Direitos Autorais". Naquele trabalho o autor estabeleceu os limites e desafios da regulação de direitos autorais nos dias atuais de uso cada vez mais acentuado da internet. No presente artigo tentou dar um enfoque mais prático ao resultado daquela pesquisa de modo a contribuir para que leigos e até mesmo profissionais do direito façam um uso de vídeos, fotos e textos sem eventualmente incorrerem na violação de direitos autorais. Bem como a dissertação o marco teórico utilizado é a "Teoria do Direito como Integridade" de Ronald Dworkin, que por meio de uma hermenêutica crítica interpreta a legislação dando um enfoque coerente com a realidade atual. A pesquisa tem um caráter teórico e propositivo, de modo que, através da análise dos dados acerca do tema, seja possível delimitar um entendimento mais concreto sobre como funciona a distribuição de conteúdo autoral na internet. Empiricamente analisaremos dados provenientes de uma série de sites. Esses dados delimitarão o uso de direitos autorais na internet, especificamente a distribuição através de vídeos, de fotos e textos.

Palavras-chave: Direito Autoral. Internet. Vídeo. Fotos. Texto. Direito como integridade.

Introdução

Pode-se dizer que o ser humano é o único animal da terra que tem a capacidade de criar algo e atribuir posteriormente a titularidade de tal coisa a um

criador ou autor, ou eventualmente um titular⁴. Uma vez tendo como principal característica a sua sociabilidade, o ser humano necessariamente trará para a sociedade suas criações, que, sendo objeto de uso passarão por algum tipo de regra de uso. Aí justamente entra a legislação e o direito, delimitando qual seria os limites do uso dessa criação, tanto em relação a terceiros, quanto em alguns até em relação ao próprio autor ou titular (BITTAR, 1994).

É perceptível que após a criação da internet ocorreu um salto de conhecimento (ABREU, 2014), uma vez que os meios formais de apreensão de conhecimento e informação como livros, jornais e até mesmo meio tecnológicos como TV mostram se não altamente restritos, no mínimo. Após a criação da internet qualquer um através de um blog ou mesmo uma rede social pode criar conteúdo original, sem contar com os sites específicos que citaremos direcionados de maneira específica para a criação e difusão de conteúdo.

Fato é que como quase todas as inovações tecnológicas do século 20 a internet foi criada inicialmente com objetivos militares⁵, em decorrência da necessidade de aprimoramento das tecnologias que visavam tanto a rapidez quanto a segurança das comunicações, fora quase total desnecessidade de estrutura física permanente. Tudo hoje se encontra na rede, ou como alguns preferem dizer na "nuvem". Nada se perde uma vez que todas as informações em literalmente poucos segundos podem rodar o globo.

Com o tempo foi sendo percebido o grande potencial de negócios na internet, inicialmente das empresas que criavam computadores e posteriormente empresas que prestavam serviços relacionados a internet, como por exemplo servidores (ABREU, 2014).

Da certa maneira é um tanto intuitiva para boa parte das pessoas do mundo moderno a grande marcha de domínio da internet na vida cotidiana dos indivíduos de

⁴ . Deve-se ter atenção pois modernamente não se confundem autoria e titularidade de uma obra ou qualquer conteúdo licenciado. No caso do direito brasileiro persistem como será apresentado os direitos morais do autor, porém os direitos patrimoniais a regra dominante é a mesma referente aos bens jurídicos disponíveis, ou seja, negociáveis.

⁵ . "O apoio financeiro do governo norte-americano através da pesquisa promovida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos por meio da ARPA - Administração dos Projetos de Pesquisa Avançada, já em 1968, foi o impulso para a implantação do sistema de informação em rede. Iniciada com objetivos militares, propondo uma sobrevivência aos elementos partícipes por não estarem conectados de modo hierárquico, característica marcante daquele setor, a disposição em rede permitia a não ameaça ao cabeça do programa, caso fosse atacada. Era crucial que a arquitetura do sistema fosse diferente daquela apresentada pela rede de telefonia norte-americana."(ABREU, 2014)

países que tinham acesso a tal serviço (hoje disponibilizado em quase todo mundo). Cabe-nos, nesse viés, ressaltar apenas um momento específico: o advento das redes sociais.

As redes sociais (TOMAÉL, ALCARÁ, DI CHIARA, 2005)⁶ prestam um papel claro: aproximar vínculos sociais e interesses comuns, o que por consequência obviamente faria que as pessoas consumissem e criasse conteúdo de uma maneira muito mais dinâmica uma vez que gerou a acumulo e difusão da informação tendo em vista a facilidade prática de encontrá-la.

Sem dúvida o grande efeito gerado foi uma comunidade global, ou como é mais conhecido uma rede mundial de computadores, que a longo do tempo criou também uma cultura virtual parcialmente desvincilhada da cultura tradicional, decorrente da "troca social sob diversos formatos - de fóruns e chats à *weblogs*, de *fotologs* à troca de mensagens SMS, do Orkut aos sistemas mais genéricos de troca *peertopeer*, dos jogos eletrônicos em linha à atividade acadêmica" (LEMOS, 2004).

Ocorre que boa parte dessas trocas se dá a partir de conteúdos protegidos por legislações de direitos autorais, de países diversos por sinal, gerando um problema duplo, que abrange tanto a uniformização de legislação quanto a competência territorial uma vez que o conteúdo se encontra em ambiente virtual. Não discutiremos nesse trabalho nenhuma dessas perspectivas, que exigiria uma pesquisa mais bibliográfica do que empírica, o que definitivamente não é nosso objetivo. Aqui analisaremos apenas como se dá o uso de tais direitos no momento atual. Se necessitam de aprimoramento ou qualquer outra natureza de intervenção não será nosso objeto de estudo.⁷

Podemos dividir para fins didáticos em dois tipos de culturas distintas em relação aos direitos autorais na internet: "*copyleft*", em contraposição o tradicional

6. "As redes sociais ultrapassaram o âmbito acadêmico/científico, conquistando e ganhando espaço em outras esferas. E podemos observar esse movimento chegando à Internet e conquistando cada vez mais adeptos, aglutinando pessoas com objetivos específicos, ou apenas pelo prazer de trazer à tona ou desenvolver uma rede de relacionamentos. Isso é possibilitado por um software social que, com uma interface amigável, integra recursos além dos da tecnologia da informação. O uso desses recursos gera uma rede em que os membros convidam seus amigos, conhecidos, sócios, clientes, fornecedores e outras pessoas de seus contatos para participar de sua rede, desenvolvendo uma rede de contatos profissional e pessoal, que certamente terá pontos de contatos com outras redes. Enfim, são ambientes que possibilitam a formação de grupos de interesses que interagem por meio de relacionamentos comuns." (TOMAÉL, ALCARÁ, DI CHIARA, 2005)

7. Tais temas foram objeto de análise da dissertação do autor do presente artigo, de modo que nesse assunto remeto o leitor a mesma.

anterior, o "copyright". No presente estudo nos interessa apenas o primeiro, uma vez que estudaremos um tipo de licenciamento específico da internet: "Creative Commons".

Pode-se dizer que ao longo do tempo outras modalidades de criação e distribuição de conhecimento tomaram o lugar das muitas tradicionais industrias como a musical, literária e etc.

"Outros metabolismos econômicos emergem, particularmente aqueles derivados da generosidade e da solidariedade. Na sociedade da informação, a propriedade intelectual dos bens imateriais se contrapõe aos interesses comuns. A produção de escassez artificial entra em conflito com a produção colaborativa e com o compartilhamento. O sistema de copyright parece não mais servir." (LIMA, SANTINI, 2008).

De maneira bem podemos afirmar que no "copyleft" existe apenas duas regras: é possível a "derivação de trabalhos subsequentes ao original" (LIMA, SANTINI, 2008), sem a autorização direta e singular do proprietário; assim será necessário que igual ao original, esses trabalhos tenham a mesma licença. Assim é possível perceber que, a partir dessas características "o termo copyleft se refere a uma grande família de licenças criativas que têm as duas características básicas citadas anteriormente." (LIMA, SANTINI, 2008).

Assim foram criados diversos tipos de licença a partir desse conceito, porém, considerando o escopo do trabalho que é apenas dar um panorama geral do uso de vídeos, fotos e textos, escolhemos as licenças concedidas por meio do sistema de atribuição da Creative Commons Foundation⁸⁹, uma vez que como demonstraremos são a maioria esmagadora hoje em dia.

Na verdade tal modelo se mostrou simples, eficiente e acessível. A fundação citada propiciou a "criação de uma rede contratual de produtores e usuários de sistemas e conteúdos permite que se compartilhem seus trabalhos pela Internet (LIMA, SANTINI, 2008)." A ideia é "proporcionar instrumentos concretos (as licenças)

⁸. Dados disponíveis em: <<http://creativecommons.org/>>

⁹. As licenças disponibilizadas pela Creative Commons Foundation têm esse mesmo nome, ou seja, Creative Commons, sendo normalmente reconhecidas pela sua forma simplificada, qual seja "CC", sendo na maioria dos casos agregadas as siglas "SA", "BY", entre outros, que correspondem qual tipo de uso será permitido pelo consumidor final. Explicaremos detidamente no curso da dissertação o que significam tais siglas.

aos criadores para que possam regular os usos de suas obras" (LIMA, SANTINI, 2008).

"as licenças são instrumentos legais que permitem aos autores estabelecer os termos sob os quais querem compartilhar suas obras, deixando que outros as usem, copiem, distribuam e modifiquem, mantendo seu direito moral ao reconhecimento como criadores e proibindo, por exemplo, o uso comercial." (LIMA, SANTINI, 2008)

Assim "O Creative Commons cria opção de um meio-termo legal entre "todos os direitos reservados" dos contratos de direito autorais tradicionais e o domínio comum" (LIMA, SANTINI, 2008). O que se objetiva aqui é tornar acessível instrumentos que protejam a propriedade intelectual sem que seja necessário a pessoa acessar um advogado ou, mesmo, ter conhecimento jurídico prévio.

Estudar-se-á assim as diversas licenças de uso fornecidas pela Creative Commons Foundation, que na verdade funciona como um repositório (LIMA, SANTINI, 2008) de licenças públicas para textos, obras artísticas e qualquer conteúdo no qual se tenha a necessidade de se estabelecer parâmetros acerca do reconhecimento do criador de algo (1), bem como quais as características de comercialização (permissões de uso) (2).

Marco Teórico

Utilizamos para tal pesquisa como marco teórico o Direito como Integridade de Ronald Dworkin. O autor adota uma nova postura epistemológica por meio de uma hermenêutica crítica, o que na prática gera um diálogo entre o direito e outros ramos do conhecimento. Na verdade, a grande questão é a adequação coerente (ROHLING, 2012) dos princípios de uma comunidade e a prática hermenêutica cotidiana, de modo que legislação seja efetivamente o reflexo dos princípios de uma comunidade (DWORKIN, 2003).

O autor procura entender o direito a partir de sua prática, deixando de lado uma dimensão utópica do direito e analisando o mesmo de uma maneira pragmática. Para o autor:

"O direito não é esgotado por nenhum catálogo de regras e princípios, cada qual com seu próprio domínio sobre uma diferente esfera de

comportamentos. Tampouco por alguma lista de autoridades com seus poderes sobre parte de nossas vidas. O império do direito é definido pela atitude, não pelo território, o poder ou o processo... 'É uma atitude interpretativa e auto-reflexiva, dirigida à política em mais amplo sentido. É uma atitude contestadora que torna todo cidadão responsável por imaginar quais são os compromissos públicos de sua sociedade com os princípios, e o que tais compromissos exigem em cada nova circunstância". (DWORKIN, 2003, pag.116)

Essa abordagem promove, de certa maneira, uma conexão com estruturas que via de regra são pouco afins ao direito, como a economia, que no caso dos direitos autorais relacionados a internet será de vital importância para o entendimento de como atualmente em grande parte funciona a regulação de direitos autorais na internet.

Metodologia

O site da Creative Commons Foundation agrega informações provenientes de uma série de sites, que serão os dados empíricos que pretendemos analisar.

Tais licenças, ao atribuírem usos distintos aos conteúdos licenciados, ajudaram a demonstrar quais são os padrões mais comuns de atribuição de direitos autorais, e ainda, mostrar qual o tipo de uso que se poderá fazer de uma série diversas de conteúdo nos sites mais utilizados da internet.

Assim, foi realizada uma coleta de dados (EPSTEIN, KING, 2013)¹⁰ já existentes no site da Creative Commons Foundation. A partir da página principal do site é possível acessar um subdomínio, que contém um relatório online sobre a atual situação do Creative Commons no mundo.¹¹ Esse relatório possui uma série diversa de dados, sendo que um deles é a distribuição global de licenças Creative Commons no mundo, estabelecendo quais são os padrões de utilização desse tipo licença na Web. A partir desse padrão de uso do Creative Commons no mundo e do marco teórico da integridade de Dworkin, pretende-se identificar o nível de integração entre

¹⁰ "O bom trabalho empírico adere ao padrão da replicação: outro pesquisador deve conseguir entender, avaliar, basear-se em, e reproduzir a pesquisas em que o autor lhe forneça qualquer informação adicional. Esta regra não requer apenas que alguém de fato replique os resultados de um artigo ou livro; ela requer apenas que os pesquisadores forneçam informações - no artigo, livro ou outra forma disponível ou acessível ao público - suficientes para a replicação do resultado em princípio." - (EPSTEIN, KING, 2013, Pag.47/48)

¹¹. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. State of the Commons. Disponível em <<https://stateof.creativecommons.org/>> .Acesso em 10, ago.2015

o desenvolvimento tecnológico mundial do direito autoral através das licenças citadas, bem como quais são os padrões mais comuns de licenciamento.

Tabela 1 – Licenças ¹²	
Comercial	Não-comercial
<p>CC BY: Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.</p>	<p>CC BY-NC: Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença. NãoComercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.</p>
<p>CC BY-SA: Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença. Compartilha Igual — Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que o original.</p>	<p>CC BY-NC-SA: Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença. NãoComercial — Você não pode usar o material para fins comerciais. Compartilha Igual — Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que o original.</p>
<p>CC BY-ND: Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença. Sem Derivações — Se você remixar, transformar ou criar a partir do material, você não pode distribuir o material modificado.</p>	<p>CC BY-NC-ND: Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença. NãoComercial — Você não pode usar o material para fins comerciais. Sem Derivações — Se você remixar, transformar ou criar a partir do material, você não pode distribuir o material modificado.</p>

Existem ainda duas condições que são comuns a todas as licenças e um aviso aos possíveis licenciantes acerca dos termos de uso. Elas dizem respeito à atribuição e a restrições adicionais que por uma questão de espaço e repetição desnecessária não colocamos na tabela acima. Consta assim ainda no texto das licenças:

¹². Essas características se encontram no site Creative Commons Foundation, CREATIVE COMMONS FOUNDATION, *Sobre as licenças*. Disponível em <<http://creativecommons.org/licenses/>>; Acesso em 10,ago,2015.

1) "Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso."

2) "Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita."

3) "Avisos: Você não tem de cumprir com os termos da licença relativamente a elementos do material que estejam no domínio público ou cuja utilização seja permitida por uma exceção ou limitação que seja aplicável. Não são dadas quaisquer garantias. A licença pode não lhe dar todas as autorizações necessárias para o uso pretendido. Por exemplo, outros direitos, tais como direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais, podem limitar o uso do material."

Resultados

Apresentaremos de maneira bem direta os resultados, uma vez que se tratam essencialmente de dados estatísticos. Inicialmente apresentaremos um panorama geral do uso dessas licenças.

Total de trabalhos licenciados	Ano	Crescimento Médio Anual
140.000.000	2006	0
400.000.000	2010	46,43%
882.000.000	2014	30,13%
1.100.000.000	2015	24,72%

Apenas a título comparativo talvez seja importante também compreender a evolução dos tipos de licença para entendermos a existência de uma possível novo padrão de comportamento na internet.

¹³. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. *state of creative commons*. Disponível em <<http://stateof.creativecommons.org /2015 /data.html#more-than-1-billion-cc-licensed-works-in-the-commons-as-of-2015>> .Acesso em 08.jan.2016

Tabela 6 - Evolução dos tipos de licença			
Ferramenta/Licença	Distribuição Em 2013	Distribuição em 2015	FreeCultureLicense?
CC0, Marca em Domínio Público + PD Tools	4%	3%	Sim
CC BY	19%	24%	Sim
CC BY SA (Compartilha igual)	33%	37%	Sim
CC BY ND (Sem derivações)	2%	2%	Não
CC BY NC (Sem uso comercial)	4%	6%	Não
CC BY-NC-SA (Sem uso comercial e Compartilha igual)	16%	14%	Não
CC BY-NC-ND (Sem uso comercial e Sem derivações)	22%	14%	Não

E por fim antes da abordagem específica dos sites, talvez seja interessante analisar quais e em que proporção os diversos tipos de conteúdo foram licenciados:

Tabela 8 - Distribuição dos tipos de licença¹⁴		
Tipo de Conteúdo	Número de Trabalhos	Porcentagem
Imagens (fotos, desenhos, etc.)	391.000.000	84,6%
Recursos Educacionais Abertos	76.000	----- ---
Artigos de Jornal	1.400.000	0,3
Faixas de Áudio	4.000.000	0,8%
Vídeos	18.400.000	3,9%
Textos (artigos, documentos, etc.)	46.900.000	10,1%
Outros (3D. multimídia)	23.000	----- ---
Total	461.799.000	

A seguir vamos observar o objeto principal do trabalho, qual seja, como as principais fonte de conteúdo se comportam na atribuição de direitos autorais ao seus dados.

Inicialmente daremos uma visão geral a partir da tabela abaixo:

14. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. *state of creative commons*. Disponível em <<http://stateof.creativecommons.org /2015 /data.html#more-than-1-billion-cc-licensed-works-in-the-commons-as-of-2015>> .Acessoem 08.jan.2016

Plataforma	Número de Trabalhos em CC
Flickr	356 milhões de fotos
Wikipédia	35.9 Milhões de artigos
Wikimedia Commons	21.6 Milhões de artigos de mídia
Europeana	20.9 Milhões de objetos digitais
YouTube	13 Milhões de vídeos
Vimeo	5 Milhões de vídeos
Internet Archive	2 Milhões de arquivos
Bandcamp	1.95 Milhões de Músicas
500px	661.000 fotos
Jamendo	496.000 músicas
PLOS	140.000 artigos
DOAJ	1.323.304 artigos
FMA	86.000 músicas
Boundless	49.000 artigos educacionais
TribeofNoise	29.000 Músicas
Skills Commons	24.000 materiais de treinamento profissional
MIT opencourseware	2.300 Cursos

E agora as atribuições de licenças por site. No caso do Flickr o site permite o manuseio e a modificação de vídeos e fotos, além permitir compartilhamento e hospedagem:

Tipo de Licença	Numero	Porcentagem
CC BY	67354310	18,90%
CC BY-ND	19215096	5,39%
CC BY-NC-ND	90361041	25,35%
CC BY-NC	45793028	12,85%
CC BY-NC-SA	99330609	27,87%
CC BY-SA	32756937	9,19%

¹⁵. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. *state of creative commons*. Disponível em <<http://stateof.creativecommons.org/2015/data.html#more-than-1-billion-cc-licensed-works-in-the-commons-as-of-2015>> .Acesso em 08.jan.2016

¹⁶. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. *state of creative commons*. Disponível em <<http://stateof.creativecommons.org/2015/data.html#more-than-1-billion-cc-licensed-works-in-the-commons-as-of-2015>> .Acesso em 08.jan.2016

No caso da Wikipedia, 100% das licenças estão cobertas pela proteção CC BY-SA, permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Já o Wikimedia Commons é um projeto também da Wikipédia. Fornece um repositório de imagens e outros tipos de multimídia, 83,2% estão sob a licença Creative Commons. Logo deve-se ter mais atenção pois existe conteúdo licenciado de maneira distinta (por uma questão de serem antigos na maioria das vezes anteriores ao CC).

Licença	Quantidade	%
CC-BY	3.427.781	15,83%
CC-BY-NC	4.839	0,02%
CC-BY-SA	17.385.701	80,30%
CC-BY-ND	0	0,00%
CC-BY-NC-SA	123	0,00%
CC-BY-NC-ND	3	0,00%
Total	21.650.962	

A Europeana é uma biblioteca virtual, criado pelos países membros da União Europeia, trazendo itens que constam no domínio público (em sua maioria) como imagens, fotos e outros produtos audiovisuais.

Licença	Quantidade	%
Marca de Domínio Público	10.300.806	49,16%
CC0	517.675	2,47%
CC BY-SA	2.953.210	14,09%
CC BY-NC-ND	3.311.299	15,80%
CC BY-NC-SA	1.836.195	8,76%
CC BY	1.398.867	6,68%
CC BY-NC	551.597	2,63%
CC BY-ND	84.123	0,40%

17. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. *state of creative commons*. Disponível em <<http://stateof.creativecommons.org/2015/data.html#more-than-1-billion-cc-licensed-works-in-the-commons-as-of-2015>> .Acesso em 08.jan.2016

Total	20.953.772	100,00%
-------	------------	---------

O Vimeo é um site que serve para edição, publicação e "upload" de vídeos. Existe uma proibição mais pesada que a comum para uma série de conteúdos.

Tabela 13 - Quantitativo de Licenças do Vimeo¹⁸

Licença	Quantidade	%
CC BY	1.213.461	24,67%
CC BY-SA	408.614	8,31%
CC BY-ND	298.931	6,08%
CC BY-NC	790.365	16,07%
CC BY-NC-SA	587.729	11,95%
CC BY-NC-ND	1.619.817	32,93%
CC0	Desconhecido	
Total	4.918.817	100,00%

Outra fonte importante foi o Internet Archive, uma Fundação sem fins lucrativos dedicada a manter recursos multimídia arquivados. Uma das ferramentas é o "WayBackMachine", que mantém retratos da web "printados" de conteúdos que existiram há muito tempo atrás.

Tabela 14 - Quantitativo de Licenças do Internet Archive¹⁹

Licença	Quantidade	%
CC BY-NC-ND	479.181	23,88%
PDM	391.930	19,53%
CC BY-SA	320.436	15,97%
CC BY-NC-SA	248.785	12,40%
CC0	223.036	11,12%
CC BY	220.781	11,00%
CC BY-ND	65.126	3,25%
CC BY-NC	57.215	2,85%

¹⁸. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. *state of creative commons*. Disponível em <http://stateof.creativecommons.org/2015/data.html#more-than-1-billion-cc-licensed-works-in-the-commons-as-of-2015> .Acesso em 08.jan.2016

¹⁹. CREATIVE COMMONS FOUNDATION. *state of creative commons*. Disponível em <http://stateof.creativecommons.org/2015/data.html#more-than-1-billion-cc-licensed-works-in-the-commons-as-of-2015> .Acesso em 08.jan.2016

Total	2.006.490	100,00%
-------	-----------	---------

Por fim o “500 px” é uma comunidade de fotografia canadense. Ela tem o objetivo de aglomerar aspirantes e profissionais de fotografia juntos em um mesmo ambiente. Trata-se de uma rede social.

Licença	Quantidade	%
CC BY-NC	114.024	17,24%
CC BY-NC-ND	227.233	34,36%
CC BY-NC-SA	148.951	22,52%
CC BY	14.064	2,13%
CC BY-ND	34.831	5,27%
CC BY-SA	52.717	7,97%
Total	661.307	100,00%

Não apresentamos todos os sites incluídos na tabela acima. Colocamos apenas os que julgamos serem mais relevantes para os estudos em tela, qual, objetivamente compreender os padrões de atribuição de direito autoral em cada um dos sites acima citados.

Discussão

Apesar dos dados serem bem diretos e fornecerem um aplicativo prático e direto acerca do uso de conteúdo dos sites acima citados, devemos destacar as seguintes observações, que para um usuário habitual da internet podem passar despercebidos. Selecionaremos pela relevância o comentário.

A grande maioria dos trabalhos licenciados são fotos ou imagens, seja pela sua facilidade de produção ou mesmo circulação. Em torno de 50% das licenças são bem restritivas (fato explicado no flickr por ser uma rede social, ou seja, de caráter particular), mas ao mesmo tempo 30% permitem o uso comercial.

No caso da Wikipedia 100% das licenças correspondem a licença CC BY - SA, ou seja, permite a modificação, bem como a comercialização da obra cultural. Porém, ao mesmo tempo, exige que o compartilhamento seja feito sobre os mesmos critérios.

²⁰. Idem.

Por se tratar uma site colaborativo nada estranho, principalmente considerando os artigos serem produzidos de maneira coletiva, inclusive com uma série de mecanismos de participação que aqui não vem ao caso.

E por fim o Youtube, um dos sites mais acessados do mundo podemos perceber que se trata do site como maior possibilidade de uso do conteúdo disponibilizado, uma vez que licença utilizada é a CC BY. O site permite a modificação total do produto, inclusive com fins comerciais.

Conclusão

Por mais que o sistema Creative Commons tenha simplificado e muito a possibilidade de leigos e até acadêmicos acessarem conteúdo e terem a segurança de não estarem infringindo direitos autorais, fica claro que, mesmo assim, deve-se ter grande atenção no uso de tais conteúdos.

Podemos observar que nossa sociedade hoje passa por mudanças tanto na distribuição, quanto na geração de conteúdo. A distribuição ficou muito facilitada com o acesso a meios digitais, que de forma rápida e segura transmitem uma quantidade cada vez maior de dados, facilitando o acesso de pessoas ao conhecimento. Ao mesmo tempo, cada usuário da internet hoje em dia é um possível produtor de conteúdo, seja em sites pessoais, seja em sites específicos para essa finalidade, que facilitando o processo de criação e edição de conteúdo possibilitaram um cada vez maior volume de informação gerado em ambiente virtual.

O mais interessante é que os sites especializados para criação de conteúdo via de regra tentam difundir uma cultura de uso livre de conteúdo, mesmo hoje em dia já se tratando de multinacionais ou mesmo grandes empresas de tecnologia. Isso é sem dúvida um demonstrativo que a cultura de difusão do conhecimento não é dissociada da atividade capitalista, muito pelo contrário, é complementar.

Nesse viés, a criação de instrumentos jurídicos como os estudados teve sem dúvida o objetivo de facilitar a atribuição de autoria a diversos conteúdos, que de outra maneira estariam sujeitos a contratos extensos e pouco funcionais para leigos em assuntos jurídicos.

A criação de tais mecanismos jurídicos foi fundamental, uma vez que os sites de maior acesso e transito de conteúdo utilizam o sistema, justamente levando em consideração a quantidade de pessoas produzindo conteúdo e a necessidade de

simplificação do sistema de licenciamento, que de maneira colateral, contribui com a cada vez maior quantidade de conteúdo produzido.

É por óbvio que a legislação brasileira bem como de outros países não deve ser desconsiderada, seu uso é acessório as licenças e não pode ser contraditório em relação as mesmas.

Na verdade, a questão das legislações nacionais, salvo raras exceções, fica muito clara quando do uso do tipo de licença estudada. Fato é que ao longo de um século foi larga medida uniformizada a legislação de direitos autorais no mundo, atendendo até mesmo uma necessidade da globalização. Por outro lado, sem essa uniformização, mesmo em um ambiente de negócios tradicional, seria muito perigoso o transito de informação e conteúdo sob a soberania de legislações diversas.

Em ambiente virtual tais fronteiras simplesmente não existem. A internet ligou as pessoas de uma maneira jamais vista antes, de modo que as legislações nacionais que não coincidam com a realidade de transito e criação de conteúdo simplesmente serão objeto de fuga por parte desses criadores de conteúdo, que acabarão migrando para ambientes cada vez mais livres.

Apesar da existência de uma interface humana do outro lado da tela, quem têm direitos e deveres, que por consequência em última análise se submetem a legislações de países específicos, o sistema estudado na verdade criou um tipo de super licença ou super contrato, que em termos genéricos se adapta a qualquer legislação, principalmente por ter simplificado as possibilidades de atribuição de conteúdo.

Ademais, o licenciamento de direitos autorais, seja dentro, seja fora da internet é livre, sendo o sistema Creative Commons apenas um deles, dentro de um universo que ainda pode ser criado, até mesmo por produtores de conteúdo leigos, que têm no fim apenas o objetivo de difundir conhecimento.

Assim, o presente trabalho teve uma finalidade específica, qual seja, apresentar nos sites mais representativos de produção e distribuição de conteúdo qual o seu sistema de atribuição de direitos autorais, que têm uma consequência direta na forma de uso de seu conteúdo pelos indivíduos.

A segurança desse uso por parte do usuário ou mesmo o criador de outro conteúdo a partir do primeiro é fundamental. Daí talvez o grande mérito desse sistema, trazer segurança ao usuário e a produtor de conteúdo, que através da licença, pode ter a certeza de estar cumprindo a legislação autoral do país.

Referências

ABREU, Karen Cristina Kraemer. História e usos da Internet. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. 2009, p. 01-09, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf> Acesso em: 09 Abr. 2014.

BITTAR, Carlos Alberto. Autonomia científica do direito de autor. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, 1994, 89: 87-98.

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEMOS, R. *Creative Commons, mídia e as transformações recentes do direito da propriedade intelectual*. In: Revista DIREITOGV, v.1, n.1, p181-187, maio 2005. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/report/Ronaldo-Lemos.pdf> >. Acesso em: 10 nov, 2015.

LEMOS, Ronaldo; BRANCO Júnior, Sérgio Vieira. *Copyleft, software livre e creativecommons: a nova feição dos direitos autorais e as obras colaborativas*. FGV-CTS, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2796/Copyleft_Software_Livre_e_CC_A_Nova%20Feicao_dos_Direitos_Autorais_e_as_Obras_Colaborativas.pdf?sequence=1> . Acesso em: 05/11/2015.

LIMA, C. M. DE; SANTINI, R. M. *Copyleft e licenças criativas de uso de informação na sociedade da informação*. Ciência da Informação, Brasília, v. 37, n. 1, p. 121-128. 2008.

ROHLING, Marcos. "Dworkin e a Interpretação de Rawls como Filósofo do Direito." *Lex Humana* , vol.4, no. 2, pag. 102-124. (2012).

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. Das redes sociais à inovação. *Ciência da informação, Brasília*, 2005, 34.2: 93-104.

DO CONSTITUCIONALISMO AO NEOCONSTITUCIONALISMO: A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Vinícius Borges Meschick da Silva¹, Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN (Orientador). E-mail: deilton.ribeiro@terra.com.br..

Resumo: Introdução. Os direitos e garantias fundamentais, bem como os direitos humanos são uma construção histórica de muita luta e progresso visto as características do constitucionalismo e o neoconstitucionalismo. O conceito de constitucionalismo é muito claro quanto ao fato de limitar o poder estatal por meio de uma constituição, pois, dessa maneira, não há espaço para arbitrariedades. Já o conceito de neoconstitucionalismo também prossegue na definição de limitação do poder estatal por meio de uma constituição, entretanto, ampliando a efetividade dos direitos e garantias fundamentais. O princípio da presunção de inocência é algo de caráter individual e fundamental para a concretização da dignidade da pessoa humana. Ocorre que em julgamentos recentes, mais precisamente, no Habeas Corpus 126.292, nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, e no Recurso Extraordinário com Agravo 964.246, o STF entendeu que o artigo 283 do Código de Processo Penal não impede o início da execução da pena após condenação em segunda instância sendo que tal decisão relativiza o princípio da presunção de inocência e é nesse sentido que se pauta esse trabalho. Da metodologia utilizada. O método utilizado para a realização do trabalho foi descritivo-analítico. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a doutrinária e a documental. Resultados e discussão. É fato que o princípio da presunção de inocência constitui resultado de um longo processo de desenvolvimento político-jurídico. No mesmo sentido, é fato que o princípio da presunção de inocência é um direito fundamental ligado à dignidade humana. Em nosso sistema jurídico, ninguém pode ser despojado do direito fundamental de ser considerado inocente até que sobrevenha o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Conclusões. A consagração constitucional da presunção de inocência como direito fundamental de qualquer pessoa deve prevalecer, sob a perspectiva da liberdade e dignidade humana, que tem a prerrogativa de ser sempre considerada inocente, para todos e quaisquer efeitos, até o superveniente trânsito em julgado da condenação criminal. Daí a regra inscrita nos artigos 105 e 145 da LEP, que condicionam a execução da pena privativa de liberdade à existência de trânsito em julgado do título judicial condenatório.

Palavras-chave: Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Princípio da Presunção de Inocência. Constituição Federal. Execução da pena.



DOCE VIDA: TRABALHANDO O CUIDADO COM O DIABETES POR MEIO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Rainne Costa Sousa¹, Samantha Lemes Carvalho¹, Gésia Soares Fernandes², Marcos Vieira-Silva³

¹ Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ. Bolsista de PIBEX. ² Discente do Curso de Psicologia da UFSJ. ³ Docente do Curso de Psicologia da UFSJ. Orientador LAPIP/DPSIC/UFSJ. Contato: rainnecostasousa@hotmail.com.

Resumo: O “Doce Vida” foi um Programa de Extensão da Área de Psicologia Social desenvolvido pela UFSJ, em conjunto com profissionais voluntários do Sistema Único de Saúde (SUS), da Associação de Portadores de Diabetes de São João Del-Rei (APD/SJDR) e alunos e professores do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Sudeste de Minas. O programa buscou possibilitar informações para que os portadores de diabetes compreendessem a importância de terem uma boa qualidade de vida por meio do autocuidado, trabalhar com a elaboração das implicações afetivo-emocionais da doença e os fenômenos grupais, a fim de que ocorresse uma maior adesão ao tratamento. Este trabalho utilizou as metodologias de Intervenção Psicossocial e Pesquisa-Ação, por meio da formação de grupos operativos, grupos de reflexão e oficinas de grupo. As reuniões na APD aconteciam semanalmente em sua sede, sendo coordenadas uma vez por mês pelas estagiárias da Psicologia. Este acompanhamento teve a função de observar o desenvolvimento do grupo, captar as demandas, analisá-las e, quando possível, atendê-las. Atuou-se, assim, com a promoção de discussões, resgatando a importância do vínculo e promovendo a troca de experiência pelos integrantes. Essas reuniões também foram coordenadas por outros profissionais como nutricionista, enfermeiras e endocrinologistas. Além destas atividades a associação ainda realizou a Campanha Nacional Gratuita em Diabetes, na qual aconteceram eventos durante uma semana no mês de novembro, devido ao Dia Mundial da Diabetes (14 de novembro). Além do acompanhamento das atividades realizadas na associação, as estagiárias de psicologia realizaram visitas domiciliares aos associados que necessitavam de um acompanhamento mais próximo ou àqueles que não tinham condição de acompanhar as reuniões. Foram desenvolvidas também, atividades nas escolas da cidade, visando levar informações a respeito da diabetes para as crianças e adolescentes. Os resultados obtidos no programa tiveram grande repercussão não só na vida dos portadores de diabetes, mas também em toda a sociedade, visto que as campanhas e eventos realizados pela Associação, com o auxílio do programa, geraram um grande benefício para toda a comunidade e o material produzido no decorrer do trabalho pôde auxiliar outros trabalhos na área da saúde.

Palavras-chave: Intervenção Psicossocial. Diabetes. Processo Grupal.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Louise Cristina Zin¹

Guilherme Taroco¹

Domingos Sávio dos Santos²

Jane Daisy de Sousa Almada Resende³

Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende⁴

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Educação Física do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN.

³ Docente do Curso de Enfermagem do IPTAN. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN.

⁴ Docente do Curso de Enfermagem do IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: jaineresende@iptan.edu.br.

Resumo: A Educação Ambiental tem sido tema de grande relevância nas últimas décadas, principalmente no que se refere aos resíduos sólidos. Contudo, grande quantidade destes resíduos pode tornar-se matéria prima, na medida em que parte dele pode ser reciclado. Sendo assim, foram propostas ações educativas alternativas para alunos do 6º ano de uma escola estadual do município de São João Del Rei que consistiu na elaboração, aplicação e avaliação da eficácia do vídeo intitulado “Educação Ambiental: uma proposta pedagógica de construção de conhecimento em relação à problemática dos resíduos sólidos”. Para tanto foi utilizada como metodologia a aplicação de questionários antes e após a sua apresentação. Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa e extensão do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JÚNIOR/FAPEMIG/IPTAN para alunos que queiram atuar em atividades de pesquisa do Instituto de Ensino Superior “Presidente Tancredo de Almeida Neves” (IPTAN). Após as análises dos questionários, verificou-se que em todas as questões analisadas houve uma melhoria significativa na compreensão do conteúdo ministrado.

Palavras-chave: Educação ambiental. Resíduos sólidos. Vídeo educativo.

Introdução

Nas últimas décadas, têm-se observado que o resíduo sólido pode tornar-se matéria prima, na medida em que é possível a reciclagem de parte dele. Em decorrência disto, a questão ambiental está se tornando pauta permanente com participação de setores diversos em toda extensão da sociedade civil. Sendo assim, existe uma crescente valorização dos resíduos sólidos como insumo pós-consumo.

Neste sentido, o princípio dos 5R's está sendo visto como uma das estratégias utilizadas para a realização concreta do desenvolvimento sustentável. Cabe ressaltar que a política dos cinco R's deve enfatizar a minimização do consumo e a reutilização dos materiais em relação à sua própria reciclagem. Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos, fazendo parte de um processo educativo tendo como objetivo uma mudança de hábito no cotidiano dos cidadãos.

É neste cenário, que os Institutos de Ensino Superior, parte integrante da sociedade e corresponsável pela sua transformação, têm assumido papel fundamental na articulação de processos de transformação, criando uma consciência crítica e comprometida com a educação Ambiental (EA).

Segundo Carvalho (2006, p. 71) e conforme definido na Lei Federal nº. 9.795/99, a Educação Ambiental é vista como uma preocupação dos movimentos ecológicos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, hábitos, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente com a prática de conscientização, que seja capaz de chamar a atenção para a importância das ações educativas como parte primordial para abordagem dos vários problemas ambientais contemporâneos.

Neste sentido, este trabalho foi desenvolvido a partir da aprovação do projeto de pesquisa e extensão BIC-JÚNIOR FAPEMIG/IPTAN e teve como objetivo central elaborar, aplicar e avaliar a eficácia do vídeo intitulado “Educação Ambiental: uma proposta pedagógica de construção de conhecimento em relação à problemática dos resíduos sólidos” a jovens do 6º ano da Escola Estadual Doutor Garcia de Lima, localizada em São João del-Rei/MG, esperando perceber que a introdução de uma metodologia diferente da tradicional seja capaz de fazer o aluno apreender melhor o conhecimento e também sensibilizar o aluno para os agravos gerados pela produção abusiva e o descarte inadequado dos resíduos sólidos no meio ambiente.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido no município de São João Del Rei (21° 08' 09" S 44° 15' 43" O), localizado na região do Campo das Vertentes, pertencente ao estado de Minas Gerais.

Como primeiro passo, foram selecionados alunos do ensino médio para o projeto de pesquisa e extensão do Programa BIC-JÚNIOR FAPEMIG/IPTAN. Esta modalidade de bolsa é destinada a estudantes do ensino fundamental, médio e de educação profissional das escolas públicas municipais, estaduais e federais, sediadas no Estado de Minas Gerais e que queiram atuar em atividades de pesquisa do Instituto de Ensino Superior "Presidente Tancredo de Almeida Neves" (IPTAN).

Em seguida foi feito o levantamento bibliográfico abordando informações sobre o tema em questão utilizando artigos científicos retirados de periódicos, dentre outros. Depois foi realizada a coleta de material sobre o tema para a elaboração do vídeo intitulado "Educação Ambiental: uma proposta pedagógica de construção de conhecimento em relação à problemática dos resíduos sólidos" e em seguida foi elaborado o questionário a ser respondido pelos alunos antes e após a aplicação do vídeo.

Por fim, foi aplicado o questionário e em seguida, apresentado o vídeo supra referido e logo após, aplicado o mesmo questionário pós-teste para avaliar a eficácia do vídeo para mensuração do conhecimento pelos alunos. Além disso, foram realizadas reuniões quinzenais entre a coordenadora do projeto e os professores colaboradores juntamente com os alunos bolsistas e apresentação de seminários envolvendo o artigo selecionado e lido previamente.

Resultados

A Escola Estadual Doutor Garcia de Lima é uma escola bastante heterogênea, possuindo ensino fundamental e ensino médio, sendo que este trabalho foi desenvolvido em uma turma do 6º ano do ensino fundamental. Assim, responderam aos questionários 29 alunos da escola já qualificada acima e nas análises das questões utilizadas no pré e pós-teste verificou-se que o entendimento do conteúdo do vídeo pelos alunos foi percebido quando se observa os gráficos 1 e 2. No pré-teste, aproximadamente 48% dos alunos responderam que lixo não "dava para reciclar", entretanto, no pós-teste aproximadamente 69% dos alunos entenderam a importância

de reciclar, reutilizar, reusar os resíduos sendo este o melhor caminho para o desenvolvimento sustentável, tão almejado na atualidade.

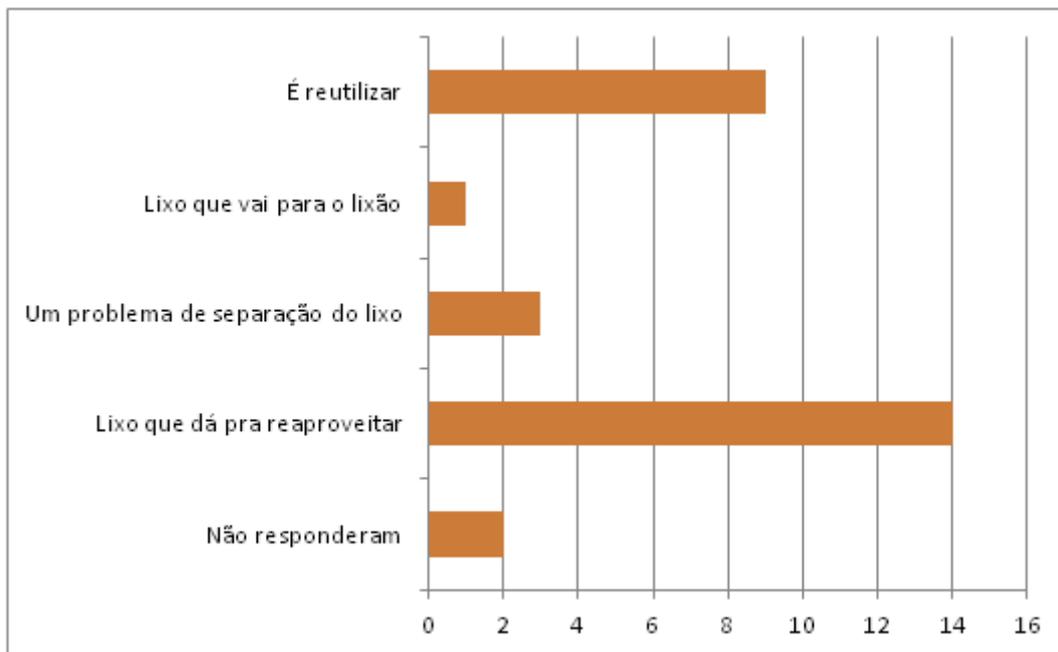


Gráfico 1: Resposta à pergunta do questionário pré-teste "O que é reciclagem?"



Gráfico 2: Resposta à pergunta do questionário pós-teste "O que é reciclagem?"

Além disso, ao observar os gráficos 3 e 4, percebe-se a incorporação do entendimento do sistema de coleta seletiva. Tal entendimento leva a uma melhor qualidade dos resíduos coletados, já que estes serão mais puros, ou em outras palavras "descontaminados", isto é, livres de outros tipos de resíduos.



Gráfico 3: Resposta à pergunta do questionário pré-teste "O que é coleta seletiva?"

Observando o gráfico 4, tem-se que mais de 50% das crianças, após assistirem ao vídeo, responderam que a coleta seletiva é a separação dos lixos recicláveis em lixeiras específicas e que é uma coleta dos lixos selecionados, ao passo que, antes de assistirem (gráfico 3), nenhuma criança respondeu adequadamente.



Gráfico 4: Resposta à pergunta do questionário pós-teste "O que é coleta seletiva?"

Ressalta-se que houve uma compreensão significativa acerca da problemática dos resíduos sólidos, ao observar os gráficos 5 e 6, considerando que 86,20% dos alunos que assistiram ao vídeo responderam que ajudou-os na compreensão dos problemas gerados pelos resíduos no mundo.

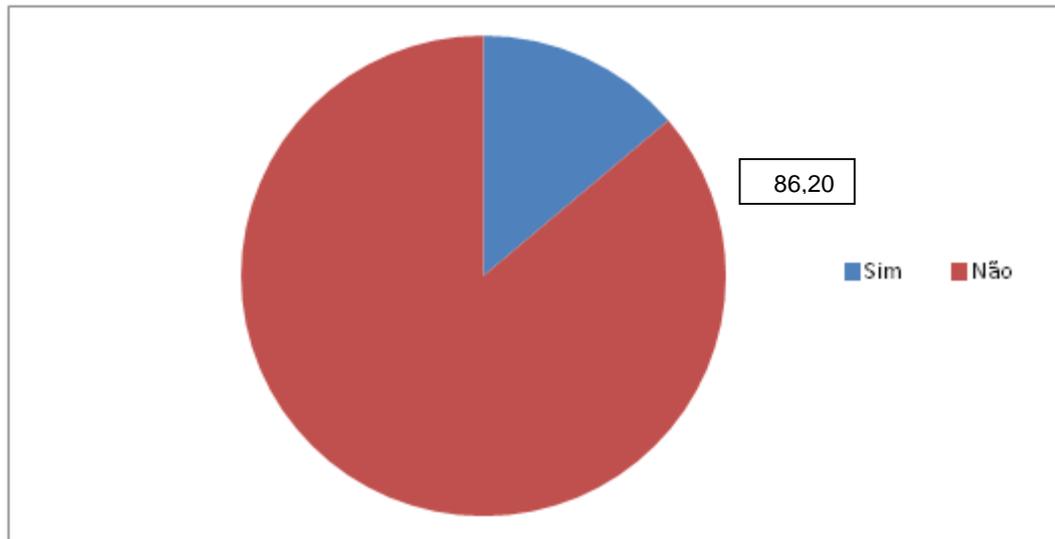


Gráfico 5: Resposta à pergunta do questionário pré-teste: “Você considera que assistir ao vídeo conseguirá ajudá-lo a aprender acerca da problemática dos resíduos sólidos?”

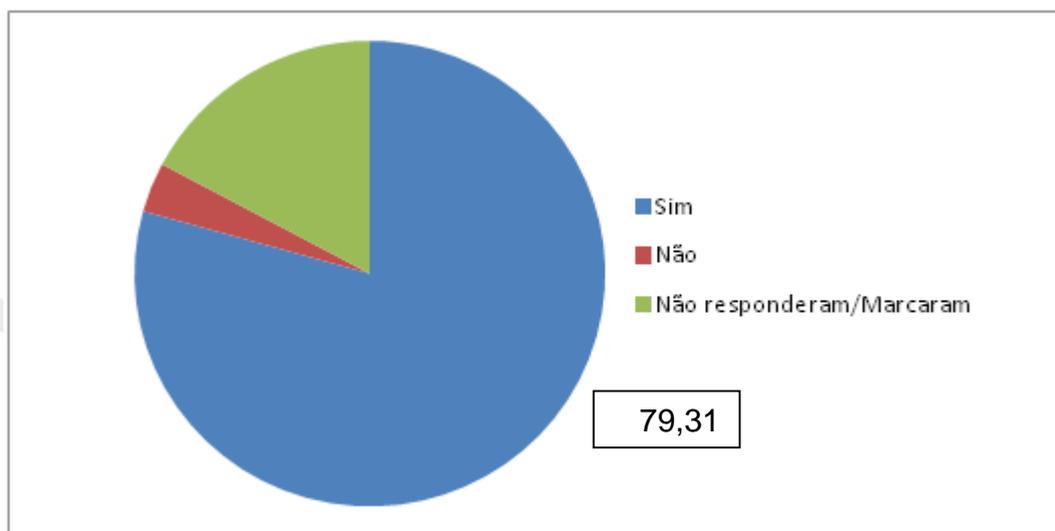


Gráfico 6: Resposta à pergunta do questionário pós-teste: “Você considera que assistir ao vídeo conseguirá ajudá-lo a aprender acerca da problemática dos resíduos sólidos?”

Quando se trata de ensino fundamental, observa-se que no processo ensino-aprendizagem há a necessidade de estratégias que fogem ao cotidiano e, portanto, a utilização de meios diversos, como a apresentação de vídeo, que fez com que em torno de 79% dos alunos considerassem que as tecnologias em que utiliza a mídia garantem maior atratividade ao ensino, conforme pode ser visto abaixo nos gráficos 7 e 8.

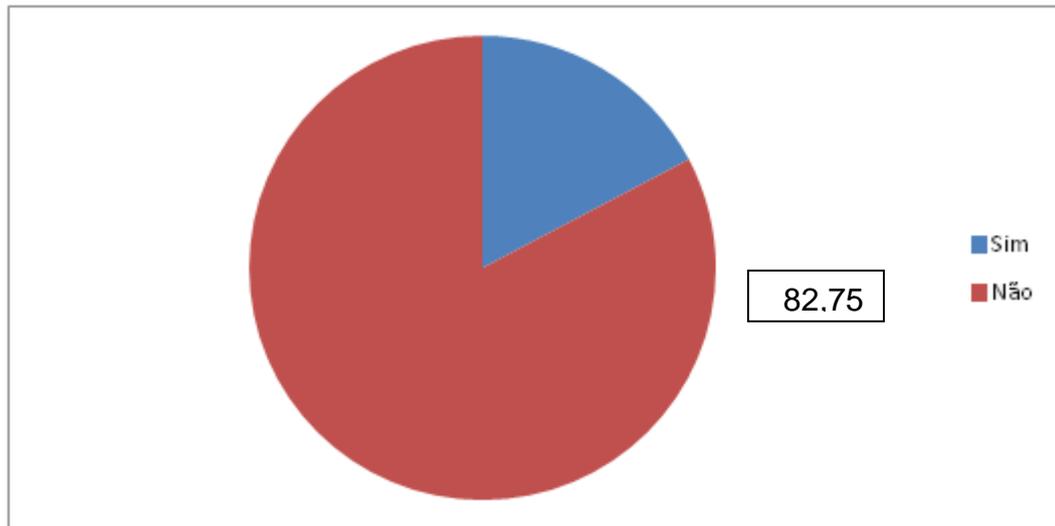


Gráfico 7: Resposta à pergunta do questionário pré-teste: "Você considera que as tecnologias em que se utiliza a mídia garantem maior atratividade no contexto de ensino e aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e interessantes?"

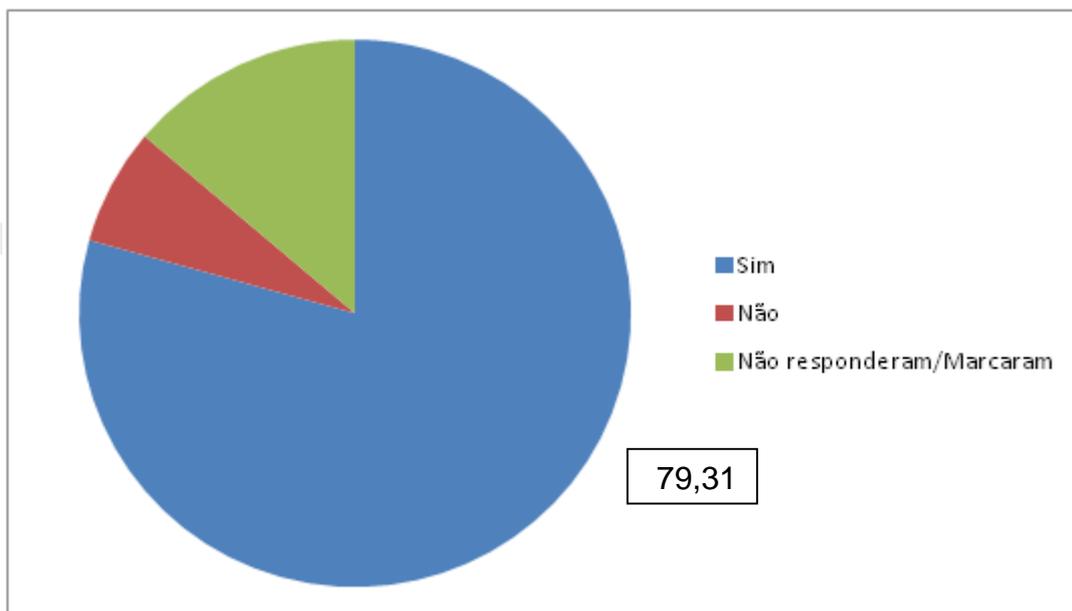


Gráfico 8: Resposta à pergunta do questionário pós-teste: "Você considera que as tecnologias em que se utiliza a mídia garantem maior atratividade no contexto de ensino e aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e interessantes?"

As respostas dos alunos à última pergunta do teste fizeram confirmar a importância da utilização tecnológica, como apresentação de vídeo, pois possibilita estimular a criatividade e construir aprendizados múltiplos, à medida que, no pré-teste, aproximadamente 82% responderam que não consideravam que as tecnologias em que utilizam mídias garantem maior atratividade ao ensino. Entretanto, após

assistirem ao vídeo, aproximadamente 75% consideravam que o vídeo conseguiu sensibilizá-los sobre o tema proposto, como pode ser observado nos gráficos 9 e 10.

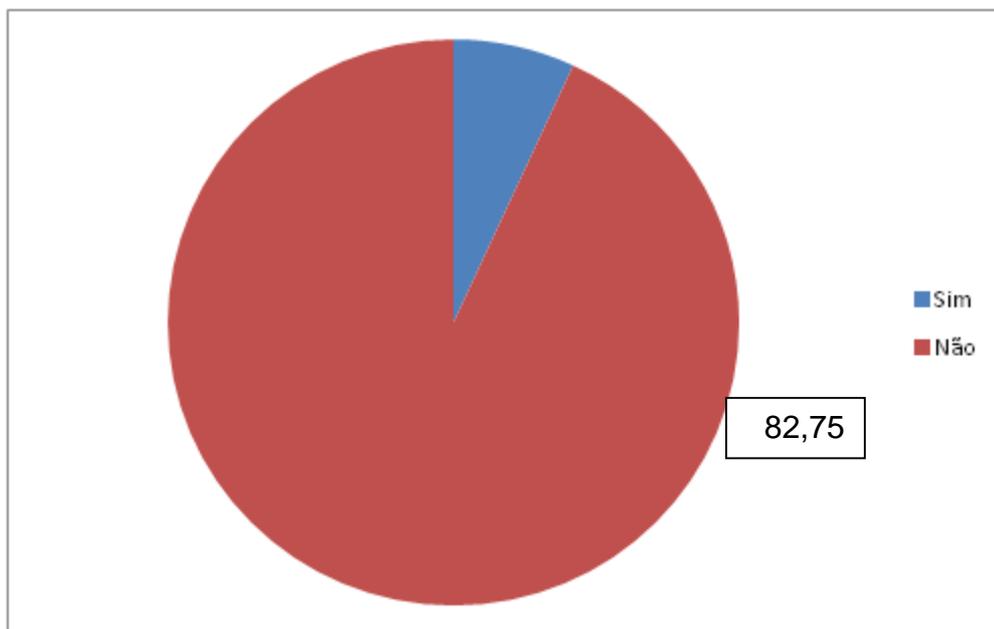


Gráfico 9: Resposta à pergunta do questionário pré-teste: "Você considera que o vídeo conseguiu sensibilizá-lo para a problemática dos resíduos sólidos? Você pretende colocar em prática tudo o que aprendeu?"

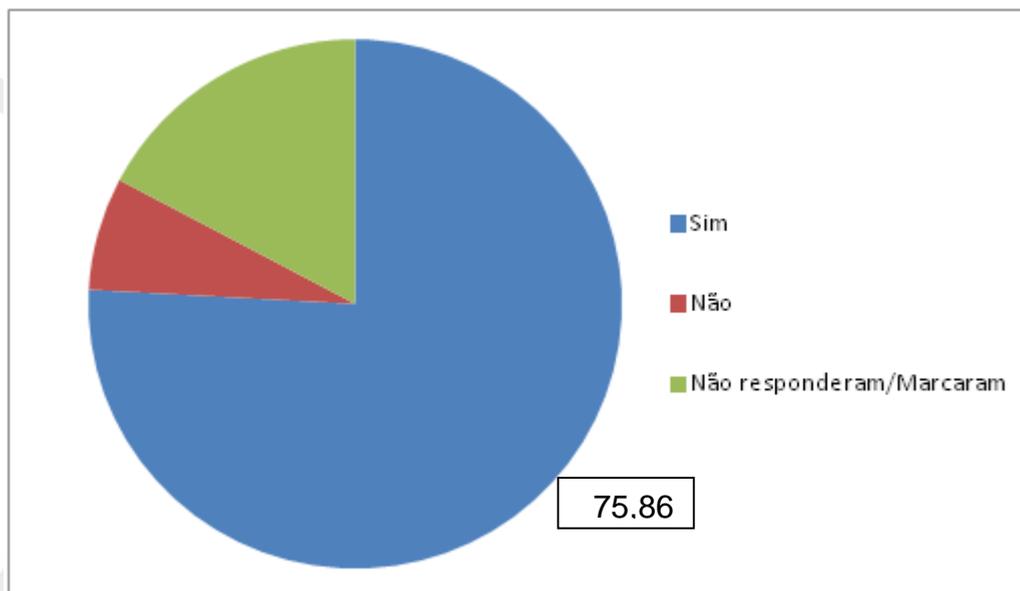


Gráfico 10: Resposta à pergunta do questionário pré-teste: "Você considera que o vídeo conseguiu sensibilizá-lo para a problemática dos resíduos sólidos? Você pretende colocar em prática tudo o que aprendeu?"

Discussão

O processo educativo deve estar bem definido para o entendimento de todos, portanto, este deve ser dinâmico inserindo atividades que fogem do convencional (VEIGA, 1998, p.9; PETRY E PRETTO, 1997). Para tanto, é importante que as crianças sejam capazes de: interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, imaginando soluções para compreendê-lo (BRASIL, 1998, p. 175), o que torna a utilização de métodos não habituais na sala de aula, como vídeos, importante metodologia para fixação de conhecimento, possibilitando a inovação na prática de ensino e aprendizagem e viabilizando a circulação de informações de forma atrativa (SILVA & OLIVEIRA, 2010, sp).

Foi visto que as questões utilizadas no questionário se aproximam da realidade destas crianças e a linguagem foi de fácil entendimento e ficou claro que após a apresentação do vídeo “Educação Ambiental: uma proposta pedagógica de construção de conhecimento em relação à problemática dos resíduos sólidos”, a grande maioria dos alunos apresentou maior sensibilidade às questões ambientais X resíduos sólidos gerados. Kovaliczn et.al (2009) relata que, quando o alvo é o público infantil, nem sempre o simples contato das crianças com a informação é suficiente para revelar um comportamento satisfatório e duradouro e, portanto, há necessidade de introduzir atividades alternativas no processo.

O MEC (Ministério de Educação) propõe avanços na formação da educação atual e é enfatizada a necessidade da formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida (DEPRESBITERIS, 1998), reforçando o resultado deste trabalho, em que foi apresentada a melhoria do conhecimento dos alunos após apresentação do vídeo. Através da união da Educação Ambiental e da Educação fundamental, é importante salientar que as crianças representam as gerações futuras em formação por estarem em constante desenvolvimento cognitivo (CARVALHO, 2001) e são formadoras de opiniões familiares ajudando a disseminar conhecimentos e atitudes na comunidade.

Moran (2001) constata que está havendo notoriamente o aumento de sites e vídeos sobre meio ambiente, ecologia e principalmente sobre Educação ambiental, comprovando a importância que o conteúdo vem adquirindo nos últimos anos no Brasil e a necessidade da inserção deles em sala de aula.

Conclusão

O desenvolvimento de ações educacionais junto aos alunos do 6º ano do ensino fundamental buscou introduzir uma metodologia fora dos padrões convencionais, fazendo com que os alunos maximizassem o conhecimento e se tornassem mais sensíveis aos danos gerados pelo abuso de produção e descarte excessivo dos resíduos sólidos no ambiente.

Além disso, ressalta-se que o processo ensino-aprendizagem deve ser contínuo e voltado para melhoria da preservação do meio ambiente. O vídeo proposto por este trabalho se mostrou uma ferramenta eficiente no que se refere aos alunos aprenderem a lidar com o meio ambiente respeitando-o e, conseqüentemente, respeitando a si próprios.

Assim, ao término, foi possível observar o entendimento dos alunos em relação ao tema abordado e verificar o interesse na metodologia utilizada, sendo que se mostraram interessados e criativos quanto à união do conteúdo ministrado e as respostas ao questionário proposto.

Ao final do programa, os alunos participantes do projeto foram convidados a exporem os resultados obtidos na forma de banner, através de um workshop, realizado no Instituto de Ensino Superior “Presidente Tancredo de Almeida Neves” (IPTAN).

Referências

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v

BRASIL. Lei nº: 9.795/99, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual Educação Ambiental? Elementos para um Debate Sobre Educação Ambiental Popular e Extensão Rural. Artigo publicado na Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.2, abr/jun, 2001.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEPRESBITERIS, L. Educação Ambiental: algumas considerações sobre interdisciplinaridade e transversalidade. In: NOAL, F.O.; REIGOTA, M; BARCELOS,

V.H.L. (org.) Tendências da Educação Ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p.127-143.

KOVALICZN, Rosilda Aparecida., FADEL, Cristina Berger., BUSCH, Olívia Mara Savi; BARBOLA, Ivana Freitas Promovendo a saúde na aldeia da criança: relato de uma experiência multidisciplinar. UDESC em Ação, v. 3, n. 1, 2009.

MORAN, J. A Educação Ambiental na Internet. In: Trajber, R. e Costa, L. (orgs.) - Avaliando a E.A. no Brasil. Petrópolis: ECOAR, 2001.

PETRY, Paulo C.; PRETTO. Salete Maria. Educação e motivação em saúde bucal. In: KRIGER, L. *et al.* ABOPREV – Promoção de saúde bucal. São Paulo: Artes Médicas, 1997.

SILVA, R. V.; OLIVEIRA, E. M. As Possibilidades do Uso do Vídeo como Recurso de Aprendizagem em Salas de Aula do 5º Ano. In Anais do V Encontro em Pesquisa em Educação de Alagoas. Maceió, 2010. Disponível em: Acesso em: 18 de abril de 2017.

VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001. _____. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

EFEITO GENÉTICO DO ESTEROIDE ANABÓLICO ANDROGÊNICO DECANOATO DE NANDROLONA SOBRE O MIOCÁRDIO DE RATOS SEDENTÁRIOS E TREINADOS

Pedro Henrique Delabrida do Carmo¹, Layla Guimarães Paixão Oliveira², Vander José das Neves³

¹ Discente do curso de Medicina do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do curso de Enfermagem do IPTAN. Bolsista do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: vanderneves@iptan.edu.br.

Resumo: Introdução: O uso não terapêutico de esteróides anabólicos androgênicos (EAA) pode modular microRNAs (miRs) no coração de ratos. MiRs são moléculas de RNAs não codificantes, de cadeia simples, que regulam a expressão gênica. Objetivo: Foi estudada a expressão do miR-29a, que tem como alvos os colágenos tipos I e III, e foram avaliados os efeitos do treinamento físico e da aplicação de altas doses do EAA Decanoato de Nandrolona sobre sua expressão no ventrículo esquerdo (VE) de ratos. Metodologia: Ratos Wistar, 2 meses de idade, foram divididos em 4 grupos (n=10/grupo): NTV (Não treinado veículo), NTN (Não treinado nandrolona), TV (Treinado veículo), TN (Treinado nandrolona) e submetidos ao tratamento com nandrolona (5 mg/Kg) ou veículo propilenoglicol (0,2 mL/Kg) e/ou treinado. Treinamento: adaptação de 5 dias: consistiu de sessões com números incrementais de saltos e repetições até que atingissem 9 saltos carregando 50% do peso corporal. Do 6º ao 15º dia: foram realizadas 4 séries de 10 saltos (50% do peso corporal). 16º ao 25º dia: 4 séries de 10 saltos (60% do peso corporal). 26º ao 30º dia: 4 séries de 10 saltos (70% do peso corporal). Os ratos foram sacrificados por decapitação 48 horas após a última sessão de treino e os VE foram extraídos para análises moleculares. Resultados: NTN apresentou redução de 50,36% na expressão de miR-29a em comparação ao grupo controle NTV (100%) (p=000) e TN apresentou redução de 56,72% na expressão do miR-29a em comparação ao controle NTV (p=000). Não houve diferença estatística significativa na expressão de TV em comparação ao grupo controle NTV (p>0,05) (Anova de 2 vias). Conclusão: O miR-29a, quanto up-regulado, inibe a expressão de colágenos I e III no miocárdio hipertrofiado. Todavia, neste experimento, a expressão do miR-29a no miocárdio de ratos, tanto treinados quanto não treinados, foi reduzida pelo tratamento com EAA. Estes resultados mostram que o EAA Decanoato de Nandrolona modula miR-29a no ventrículo esquerdo de ratos, sugerindo que a grande deposição de colágeno na hipertrofia cardíaca patológica

devido ao uso de EAA pode ser explicada pelo mecanismo genético de modulação de microRNAs.

Palavras-chave: Hipertrofia Cardíaca. Esteróides anabólicos androgênicos. MicroRNAs.

EFEITO HIPOTENSOR PÓS-COMPETIÇÃO DE CORRIDA DE FUNDO

Gustavo Castorino da Silva Carvalho¹, Sara Cristiane da Silva¹, Zirlene Adriana dos Santos²

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Educação Física do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: zirlene.treino@hotmail.com.

Resumo: O efeito hipotensor é uma reação fisiológica que ocorre no corpo humano logo após uma prática de atividade física aeróbia. Uma única sessão de exercício físico provoca diminuição na pressão arterial no período pós-exercício e essa queda pode perdurar por até 24 horas, tendo, portanto, grande importância clínica. Dentre as práticas esportivas existentes, a corrida tem demonstrado ser a mais eficiente na promoção do efeito hipotensor, no entanto necessita-se de estudos que demonstrem esta redução pós competição e não somente em dias de treino. Portanto, este estudo procurou demonstrar o efeito hipotensor em um dia de competição após uma hora de seu término em uma corrida de 10km. O presente estudo teve como objetivo conhecer possíveis efeitos de redução da pressão arterial após competição em corridas de longa distância. Foi escolhida uma corrida tradicional da cidade com distância aferida de 10 km. No estudo participaram 09 indivíduos, todos do sexo masculino com idade de 21 a 61 anos. A pressão arterial sistólica e diastólica foi aferida por três alunas do curso de enfermagem do IPTAN. A pressão arterial foi aferida antes do aquecimento dos atletas e uma hora após a passagem dos atletas pela linha de chegada. O comportamento da pressão arterial sistólica e diastólica se mostrou reduzido após uma hora de competição em oito dos nove atletas do estudo. O atleta que não apresentou alteração da pressão arterial foi o atleta com melhor resultado, ou seja, o campeão da prova. Este atleta está acostumado a um volume e intensidade de treino semanal. Três atletas tiveram redução de 20mmHg na pressão arterial diastólica, sendo uma redução de 25% em relação a inicial. Os demais atletas tiveram uma redução de 10mmHG. O comportamento da pressão arterial sistólica e diastólica se mostrou reduzido após uma hora de competição em oito dos nove atletas do estudo. A redução chegou até 20mmHg, da diastólica em 3 atletas do estudo. Ficou demonstrado que a competição em provas de longas distância pode ser uma grande aliada na redução da pressão arterial.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Corrida. Exercício.

ESTEROIDE ANABÓLICO ANDROGÊNICO DECANOATO DE NANDROLONA INFLUENCIA NA EXPRESSÃO DO MICRORNA-208A EM MIOCÁRDIO DE RATOS

Layla Guimarães Paixão Oliveira¹, Pedro Henrique Delabrida do Carmo², Vander José das Neves³

¹ Discente do curso de Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do curso de Medicina do IPTAN. Bolsista do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: vanderneves@iptan.edu.br.

Resumo: Introdução: Esteróides anabólicos androgênicos (EAA) representam grande risco para a saúde cardiovascular quando utilizados em altas doses e para fins não terapêuticos. Os MicroRNAs (miRs), por vezes, são reguladores pós-transcricionais da expressão gênica. Objetivo: Estudar a expressão do miR-208a, que tem sido relacionado com hipertrofia cardíaca por controlar a expressão de β -miosina de cadeia pesada, e foram avaliados os efeitos do treinamento físico e da aplicação de EAA Decanoato de Nandrolona sobre sua expressão no ventrículo esquerdo (VE) de ratos. Metodologia: Ratos Wistar, 2 meses de idade, foram divididos em 4 grupos (n=10/grupo): NTV (Não treinado veículo), NTN (Não treinado nandrolona), TV (Treinado veículo), TN (Treinado nandrolona) e submetidos ao tratamento com nandrolona (5 mg/Kg) ou Veículo propilenoglicol (0,2 mL/Kg) e/ou treinados. Treinamento: adaptação de 5 dias: consistiu de sessões com números incrementais de saltos e repetições até que atingissem 9 saltos carregando 50% do peso corporal. Do 6º ao 15º dia: foram realizadas 4 séries de 10 saltos (50% do peso corporal). 16º ao 25º dia: 4 séries de 10 saltos (60% do peso corporal). 26º ao 30º dia: 4 séries de 10 saltos (70% do peso corporal). Os ratos foram sacrificados por decapitação 48 horas após a última sessão de treino e os VE foram extraídos para análises moleculares. O miR-208a foi analisado por PCR em tempo real tendo U6 como normalizador. Resultados: Grupo NTN apresentou aumento de 105,7% na expressão de miR-208a em comparação ao grupo controle NTV (100%) ($p=0,021$). Não houve diferença estatística significativa na expressão de miR-208a entre os grupos NTV, TV e TN ($p>0,05$) (Anova de 2 vias), indicando que o treino reverteu a expressão elevada do miR-208a no grupo TN em comparação ao grupo controle NTN ($p=0,041$). Conclusão: O miR-208a é responsável pelo balanço da expressão de α/β miosina de cadeia pesada no miocárdio hipertrofiado. O aumento na expressão do miR-208a, observado neste estudo, sugere que a nandrolona pode induzir aumento na expressão do gene marcador da hipertrofia cardíaca patológica, β miosina de cadeia pesada

(isoforma predominante na vida fetal do rato), por induzir a expressão gênica de miR-208a.

Palavras-chave: Hipertrofia cardíaca. MicroRNAs. Esteróides anabólicos androgênicos.

ESTRATÉGIA PARA PROSPECÇÃO DE CLIENTES NO SETOR HOTELEIRO: UM ESTUDO NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI – MG

Isabela do Nascimento Portela¹, Ana Claudia de Souza Santos¹, Helbert Rezende de Oliveira², Carla Agostini³

¹ Discente do Curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do IPTAN. Colaborador. ³ Docente e coordenadora do Curso de Ciências Contábeis do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: carlaagostini@iptan.edu.br.

Resumo: O estudo teve por finalidade analisar as ações estratégicas de marketing, e de serviços utilizadas pelo setor hoteleiro para atrair o turista na baixa temporada na cidade histórica de São João del Rei - MG. Analisou-se a existência de estratégia de marketing para superar as dificuldades enfrentadas pelo setor hoteleiro durante o período em que a demanda pelos serviços diminui em decorrência da sazonalidade que afeta as empresas do setor e pela representatividade econômica que o setor hoteleiro tem na geração de renda para a população. Levou-se em conta que a sazonalidade turística é uma realidade nos tempos atuais, devido a vários fatores como a exigência cada vez maior do turista ao buscar seu destino. Assim o objetivo geral do estudo foi identificar as estratégias utilizadas para a prospecção de clientes na baixa temporada. Os objetivos específicos foram: a) pesquisar a partir de bibliografias existentes sobre marketing, estratégias de marketing e setor hoteleiro; b) identificar as atuais ferramentas utilizadas pelos hotéis – relacionadas às suas ações estratégicas no que tange ao marketing para atrair clientes no período de baixa temporada e; c) analisar o potencial de atração de turistas em baixa temporada com base no caráter histórico da região. A metodologia utilizada para a realização do estudo foi de caráter qualitativo e de natureza descritiva, onde aplicou-se questionário aos proprietários e colaboradores dos hotéis e pousadas na cidade. Tendo realizado também entrevistas com a assessora de comunicação da Secretaria de Turismo e empresas de receptivo. A partir do estudo de caso concluiu-se que os hotéis e pousadas estão em uma fase incipiente no que se diz respeito às estratégias de marketing, onde são utilizados poucos recursos para a capacitação de novos clientes.

Palavras-chave: Estratégia. Marketing. Sazonalidade. Setor Hoteleiro.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATRAIR CLIENTES NO PERÍODO DE BAIXA TEMPORADA: UM ESTUDO DE CASO DO SETOR HOTELEIRO NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI – MG

Ana Cláudia de Souza Santos¹, Isabela do Nascimento Portela¹, Helbert Rezende de Oliveira Silveira², Carla Agostini³

¹ Discente do Curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do IPTAN. Colaborador. ³ Docente e coordenadora do Curso de Ciências Contábeis do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: carlaagostini@iptan.edu.br.

Resumo: A sazonalidade turística é uma realidade nos tempos atuais, devido a vários fatores, entre os quais as exigências cada vez maiores dos turistas ao buscar um destino. O presente trabalho teve como objetivo analisar as ações estratégicas que o setor hoteleiro de São João del-Rei utiliza para atrair hóspedes no período de baixa temporada e processos para melhoria da gestão da organização. Os objetivos específicos foram: a) pesquisar a partir de bibliografias existentes sobre marketing, estratégias de marketing e setor hoteleiro; b) identificar as atuais ferramentas utilizadas pelos hotéis – relacionadas às suas ações estratégicas no que tange ao marketing para atrair clientes no período de baixa temporada e; c) analisar o potencial de atração de turistas em baixa temporada com base no caráter histórico da região. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo e de natureza descritiva, apoiada em questionários aplicados aos proprietários de hotéis e pousadas na cidade de São João del-Rei, além de entrevistas realizadas com a assessora de comunicação da secretaria de turismo do município e com as empresas de receptivo da cidade. A partir do estudo de caso, constatou-se que os hotéis e pousadas utilizam pouco, ou quase nada, de estratégias para agregar valor e atrair clientes já existentes e/ou clientes em potencial e pouco investem em melhorias no ambiente. Os proprietários estão lentamente conhecendo melhor quais as estratégias de marketing que podem ser utilizadas por eles, em seu empreendimento, e os benefícios que elas proporcionam para o estabelecimento e para a sociedade em geral a longo prazo.

Palavras-chave: Estratégia. Sazonalidade. Setor hoteleiro.

FEMINICÍDIO: UM AVANÇO NA BUSCA PELA IGUALDADE OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA?

Rosegleice das Mercês Romero¹, Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN (Orientador). E-mail: deilton.ribeiro@terra.com.br.

Resumo: Introdução. Este trabalho buscou fazer uma análise entre o instituto do feminicídio (lei nº 13.104/15) e o princípio da isonomia, em seu aspecto formal e material no sentido de evidenciar a manifesta inconstitucionalidade de dispositivo dessa lei. Da metodologia utilizada. O método utilizado para a realização do trabalho foi descritivo-analítico. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a doutrinária e a documental. Resultados e discussão. A lei nº 13.104/2015 que incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos e instituiu uma qualificadora da pena base do crime de homicídio baseado no gênero e violência doméstica. Dessa forma, a lei do feminicídio ao prever a aplicação de uma qualificadora para aumentar a pena base do homicídio doloso quando praticado contra a mulher se mostra um paradoxo ao princípio constitucional da isonomia, que orienta no sentido da igualdade de homens e mulheres perante a lei, sem distinção dos mesmos em relação a seus direitos e deveres. Conclusões. Há uma flagrante violação do princípio da igualdade prevista na Constituição Federal em relação a tipificação penal do feminicídio. Isso porque, por mais que a igualdade de todos perante a lei deve ser considerada em seu aspecto material com observância ao caso concreto, não se vislumbra que a lei nº 13.104/15 deva se constituir em um avanço na busca da igualdade, pelo contrário, há uma literal ofensa do princípio da isonomia. Em outras palavras, o homicídio praticado contra a mulher, em função de sua condição do sexo feminino será considerado crime de feminicídio, hediondo e qualificado, com pena de reclusão de 12 a 30 anos. Por outro lado, se o crime for perpetrado em condição análoga decorrente da condição e repugnância contra o sexo masculino, o mesmo será considerado homicídio simples com pena de 06 a 20 anos. O legislador ao instituir uma qualificadora para aumentar a pena do crime de homicídio praticado em razão de gênero contra a mulher em nada contribui para a concretização do princípio da igualdade de todos perante a lei, muito pelo contrário, tal dispositivo de lei só faz aumentar a desigualdade.

Palavras-chave: Feminicídio. Código Penal. Constituição Federal. Princípio da isonomia.

FILOSOFIA, EXISTÊNCIA E CULTURA: ENSINAMENTOS DE JOSÉ MAURÍCIO DE CARVALHO¹

Mauro Sérgio de Carvalho Tomaz*

* Mestrando em Educação - CAPES/UFSJ. Contato: msctomaz@hotmail.com.

Resumo: O presente estudo tem como objetivo central a reflexão desenvolvida pelo filósofo, pedagogo e psicólogo sanjoanense José Maurício de Carvalho (professor aposentado da UFSJ e atualmente professor do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN) no livro *O Homem e a Filosofia: pequenas meditações sobre Existência e Cultura*. Nele, Carvalho reconhece que somente quando se passa a compreender a Cultura como a concretização dos projetos singulares do espírito, como “uma esfera especial de objetos que se apresenta à consciência numa situação privilegiada no âmbito da inquirição ontológica” é que o problema do ser do homem se configura. E isso se faz através da valorização dos problemas em detrimento dos sistemas; o que significa que se concebe o espírito, ou seja, a realização do projeto singular do existente, como um ato de criatividade que o coloca como ser no mundo, inserido em uma circunstância histórica e, dessa maneira, em constante relação intersubjetiva com outros existentes nesse mundo objetivado que é o espaço cultural e que se contrapõe ao mundo da Natureza. Dessa maneira, a construção identitária do sujeito deve necessariamente considerar a cultura em que está inserido (crenças específicas de um tempo determinado), sem olvidar a relação dialética que o move, pois ao realizar-se pessoalmente, também contribui para esse espaço cultural, no qual outros indivíduos estão a construir sua identidade. Nessa pesquisa, procuramos deixar indicado o aspecto principal da importante contribuição do professor José Maurício de Carvalho como integrante da terceira geração de culturalistas brasileiros. Sua meditação se apresenta para nós como um modo inovador de compreensão do problema e permite interpretar os problemas de nosso tempo, algo que o autor realizaria também mais tarde na segunda parte do livro *Ética* (São João del-Rei, UFSJ: 2010).

Palavras-chave: Existência; Cultura; Identidade; Dialética.

Considerações iniciais

Toda escrita é rastro, vestígio de movimento, carregado de virtualidades, ritmos, afirmações e negações. Seguir rastros é recorrer estradas já palmilhadas, é experimentar o sentido do caminho, que aponta metas, perspectivas e horizontes².

Tiago Adão Lara

¹ O presente estudo compõe o livro *Uma Filosofia da Cultura* (São João del-Rei: UFSJ, 2016).

² Prefácio à primeira edição de *O homem e a Filosofia* (1997).

Havendo publicado trinta livros e muitos artigos é preciso separar algumas questões que representam a contribuição filosófica do autor examinado do seu trabalho como historiador das ideias e professor, o que será estudado em outros capítulos. Como historiador das ideias, Carvalho faz algumas interpretações inovadoras no estudo da tradição luso-brasileira como no livro *Caminhos da moral moderna, a experiência luso brasileira* (1995) e *Contribuições contemporâneas à História da Filosofia Brasileira* (2001). Embora sempre dialogue de forma crítica com os autores que estuda, pode-se observar uma reflexão filosófica própria nos livros *Ética* (2010) e *O Homem e a Filosofia* (2 ed., 2007).

Nosso estudo, que adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica, terá como centro a reflexão desenvolvida por José Maurício de Carvalho no livro *O Homem e a Filosofia: pequenas meditações sobre Existência e Cultura*. Nele, o autor apresenta o culturalismo como corrente filosófica que surge da tradição neokantiana, principalmente do esforço de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert de afastar-se das ideias da Escola de Marburgo. Nesse movimento, também tem importância a meditação de Max Scheler, que toma os valores despregados das coisas, admitindo-os como objetos ideais. Entretanto, reconhece ele que somente quando se passa a compreender a Cultura como a concretização dos projetos singulares do espírito, como “uma esfera especial de objetos que se apresenta à consciência numa situação privilegiada no âmbito da inquirição ontológica” (CARVALHO, 2007, p. 169) é que o problema do ser do homem se configura. E isso se faz através da valorização dos problemas em detrimento dos sistemas; o que significa que se concebe o espírito, ou seja, a realização do projeto singular do existente, como um ato de criatividade que o coloca como ser no mundo, inserido em uma circunstância histórica e, dessa maneira, em constante relação intersubjetiva com outros existentes nesse mundo objetivado que é o espaço cultural e que se contrapõe ao mundo da Natureza.

Desse modo de compreensão da realidade, Carvalho nos apresenta cinco consequências fundamentais que assim podem ser resumidas: a Cultura é construção que deriva da realização do projeto singular de cada qual a partir de valores objetivados (1), configurando-se como o resultado desses valores (2). Dessa forma, o trabalho da Filosofia revela os diversos espaços culturais, evidenciando os modos do agir criativo do homem para realizar-se - o que aproxima a herança de Kant à perspectiva existencialista de Heidegger (3). Dentre esses valores objetivados,

existem uns que são mais importantes que outros, o que aponta seu caráter histórico. No caso de nossa sociedade ocidental atual, o valor nuclear da Cultura, que se solidificou ao longo dos últimos séculos, é o de pessoa humana (4). Sendo, portanto, construção humana, também a cultura guarda seu aspecto finito. O que significa que uma Cultura, ou seja, um modo específico de organização axiológica tem seu início e seu fim (5). Sendo assim, a hierarquia dos valores de determinada época pode não ser a mesma da de outro momento histórico - algo muito parecido com os conceitos de *ser em forma* e *ser em ruína* que Ortega y Gasset nos apresenta em *Idea del teatro* -, embora existam valores que se cristalizem ao longo do tempo, como é o caso já citado da nossa sociedade atual em relação à pessoa humana, que, tendo sido, um dia, objetivado no espaço cultural, adquiriu caráter de perenidade, o que Miguel Reale chama de *invariante axiológico*. Daí que seja importante não só entender o movimento de queda ou de construção dos valores, mas também “como se organizam os valores de uma nova cultura emergente” (CARVALHO, 2007, p. 172).

No Brasil, considera-se que o Culturalismo se organiza em três gerações: a primeira, o início da meditação culturalista com especificidade nacional, tem como principais representantes Tobias Barreto e Alcides Bezerra; a segunda geração se configura na reflexão de Miguel Reale e Antônio Paim e na terceira geração de culturalistas brasileiros se encontram Ricardo Velez Rodríguez e José Maurício de Carvalho.

Este último, no terceiro capítulo da obra supracitada *O Homem e a Filosofia*, nos apresenta alguns filósofos – como Husserl, Delfim Santos, Heidegger, Jaspers e Hartmann – que exercem influência marcante em sua filosofia. Podemos também, na leitura da obra, identificar a presença um pouco mais tímida de José Ortega y Gasset, que passará a ser um interlocutor muito mais presente nos escritos posteriores de José Maurício de Carvalho - principalmente a partir de 2002, data de publicação de *Introdução à filosofia da razão vital de Ortega y Gasset*, notadamente a primeira e mais completa obra de introdução ao pensamento orteguiano no Brasil até hoje. Entretanto, notamos que, nesse momento da meditação de Carvalho, o espanhol não aparece com a intensidade que atingirá mais tarde.

Além destes pensadores, José Maurício de Carvalho diz que, para construir sua contribuição ao pensamento culturalista, mantém diálogo com filósofos brasileiros como Miguel Reale, Antônio Paim, Roque Spencer Maciel de Barros, Djacir Menezes, Nelson Saldanha e Ricardo Velez Rodríguez. Nas palavras de Carvalho, “estes

pensadores brasileiros, tendo a Cultura como preocupação central, discutiram a questão da origem, realidade e estrutura do saber filosófico, recolocaram a questão do ser, elaboraram uma teoria dos objetos, pensaram a Política e a História” (CARVALHO, 2007, p. 46).

E qual é a contribuição do filósofo sanjoanense? Acreditamos que o núcleo da perspectiva culturalista proposta por José Maurício de Carvalho, que é o caráter inovador de sua meditação, se encontra na seguinte citação:

a vida é tanto objeto de investigação quanto é experiência singular. Tomando o viver como objeto de investigação descobrimos os limites do conhecimento e construímos uma teoria para explicá-los, assumindo a vida como exercício de escolhas nos percebemos existência única. Por este motivo uma meditação sobre o homem precisa considerar que ele cria e absorve cultura, mas o faz segundo exigências existenciais (CARVALHO, 2007, p. 43)

Em outras palavras, o autor compreende que “enquanto vivente, o homem vai se modificando a partir do que projeta ser” (Idem, p. 189), de modo que seu objetivo é “aproximar a função transcendental, inicialmente concebida pelo Criticismo, da espessura concreta da Existência” (Ibidem). Este artigo visa elucidar como sua meditação sobre a relação entre Existência e Cultura se configura de forma inovadora. Inovação que se apresenta no fato de que o autor percebe que o existente, ao realizar seu projeto singular a partir dos problemas de sua existência particular, contribui, ao mesmo tempo, para o espaço cultural compartilhado, a partir da objetivação dos valores, sendo, portanto, duplamente responsável por suas escolhas. Dessa maneira, José Maurício de Carvalho nos apresenta o equilíbrio que deve existir entre subjetivação e objetivação, para que o existente possa viver autenticamente e, ao mesmo tempo, contribuir para a melhora da sociedade.

Existência e Cultura: a dialética do fazer-se humano

O que está ausente pede um esforço de conquista, o que está falho solicita correção, o que obstrui o desenvolvimento demanda remoção. Tudo isso constitui o entorno e mais nossas esperanças, que cultivamos com zelo parecido ao da mulher que se acha grávida e antecipa o momento em que terá o filho nos braços (CARVALHO, 2007, p. 39).

Ao longo de sua meditação em *O Homem e a Filosofia*, José Maurício de Carvalho discorre sobre os temas mais importantes da reflexão a respeito do ser do homem e seu fazer no mundo. Ele nos ensina que esse fazer não é apartado de um

entorno, de uma circunstância, de determinações que nos limitam em nossa lida de ser. Entretanto, essa circunstancialidade não faz do homem um ser definido e acabado. Nessa dialética de subjetivações e objetivações, de que tanto fala Ortega y Gasset em *Ensimismamiento y alteración*, nota-se um existente que constrói seu ser e se angustia nos riscos. Pelo contrário, é na variação dessas situações que o homem percebe a possibilidade inexorável de seu próprio ser e se angustia. Como protagonista de um teatro de cenários ambulantes e disformes, o homem percebe o sentimento trágico que lhe dói no estômago: não sabe se é tragédia ou tragicomédia. Sentimento que surge do fato de saber-se responsável por cada ação, avaliado pela criticidade implacável da vida social e de seu eu mais profundo, culpado pelos sorrisos e lágrimas e aplausos e vaias de seus outros. Portanto, o homem é protagonista de sua própria existência, mas não sozinho, pois necessita, a um só tempo, adaptar-se ao cenário que lhe dá sustentação e interagir com os outros que são, cada um deles, protagonistas de suas próprias existências. Nessa realidade cultural com a qual o existente é obrigado a interagir, que ele desenvolverá seu projeto individual. Dessa forma, “ele é uma mistura do que projeta e do que herda, um ser histórico” (CARVALHO, 2007, p. 98). É justamente essa perspectiva de historicidade do homem que permite a compreensão de que ele é um ser que se faz nas circunstâncias referentes, ao mesmo tempo, à sua singularidade e à realidade cultural compartilhada.

No entrechoque da construção das subjetividades das existências nesse espaço cultural em que se encontram é que se objetiva o mundo da vida. José Maurício de Carvalho nos ensina que o entendimento da cultura como objetivação de valores de um certo tempo é o elemento marcante do culturalismo brasileiro da geração de Miguel Reale e Antônio Paim. Nessa forma de reflexão, a cultura nasce da ação do existente e é o espaço no qual ele desenvolve sua humanidade. Para ele, “vivemos uma *subjetivação* e uma *objetivação* que tem como resultado a cultura, mas o fazemos como existências singulares” (CARVALHO, 2007, p. 40, *itálico no original*). Dessa maneira, o homem não pode jamais se eximir da responsabilidade de erigir seu viver, pois cada ação que toma é duplamente responsável. Ele não é por si só, mas ser no mundo, ser com o mundo. Mundo que constrói com outros companheiros de existência, com quem mantém relação intersubjetiva. “Essa circunstância única que chega a um certo grau de objetivação, mas que não se objetiva com justeza, é o existente. Cada um de nós é um fragmento independente que transborda da enorme placenta humana” (Idem, p. 70). Existência e Cultura, na inovação do pensamento de

José Maurício de Carvalho em relação a outros culturalistas, são os polos da realidade humana, que se movimentam em relação dialética intrínseca, ou seja, de modo inseparável.

Desse mundo construído, das existências singulares objetivando valores, o homem pode nutrir-se para construção dialética de seu ser. Ele cria e absorve uma cultura na qual está inserido como seu contorno e faz isso baseado em exigências existenciais. Sendo assim, o esforço de construção de si mesmo como um ser livre só pode implicar um mundo que privilegie a liberdade e o valor da pessoa humana, conquista de nosso tempo, para que cada vez mais existências singulares se beneficiem desse entorno saudável. Em uma linda metáfora, José Maurício de Carvalho se refere ao existente como um artesão que trabalha no tear, refletindo que, distintamente deles, “em nossa vida tecemos uma única peça, todo o tempo. Nosso desafio é fazer dela uma obra de arte” (CARVALHO, 2007, p. 101).

Desse modo, é inevitável que sua meditação se encaminhe para a importância da Filosofia como um modo de fazer esse trabalho de todos os dias, em que a autoconsciência e a construção da vida autêntica ou singular seja a importância maior, sem olvidar que essa lapidação da vida íntima não se desliga da preocupação social, ou seja, do espaço cultural. O filósofo entende que, para tal, a reflexão filosófica é necessária, “embora jamais elucide completamente o grande deslumbramento e perplexidade que o homem tem diante do mundo e, sobretudo, de seu destino e de sua vida. [...] o homem entende que sua inteligência não pode tudo conhecer” (CARVALHO, 2007, p. 72). Para o fazer, explica a presença da Filosofia na Cultura, valendo-se da distinção proposta por Antônio Paim. Para o autor de *História das ideias filosóficas no Brasil*, a criação filosófica se dá a partir de três componentes fundamentais que são a) a perspectiva, que pode variar entre o transcendente platônico e o transcendental kantiano, b) os problemas, que são as partículas frenéticas, movedoras da atividade crítica da filosofia e c) os sistemas, que são elaborações monumentais de compreensão da vida, fundamentados na perspectiva e organizados a partir dos problemas. Trata-se, como interpreta José Maurício de Carvalho, do aprofundamento da questão posta por Ortega y Gasset no capítulo inicial de *Que és Filosofia?*

Portanto, os problemas relativos à uma determinada circunstância de que participam muitos homens podem tocar com mais suavidade ou com mais agressividade umas existências que outras. Esses problemas surgem de uma Cultura

existente – são objetivados – mas tocam às existências singulares de modo distinto, subjetivando-se nelas. Dessa subjetivação, aos problemas podem surgir novas respostas, novas formas de solução. Essa novidade gerada na subjetivação de uma existência tocada singularmente, pode objetivar-se e objetivando-se, torna-se, novamente, nessa dialética vital e poética, Cultura, mundo criado, espaço compartilhado. Esse movimento significa que o existente “[...] não divide apenas significação, mas o sentido da atividade humana que é penetrada por uma intenção que não se esgota no puro fazer” (CARVALHO, 2007, p. 174). Em nossos dias, em que a técnica se torna uma espécie de esquecimento do esquecimento, José Maurício de Carvalho reconhece que “crescem os desafios de criar o mundo e de objetivar os valores, ou seja, o homem é convocado a fazer a Cultura” (CARVALHO, 2007, p. 81). Cultura que pode ser de tantas maneiras quantas forem as possibilidades humanas de ser, e, por ser criação humana, portanto, finita, as culturas também são limitadas. Em nosso tempo, se configura no reconhecimento da pessoa humana como valor nuclear, aspecto destacado por Miguel Reale.

As dúvidas, problemas ou desafios, para o professor José Maurício surgem da vida mesma do homem, de sua inexorável necessidade de responder questões inerentes ao seu viver mesmo. Dessa tentativa natural e especificamente humana, se consolida a perpetuação da Filosofia. É exatamente por ser “consciente de suas altas pretensões e de seus pobres resultados” (CARVALHO, 2007, p. 76) que o modo crítico e sistemático de busca de compreensão da realidade, que chamamos Filosofia, é perpetuado, como nos explica o autor, citando mais uma vez a trilogia consagrada por Paim: “é como reflexão sobre os problemas que a meditação filosófica se mostra a realização de um processo continuado no tempo” (CARVALHO, 2007, p. 155). Portanto, os problemas são os grandes movedores da atitude filosófica, são seus desafios motores – como também diria Ortega y Gasset - e estão intrinsecamente relacionados ao movimento dialético subjetivação/objetivação, existência/cultura que temos indicado constituir o cerne da meditação culturalista e que o professor José Maurício nos apresenta como explicação da *dialética da complementaridade* que Miguel Reale desenvolve a partir de seus estudos sobre a fenomenologia.

Nesse movimento, há uma época, uma circunstância, um momento, no qual os desafios se intensificam: são os momentos de crise. As crises, longe de serem impeditivos da existência singular e autêntica e da construção do espaço cultural, se transformam em uma espécie de lente de aumento, que permite ao homem evidenciar

para si mesmo suas ações e seu modo de pensar. Ora, para fazer isso, ele precisa mergulhar em sua própria intimidade, sem esquecer-se de seu exterior que é o espaço cultural em que vive. Essa elasticidade vital – autêntico modo de existência, que se opõe a “todo existir voltado para fora e que não é responsável pelo próprio estar no mundo” (CARVALHO, 2007, p. 133) – é o movimento necessário que o homem deve assumir como único remédio para a superação do momento crítico. O homem necessita buscar respostas aos novos desafios apontados pela crise, o que equivale a dizer que o homem vale-se dos elementos culturais para criar novos caminhos, inclusive novas filosofias. Como nos diz Carvalho, “a Cultura se altera na medida em que determinados bens passam a merecer apreciação diversa daquela que já tiveram. A Alteração na hierarquia dos valores muda substancialmente o complexo cultural” (CARVALHO, 2007, p. 167). No fim das contas, o movimento é um movimento cultural: a crise toca a subjetividade que, ao voltar-se a si mesma, se realiza e se objetiva, transformando-se em cultura.

A importância dos momentos de crise para a Filosofia e, portanto, para a construção do espaço cultural, se relaciona à compreensão de que

o chamado que a Filosofia nos faz nasce da insegurança do desamparo, nestas ocasiões tudo perde a evidência e é preciso instaurar um compromisso com a verdade que dê o tom da procura. A verdade, na Filosofia, aparece na fidelidade com que procuramos resposta para os problemas (CARVALHO, 2007, p. 82).

Desse modo, “as dúvidas são [...] originalmente os estímulos do pensador sempre a pedir uma resposta para explicar porque as coisas são como são. [...] Toda a história da Filosofia é a história desse processo” (CARVALHO, 2007, p. 157).

Um dos desafios de nosso tempo é justamente a descoberta ou confecção de novos meios de encarar os desafios que se nos apresentam na atualidade, evitando o pensamento anacrônico e ultrapassado. Como nos lembra Ortega y Gasset, a história existe para ser digerida, não para ser ignorada. Em outras palavras, a partir dos ensinamentos de José Maurício de Carvalho, aprendemos a lição de Ortega em sua profundidade, pois aquele nos diz que para responder aos desafios de nosso tempo, faz-se necessário

recuperar concretamente as possibilidades humanas sem jogar todas as fichas nos sistemas filosóficos antigos, sem retroagir aos fundamentalismos, explicitando o significado de liberdade de espírito, sem se valer dos recursos do Idealismo. Uma tal filosofia, que nasce desse apelo, é um humanismo que se sustenta no respeito pelo homem. É um humanismo assim que precisamos construir nestes tempos [...] (CARVALHO, 2007, p. 84)

A grande lição que nos deixa o autor é justamente essa: que Existência e Cultura não são dimensões humanas dicotimizáveis. Não se pode encarar a construção da singularidade como a verdadeira realização humana, mas também não se pode encarar o espaço cultural como circunstância despregada da realização singular do existente. É o que diz o autor em *Ortega y Gasset e o nosso tempo*: “[...] a fidelidade a um modo de ser inclui aspectos diversos da *circunstância* pessoal, possui também uma dimensão social, ou melhor, cultural. [...] Em outras palavras, as exigências mais íntimas de cada um encontra no espaço social um lugar para se realizar” (CARVALHO, 2016, p. 165). A preocupação com ambas, em inexorável relação, constitui a vida humana autêntica que se realiza intersubjetivamente, pois “juntos os homens percebem desafios que lhes são comuns num certo momento da história de sua cultura. As preocupações de cada geração são consideradas no esforço de edificação da Filosofia” (CARVALHO, 2007, p. 125). Filosofia que surge em determinado momento da história, mas que adquire caráter de necessidade, de modo que se apresenta para o homem como alternativa de realização da vida autêntica.

A necessidade da Filosofia como fazer cultural

A verdade não é o resultado de qualquer processo que o existente possa conduzir ou executar. A verdade está presente no apelo, ela integra o chamado, está no ponto de partida, não no de chegada (CARVALHO, 2007, p. 85)

A presença dos desafios na vida cotidiana está intrinsecamente relacionada ao surgimento da Filosofia como fazer Cultural. Os desafios são o motor que mantém a Filosofia em perene movimento e, ao mesmo tempo, a própria Filosofia nutre a busca por novas soluções aos desafios, que nunca são suficientemente superados. Por isso, a especificidade da Filosofia como fazer cultural está ligada ao fato de que essa criação surgida dos íntimos desafios existenciais e dos compartilhados problemas sociais do Homem adquiriu caráter de necessidade. Assim como havia dito Ortega, José Maurício de Carvalho nos diz que “a Filosofia iniciou num momento preciso da história da humanidade [...]. Desde então passou a ter tanta importância para a humanidade que se tornou uma conquista insuperável” (CARVALHO, 2007, p. 86). Na obra *Ortega y Gasset e o nosso tempo*, Carvalho resume este pensamento ao dizer que “[...] a filosofia como disciplina de trabalho e reflexão serve de orientação na

procura pelo sentido das coisas e da própria vida. O que alcançará não é um ponto definitivamente seguro, mas um pouso temporário resultante dos esforços compreendidos e de suas crenças” (CARVALHO, 2016, p. 98)

Em grande medida, essa necessidade do fazer cultural específico que é a Filosofia está diretamente ligada à questão da busca pela verdade. Mas essa “verdade” a que se refere àquela do mundo das ideias preconizada por Platão, nem mesmo à verdade do *em-si* kantiano. A verdade entendida por nosso tempo, segundo o professor José Maurício, é aquela que se encontra no início do processo e não em seu desfecho. A verdade, então, longe de ser o galardão do filósofo passa a ser mor de sua atividade:

a verdade está no principiar do pensamento como um convite e como um desafio. Efetivamente é um chamamento nunca perfeitamente respondido, convite difícil de aceitar e um desafio insuperável. A verdade é um estímulo que está na base dos problemas, que os alimenta e que os nutre, mas apenas isto (CARVALHO, 2007, p. 85).

A filosofia, para o autor, “apresenta-se, pois, como um chamado ou um apelo ao homem. Pense e compreenda-se melhor, viva seu projeto existencial e desfrute de uma vida que é única. Não receie romper com as teorias que elaborou para referir-se à Existência e à realidade” (CARVALHO, 2007, p. 82). Dessa maneira, percebemos que o filósofo é vocacionado a viver consciente de sua própria existência e, mais que isso, a ser crítico de si mesmo, pois nessa busca pela verdade, entende que ela “não é o resultado de qualquer processo que o existente possa conduzir ou executar. A verdade está presente no apelo, ela integra o chamado, está no ponto de partida, não no de chegada” (CARVALHO, 2007, p. 85). Embora isso não signifique olvidar o caráter que ela possui como algo “não desvendável, parcela oculta que nunca se revela plenamente na apelação” (CARVALHO, 2007, p. 86).

Ora, ao encarar assim a situação, o professor José Maurício nos dá uma imensa lição de sabedoria, pois se não há modos de se atingir uma verdade ao final do processo, cada ser vive de acordo com a verdade que lhe move na existência e estrutura sua vida diferentemente. Daí a evocação de conceitos como tolerância, humildade, envolvimento intelectual, liberdade e amor. Lembra-nos o professor que “a facilidade em se adotar procedimentos egoístas é inimiga da Filosofia, pois ela não tolera nem a superficialidade no tratamento do problema nem os ataques à dignidade da pessoa” (CARVALHO, 2007, p. 84). Em outras palavras, sendo “realização de um mundo, o existir só pode se realizar como expressão de liberdade” (Idem, p. 88). Daí

que a moral que surge como exigência dessa forma de encarar a Filosofia - portanto a dialética entre Existência e Cultura - é uma moral social do tipo consensual³, na qual a virtude da tolerância se apresenta como palavra de ordem, já que “a verdade, entendida como apelo, não se deixa possuir” (CARVALHO, 2007, p. 186) e que “[...] as regras da moral social precisam ser desenvolvidas na prática e brotarem das relações humanas concretas” (CARVALHO, 2007, p. 187), não podendo “ser construída fora de uma sociedade livre” (CARVALHO, 2007, p. 189).

O conceito de liberdade que o professor José Maurício de Carvalho nos apresenta no livro *O Homem e a Filosofia* vai muito além da conotação política que possa vir a ter. Para ele, o conceito está relacionado visceralmente à capacidade humana de equilibrar-se no caminho pessoal que trilha entre dois abismos ao longo da vida: transcendência e imanência. Em suas palavras “o existente precisa combinar sua realidade de ser simultaneamente único, indivisível e irrepetível, mas ao mesmo tempo parte do universo” (CARVALHO, 2007, p. 89). A esse respeito, podemos citar o belíssimo parágrafo que encontramos no sétimo capítulo da obra supracitada. Texto que nos remete, por um lado, ao verdadeiro significado do conceito de liberdade de que tratamos, e, por outro, nos revela uma íntima e concreta visão do autor sobre o equilíbrio comentado.

A experiência de afirmação da singularidade humana é muito representativa em relação à condição do homem. O fascínio que exerce está no fato de traduzir, com singeleza, o sentimento de estranheza que a Natureza provoca à medida que o mundo subjetivo começa a se delinear na consciência. Essa intuição original que o predispôs a refletir sobre a condição que vivia, merece realce porque fala de uma realidade corriqueira que vários homens experimentam. Em diferentes ocasiões da vida pode-se ter a compreensão da estranheza, mas elas têm cores muito vivas quando começam a acontecer, quando a rebeldia criadora alimenta os sonhos de liberdade. Eu próprio poderia narrar algumas delas sob o sol muito claro do vale do Rio Pomba na pequena cidade de Guarani. A claridade da zona da mata mineira é diferente da que temos na região oeste do Estado. A mata verde e exuberante tem cores muito mais fortes das que conheci quando criança. Tudo isso me deu o vivo sentimento de distinção do meio em que vivia [...]. Essa circunstância é solo onde brota a delicada flor da liberdade (CARVALHO, 2007, p. 88)

³ Sobre a importância da moral social consensual, diz-nos o professor José Maurício: “É a convivência que propicia uma reflexão sobre a vida em sociedade, revelando a necessidade da criação de uma moral social, laica e consensual, compatível com a busca de realização e satisfação, variáveis segundo a diversidade dos indivíduos. A moral social, assim concebida, é guardiã do respeito devido às diferenças encontradas entre indivíduos e a base necessária para o estabelecimento de uma sociedade de cidadãos livres” (CARVALHO, 2007, p. 182).

E completa mais adiante: “essa responsabilidade ou compromisso com nossa singularidade é a única maneira de sermos úteis à humanidade da qual fazemos parte [...]” (CARVALHO, 2007, p. 103). É o que também nos ensina Ortega y Gasset em *Vieja y nueva política* ao dizer que “cada indivíduo, cada geração, se quer ser útil à humanidade, tem de começar por ser fiel a si mesma” (ORTEGA Y GASSET, 1993, p. 270). Isso nos leva a compreender que a ideia de liberdade, no âmbito apresentado pelo professor José Maurício, é indissociável de uma perspectiva axiológica, valorativa, portanto, moral, conforme sugerido por Miguel Reale. É preciso notar, também, que essa liberdade está sempre relacionada às limitações da circunstância e à relação mantida com as outras subjetividades, de modo que nem existência nem cultura podem ser compreendidas isoladas da preocupação ética. De acordo com o professor José Maurício, “essa pergunta por si mesmo é o que há de mais fundamental para revelar a situação do existente” (CARVALHO, 2007, p. 123).

Desse modo, a Filosofia se nos torna modo especialíssimo de encontro com nossa própria singularidade, permitindo que nossas escolhas possam vir a se tornar responsáveis através da consciência de nosso próprio núcleo íntimo e também da circunstância que nos rodeia, com as singularidades dos outros. Segundo o professor José Maurício, “[...] a Cultura não perde seu vínculo com a Filosofia, porque se relaciona a algo que o homem está permanentemente elaborando” (CARVALHO, 2007, p. 175). Assim, nesse fazer que é cultural, o homem se realiza – ainda que angustiantemente - enquanto ser único em sua solidão ontológica, ao mesmo tempo que, por suas obras, objetiva o melhor de si para construir a cultura, de onde outras singularidades se subjetivarão. Portanto, ao relacionar-se à excelência do agir singular, contribuindo para a melhora da humanidade, o fazer cultural combate a mediocridade, inimiga do homem e do mundo. O que nos leva a melhor compreender a proposta reformista de Ortega y Gasset em *Misión de la Universidad*, ensaio de 1930. E o que também nos remete à enérgica chamada à autonomia que Kant nos faz em *Resposta à pergunta: Que é “esclarecimento”?*.

Assim, podemos perceber a importância da Filosofia para a formação cultural humana: ela movimenta uma grande parte das manifestações culturais, pois permite ao homem escolher responsabilmente, subjetivando problemas de seu entorno que serão mais tarde objetivados de maneira melhorada. Como diz o professor José Maurício,

a Filosofia é um importante exercício da Razão, pois é ela que revela algo sobre a singularidade do existir, ajuda a adensar a força das dúvidas que nos envolvem, areja a Razão para enfrentar o desafio de conhecer o que as coisas são, lança luzes sobre as situações de desamparo das quais não é possível ao homem libertar-se completamente [...] Passarão escolas e sistemas, mas permanecerá o estímulo para responder ao apelo de pensar uma razão fundamental para a existência do homem e do mundo (CARVALHO, 2007, p. 86).

Isso, de certa forma, nos alivia diante da incógnita perigosa que é nosso futuro. A manutenção dessa forma de pensamento que se volta unicamente para a existência, que na dialética entre subjetivação e objetivação movimentada a Cultura e que chamamos Filosofia, deixa a nós sempre a possibilidade de uma existência singular reflexiva e responsável e uma convivência social onde imperem absolutas a justiça e a liberdade, ou seja, quando a responsabilidade pela condução da própria vida se aproxima da responsabilidade de criar uma sociedade melhor, temática que será aprofundada pelo autor no livro *Ética* (2010).

Embora José Maurício de Carvalho tenha dedicado toda a parte final a considerar essa questão, no capítulo 6, onde inicia essa segunda parte, afirma:

este nosso interior onde se processam as escolhas que dão sentido a nossa vida nos coloca diante da problemática moral. A forma de pensar o mundo e de agir nos põe diante daquilo que Delfim Santos denominou mínimo axiológico. Nossa relação como o mundo não se dá apenas como conhecimento, mas como ação que implica escolhas e valores, portanto as escolhas têm um aspecto ético (CARVALHO, 2010, p. 130).

E mais adiante vincula a relação entre esse compromisso pessoal com a vida ética e com o destino da sociedade: “toda vez que tratamos do homem concreto, o percebemos sujeito histórico, situado e relacional, por isso suas escolhas se dão sempre limitadas pela circunstância. Não se pode entender o homem sem a situação onde ele se encontra e não se pode entendê-la sem o homem” (Idem, p. 131). Em outras palavras, “estar consciente das alternativas e examinar nossas escolhas é um trabalho exaustivo” (CARVALHO, 2007, p. 105) e ininterrupto.

Considerações finais

É preciso permitir que os problemas sempre possam emergir, não se deve repudiá-los de antemão. Quem julga poder passar por uma questão sem examiná-la com detida atenção, seguramente, não detém o estímulo que existe no filosofar, ou seja, não possui a inquietação profunda que coloca o existente em estado de prontidão para pensar. Pensar é uma realidade radical para a condição humana (CARVALHO, 2007, p. 226).

Ao longo deste capítulo, procuramos apontar a contribuição de José Maurício de Carvalho para a reflexão sobre Existência e Cultura presente no livro *O homem e a filosofia*. Ali, identificamos que o autor entende que os conceitos se relacionam de maneira intrínseca, de modo a mostrar que o existente, ao realizar seu projeto vital e individual, se realiza a partir dos valores objetivados na cultura em que se insere, ao mesmo tempo em que, ao subjetivar estes valores, contribui para a construção e manutenção do espaço cultural no qual estão seus companheiros de existência. Sendo assim, a realização do projeto individual de cada qual ocorre em duas vertentes: de um lado, na circunstância em que se encontra e na qual se encontram outros existentes, de modo que se fala de uma intersubjetividade, e, de outro, individualmente, na busca de compreensão e realização do próprio ser.

Ao dialogar com os culturalistas, José Maurício de Carvalho nos ensina a origem dessa escola filosófica surgida do neokantismo alemão e que encontra com Windelband e Rickert um esforço de superação das ideias da escola de Marburgo. Partindo dessa meditação, vimos que o autor também opõe Cultura ao mundo da natureza, já que a primeira se configura como o espaço dos valores objetivados assumidos pelo existente na realização de seu projeto vital. Nisso identificamos a inovadora contribuição de Carvalho para a meditação culturalista, inovação que faz com que Antônio Paim o aponte como integrante de uma terceira geração de culturalistas brasileiros. Essa inovação se apresenta como superação da forma de entender o homem apenas como sujeito que se constrói individualmente e também evita cair no erro de dar à cultura importância demasiada, esquecendo-se do projeto individual que cada um é responsável. Em outras palavras, a inovação de José Maurício Carvalho – o que procuramos apontar ao longo do capítulo – é a inseparabilidade da construção subjetiva do projeto vital do existente e a objetivação dos valores no espaço cultural. Essa meditação encontramos principalmente em *O homem e a filosofia*, mas também na segunda parte do livro *Ética* (2010).|

Referências

CARVALHO, José Maurício de. **O homem e a Filosofia: pequenas meditações sobre Existência e Cultura**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 236 p.

_____. **Ética**. São João del-Rei: UFSJ, 2010. 240 p.

_____. **Ortega y Gasset e o nosso tempo**. São Paulo: FiloCzar, 2016. 468 p.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “esclarecimento”? In.: **Textos seletos**. 2 ed. Trad. Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100 – 117.

ORTEGA Y GASSET, José. **Vieja y nueva política**. *Obras Completas*. v. I, 2 ed. Madri: Alianza, 1993, p. 266 – 299.

_____. **Meditaciones del Quijote**. *Obras Completas*. v. I, 2 ed. Madri: Alianza, 1997, p. 309 – 400.

_____. **Ensimismamiento y alteración**. *Obras Completas*. v. V, 2 ed. Madri: Alianza, 1994. p. 291 – 315..]

JASPERS POR MOUNIER

Thaís Caroline Reis de Ávila¹, Larissa Ellen Silva e Silva¹, José Maurício de Carvalho²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente de Almeida Neves - IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: josemauriciodecarvalho@gmail.com.

Resumo: Este trabalho nasceu do projeto “Karl Jaspers e o sentido da ciência” onde se estudou como o filósofo avaliava o papel da ciência como orientador da existência pessoal. Um desdobramento do projeto considerou a interpretação que comentaristas importantes fizeram desse propósito de Jaspers de pensar a existência a partir de marcos de referência. O objetivo desse estudo foi examinar a interpretação que o filósofo francês Emmanuel Mounier fez da filosofia de Karl Jaspers. Constatamos que ele o resumiu em quatro pontos: malogro, solidão, verdade, transcendência. Com esses conceitos Mounier elaborou uma interpretação da filosofia de Karl Jaspers. O tema malogro foi contraposto à esperança, solidão foi aproximada de comunicação, verdade ganhou contornos específicos quando aplicado à ciência e a filosofia, transcendência foi contraposta à existência singular e concreta. Com esses quatro conceitos Mounier explicou o papel da ciência na vida e justificou a inserção de Jaspers no movimento fenomenológico existencial, ainda que o filósofo alemão tivesse posições distantes de outros ícones do movimento como: Martin Heidegger e Jean Paul Sarte. A metodologia analítica foi empregada para fazer uma hermenêutica do pensamento de Jaspers e de interpretação de Mounier. O método de procedimento foi o comparativo, contrapondo as teses de Jaspers à interpretação de Mounier. Essa interpretação de Mounier foi, por nós avaliada, comparando-se sua compreensão dos quatro conceitos e a articulação que ele propôs com textos do próprio Jaspers. Pudemos concluir que a interpretação de Mounier é adequada, ainda que a ontologia de Jaspers seja muito complexa para ser resumida nesses quatro conceitos.

O trabalho completo foi aceito para publicação pela Revista Sociedade e Cultura no volume 1, nº 2, Jul./Dez., 2015.

Palavras-chave: Jaspers. Mounier. Existencialismo. Temas Filosóficos.

JUVENTUDE E ESCOLA: TRAJETÓRIA ESCOLAR E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Joyce Helena S. Tanus¹, Ana Júlia de Oliveira Silva¹, Alessandra Aparecida de Carvalho³, Raquel Auxiliadora Borges⁴

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Mestre em Educação pela UFSJ. Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Colaboradora. ³ Mestre em Educação pela UFF. Coordenadora e docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: raquelauxiliadoraborges@yahoo.com.br.

Resumo: O trabalho discute a trajetória escolar de jovens de uma escola pública da rede estadual de ensino do município de São João del-Rei e os significados atribuídos a essa experiência escolar. Essa investigação é parte de um trabalho maior desenvolvido em um Projeto de Pesquisa em andamento com financiamento da FAPEMIG intitulado “Perfil do estudante de Ensino Médio de escolas públicas do município de São João del-Rei: perspectivas de escolaridade e mundo do trabalho”. A investigação teve início em 2015 com estudantes de uma escola da rede pública estadual de ensino, por meio da aplicação de questionários semiestruturados, que reuniram questões abertas e fechadas, aplicados a todos os estudantes das turmas de terceiro ano do Ensino Médio da Escola estadual Doutor Garcia de Lima (cerca de 150 estudantes). A análise de dados se baseou nas técnicas de Análise de Conteúdo (Bardin, 2009). Os achados dessa pesquisa indicaram que a maioria dos entrevistados cursaram toda a Educação Básica em estabelecimentos públicos de ensino. Em relação a pré-escola, 19% não tem esse nível de formação em seu currículo. Em relação ao Ensino Fundamental e Médio, a grande maioria dos entrevistados cursaram em escolas da rede pública de ensino, 89,8%. A quase totalidade dos entrevistados classificam de forma muito positiva a escola em que estudam, colocando-a como muito importante em sua formação. A forma também como avaliam a escola varia entre os entrevistados, mas a maioria a colocam como uma boa instituição (quase 80%). Esses resultados evidenciam que se trata de um público que acredita na preparação social via escola e que avaliam as práticas escolares lá desenvolvidas como importantes em sua formação.

Palavras-chave: Perfil sociocultural e escolar. Estudante de Ensino Médio. Escola pública.

KARL JASPERS E A ORIENTAÇÃO INTRAMUNDANA QUE NASCE DA CIÊNCIA

Larissa Ellen Silva e Silva¹, Jaqueline Giselle Farias Fernandes², José Mauricio de Carvalho³

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves -- IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica -- PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do Curso de Medicina do IPTAN. Bolsista do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do curso de Direito do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: josemauriciodecarvalho@gmail.com.

Resumo: O século passado foi um tempo em que se acentuou uma crise de cultura provocada pelas desilusões com a tese do progresso permanente, pelas dúvidas nascidas com metodologia utilizadas pela ciência moderna devido à mudança de paradigmas trazidos pelas ciências humanas, pelas descobertas da Física e pela desorientação provocada pela crise da fé do ocidente. Jaspers enfrentou essas dificuldades desenvolvendo sua meditação em três eixos: a orientação no mundo, o sentido da existência e o significado da transcendência. Este trabalho examina o primeiro dos três eixos, mais especificamente investiga, como o conhecimento científico, os seus usos e limites podem ajudar o homem a se conduzir na existência, orientando o homem em sua trajetória existencial. O método utilizado no artigo foi analítico e objetivou clarear aspectos implícitos na meditação do filósofo estudado, com o propósito de investigar o papel que Jaspers conferiu à ciência na orientação para viver. Para tanto, utilizou-se do procedimento bibliográfico, concentrando tal pesquisa nos livros de Jaspers, de alguns de seus comentadores e estudiosos do problema. Contudo, pôde-se concluir que o conhecimento que as ciências oferecem, apesar das limitações, forma uma síntese fundamental para nossa relação com as coisas e necessária para a sobrevivência da humanidade. Percebe-se o limite dessa orientação, embora o conhecimento de cada ciência seja impositivo e válido, as teorias que as ciências elaboram a partir desse conhecimento, as crenças que nascem com esse saber, modificam-se na história. Para entender o que oferecem essas teorias que a ciência permite formular sobre a unidade do mundo, o filósofo propôs quatro estratos como sua expressão: matéria, vida, alma e espírito. Por fim, Jaspers observou que embora cada tempo construa diferentes hierarquias das ciências, privilegiando alguma, não se pode propriamente falar de prevalência de alguma ciência sobre as demais e é preciso tratar as hierarquias como resultado dos movimentos da história. As ciências dependem da intimidade do investigador ou os apelos transcendentais que ele sente como vivente.

O trabalho completo foi publicado na edição de número XIII da Revista Brasileira de Educação e Cultura | RBEC | ISSN 2237-3098- Centro de Ensino Superior de São Gotardo.

Palavras-chave: Ciência. Orientação. Existência. Filosofia. Paradigmas.



KARL JASPERS: EDUCAÇÃO ESPECIAL, TRANSTORNOS E CULTURA

Édna Rogéria Durães Queiroz¹, Thaís Caroline Reis de Ávila¹, José Maurício de Carvalho²

1 Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente de Almeida Neves - IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. 2 Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador do PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: josemauriciodecarvalho@gmail.com.

Resumo: O problema abordado neste estudo é o modo como o Psiquiatra e Filósofo alemão Karl Jaspers relaciona os transtornos emocionais e mentais aos movimentos culturais. Esse é um assunto importante porque avalia o quanto as mudanças culturais, às quais todos estamos expostos, afetam a vida das pessoas. A referência fundamental dessa pesquisa é a quinta parte da Psicopatologia Geral. Nela, Jaspers explica que as condições culturais afetam o desempenho humano e como não é possível medir com exatidão o que é mais influente entre os mecanismos biológicos e as aprendizagens culturais podemos descrever o comportamento e notar as alterações que nele ocorrem quando variam as condições culturais. É o que ele faz ao aderir ao método fenomenológico e o utilizar para descrever os transtornos emocionais e da inteligência. Como parte do método fenomenológico que utiliza para estudar os fenômenos da consciência, Jaspers orienta o psicoterapeuta e o educador a considerar as características do tempo, e as crises históricas, e observar como o homem é afetado pelas circunstâncias em que viver. E assim, a psicoterapia e as intervenções no processo pedagógico devem se concentrar essencialmente nas experiências do paciente ou estudante, pois é permitindo que superem experiências traumáticas ou dolorosas que eles se desenvolverão. O método empregado na pesquisa é o analítico na medida em que nosso objeto de estudo são os textos e relatos clínicos do médico e filósofo. Jaspers justifica adequadamente que os resultados da inteligência e as alterações emocionais se relacionam às experiências culturais. Ele mostra, finalmente, que tempos mais exigentes cobram mais de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: Psicopatologia. Educação Especial. Fenomenologia. Transtornos. Cultura.

NÚCLEO APRIMORAR-AMIGOS DO IPTAN: OS DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA INTERVENÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA E NA RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL

Taiana Toussaint de Paula¹, Raruza Keara Teixeira Gonçalves²

¹ Bacharel em Direito e Especialista pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas – Campus São João del Rei. Colaboradora do Programa de Iniciação Científica Júnior – BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN no projeto "Um olhar sobre a Educomunicação: Como os meios de comunicação contribuem para a construção de relações de pertencimento em comunidade". ² Jornalista. Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenadora de Extensão do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Coordenadora do projeto "Um olhar sobre a Educomunicação: Como os meios de comunicação contribuem para a construção de relações de pertencimento em comunidade". Contato: raz.schiavi@gmail.com.

Resumo: Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre o Projeto de Extensão Universitária Núcleo Aprimorar-Amigos do IPTAN, como forma de intervenção sociocomunitária no Bairro Senhor dos Montes e suas imediações, na cidade de São João del-Rei/MG. O núcleo integra o conhecimento adquirido em sala de aula por nossos discentes e as demandas sociais apresentadas pela comunidade, a fim de construir projetos que contribuam com a melhoria da qualidade de vida das pessoas assistidas. Nesse intuito, contamos, atualmente, com quatro projetos estabelecidos. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é coordenado pelo Prof. Me. Wellington Augusto Ribeiro. Dez alunos do Curso de Direito, semanalmente, são envolvidos em tal prática. Como estagiários do NPJ, esses discentes são selecionados pelos professores tutores do Curso de Direito do IPTAN, ao longo do semestre. Já, o Projeto Psicopedagógico é coordenado pela Profa. Ma. Patrícia Uebe e conta com a monitora Emilce dos Santos Cipriano, aluna do Curso de Pedagogia da instituição. As atividades ocorrem uma vez por semana durante manhã e tarde das terças-feiras. Os alunos atendidos são encaminhados pela Escola Estadual Idalina Horta Galvão, identificados por problemas comportamentais e/ou com dificuldades de aprendizado. Além disso, o projeto tem feito parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Senhor dos Montes por meio da contribuição do psicólogo, Me. João Vitor Santana, que direciona a atenção às mães das crianças atendidas pelo núcleo. Terapia em grupo é a dinâmica adotada com essas mulheres. No âmbito do bem-estar, destaca-se o trabalho da monitora e aluna do Curso de Educação Física, Samira Hallak, que é orientada pelo Prof. Esp. Ericsson da Silva. Duas vezes por semana, 1 hora por dia, aulas de dança ocorrem no núcleo e atendem mulheres de meia idade e adolescentes da comunidade. A seleção para participar dos projetos é feita por meio de cadastro e do acompanhamento da secretaria do Aprimorar e dos

discentes e docentes envolvidos nas atividades. O propósito do núcleo de extensão é a construção de dados para pesquisas futuras e propiciar uma formação ética e cidadã do aluno da Instituição de Ensino Superior (IES) e que essa intervenção comunitária incida sobre a formação da identidade socioeconômica local.

Palavras-chave: Extensão comunitária. Agenda social. Formação cidadã. Identidade local.



NÚMEROS PERFEITOS

Camila Francilaine Gouvea¹, Magaly Paranhos Reis¹, Aurelio José Parreira²

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Engenharia de Produção do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Orientador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: profaurelioparreira@gmail.com.

Resumo: A história dos números perfeitos é antiga e passa por muitos matemáticos. Começa com a descoberta destes números na época dos pitagóricos (por volta de 540 a. C.), matemáticos que faziam parte da escola criada por Pitágoras, uma irmandade ligada por ritos secretos e cheia de misticismos. Os pitagóricos acreditavam que o número é o conceito fundamental do universo. Eles classificavam os números de diversas formas: números amigos, figurados, triangulares, pentagonais, primos, etc. Dentre estas classificações encontramos os números perfeitos, um conjunto de números inteiros com uma história muito fascinante e propriedades muito elegantes, cercados por grandes profundidades de mistério. Eles são alvo de vários estudos matemáticos e várias pessoas buscaram uma fórmula que nos desse todos os números perfeitos. Além disso, foi ao investigar esses números que Fermat descobriu um pequeno teorema que leva seu nome e que constitui a base de uma parte substancial da teoria dos números. Embora ele esteja enraizado nos tempos antigos, notavelmente este assunto continua muito vivo hoje, abrigando talvez o mais velho projeto inacabado de matemática. Hoje o estudo dos números perfeitos está intimamente ligado às modernas técnicas de criptografia tão fundamentais nos sistemas de proteção de informações em nosso mundo digital. Neste estudo fizemos uma revisão bibliográfica dos fundamentos históricos que deram base a uma Teoria dos Números Perfeitos. Apresentamos primeiramente alguns resultados e elementos de Teoria dos Números, em especial aqueles relacionados aos números perfeitos, para em seguida analisar os avanços mais recentes no estudo destes números e sua ligação com as modernas técnicas de criptografia. Por fim mostramos alguns problemas em aberto que podem ser alvo de novos estudos aprimorando ainda mais os sistemas de proteção em comunicações digitais.

Palavras-chave: Números perfeitos. História da matemática. Teoria dos números. Criptografia.

O CARÁTER CONSTITUCIONAL DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL COMPARADO AO PRESENTE NA VANGUARDISTA CONSTITUIÇÃO DO EQUADOR

Daniel Alberico Resende¹, Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador. Contato: deilton.ribeiro@terra.com.br.

Resumo: Introdução. O presente artigo realizou uma análise acerca da inserção do Direito Ambiental na esfera constitucional brasileira, abordando sua importância, mediante alusão à “Pacha Mama” e ao tratamento constitucional equatoriano dado ao meio ambiente, deixando este de ser objeto e se tornando sujeito nas relações legais estabelecidas com (ou contra) o homem. Tal ética da responsabilidade está intimamente ligada à relação de interdependência existente entre o ser humano e o meio ambiente. Da metodologia utilizada. O método utilizado para a realização do trabalho foi descritivo-analítico. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a doutrinária e a documental. Resultados e discussão. Dessa forma, foi possível observar que no âmbito da Constituição Federal brasileira, a situação é oposta ao que se presencia na Constituição do Equador: o meio ambiente é tido como um objeto; como algo subsidiário ao ser humano, na medida em que o artigo 225 da Constituição Federal prevê que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, deixando de lado o direito do próprio meio ambiente ter o direito à sua preservação. Conclusões. A Constituição Federal de 1988, não deu a devida importância ao meio ambiente quando preceituou que “todos [os seres humanos] têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Tem-se que o meio ambiente merece ser preservado por figurar como sujeito e não por que tal preservação se dá apenas em virtude dos seres humanos possuírem direito ao meio ambiente e não o meio ambiente ter o direito à preservação.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Pacha Mama. Constituição Federal. Meio ambiente.

"O LIVRO SELVAGEM" DE JUAN VILLORO: UMA MODIFICAÇÃO COM OS PARADIGMAS TRADICIONAIS TOTALIZADORES

Ana Clara Resende¹, Rosegleice das Mercês Romero¹, Natalia Santos Costa², Maria Tereza Gomes de Almeida Lima³

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do Curso de Pedagogia do IPTAN. Voluntária do Programa de Iniciação Científica. ³ Docente e Diretora de Graduação do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: mariaterezalima@yahoo.com.br.

Resumo: O presente estudo inicia-se a partir de questionamentos acerca do período de solidificação da episteme cartesiana e, em seguida, passa pelas desestabilizações do pensamento racional lógico, versando também sobre sistemas organizacionais das bibliotecas, no qual está o foco desta pesquisa. Seja atualmente, assim como em períodos passados, os diversos livros das bibliotecas eram e ainda são ordenados por rigorosos sistemas de classificação, como por exemplo separados por conteúdos educacionais, por áreas da saúde, entre outras. Porém, como a sociedade está em constante mudança e movimento, os sistemas para organização não são apenas os convencionais como é feito em várias bibliotecas. A maneira como são dispostos os livros em diversas bibliotecas ao redor do mundo, se não na maioria delas, seguem uma forma tradicional já pré-estabelecida, é como um lugar comum. A modificação de abordagens teóricas e de inúmeras produções artísticas, contudo, atestam que estes modelos únicos coexistem com formas epistêmicas descentralizadas e menos tradicionais. Essa perspectiva subjetiva, individual e plural da contemporaneidade pode ser observada na obra "O livro selvagem", de Juan Villoro. Com uma biblioteca bastante pessoal e diferenciada, Villoro mostra que existem várias formas de organização, marcando sua ruptura com os paradigmas dominantes, totalizadores e excludentes.

Palavras-chave: Ruptura. Biblioteca. Organização. Multiplicidade.

“O LIVRO SELVAGEM” DE JUAN VILLORO: UMA RUPTURA COM OS PARADIGMAS DOMINANTES

Rosegleice das Mercês Romero¹, Ana Clara Resende¹, Natalia Santos Costa², Maria Tereza Gomes de Almeida Lima³

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do Curso de Pedagogia do IPTAN. Voluntária do Programa de Iniciação Científica. ³ Docente e Diretora de Graduação do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: mariaterezalima@yahoo.com.br.

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo analisar a obra "O Livro Selvagem", escrita por Juan Villoro no período em que a episteme cartesiana, que se baseava na racionalidade lógica do pensamento, passou por diversas desestabilizações, de forma a descaracterizar tal racionalidade, considerada antes, como única, verdadeira e totalitária, contrariando as formas de organização tradicionais, tendo como foco as bibliotecas, que são o cenário principal da obra em questão. As bibliotecas tradicionais tendem a apresentar modelos e formas de organização pré-estabelecidos, seguindo padrões que colocam uma lógica, um lugar-comum considerado como verdadeiro, seguindo métodos de catalogação como temas, tamanhos, línguas, assuntos, cores, formatos, gêneros, entre outros. Em contrapartida, com o passar do tempo e com as transformações emergentes, houve a necessidade de uma ruptura com o pensamento cartesiano a partir de uma crise relacionada às questões totalitárias, racionais, únicas e excludentes. A metodologia utilizada foi baseada em abordagens teóricas e produções artísticas que atestam que os modelos únicos e totalizadores coexistem com formas epistêmicas descentralizadas e pulverizadas. Com isso, foi possível observar que "O livro selvagem", de Juan Villoro, traz o modelo de uma biblioteca peculiar e bastante pessoal, mostrando que existem várias formas de se organizar as coisas do mundo, marcando assim, uma ruptura com os paradigmas dominantes, antes, considerados como verdadeiros e totalitários. Villoro ironiza a lógica dos sistemas taxonômicos legitimados pelo pensamento moderno, questionando assim os modelos organizacionais únicos e excludentes, o que desestabiliza os padrões centralizadores, mostrando a pulverização do centro. Com a biblioteca de Tito, as formas padronizadas de organização são deixadas de lado para o subjetivo, o diferente, antes excluídos pelos princípios legitimados durante séculos na sociedade.

Palavras-chave: Racionalismo. Biblioteca. Organização. Ruptura. Tradicionais.

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Luís Antônio Magela dos Santos¹; Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN (Orientador). E-mail: deilton.ribeiro@terra.com.br.

Resumo: Introdução. No Estado Democrático de Direito torna-se patente que toda e qualquer decisão judicial seja largamente fundamentada, de forma a demonstrar ao jurisdicionado as razões que motivaram juízes e tribunais de modo a propiciar uma justiça cada vez mais efetiva e realizadora. A fundamentação das decisões, de tal importância, está prevista na Constituição Federal em seu artigo 93, inciso IX de modo a propiciar um processo dialogal entre o texto constitucional e o processo civil pedido e refletido pela doutrina há tanto. O NCPC é disciplinado e interpretado conforme aquilo que a CF/88 traz enquanto valores e normas fundamentais, ou seja, a Constituição é o contexto necessário e condição sem a qual não se pode compreender ou realizar as normas processuais civis. Da metodologia utilizada. O método utilizado para a realização do trabalho foi descritivo-analítico. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a doutrinária e a documental. Resultados e discussão. A exigência da motivação das decisões judiciais no ordenamento processual brasileiro possui dupla função: endoprocessual e exoprocessual ou extraprocessual. A função endoprocessual se caracteriza pela possibilidade das partes, ao conhecer as razões que formaram o convencimento do magistrado, avaliarem se foi feita uma densa apuração da causa. Tal situação permite controlar a decisão por meio de recursos cabíveis, bem como prover subsídios aos tribunais superiores para reformar ou manter a decisão. A função exoprocessual ou extraprocessual caracteriza-se pela viabilização do controle da decisão do magistrado pela via difusa da democracia participativa, exercida pelo povo e cuja sentença é pronunciada em seu nome. A fundamentação das decisões reflete na racionalidade e controlabilidade dos atos dos juízes e Tribunais. Conclusões. O NCPC, aprovado desde 16 de março de 2015, em seus artigos 489, § 1º e 927, § 1º, traz explicitamente a necessidade de fundamentação das decisões por parte dos magistrados em todas as fases do processo, com o objetivo de proporcionar completa compreensão pelas partes dos fatos e fundamentos que levaram os julgadores a proferir as decisões que alcancem o melhor resultado concreto, observando, sob o viés da Constituição, a realização do direito material.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil. Fundamentação das decisões judiciais. Constituição Federal. Processo dialogal.



O PARADOXO ENTRE UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS E O RESULTADO ACADÊMICO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Flávia Aparecida Júlio de Moraes¹
Scarlet Paulina de Freitas¹
Leonardo Henrique de Almeida e Silva²

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior-BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Coordenador e docente do Curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Orientador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: leonardohenrique@iptan.edu.br.

Resumo: A pesquisa buscou traçar uma relação entre o tempo que o aluno passa conectados às Redes Sociais e o seu rendimento escolar, basicamente no que se refere às suas notas. As Redes Sociais em uso acentuado pela população fazem parte da vida e da cultura da sociedade mundial. O Facebook, por exemplo, um aplicativo criado por Mark Zuckerberg, estudante de Harvard, é acessado por mais de 1,2 bilhão de pessoas no mundo todo e não para de crescer; comprou a WhatsApp (comunicador instantâneo que permite trocar mensagens com os amigos de maneira extremamente objetiva) e, em março, de 2014 adquiriu a Oculus VR, uma companhia de tecnologia aplicada à realidade virtual e desenvolvedora do Oculus Rift. As redes sociais estão presentes entre os extremos da população: pobres ou ricos; celebridades ou pessoas comuns; políticos ou eleitores etc. A pesquisa teve como estudo de caso alunos do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Garcia de Lima, na cidade de São João del-Rei/MG e constatou alto índice de estudantes que ficam conectados às redes sociais diariamente e em um relevante período de tempo.

Palavras-chave: Redes sociais. Rendimento escolar. Ensino médio. Escola Estadual Garcia de Lima; São João del-Rei/MG.

Introdução

A influência das redes sociais na vida das pessoas é um fato incontestável, onde podemos observar tanto o lado positivo como o negativo. Antes o grande foco era o entretenimento, chats e bate papos, piadas, comédias, fotos, recados, encontros, jogos, essas características foram mantidas, mas outros recursos estão sendo agregados. Poderíamos dizer que de alguma forma as redes sociais estão “amadurecendo”.

E para trocar estes tipos de informação criaram-se diversos aparelhos, que evoluíram com o passar do tempo, desde os computadores gigantes até os computadores atuais, celulares, smartphones, tablets e tantos outros tipos de aparelhos. E com todas estas evoluções surgiram as redes sociais, que cada vez mais fazem parte do dia-a-dia de quase todas as pessoas, pois além de ser uma forma de entretenimento, por este caminho pode-se trocar diversos tipos de informações, desde piadas, recados, até informações de cunho estudantil e profissional (TECMUNDO, 2017).

De acordo com Recuero (2010), a atualização em tempo real diminui a distância que muitas vezes se constituíam barreiras para os relacionamentos, namoros e amizades que, atualmente, com o auxílio das redes são mantidas. Hoje tem-se a possibilidade de as pessoas serem muito bem informadas, pois são bombardeadas com notícias, podendo elas escolherem a fonte destas informações.

Não há dúvidas quanto ao envolvimento dos alunos com todas essas ferramentas online, porém, quais os efeitos disso? Neste contexto, esta pesquisa busca traçar uma relação entre o tempo que o aluno passa conectado às Redes Sociais e o seu rendimento escolar, basicamente, no que se refere às suas notas. As Redes Sociais, em uso acentuado pela população, fazem parte da vida e da cultura da sociedade mundial. O Facebook, por exemplo, um aplicativo criado por Mark Zuckerberg, estudante de Harvard, é acessado por mais de 1,2 bilhão de pessoas no mundo todo e não para de crescer; comprou a WhatsApp (comunicador instantâneo que permite trocar mensagens com os amigos de maneira extremamente objetiva). As redes sociais estão presentes entre os extremos da população: pobres ou ricos; celebridades ou pessoas comuns; políticos ou eleitores etc. Esta pesquisa teve como estudo de caso alunos do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Garcia de Lima, na cidade de São João del-Rei/MG, e constatou um alto índice de estudantes que ficam conectados às redes sociais diariamente e em um relevante período de tempo.

Metodologia

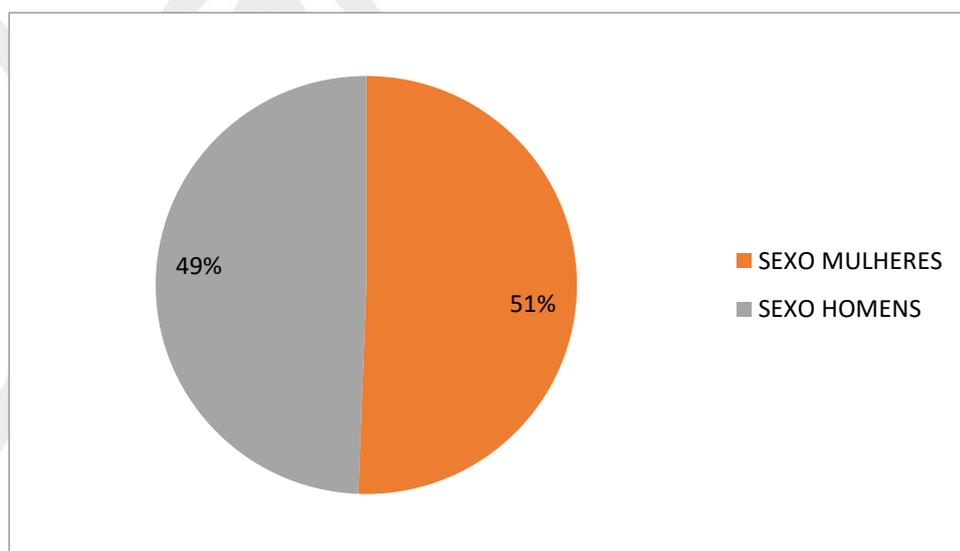
Foi realizada uma pesquisa bibliográfica como forma de embasamento teórico sobre o assunto Redes Sociais e sua influência na vida das pessoas na atualidade. As duas bolsistas foram as responsáveis por esta etapa, coordenadas pelo professor responsável. Foram aplicados ainda cerca de 150 questionários entre estudantes do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Garcia de Lima, na cidade de São João

del-Rei a fim de verificar a relação entre o tempo que o aluno passa conectado às redes sociais e o seu rendimento escolar. Um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se verificar se os objetivos de um projeto foram atingidos. A construção de um questionário, segundo Aaker *et al.* (2001), é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Este questionário foi elaborado pelo professor responsável e aplicado pelas bolsistas. A tabulação, elaboração dos gráficos e análise dos dados foram realizados em conjunto entre os envolvidos na pesquisa.

Resultados

O gráfico 1, relativo ao sexo dos entrevistados, mostra que 51% são mulheres e 49% são homens, o que demonstra uma possível paridade entre os gêneros dos entrevistados já que há apenas uma pequena margem de 2% na quantidade a mais de mulheres na pesquisa.

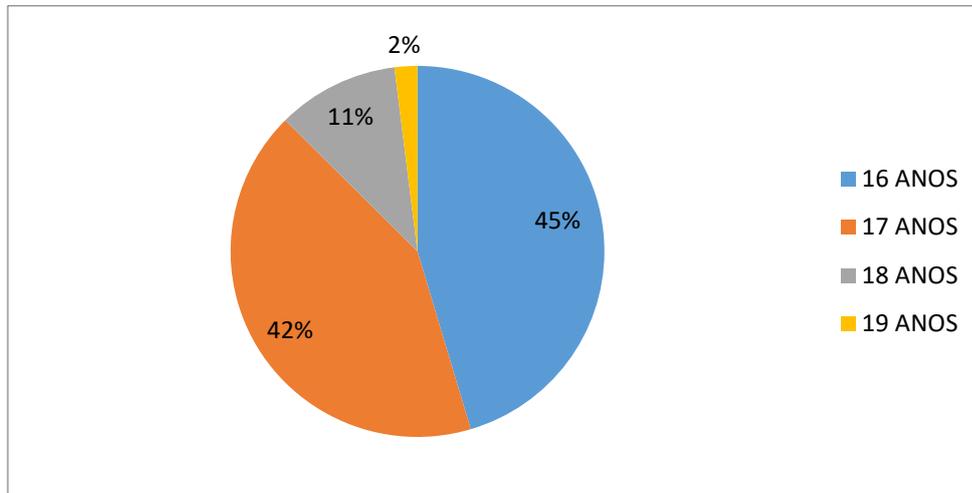
GRÁFICO 1 – SEXO DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico 2, referente à idade dos entrevistados, mostra que a idade destes varia entre 16 a 19 anos, com 13% na faixa entre 18 e 19 anos e uma maioria, 87%, na faixa entre 16 e 17 anos, percebendo-se, assim, maioria abaixo da maioridade.

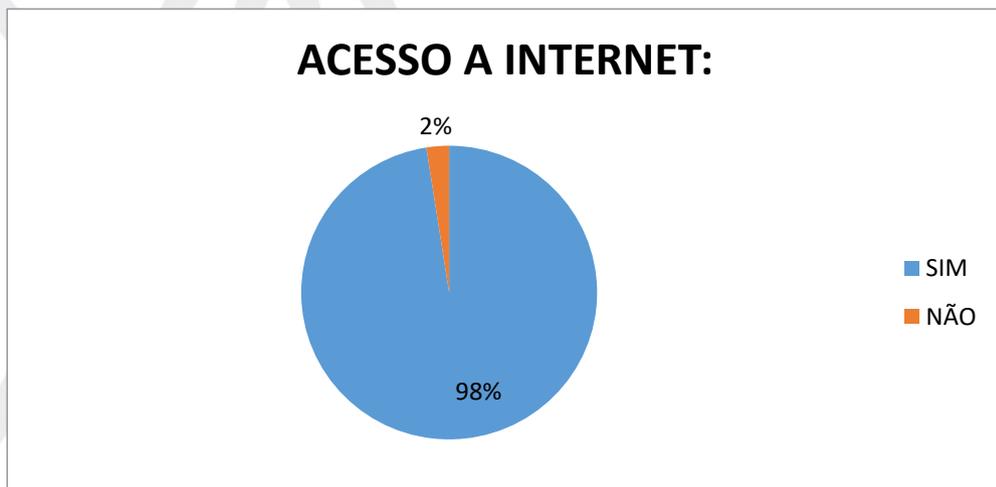
GRÁFICO 2 – IDADE DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao acesso à internet, o gráfico 3 traz uma porcentagem onde 98% dos entrevistados o possuem e apenas 2% não o tem. É um dado altamente significativo no que tange ao fato de que a maioria acessa a internet e, também, de que ainda há uma pequena parcela de pessoas sem o referido acesso.

GRÁFICO 3 – ACESSO À INTERNET

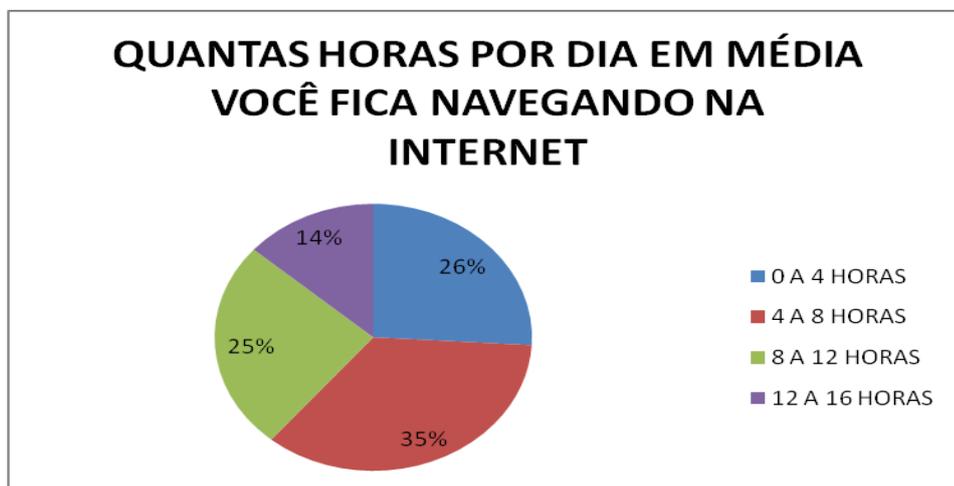


Fonte: Dados da Pesquisa

No tocante à quantidade de horas, em média, que os entrevistados ficam na internet, o gráfico 4 mostra que 60% navegam entre 4 a 12 horas diárias e, em extremos opostos, 26% ficam entre 0 a 4 horas e 14% de 12 a 16 horas. Percebe-se, assim, que a maioria dos entrevistados ocupa seu tempo com outras atividades e, em dois

extremos opostos, parcelas dos entrevistados ocupam tempo demais e de menos com navegação na internet.

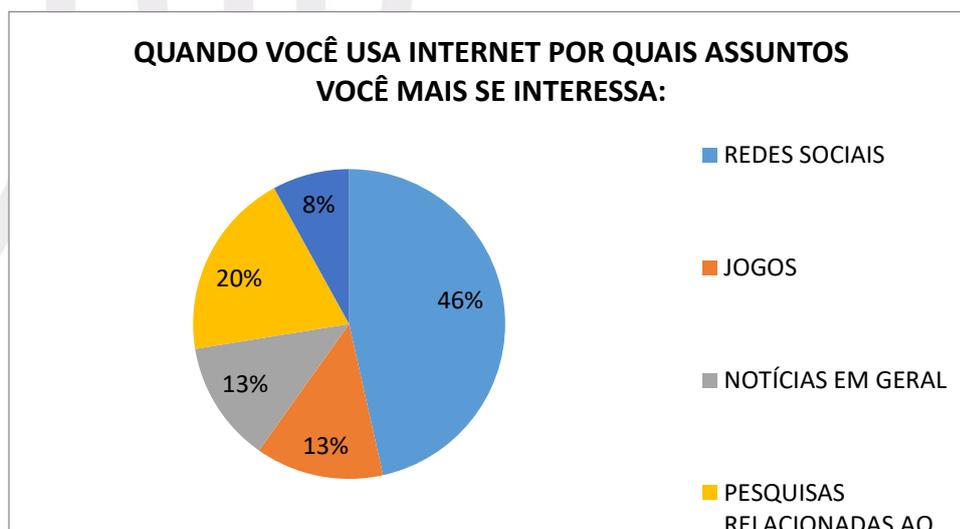
GRÁFICO 4 – MÉDIA DE HORAS NA INTERNET



Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação aos assuntos de maior interesse dos entrevistados, na internet, observa-se que 46% têm interesse por redes sociais e, o restante divide-se em relação a jogos, notícias em geral e pesquisas relacionadas ao estudo. Nota-se, desta forma, grande ocupação do tempo em atividades de relacionamento virtual, jogos e notícias, superando pesquisas de estudo, o que poderia afetar o desempenho estudantil.

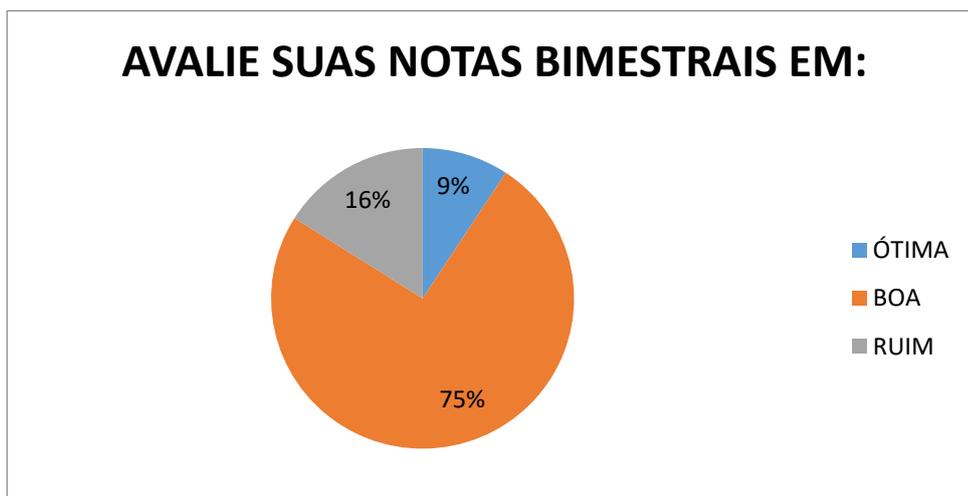
GRÁFICO 5 – ASSUNTOS DE INTERESSE NA INTERNET



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico 6, relativo à avaliação das notas bimestrais, mostra que 75% dos entrevistados relataram que as mesmas estão boas e 16% que estão ruins. Sendo assim, apenas 9% consideram suas notas ótimas e, desta forma, 91% dos entrevistados estão com as notas entre boas e ruins, o que comprova que pode haver uma relação entre as notas obtidas e internet.

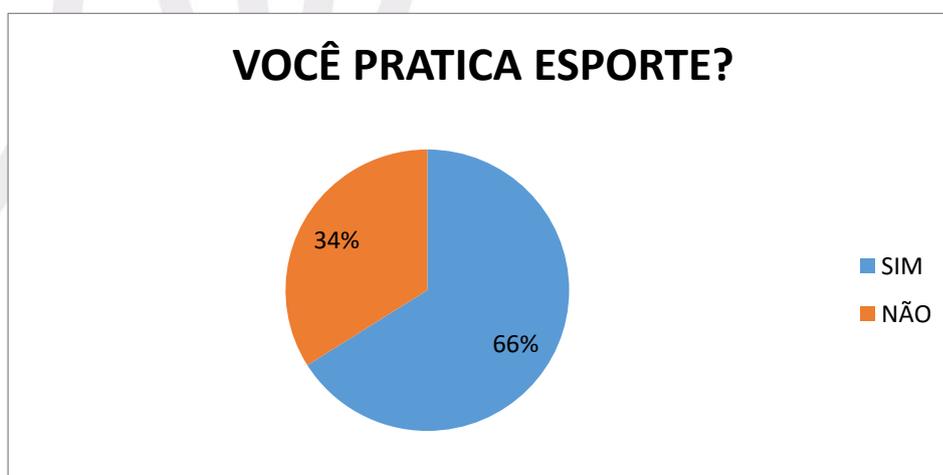
GRÁFICO 6 – AVALIAÇÃO DAS NOTAS BIMESTRAIS



Fonte: Dados da Pesquisa

A prática de esporte, relatada pelos entrevistados e apresentada no gráfico anterior, encontra-se com 66% de praticantes e 34% de não praticantes. Observa-se que a maioria, mesmo em um contexto e cenário de virtualidade, ainda se ocupa com a prática de esportes, o que pode indicar possibilidade de benefícios saudáveis para os entrevistados.

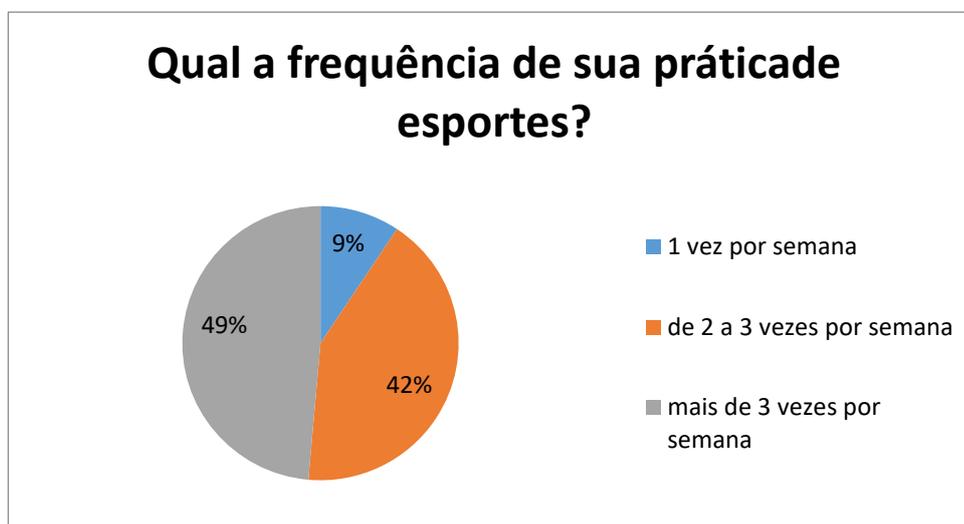
GRÁFICO 7 – PRÁTICA DE ESPORTE



Fonte: Dados da Pesquisa

No que se refere à frequência da prática de esportes, 87% dos entrevistados pratica de 2 a mais de 3 vezes por semana e apenas 9% apenas 1 vez por semana.

GRÁFICO 8 – FREQUENCIA DA PRÁTICA DE ESPORTES

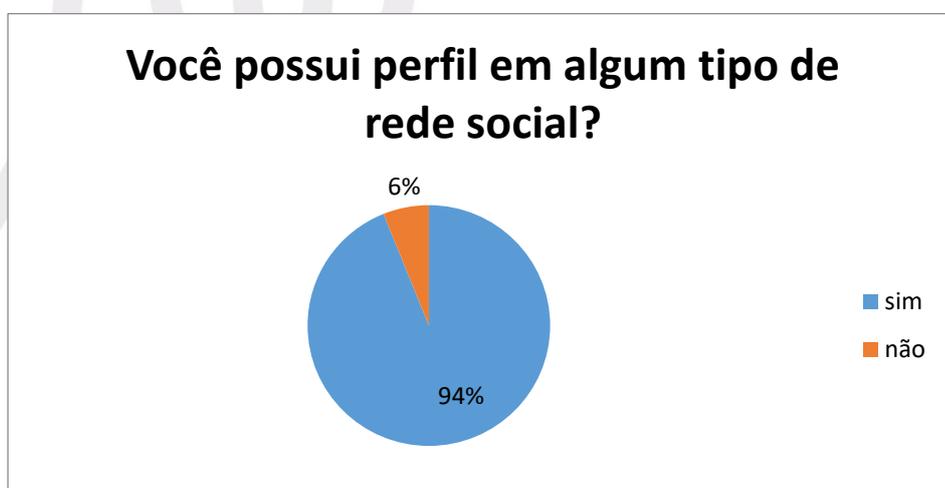


Fonte: Dados da Pesquisa

Estes dados estão em consonância com o que foi relatado anteriormente, no gráfico 7, onde a maioria pratica esportes e, desta forma, há um contexto positivo no que diz respeito ao fato da internet não estar criando um costume sedentário entre os entrevistados.

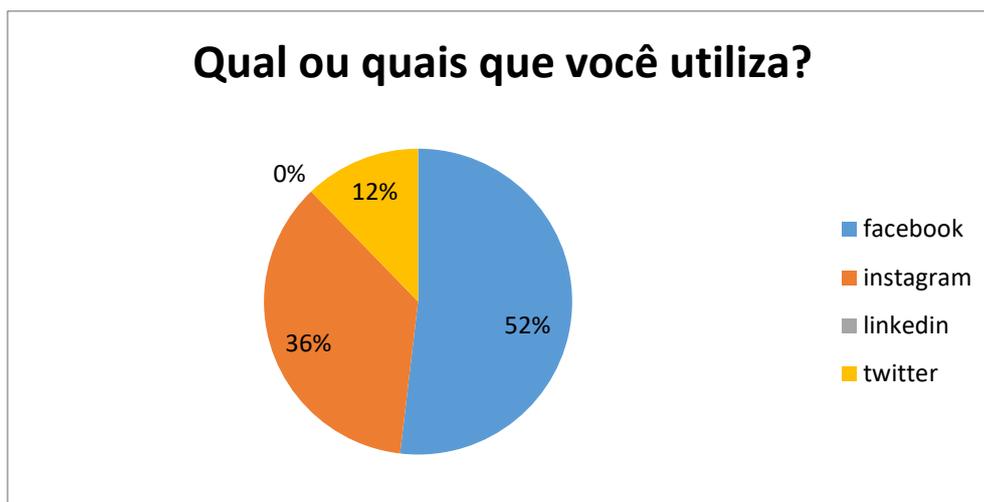
Quando arguidos se possuem perfil em algum tipo de rede social, pode-se apurar que 94 % dos entrevistados responderam que sim e apenas 6% disseram que não possuem. Percebe-se, assim, que estes dados vão de encontro ao que foi apurado, anteriormente, no que se refere à utilização da internet.

GRÁFICO 9 – PERFIL EM ALGUMA REDE SOCIAL



Fonte: Dados da Pesquisa

GRÁFICO 10 – PERFIS MAIS UTILIZADOS

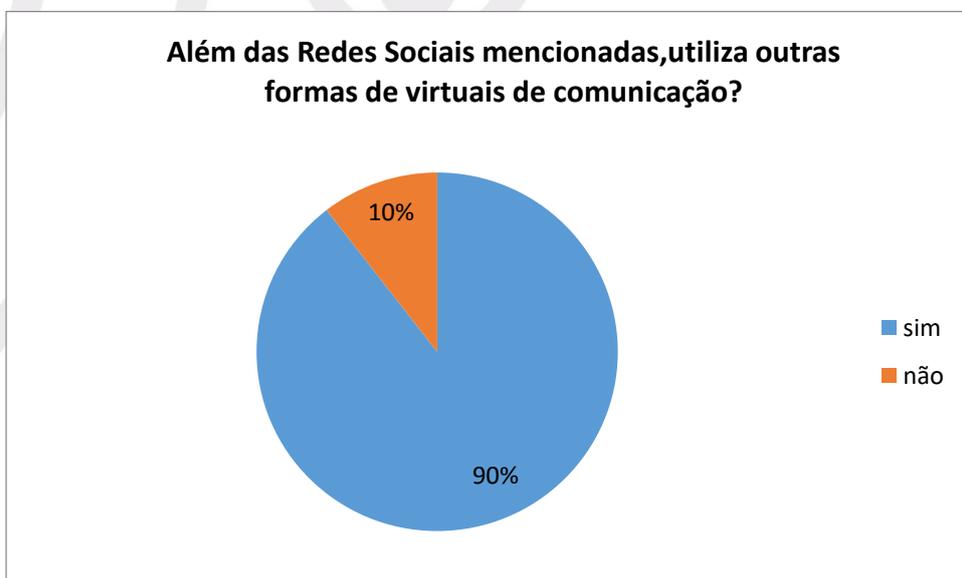


Fonte: Dados da Pesquisa

Já sobre os perfis mais utilizados, nota-se, em maioria, a utilização do *Facebook*, com 52%, seguida pelo *Instagram*, com 36%, tendo, logo após o *Twitter* com 12%. O *LinkedIn* não teve menção alguma. Percebe-se e entende-se este fato devido ao *LinkedIn* se tratar de um perfil de rede social voltado ao campo profissional, que não é, ainda objeto de interesse ou preocupação para o público alvo entrevistado nesta pesquisa.

Sobre outras formas virtuais de comunicação além das redes sociais, os entrevistados disseram, com maioria de 90%, que sim, utilizam outras formas. Apenas 10% disseram que não utilizam o que se comprova por dados anteriormente mencionados em gráficos aqui já apresentados.

GRÁFICO 11 – OUTRAS FORMAS VIRTUAIS DE COMUNICAÇÃO ALÉM DAS REDES SOCIAIS



Ainda em relação às formas de comunicação mais utilizadas sem ser no formato de perfil de rede social, os entrevistados pontuaram em 59% que o *Whatsapp* é o mais utilizado, seguido por *email* com 36%, e MSN e outros somando um total de 5%. Nota-se, em consonância com dados anteriormente apresentados que, *Whatsapp* é uma ferramenta digital indispensável às rotinas diárias e que o *email* ainda fortemente se caracteriza como forma de comunicação de grande abrangência entre o público alvo da pesquisa, principalmente pelo fato deste ser obrigatório na criação de perfis ou utilização de plataformas como o *Whatsapp*.

GRÁFICO 12 – QUAIS FORMAS DE COMUNICAÇÃO MAIS UTILIZADAS



Fonte: Dados da Pesquisa

Discussão

Percebe-se, pelos dados apurados, que a maioria dos entrevistados tem idade entre 16 e 18 anos, 60% fica entre 4 a 12 horas por dia navegando na internet, principalmente em redes sociais, onde o Facebook se apresenta como a maior preferência de acesso. Em relação às notas, 91% dos entrevistados estão com as notas entre boas e ruins, o que comprova que pode haver uma relação entre as notas obtidas e internet e, da mesma forma, em relação à frequência da prática de esportes, 87% dos entrevistados pratica de 2 a mais de 3 vezes por semana e apenas 9% apenas 1 vez por semana. É importante observar estes dados, pois, desta forma, há um contexto

positivo no que diz respeito ao fato da internet não estar criando um costume sedentário entre os entrevistados.

Conclusão

A partir das observações e dados coletados nas entrevistas foi possível entender como a internet, através das redes sociais e aplicativos, pode influenciar no resultado acadêmico dos alunos do ensino médio e até na possibilidade de prática esportiva. Observou-se que 91% dos entrevistados consideraram suas notas entre boas e ruins, com apenas 9% destes classificando-as como ótimas, o que é preocupante, pois o próprio aluno tem consciência de seu desempenho e dos fatores que podem influenciar na criação de condições que venham a atrapalhar a obtenção de notas mais elevadas e do aprendizado do conhecimento. Em consonância, observou-se que 94% possuem algum tipo de rede social, com 52% de predominância do Facebook e 59% utilizam, como outra forma de comunicação, o Whatsapp, o que leva à conclusão de que, é mais propenso ao aluno do ensino médio, passar a maior do seu tempo diário em aplicativos e redes sociais, do que cumprindo, primeiramente, suas obrigações estudantis. Assim, pode-se dizer que há uma impactante influência da internet no desempenho acadêmico do aluno do ensino médio, fato paradoxal, já que esta deveria ajudar e estimular o estudante em suas atividades diárias, acadêmicas e estudantis. Então, para finalizar deixamos aqui a sugestão para que os alunos naveguem nas redes sociais com moderação, afim de não prejudicar o rendimento escolar.

Referências

AAKER, D. *et al.* **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Teoria das redes e redes sociais na internet**. Porto Alegre: UFRS, 2010.

TECMUNDO. Disponível em www.tecmundo.com.br/facebook/52799. Acesso em 26/01/2017.

Agradecimentos: Agradecemos a FAPEMIG que através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior possibilitou a realização deste trabalho e aos alunos do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Garcia de Lima, na cidade de São João del-Rei, pelo preenchimento dos questionários.



O USO DA FOTOGRAFIA COMO APARATO HISTÓRICO E DOCUMENTAL PARA A PESQUISA: UMA ANÁLISE DA OBRA DO FOTOGRAFO LUIZ ALFREDO (1961)

Jéssica Tatiane Felizardo¹, José Luiz de Oliveira²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ. Integrante do Grupo de Estudo em Hannah Arendt e Norberto Bobbio (GEPHANB) e bolsista do programa PsicoEducar (PIBEX-UFSJ). ² Docente do Departamento de Filosofia e Métodos da UFSJ. Doutor em Filosofia pela UFMG. Orientador. Contato: jlos@ufsj.edu.br.

Resumo: O presente trabalho pretende expor as considerações acerca do uso da fotografia como aparato histórico e documental para a pesquisa. A relação entre imagens e ciências sociais tem crescido cada vez mais no âmbito do trabalho acadêmico. Pesquisadores têm reconhecido a fotografia como fonte, objeto de análise e recurso pedagógico em suas pesquisas. A fotografia é admitida na condição de documento de apoio, que pode ser entendida como matéria de ampliação do nosso conhecimento. No ano de 1961, o fotógrafo Luiz Alfredo faz o registro dos internos do Hospital Psiquiátrico Colônia de Barbacena. As pessoas, que eram internadas nessa instituição, passavam a ser identificadas por meio de números, além de serem encarceradas. Tais internos eram submetidos a maus-tratos e levados às situações precárias de higiene. Conseqüentemente, no interior do Colônia ocorreu uma das maiores barbáries do campo da saúde mental já registrada no estado de Minas Gerais e no Brasil. Por meio das imagens fotográficas a perspectiva é que a maioria dos internos era constituída por pessoas de etnia negra. Dessa maneira, a obra de Luiz Alfredo exige que recordemos o passado. A visibilidade de internos negros no registro cogita uma exigência, isto é, exige algo a ser analisado pelo espectador. As fotografias teimam em denunciar o fosso social que há entre brancos e negros no Brasil.

Palavras-chave: Fotografia. Racismo. Hospital Psiquiátrico.

O USO DE VÍDEO EDUCATIVO COMO SUPORTE NO APRENDIZADO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Guilherme Tarôco¹, Louise Cristina Zin¹, Domingos Sávio dos Santos², Jane Daisy de Sousa Almada Resende³, Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende⁴

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Educação Física do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do Curso de Enfermagem do IPTAN. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ⁴ Docente do Curso de Enfermagem do IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: jaineresende@iptan.edu.br.

Resumo: A Educação Ambiental (EA) é um processo pelo qual a sociedade adquire e/ou renova valores, conceitos, em prol da preservação ambiental. Assim, a EA propõe discutir e minimizar os problemas ambientais gerados pelo cidadão. O objetivo deste trabalho foi elaborar, aplicar e avaliar se o vídeo intitulado “Educação Ambiental: uma proposta pedagógica de construção de conhecimento em relação à problemática dos resíduos sólidos foi eficaz na aprendizagem de jovens do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Doutor Garcia de Lima” que está localizada em São João del-Rei/MG. A primeira etapa cumprida neste projeto foi o levantamento bibliográfico realizado sobre o tema para que fosse confeccionado o vídeo. Após a finalização desta parte, o estudo foi fracionado em três momentos: o primeiro foi a aplicação de um questionário pré-teste para os alunos do 6º ano. Na segunda parte, os alunos assistiram ao vídeo elaborado pelos pesquisadores e na terceira etapa, os discentes responderam ao questionário pós-teste. Verificou-se, após a tabulação e discussão dos dados, que esta metodologia de ensino favoreceu o desenvolvimento de alternativas para o estudo da EA, melhorou o aprendizado dos jovens, contribuiu para uma maior interação entre professores e alunos e sensibilizou este público para os problemas originados através da geração de resíduos sólidos urbanos. Assim, os resultados positivos apontados neste estudo confirmam a necessidade de uma maior aplicação de novas estratégias de ensino, que estimule o raciocínio crítico, reflexivo, a sensibilização e a motivação do aluno para com este e outros conteúdos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Resíduos Sólidos. Sensibilização. Metodologia Ativa.

OBSOLESCÊNCIA DA VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL À FIXAÇÃO DA FIANÇA EM CRIMES INAFIANÇÁVEIS A PARTIR DAS INOVAÇÕES DA LEI Nº 12.403/11

Esthéfane D'Arc de Paula¹
Gian Miller Brandão²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Voluntária do Programa de Iniciação Científica. ² Orientador. Graduado em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos e mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Docente de membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito do IPTAN. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, sendo advogado militante em diversas comarcas do Estado de Minas Gerais. Articulista com publicações em revistas e sites jurídicos. Palestrante em áreas do Direito e da Sociologia. Proprietário do Escritório "Gian Miller Brandão Advogados". E-mail: brandaogian@gmail.com.

Resumo: A Lei nº 12.403/11, a fim de reavivar o instituto da fiança a incluiu no artigo 319 do Código de Processo Penal, juntamente com outras oito medidas cautelares diversas da prisão, acarretando uma incongruência com a previsão Constitucional dos crimes inafiançáveis. Isso porque o ordenamento jurídico brasileiro passou a permitir a aplicação da fiança cumulada com a liberdade provisória para os crimes afiançáveis, menos graves, e a permitir a liberdade provisória com as medidas cautelares diversas da prisão, salvo a fiança, para os crimes caracterizados pela Constituição como inafiançáveis, logo, mais graves. Para buscar uma solução para tal controvérsia legislativa, o estudo, por meio do método jurídico-teórico aplicado à levantamentos bibliográficos e doutrinários, buscou analisar o conceito, a aplicação e o contexto social aos quais estão inseridos diversos institutos processuais penais. Restou comprovada a necessidade da adequação do texto constitucional ao instituto da fiança, haja vista a sua modernização realizada pela Lei nº 12.403/11 e a inadequação do termo “inafiançabilidade”, utilizado pela Constituição Federal, no atual contexto social brasileiro.

Palavras-chave: Fiança. Liberdade provisória. Prisão preventiva. Medidas cautelares.

Considerações iniciais

A Lei nº 12.403/11 modificou o Código de Processo Penal, no que tange à prisão, à liberdade provisória e às medidas cautelares. Incluiu no artigo 319 do CPP diversas medidas cautelares diversas da prisão, dentre elas estabeleceu a fiança

como medida cautelar diversa da prisão, reavivando o referido instituto, que passou a ser amplamente utilizado.

Entretanto, criou uma incompatibilidade, no que diz respeito à possibilidade da obtenção da liberdade provisória com fiança aos crimes afiançáveis e por meio de qualquer outra medida cautelar diversa da prisão, que não a fiança, aos crimes inafiançáveis – mais graves –, dispostos na Constituição Federal.

Por tudo isso, mostra-se essencial a realização de um estudo voltado à distinção e identificação dos conceitos básicos de institutos como o da prisão preventiva, liberdade provisória, medidas cautelares diversas da prisão e da fiança. Por fim, imperioso o debate referente à vedação constitucional à fixação da fiança como forma de obtenção da liberdade provisória nas hipóteses de crimes inafiançáveis após a vigência da Lei nº 12.403/11, haja vista a importância dos referidos institutos na atual ordem jurídica brasileira.

O tema é ensejador de polêmica, sendo, desta forma, mister a análise pormenorizada dos institutos a fim de se promover uma solução às, já mencionadas, incongruências.

2. Desenvolvimento

2.1 Prisão preventiva

A prisão preventiva possui natureza processual e tem por finalidade garantir a efetividade da instrução processual, somente podendo ser decretada quando não for possível a sua substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão, estabelecidas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Penal.

A preventiva pode ser decretada em qualquer fase da investigação policial e durante o processo criminal até o trânsito em julgado da sentença condenatória. A medida pode ser adotada a requerimento da autoridade policial ou do Ministério público, do querelante ou do assistente. Na fase de instrução processual, poderá ser decretada de ofício pela autoridade judiciária (artigo 311, CPP), sempre que presentes as causas dispostas no artigo 312 do Código de Processo Penal e estiverem preenchidos os pressupostos estatuídos pelo artigo 313 do CPP.

À luz do artigo 312 do Código de Processo Penal a prisão preventiva poderá ser decretada quando houver indícios suficientes de autoria e prova da materialidade (*fumus commissi delicti*).

Deve-se, ainda, estar presente o *periculum libertatis* que é caracterizado pela garantia da ordem pública, bem como da ordem econômica, em outras palavras, visa coibir a reiterada prática de crimes contra a ordem tributária, o sistema financeiro e a ordem econômica, hipótese incluída no artigo 312, do Código de Processo Penal, pela Lei nº 8.884/94.

A possibilidade de decretação da prisão preventiva visando garantir a conveniência da instrução processual tem por objetivo evitar que o réu interfira nas investigações, seja modificando, alterando, destruindo e forjando provas ou ameaçando testemunhas e vítima. A finalidade de tal hipótese é exclusivamente impedir que o réu interfira na produção de provas e por qualquer meio inviabilize a busca pela verdade real.

A prisão preventiva também poderá ser decretada para assegurar a aplicação da lei penal, nos casos em que houver fundado receio de fuga do réu, a fim de eximir-se de eventual cumprimento de pena a ele imposta.

Por fim, conforme previsão do parágrafo único do artigo 312, do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando houver o descumprimento de qualquer obrigação imposta por medida cautelar diversa da prisão disposta no artigo 319, do CPP e não existir outra medida diversa da prisão adequada e suficiente para assegurar a persecução penal.

Desta forma, respeitados os requisitos e pressupostos dispostos pelo legislador no artigo 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva será admitida, conforme previsão do artigo 313, I, do CPP, quando se tratar de crime doloso, cuja pena privativa de liberdade cominada ao delito seja superior a 4 anos. Por sua vez, o inciso II, do artigo 313 do CPP, admite a decretação da prisão preventiva nos casos de reincidência em crime doloso.

Em última análise, o artigo 313, III, do Código de Processo Penal, trata da possibilidade de decretação da prisão preventiva em caso de violência doméstica envolvendo mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência para assegurar o cumprimento das medidas protetivas de urgência.

Cumprido ressaltar que a existência de violência doméstica, por si só, não autoriza a decretação da prisão preventiva. Sendo, pois, necessário que a medida vise garantir o efetivo cumprimento das medidas protetivas de urgência.

No que concerne à previsão da decretação da prisão preventiva por dúvida acerca da identificação civil do agente ou por haver lacunas nas informações

prestadas pelo investigado a respeito de seus dados, o crime praticado e a pena a ele cominada não possuem relevância. A prisão poderá ser decretada, sendo certo que após a apuração dos dados identificadores, o agente deverá ser colocado em liberdade imediatamente.

2.2 Liberdade provisória

A liberdade provisória encontra o seu fundamento no artigo 5º, LXVI, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança”. Trata-se, por conseguinte, de um direito subjetivo do réu, em decorrência do princípio da presunção da inocência e visa manter seu *status libertatis*.

O instituto da liberdade provisória, após o advento da Lei nº 12.403/11, corresponde a uma medida de contracautela em substituição da prisão em flagrante. Nas palavras de Rangel (2012, p. 829), a liberdade provisória “trata-se de uma contracautela, pois a cautela é a prisão; a liberdade provisória é a sua contraposição”. Para Lopes Junior (2014, p. 897), com o advento do referido dispositivo legal “a liberdade provisória é uma medida alternativa, de caráter substitutivo em relação à prisão preventiva”.

Desta forma, o beneficiário da liberdade provisória deve ser submetido ao cumprimento de determinadas obrigações, tais como as previstas nos arts. 326 e 327, do CPP, a fim de que seja garantido o seu comparecimento aos atos do processo.

Segundo Lima (2015, p. 1027), a liberdade é denominada como provisória, haja vista não ser “definitiva, encontrando-se sujeita a condições resolutórias, que podem acarretar sua revogação”. Entretanto, a revogação da liberdade provisória não gera a restauração da prisão em flagrante e, menos ainda, a decretação automática da prisão preventiva.

Para Lima (2015, p. 1028), em caso de descumprimento das medidas impostas ao acusado, haverá a conversão da liberdade provisória em prisão preventiva, se cabível, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 312, do Código de Processo Penal.

Destarte, com a Lei nº 12.403/11, a liberdade provisória passou a ser amplamente utilizada de forma cumulada com as medidas cautelares diversas da prisão definidas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

2.3 Medidas cautelares diversas da prisão

As medidas cautelares diversas da prisão foram ampliadas pela Lei nº 12.403/11 e estão previstas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Penal.

O artigo 319, I do Código de Processo Penal prevê o comparecimento periódico em Juízo, para que o indiciado ou réu justifique ou informe, por meio idôneo de prova, as suas atividades. O comparecimento pode ser determinado isoladamente ou de forma cumulativa com outras medidas.

Por circunstâncias relacionadas ao fato, para evitar o risco de novas infrações, pode o magistrado determinar a proibição de acesso ou frequência a determinados locais, nos termos do artigo 319, II, do CPP. Quando decretada tal medida deve o juiz especificar os locais em que o acusado ou investigado não poderá frequentar ou acessar, sendo possível, até mesmo que o magistrado determine que o investigado ou réu não acesse sua residência, quando a vítima for pessoa que resida com o agente. Referida medida tem por finalidade evitar que novas infrações sejam cometidas, mas pode ser utilizada para evitar que as testemunhas e vítimas sejam amedrontadas ou ameaçadas pelo investigado ou acusado.

Em seu inciso III, o artigo 319 do CPP prevê a proibição do acusado ou indiciado manter contato com determinadas pessoas quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, ele deva delas permanecer distante. O agente pode ser proibido de manter contato tanto com a vítima, quanto com as testemunhas e corréus, haja vista que se não houver tal proibição ele poderá influenciar no depoimento dessas pessoas e, por conseguinte, prejudicar a produção de provas.

O artigo 319, IV do Código de Processo Penal trata da proibição do investigado ou acusado se ausentar da Comarca, nos casos em que a sua permanência seja necessária ou conveniente a investigação ou instrução. A proibição pode ser absoluta – não poder deixar a Comarca sob hipótese alguma –, ou relativa – permite-se a ausência da Comarca em casos específicos como, por exemplo, para trabalhar.

O inciso V do artigo 319 do Código de Processo Penal, por sua vez, trata da exigência de recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixo.

No que se refere à suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, estabelecida no inciso VI do artigo 319, é necessário que o agente esteja se valendo de seu trabalho no âmbito da

Administração Pública ou o de natureza econômica ou financeira para a prática de crimes. Portanto, deve haver nexos entre o cometimento do crime e o trabalho realizado pelo criminoso. Por óbvio, a medida visa evitar a reiteração na prática de crimes contra a Administração Pública, por seus funcionários ou empregados, e contra a ordem econômico-financeira.

No que tange a internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça (artigo 391, VII, CPP), a medida somente será decretada para os investigados ou acusados inimputáveis ou semi-inimputáveis, seja na data do crime ou depois dela. Sendo certo, ainda, que deve existir a possibilidade de reiteração da prática criminosa, caso a medida não seja decretada.

Por fim, o inciso IX do artigo 319, aponta como medida cautelar diversa da prisão o monitoramento eletrônico, que é realizado através de equipamento eletrônico de monitoramento não ostensivo, por meio do qual o Poder Judiciário pode detectar a localização do investigado ou acusado.

Assim como as demais medidas cautelares previstas pelos artigos 319 e 320, ambos do Código de Processo Penal, o monitoramento eletrônico visa coibir a reiteração de práticas criminosas por parte dos acautelados, sendo certo que o monitoramento eletrônico pode ser decretado de forma isolada ou cumulativamente com qualquer outra medida cautelar diversa da prisão.

Em última análise, no que tange a medida cautelar de vedação de ausentar-se do país, prevista pelo artigo 320 do CPP, importa destacar, que compete ao juiz comunicar as autoridades de fronteira acerca da proibição, determinar a entrega do passaporte, no prazo de 24 horas, e comunicar às autoridades competentes a proibição de emissão de novo passaporte.

2.4 Fiança

A fiança é uma garantia processual, utilizada como medida diversa da prisão, com previsão do artigo 319 do CPP, ou vinculada à liberdade provisória, conforme disposto no artigo 310 do diploma legal. O referido instituto visa à efetividade processual, em outros termos, além de proteger os direitos do réu, tem por finalidade fazer com que ele se faça presente em todos os atos do inquérito policial, da instrução criminal e do julgamento, sempre que intimado, sob pena de ser decretada a quebra da fiança, com perdimento parcial da mesma e possibilidade de se decretar a prisão preventiva.

A prestação da fiança consiste no depósito de objetos, pedras ou metais preciosos, dinheiro, título da dívida pública e em hipoteca inscrita em primeiro lugar, podendo ser apresentada pelo próprio réu ou por terceiro, conforme previsão do artigo 330 do Código de Processo Penal.

Rangel (2012, p. 835) aponta que a fiança consiste em uma caução real ou fidejussória, sendo que:

A caução real consiste na entrega de valores (dinheiro, jóias, bens imóveis, títulos da dívida pública, pedras, objetos ou metais preciosos – cf. artigo 330 do CPP) feita pelo autor do fato, ou por terceira pessoa em seu favor, para que possa elidir o efeito coercitivo do ato prisional, defendendo-se de eventual (ou atual) acusação em liberdade.

A caução fidejussória, tecnicamente, é a obrigação acessória que terceira pessoa assume em nome do devedor pelo cumprimento, total ou parcial, de uma obrigação este está sujeito, caso não cumpra ou não possa cumpri-la.

Sendo assim, para Rangel, tanto a fiança por meio de prestação de valores, quanto a fiança por meio de garantia de terceiro, possuem as mesmas condições de garantir a efetividade do processo.

De forma diversa é o entendimento de Lopes Júnior (2013, p. 900-901) que afirma ser “a fiança, considerando o elevado valor que pode atingir, um elemento inibidor, desestimulante, da fuga do imputado, garantindo, assim, a eficácia da aplicação da lei penal em caso de condenação.” Para este autor, a fiança é uma caução real e o seu caráter garantidor está no fato de que o valor prestado visa evitar que o réu deixe de comparecer aos atos processuais, tendo em conta que a consequência será a perda do valor depositado.

Desta forma, é possível afirmar que a fiança é um direito subjetivo do réu, que mediante a prestação de uma caução real e o cumprimento de determinadas obrigações, será permitido permanecer em liberdade durante o inquérito policial, a instrução criminal e o julgamento.

2.5 A fiança e os crimes infiançáveis

A Lei nº 6.416, no ano de 1977, acrescentou ao artigo 310 do Código de Processo Penal o seu parágrafo único (hoje revogada), que possibilitou a concessão da liberdade provisória sem a prestação da fiança em qualquer hipótese na qual não estivessem preenchidos os requisitos para a decretação da prisão preventiva. Nesse

sentido, preenchidos os requisitos da prisão preventiva, a liberdade provisória, com e sem a fixação da fiança, não poderia ser decreta.

A Constituição Federal de 1988 qualifica a prisão como medida excepcional. E, de forma concomitante, em seu artigo 5º, XLII e XLIII, define alguns crimes como inafiançáveis. Os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, nos termos da Constituição de 1988, não podem ter a fixação da fiança, devendo, por conseguinte, o agente que incorre na prática dos referidos tipos penais permanecer detido durante a instrução processual.

Por sua vez, a Lei nº 12.403/11 modificou o Código de Processo Penal, ao estabelecer diversas medidas cautelares diversas da prisão (artigo 319 Código de Processo Penal), prevendo que a prisão preventiva somente poderia ser decretada quando estiverem preenchidos os requisitos do artigo 312 do CPP e as medidas cautelares diversas da prisão não forem cabíveis.

Desta forma, considerando que a liberdade é a regra e que a prisão preventiva somente deve ser imposta nos casos em que não for adequada a decretação das medidas previstas pelo artigo 319 do Código de Processo Penal, obviamente há uma grande incongruência no ordenamento jurídico brasileiro, no que tange aos crimes inafiançáveis.

Ora, se a Constituição Federal caracteriza alguns crimes como inafiançáveis e a Lei nº 12.403/11 impõe a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, os agentes que incorrerem na prática de crimes inafiançáveis poderão gozar da liberdade provisória por meio da fixação de outras medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP diversas da fiança.

Por conseguinte, aos agentes que praticarem crimes tipos como mais graves, haja vista serem determinados pelo Constituinte de 1988 como inafiançáveis, será imposta medida menos gravosa e aos agentes que incorrerem na prática de crimes menos graves, uma vez que não são inafiançáveis, poderá ser imposta medida cautelar mais grave, qual seja a fixação da fiança.

Como já mencionado, a fiança é uma medida cautelar diversa da prisão de extrema gravidade, uma vez que afeta diretamente o patrimônio do investigado ou réu, sendo possível até mesmo a supressão de parte desse patrimônio.

Nesta esteira, notadamente, o legislador inflige medida mais gravosa ao agente que incorre na prática de crimes, por ele, considerados menos graves, uma

vez que os qualifica como afiançáveis. Por outro lado, privilegia os agentes que praticam crimes mais gravosos, os chamados crimes inafiançáveis, ao permitindo que em tais casos a liberdade provisória seja concedida sem o arbitramento de fiança, haja vista ela ser incabível, conforme ditame constitucional.

Por todo o exposto, sendo certo que a liberdade é a regra constitucional, intenta-se compreender, por meio do método jurídico-teórico aplicado a levantamentos bibliográficos e doutrinários, porque a lei veda a liberdade provisória mediante o arbitramento de fiança aos crimes inafiançáveis e, no entanto, permite que o investigado ou acusado seja colocado em liberdade por meio da aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.

Nas palavras de Lopes Júnior (2013, p. 901): “é possível homologar o flagrante e conceder liberdade provisória sem fiança, pois não é a ‘afiançabilidade’ condição *sinequa non* para a liberdade provisória”.

Evidentemente, o legislador não atuou de forma razoável e proporcional ao estabelecer a possibilidade da liberdade provisória sem fiança para os crimes inafiançáveis e permitir a liberdade provisória com fiança para os crimes afiançáveis, haja vista que o primeiro caso trata de crimes mais graves que aqueles abarcados pela segunda hipótese.

Nesse sentido afirma Rangel (2012, p. 853):

[...] a lei veda a liberdade provisória mediante fiança, mas não veda a liberdade provisória sem fiança? Simplesmente porque falta sistemática na elaboração da lei. Faz-se a lei sem preocupação e seriedade sistemática e muito menos compromisso com a Constituição Federal.

Em clara concordância com o entendimento de Lopes Júnior (2013, p. 902), cumpre destacar que “o que não se pode tolerar é simplesmente manter alguém preso por ser o crime inafiançável”. Entretanto, deve-se tolerar que o agente que cometeu crime, tido pelo legislador como mais grave, uma vez que sequer admite a prestação de fiança, goze de sua liberdade provisória sem fiança, logo, de forma mais branda e, aquele agente que cometeu crime previsto no ordenamento como menos grave seja submetido ao pagamento da fiança, medida mais gravosa?

Considerando que o sistema processual penal brasileiro não suporta a prisão cautelar obrigatória, o mínimo que deve ser feito é uma revisão no que tange as hipóteses de concessão de liberdade provisória com e sem fiança.

De acordo com Pacelli (p. 447) *apud* Lopes Júnior (p.907), a Constituição chegou:

absolutamente desatualizada em tema de liberdade provisória, trazendo uma enorme perplexidade ao renovar ou ressuscitar a antiga expressão inafiançabilidade cujo único significado era (e ainda é, para nós) a impossibilidade de aplicação do regime de liberdade com fiança.

A possibilidade da liberdade provisória sem fiança para os crimes inafiançáveis, nas palavras de Távora e Alencar (2009, p. 538) é uma limitação que “perdeu a sua razão de existir. O sistema tem de ser congruente, razoável, proporcional”.

Na mesma esteira, é o entendimento de Távora e Alencar (2009, p. 538):

É uma incoerência! Somos partidários da revitalização da fiança, estendendo o instituto para os mesmos casos onde já admite liberdade provisória sem fiança. Afinal, quem pode o mais, que é ficar livre sem pagar nada, pode o menos, que é permanecer em liberdade pagando.

Por fim, cabe destacar o entendimento de Nucci (2007) *apud* Távora e Alencar (2009, p. 538):

Para aperfeiçoar o instituto da fiança no Brasil, todos os delitos deveriam ser afiançáveis. Os mais leves, como já ocorre atualmente, comportariam a fixação da fiança pela própria autoridade policial, enquanto os mais graves, somente pelo juiz [...] ela retornaria a ter um papel relevante, abrangendo sempre o réu com melhor poder aquisitivo, vinculando-o ao acompanhamento da instrução, desde que os valores também fossem, convenientemente, atualizados e realmente exigidos pelo magistrado.

Deste modo, notadamente, o instituto da fiança, com as inovações implementadas pela Lei nº 12.403/11 passou a ser amplamente utilizado. Entretanto, o instituto ainda merece atenção, no que tange aos crimes inafiançáveis.

Logo, considerando que quem pode o mais, que, neste caso, refere-se a gozar da liberdade provisória sem o arbitramento de fiança, pode o menos, que é obter a liberdade com o arbitramento da fiança. Compete ao legislador tornar a Constituição compatível com o instituto da fiança, que se traduz na possibilidade de fixação da fiança para todos os crimes. Em outras palavras, cabe ao Constituinte derivado pôr

fim ao termo “inafiançabilidade”, haja vista que ao ser incluído na Constituição Federal e com o advento da Lei nº 12.403/11, foi criada uma grande incongruência.

Na linha do exposto, importa mencionar que por se tratar de um direito fundamental, previsto no artigo 5º, da Constituição Federal, a liberdade não está sujeita a Emenda Constitucional tendente a aboli-la, conforme previsão do artigo 60, § 4º, IV, da Constituição Federal. Entretanto, é plenamente possível que tais direitos fundamentais sejam objeto de Emenda Constitucional que os amplie.

Nesse sentido é o entendimento de Mendes e Branco (2014, p. 134), “se a proteção fornecida pela cláusula pétreia impede que os direitos fundamentais sejam abolidos ou tenham o seu núcleo essencial amesquinhado, não tolhe, evidentemente, o legislador reformista de ampliar.”

Destarte, é plenamente viável a modificação do texto constitucional, pelo constituinte derivado, a fim de efetuar a remoção do termo “inafiançabilidade”, ampliando, desta forma, a aplicação da fiança e facilitando a concessão da liberdade provisória, uma vez que a modificação que se defende implica na ampliação do direito fundamental à liberdade.

Cumprе ressaltar, em última análise, que a modificação deve ocorrer no texto constitucional, haja vista que a Lei nº 12.403/11 modernizou a fiança, tornando a sua utilização mais ampla e diversificada. Por conseguinte, o legislador alcançou o seu intento com a referida norma, qual seja, a redução do número de presos cautelares em decorrência da ampla utilização das medidas cautelares diversas da prisão, dentre elas a fiança.

Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise acerca dos institutos da prisão preventiva, da liberdade provisória, das medidas cautelares diversas da prisão e da fiança após as inovações criadas pela Lei nº 12.403/12. Além disso, também permitiu uma reflexão a respeito da vedação constitucional à fixação da fiança como medida cautelar diversa da prisão para a obtenção da liberdade provisória no cenário dos crimes inafiançáveis.

De modo geral, a doutrina analisada, mostra-se avessa a vedação constitucional à fixação da fiança nas hipóteses dos crimes inafiançáveis, haja vista ser a referida proibição desproporcional, incongruente e ultrapassada. Isto porque, ao permitir a concessão da liberdade provisória sem o arbitramento de fiança, aos

agentes que incorreram na prática de delitos inafiançáveis, e, por outro lado, permitir a liberdade provisória mediante fiança, nos casos de crimes afincáveis, fica demonstrado que o legislador brasileiro inflige medida mais grave ao agente que incorre na prática de crimes menos graves.

Em suma, o levantamento bibliográfico possibilitou solidas bases doutrinárias a respeito da obsolescência de crimes qualificados, pelo constituinte, como inafiançáveis, frente à evolução processual penal, assim como, das novas necessidades sociais, dentre elas, a diminuição da população carcerária brasileira, cuja restrição da liberdade ocorreu de modo cautelar.

Nesse sentido, cabe ao constituinte derivado realizar a compatibilização do texto constitucional com a Lei nº 12.403/11. Para tanto, deve realizar a supressão do dispositivo que veda a fixação da fiança para alguns delitos, isto é, deve eliminar o termo “inafiançável” da Constituição, haja vista que a referida modificação amplia as possibilidades de obtenção de liberdade provisória.

Logo, trata-se de medida que visa à expansão do direito fundamental à liberdade e, por conseguinte, também, irá tornar o ordenamento jurídico proporcional, congruente e razoável, além de fazer com que a aplicação da fiança se torne uma prática recorrente no cenário jurídico brasileiro.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 07dez. 2016.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 3.689**, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 07 dez. 2016.

Brasil. **Lei nº 6.416**, de 24 de maio de 1977. Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940), do Código de Processo Penal (Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941), da Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6416.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL, **Lei nº 8.884**, de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8884.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL, **Lei nº 12.403**, de 04 de maio de 2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm>. Acesso em: 07 dez. 2016.

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal**. 3ª ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 3ª ed. Salvador: JusPodivm, 2009.

OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM INDIVÍDUOS PORTADORES DE DEPRESSÃO

Franciane de Rezende Ferreira¹, Luiz Otávio Francisco das Chagas¹, Paulo de Jesus Chaves²

¹ Discente do Curso de Educação Física do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. ² Docente do Curso de Educação Física do IPTAN. Contato: paulo.chaves@iptan.edu.br.

Resumo: Atualmente a depressão é considerada uma das doenças de maior impacto social no mundo, transformando-se ao longo dos anos em um problema de saúde pública afetando indivíduos de todas as faixas etária, classes sociais e culturais, sendo caracterizada pela ausência de interesse e do prazer em atividades de vida diária, mudanças no sono e apetite, diminuição do interesse sexual e da autoestima, pensamento de morte ou suicida entre outros. Esses sintomas reduzem a qualidade de vida dos indivíduos e estão relacionados a altos custos sociais, os quais podem ser evitados com a prática de exercícios físicos, no sentido de retardar e, até mesmo, atenuar o processo depressivo. O objetivo deste estudo foi demonstrar os benefícios da atividade física na melhora da depressão. **Materiais e Métodos:** Foi realizada revisão da literatura em artigos científicos, dissertações e sites como Scielo, Medline e Science Direct, no período de 2003 a 2016, utilizando as palavras-chave: atividade física, depressão e qualidade de vida. Muitos são os fatores que podem desencadear ou até mesmo predispor ao estado depressivo, porém a atividade física, pode contribuir para diminuir ou reverter os transtornos depressivos, proporcionando benefícios físicos, psicológicos e sociais aos praticantes. A prática de exercícios físicos, dentre outros benefícios, promove aos praticantes com depressão uma maior participação social, liberação da b-endorfina e dopamina pelo organismo, proporcionando um efeito tranquilizante e analgésico, estado relaxante pós-esforço e equilíbrio psicossocial mais estável frente às ameaças do meio externo. Diante do exposto, foi possível concluir que a prática regular da atividade física pode melhorar o estado de humor, desde que executada de forma adequada e prazerosa por cada praticante, otimizando a qualidade de vida e reduzindo os sintomas da depressão.

Palavras-chave: Depressão. Atividade Física. Qualidade de Vida.

OS EFEITOS DA APLICAÇÃO JUDICIAL DA TEORIA MENOR DA *DISREGARD DOCTRINE* NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Bárbara Almeida Ramalho Pereira¹, Sara Sophia Oliveira Vieira¹, Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Acadêmica do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Bolsista da FUNADESP. Contato: deiltonbrasil@iptan.edu.br.

Resumo: Introdução. Nos últimos anos a utilização da *disregard doctrine* pela Justiça do Trabalho para situações, que, no entanto, não guardam qualquer relação com as premissas clássicas que sempre nortearam a teoria. Nesse processo, destacou-se a aplicação da teoria menor da desconsideração como uma forma de se garantir uma redistribuição de riscos entre a sociedade empresária e seus credores. Para que os sócios, ex-sócios e administradores possam ser pessoalmente responsabilizados por atos ilícitos praticados pela sociedade empresária por meio de seus prepostos, é preciso demonstrar que, de algum modo, eles contribuíram para a ocorrência da fraude ou abuso. Da metodologia utilizada. O método utilizado para a realização do trabalho foi descritivo-analítico com a abordagem de categorias consideradas fundamentais para o desenvolvimento do tema de modo especial, a aplicação judicial da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da Justiça do Trabalho, bem como o princípio da preservação da sociedade empresária. Resultados e discussão. Em algumas situações, o princípio da limitação da responsabilidade dos sócios e administradores é utilizado para encobrir comportamentos irregulares, sendo, nesses casos, desviado de sua legítima função. A teoria menor da desconsideração foi criada exatamente com a intenção de combater o desvio de função da pessoa jurídica, que, em algumas situações, estava sendo utilizada para a prática de condutas abusivas e fraudulentas durante a relação de trabalho. Conclusões. A teoria menor da desconsideração possui um estreito liame com o princípio da preservação da sociedade empresária. A teoria da *disregard doctrine* não postula a invalidade, irregularidade ou dissolução da sociedade empresária. Ao contrário, por desconsideração da autonomia patrimonial se entende tomar por episodicamente ineficaz o ato constitutivo da pessoa jurídica. O que se verificou na pesquisa é que a teoria menor vem sendo aplicada corretamente pelo TRT da 3ª Região dentro de parâmetros e limitações que não constituem desestímulo à livre iniciativa, ofensa os princípios da busca do pleno emprego e o da dignidade da pessoa humana. Constatou-se ainda uma busca do equilíbrio entre o cumprimento

das obrigações trabalhistas, o princípio da preservação da sociedade empresária, da livre iniciativa e do pleno emprego.

Palavras-chave: Teoria menor. Aplicação judicial. Justiça do Trabalho. Preservação da sociedade empresária. Constituição Federal. Pressupostos jurídicos.

PERFIL DO ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI: PERSPECTIVAS DE ESCOLARIDADE E MUNDO DO TRABALHO

Ana Júlia de Oliveira Silva¹, Joyce Helena S. Tanus¹, Alessandra Aparecida de Carvalho³, Raquel Auxiliadora Borges⁴

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Mestre em Educação pela UFSJ. Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Mestre em Educação pela UFF. Coordenadora e docente do Curso de Pedagogia do IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: raquelauxiliadoraborges@yahoo.com.br.

Resumo: O presente trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa maior realizada com estudantes de uma escola pública da rede estadual de ensino do município de São João del-Rei que teve por objetivo investigar o perfil do estudante de Ensino Médio e a percepção que os jovens têm sobre si mesmos em relação às perspectivas de escolaridade e mundo do trabalho. Iniciou-se a investigação em 2015 com estudantes de uma escola da rede pública estadual de ensino, por meio da aplicação de questionários semiestruturados, que reuniram questões abertas e fechadas, aplicados a todos os estudantes das turmas de terceiro ano do Ensino Médio da Escola estadual Doutor Garcia de Lima (cerca de 120 estudantes). Em 2016 deu-se continuidade à pesquisa, analisando os dados obtidos com o referido instrumento metodológico e buscando conhecer o percurso dos jovens pós Educação Básica. A análise de dados se baseou nas técnicas de Análise de Conteúdo. Em relação à idade dos entrevistados, 68,7% estão dentro da faixa etária para o Terceiro Ano do Ensino Médio. Os demais, 31,3% estão fora da faixa etária, porém, com no máximo dois anos de distorção idade/ano de escolaridade. Entre os entrevistados, a maioria era de cor branca, 62,6%. Somente uma minoria se divide entre pardos (28,6%) e negros (8,8%). Em relação ao sexo, a maioria dos entrevistados era do sexo feminino (61,9%). Dentre os resultados obtidos, destaca-se que os jovens, público específico de camadas populares, como os dados revelaram, possuem grande determinação em relação a continuidade dos estudos, uma vez que quase 100% fez ENEM, mas as limitações objetivas ainda não tornaram possível a entrada no curso superior de muitos desses sujeitos.

Palavras-chave: Perfil sociocultural e escolar. Estudante de Ensino Médio. Escola pública.

PERFIL E CARACTERIZAÇÃO DOS ACIDENTES MOTOCICLÍSTICOS NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REI – MG, NO ANO DE 2015

Mariana Ladeira Ferreira¹
Isabella Barbosa Coelho²
Tiago do Sacramento Souza Melo²
Marina Nogueira Toledo²
Ana Luíza Lima Barcelos²
Felipe Américo Oliveira²
Rômulo Guimarães de Magalhães²
Carlos André Dilásccio Detomi³

¹ Discente do curso de Medicina do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do curso de Medicina do IPTAN. Voluntário(a) do Programa de Iniciação Científica. ³ Coordenador e docente do curso de Medicina do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: detomi@oi.com.br.

Resumo: O estudo caracterizou as vítimas e os acidentes de trânsito envolvendo motocicletas na cidade de São João Del Rei – Minas Gerais, no ano de 2015. O objetivo foi mostrar o perfil epidemiológico a partir do estudo quantitativo, descritivo e transversal realizados nos centros de referência Hospital Nossa Senhora das Mercês e Santa Casa de Misericórdia. Foram analisados 302 prontuários e dentre as vítimas, maioria (296 casos – 98%) sofreram trauma musculoesquelético, seguido de trauma torácico (8 casos – 2,6%), trauma cranioencefálico (6 casos – 1,9%), trauma abdominal (4 casos – 1,3%) e trauma genital (1 caso – 0,33%), respectivamente. Os membros destacaram-se entre as demais regiões como os segmentos corpóreos mais gravemente lesados. Dentre os sexos, mostra-se a maior prevalência de acidente no sexo masculino (238 casos – 78,8%). Diante de tais fatos, é sobre-eminente a necessidade de constante avaliação destes índices e a implantação de medidas que visem proporcionar um trânsito mais seguro. Além disso, existe a necessidade de melhoria em relação ao preenchimento de prontuários médicos, boletim de ocorrência e Registro de Ocorrência do Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), tendo em vista a escassez de informações essenciais, como estado de sobriedade, porte de habilitação, uso de equipamento de segurança e presença de passageiro.

Palavras-chave: Motocicletas; Acidentes de trânsito; Trauma; São João del Rei.

Introdução

A definição de acidente se consiste em “*evento inesperado, indesejado e que ocorre de forma não intencional*” (Dicionário Aurélio). No entanto, os chamados acidentes automobilísticos raramente se incluem a esta descrição, tendo em vista que os mesmos são previsíveis e evitáveis, pois o excesso de velocidade, o estado de embriaguez, a imperícia, negligência e imprudência do condutor são as principais causas envolvidas nos acidentes (Chavezat *et al.*, 2015).

Esses acidentes apresentam um grave problema de saúde pública, pois geram mortes, incapacidades, sequelas, principalmente no público jovem (Martins, 2008). Os jovens geralmente consomem mais bebidas alcoólicas e outras drogas do que os adultos, bem como tendem a desrespeitar as normas de segurança no trânsito, o que, sabidamente, aumenta as chances de acidentes (Lima *et al.*, 2012)

Garantir segurança nas vias públicas é um dever do estado, mas respeitar as leis de trânsito é um dever de todo cidadão (Martins, 2008). O nível de alcoolemia tolerada para a direção de veículos automotores foi reduzida a zero do Brasil com a promulgação da Lei nº 11.705 (Lei Seca) em 2008, com penalidades severas aos que a infringem (Moura *et al.*, 2009). Embora houvesse queda nos percentuais de relatos de condução de veículos após ingestão abusiva de bebidas alcoólicas nos quatro meses iniciais de implantação da lei, essa prática voltou a aumentar depois desse período inicial (Santana *et al.*, 2013). Mesmo diante da tentativa do governo de promover a segurança nas vias públicas podemos observar a resistência da população em aderir as Leis.

A cidade de São João Del Rei possui uma frota ampla e crescente de motocicletas, tendo em vista um crescimento de aproximadamente 300% em dez anos. Existe um veículo registrado desse tipo para cada sete habitantes (IBGE). Entretanto, a cidade não tem infraestrutura para proporcionar aos condutores e pedestres maior segurança.

Os múltiplos traumas incorrem em danos sistêmicos significativos, como falha ou disfunção de órgãos vitais (Steinman *et al.*, 2006). As ocorrências que envolvem motocicletas são, particularmente, as mais perigosas, porque, quando um veículo colide com a motocicleta, os motociclistas são as vítimas que apresentam maior frequência de lesões graves e mortes (Stella *et al.*, 2001). Os acidentes de trânsito representam quase metade de todas as internações por causas externas (Levcovtze

al. 1993), sendo a segunda maior causa de internações, atrás das quedas (Mello Jorge *et al.*, 2004).

De acordo com Oliveira *et al.*(2011) o conhecimento da realidade sobre as ocorrências de trânsito com motocicleta e a mortalidade consequente pode contribuir não apenas para a elaboração de medidas e programas de prevenção de danos e mortes, mas, também, para implementar, fundamentar e desenvolver programas de assistência a indivíduos envolvidos nessas ocorrências, além de fornecer diagnóstico real da situação, para realizar outros estudos que sirvam de referência à equipe multidisciplinar e estabelecer condutas que visem diminuir esse evento na população.

Diante dos aspectos expostos e considerando a importância das ocorrências de trânsito com as motocicletas, para a ocorrência de lesão e morte (Oliveira *et al.*, 2011), pretendeu-se, por meio deste estudo, caracterizar as ocorrências com motocicleta segundo condições dos envolvidos no acidente como, uso de álcool e drogas, uso de equipamento de segurança, porte de carteira nacional de habilitação, além das condições do acidente, referentes a data, hora e tipos de lesão, e também de identificar vítimas fatais.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico, de natureza transversal com abordagem quantitativa, realizada no município de São João Del Rei – Minas Gerais, nos dois centros de saúde de referência na cidade e região, Santa de Casa de Misericórdia e Hospital Nossa Senhora das Mercês.

Nos locais do estudo, por serem instituições que atendem muitos pacientes de cidades circunvizinhas, a amostra foi do tipo não probabilística por conveniência, realizada com 302 vítimas de trauma por acidente de motocicleta, atendidas no referido serviço. A coleta de dados foi realizada através da análise de prontuários dos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o ano de 2015, utilizando formulário previamente elaborado constando circunstâncias do acidente como, por exemplo, sexo, turno do dia no qual ocorreu o acidente, uso de álcool e drogas, uso de capacete, posse/permissão de documento de habilitação, entre outros. Foi investigado também o padrão das lesões sofridas pelo acidentado. O referido formulário encontra-se em anexos.

Os critérios de elegibilidade abrangem todos os pacientes que receberam atendimento nos dois centros no ano de 2015, vitimados por acidentes motociclísticos,

não sendo feita nenhuma restrição quanto ao sexo, idade ou carteira nacional de habilitação. Quanto aos critérios de exclusão, inserem-se os atendimentos realizados por via particular.

Todos os dados foram armazenados e analisados manualmente pelos autores. As variáveis quantitativas foram apresentadas em frequência, porcentagem e média. As fichas preenchidas serão armazenadas conforme sigilo médico em local apropriado no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves.

O estudo foi submetido aos procedimentos normativos do comitê de ética e pesquisa da Plataforma Brasil.

Resultados

Foram analisados 302 prontuários de pacientes admitidos no Hospital Nossa Senhora das Mercês e na Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, referentes ao ano de 2015.

Do total de 302 vítimas, 238 (78,8%) eram do sexo masculino e 64 (21,2%) do sexo feminino.

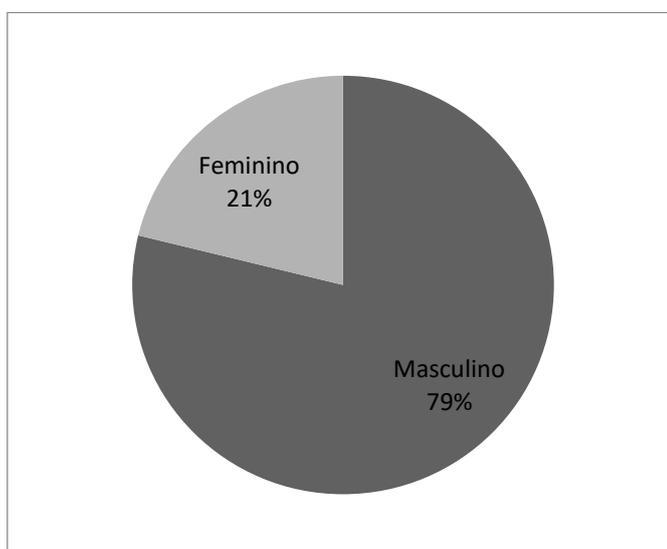


Figura 1: distribuição do total de vítimas por sexo.

Dentre as vítimas, 103 (43%) eram condutores, 14 (4,6%) passageiros, 6 atropelados (1,9%) e em 179 casos não havia essa informação, ou seja, 59% eram indefinidos.

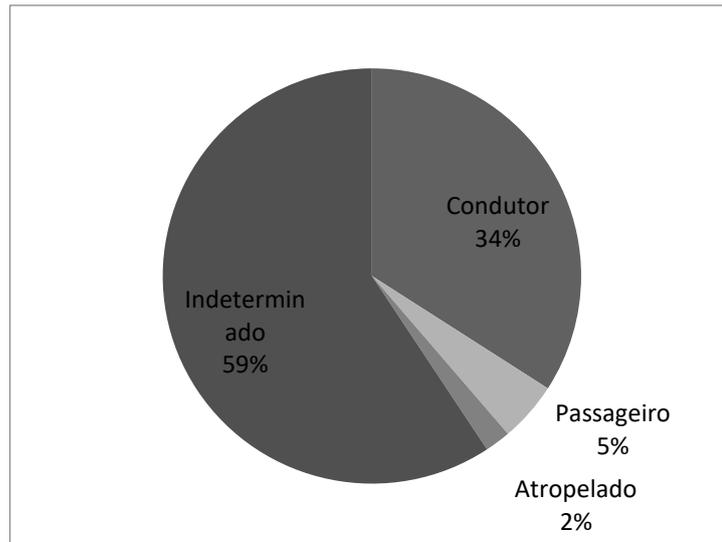


Figura 2: relação geral condutor/passageiro/atropelado.

Em relação ao período do dia em que a vítima foi admitida nos centros de saúde, 69 (20%) deram entrada na parte da manhã, 114 (37%) à tarde e 133 (43%) a noite.

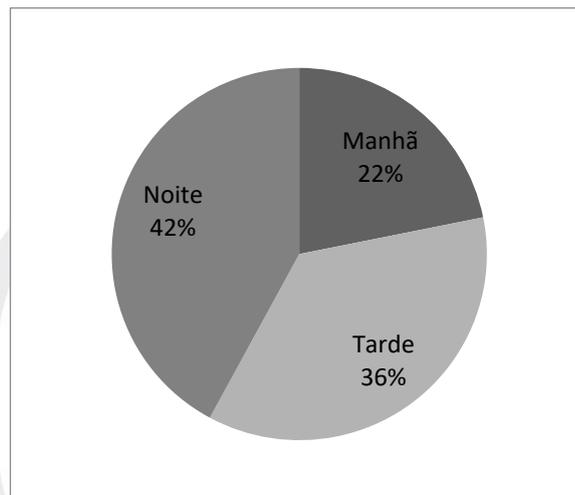


Figura 3: turno de atendimento.

As internações ocorreram em 224 dos casos (74,1%), dentre eles, 5 (1,6%) também utilizaram do Centro de Terapia Intensiva (CTI). Dentre os que não necessitaram de internação, encontram-se 77 (25,9%) dos casos. Os pacientes que necessitaram de intervenção cirúrgica equivalem a 48% (145 casos).

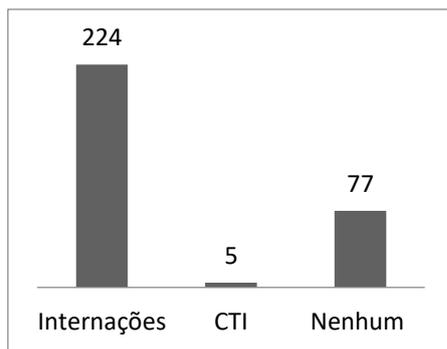


Figura 4: relação geral internações/CTI.

O uso de capacete foi afirmado em 88 dos casos (29,1%), negado em 8 casos (2,65%), e 206 prontuários não continham essa informação, ou seja, 68,3% eram indefinidos.

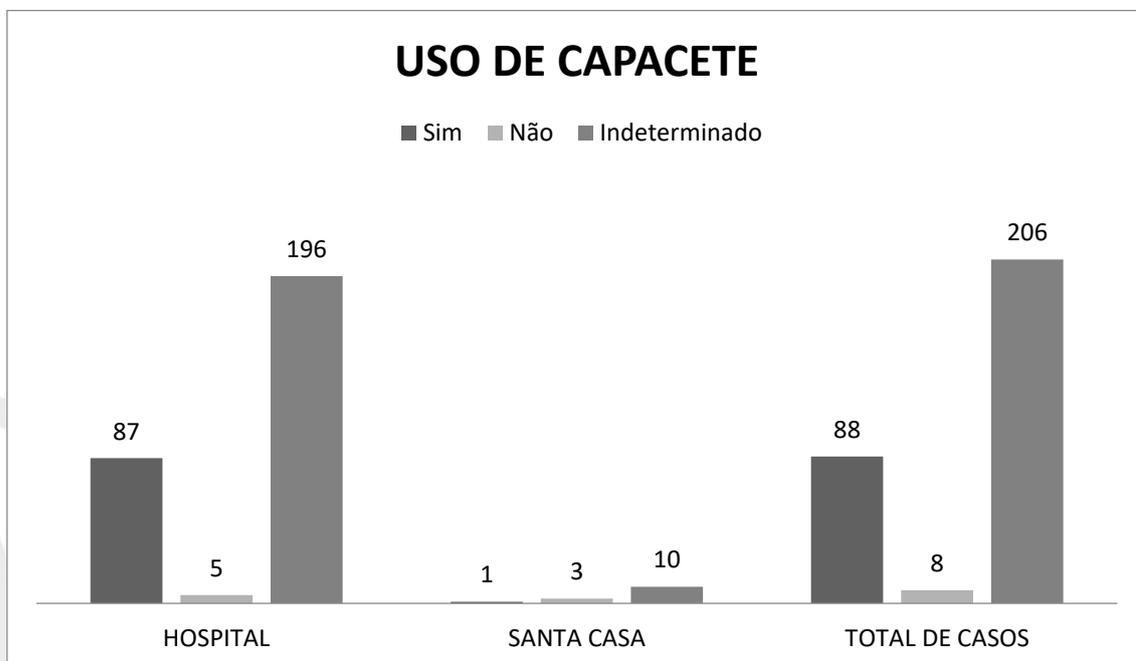


Figura 5: uso de capacete por unidade de atendimento.

Em relação ao porte de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), 14 (4,6%) eram habilitados, 10 (3,3%) não tinham a permissão de conduzir veículos automobilísticos e 278 dos prontuários (92,1%) não continham essa informação.

POSSUI CNH	SIM	NÃO	INDETERMINADO
HOSPITAL	10	10	268
SANTA CASA	4	0	10
TOTAL	14	10	278

Tabela 1: posse de carteira nacional de habilitação por unidade de atendimento.

O uso de álcool foi mencionado em 16 prontuários (5,29%), enquanto o uso de drogas não foi relatado.

USO DE ALCOOL	SIM	NÃO
HOSPITAL	14	274
SANTA CASA	2	12
TOTAL	16	286

Tabela 2: uso de alcool por unidade de atendimento.

Em relação às lesões, podemos citar em ordem de decrescente: trauma musculoesquelético (296 casos – 98%), trauma torácico (8 casos – 2,6%), trauma cranioencefálico (6 casos – 1,9%), trauma abdominal (4 casos – 1,3%) e trauma genital (1 caso – 0,33%).

LESÕES	HOSPITAL	SANTA CASA	TOTAL
TCE	1	5	6
TRM	0	0	0
T. TORÁCICO	4	4	8
T. ABDOMINAL	2	2	4
T. MUSCULOESQUELÉTICO	288	8	296
T. GENITAL	0	1	1

Tabela 3: tipos de lesões por unidade de atendimento.

As maiorias dos acidentes ocorreram no período de férias escolares, ou seja, nos meses de julho (27 casos – 7,9%) e dezembro (49 casos – 16,2%). Em seguida, os meses com maior número de acidentes são novembro (38 casos – 12,5%), junho (27 casos – 8,9%), outubro (25 casos – 8,3%), janeiro (23 casos – 7,9%) setembro (23 casos – 7,6%), abril (22 casos – 7,4%), maio (18 casos – 5,9%), fevereiro (17 casos – 5,6%), março (11 casos – 3,7%) e agosto (4 casos – 1,3%), respectivamente.

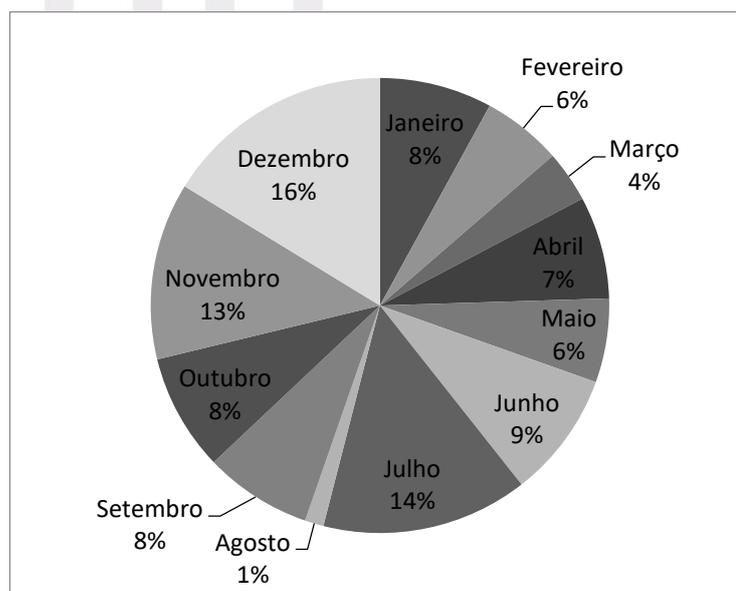


Figura 6: distribuição mensal geral dos acidentados.

Os atendimentos primários realizados pelo Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ocorreram em 123 casos (40,7%), as vítimas atendidas de demanda espontânea equivalem a 104 casos (34,4%) e em 75 casos (24,9%) essa informação não constava.

UTILIZOU SAMU	SIM	NÃO	INDETERMINADO
HOSPITAL	121	104	63
SANTA CASA	2	0	12
TOTAL	123	104	75

Tabela 4: uso do SAMU por unidade de atendimento.

Dentre as 302 vítimas, 4 vieram a óbito (1,3%).

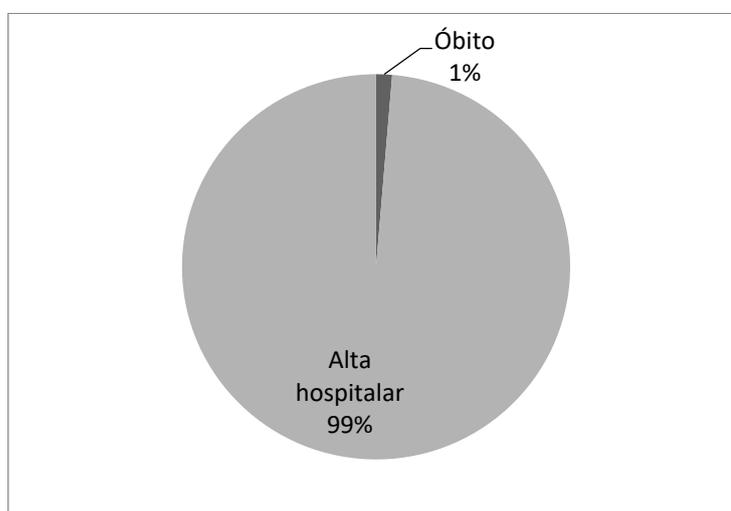


Figura 7: óbitos nas duas unidades de atendimento.

Em relação aos atendimentos da Santa Casa de Misericórdia, totalizam-se 14 casos.

Do total de 14 vítimas, 13 (92,9%) eram do sexo masculino e 1 (7,1%) do sexo feminino.

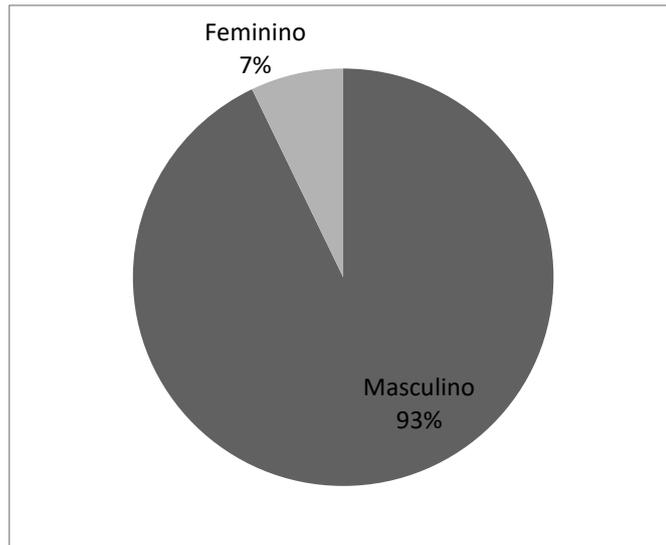


Figura 8: distribuição de vítimas por sexo na santa casa.

Dentre as vítimas, 10 (71,4%) eram condutores, 1 (7,1%) passageiros e em 3 casos não havia essa informação, ou seja, 21,5% eram indefinidos.

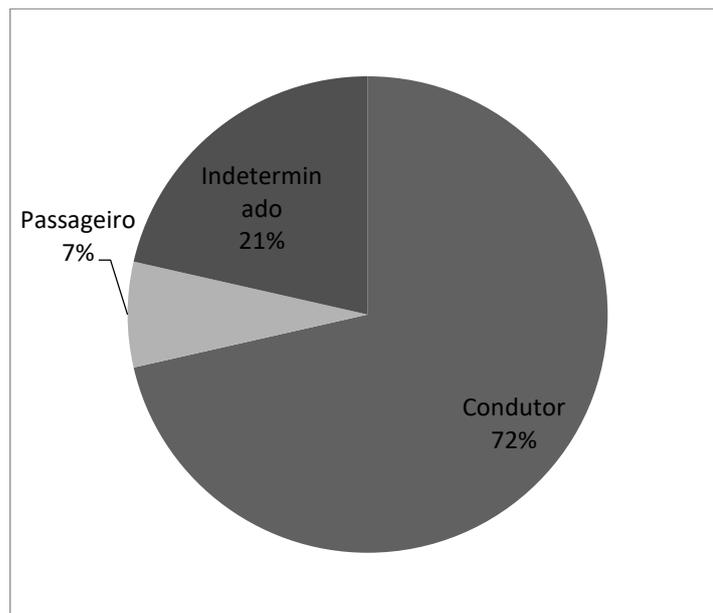


Figura 9: relação geral condutor/passageiro/atropelado.

Em relação ao período do dia em que a vítima foi admitida nos centros de saúde, 4 (28,6%) deram entrada na parte da manhã, 4 (28,6%) à tarde e 6 (42,8%) a noite.

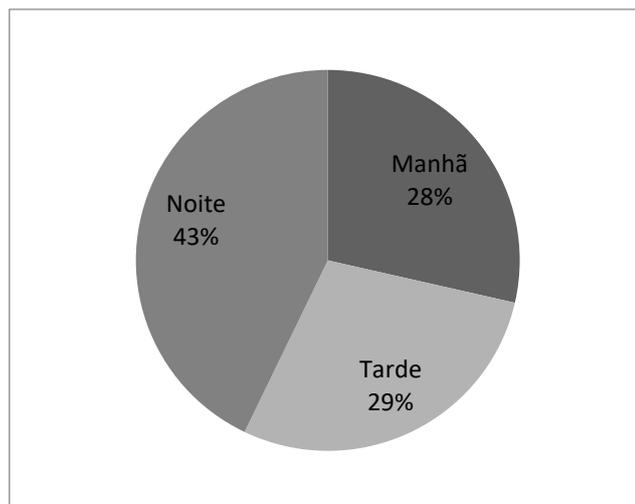


Figura 10: turno de atendimento na santa casa.

As internações ocorreram em 14 casos (100%), dentre eles, 3 (21,4%) também utilizaram do Centro de Terapia Intensiva (CTI). Os pacientes que necessitaram de intervenção cirúrgica equivalem a 50% (7 casos).

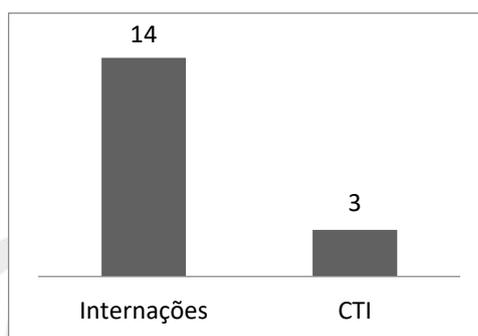


Figura 11: relação internações/CTI da santa casa.

O uso de capacete foi afirmado em 1 dos caso (7,1%), negado em 3 casos (21,4%), e 10 prontuários não continham essa informação, ou seja, 71,5% eram indefinidos (figura 5).

Em relação ao porte de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), 4 (28,6%) eram habilitados e 10 dos prontuários (71,4%) não continham essa informação (tabela 1).

O uso de álcool foi mencionado em 2 prontuários (14,2%), enquanto o uso de drogas não foi relatado (tabela 2).

Em relação às lesões, podemos citar em ordem decrescente: trauma musculoesquelético (8 casos – 98%), trauma cranioencefálico (5 casos – 35,7%), trauma torácico (4 casos – 28,6%) trauma abdominal (2 casos – 14,2%) e trauma genital (1 caso – 7,1%) (tabela 3).

As maiorias dos acidentes ocorreram nos meses de setembro (4 casos – 28,6%), janeiro (3 casos – 21,5%), agosto (3 casos – 21,5%), março (2 casos – 14,2%) e abril (2 casos – 14,2%).

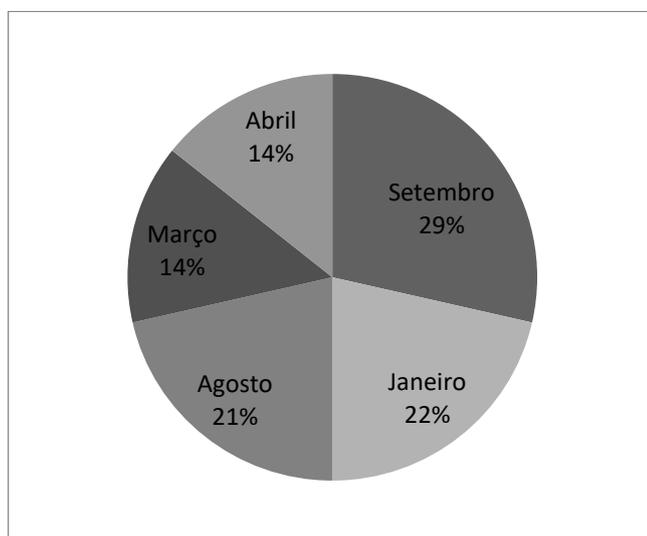


Figura 12: distribuição mensal dos atendidos na santa casa.

Os atendimentos primários realizados pelo Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ocorreram em 2 casos (14,2%) e em 12 casos (85,8%) essa informação não constava (tabela 4).

Dentre as 14 vítimas, 2 vieram a óbito (50%).

Em relação aos atendimentos do Hospital Nossa Senhora das Mercês, totalizam-se 288 casos.

Do total de 288 vítimas, 63 (22%) eram do sexo masculino e 225 (78%) do sexo feminino.

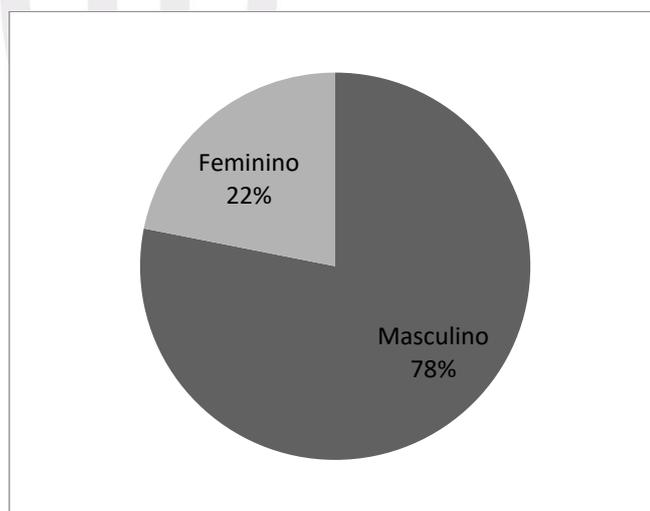


Figura 13: distribuição de vítimas por sexo no hospital.

Dentre as vítimas, 93 (32,2%) eram condutores, 13 (4,5%) passageiros, 6 atropelados (2,1%) e em 176 casos não havia essa informação, ou seja, 61,2% eram indefinidos.

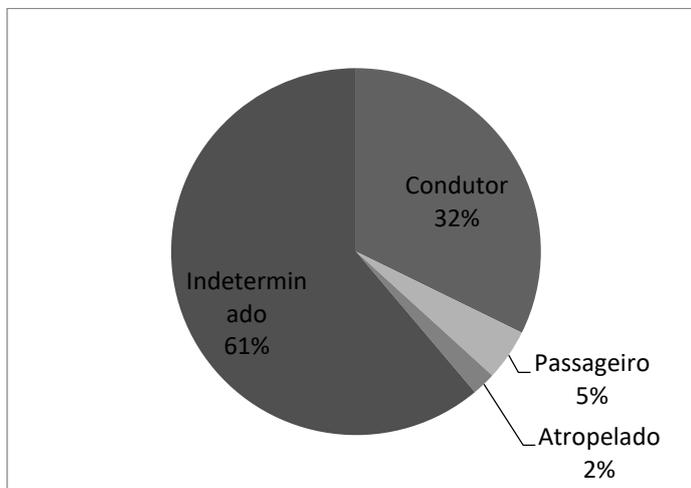


Figura 14: relação geral condutor/passageiro/atropelado.

Em relação ao período do dia em que a vítima foi admitida nos centros de saúde, 65 (24,65%) deram entrada na parte da manhã, 90 (31,25%) à tarde e 127 (44,17%) à noite.

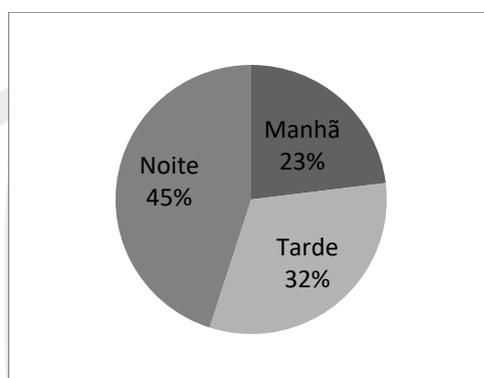


Figura 15: turno de atendimento no hospital.

As internações ocorreram em 211 casos (73,3%), dentre eles, 2 (0,7%) também utilizaram do Centro de Terapia Intensiva (CTI). Dentre os que não necessitaram de internação, encontram-se 77 (26%) dos casos. Os pacientes que necessitaram de intervenção cirúrgica equivalem a 47,9% (138 casos).

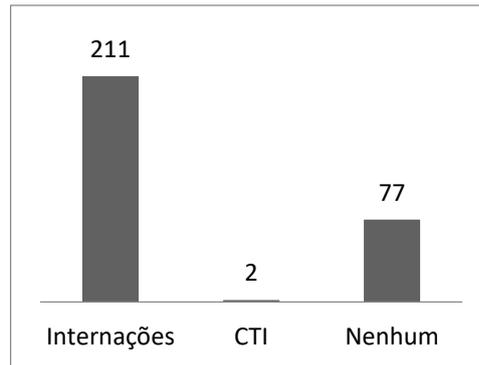


Figura 16: relação internações/CTI do hospital.

O uso de capacete foi afirmado em 87 dos casos (30,2%), negado em 5 casos (1,7%), e 196 prontuários não continham essa informação, ou seja, 68,1% eram indefinidos (figura 5).

Em relação ao porte de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), 10 (3,5%) eram habilitados, 10 (3,5%) não tinha a permissão de conduzir veículo automotivo e 268 dos prontuários (93%) não continham essa informação (tabela 1).

O uso de álcool foi mencionado em 14 prontuários (4,86%), enquanto o uso de drogas não foi relatado (tabela 2).

Em relação às lesões, podemos citar em ordem decrescente: trauma musculoesquelético (288 casos – 100%), trauma torácico (4 casos – 1,4%), trauma abdominal (2 casos – 0,7%) e trauma cranioencefálico (1 caso – 0,35%) (tabela 3).

As maiorias dos acidentes ocorreram nos meses de dezembro (49 casos – 17%), julho (44 casos – 15,3%), novembro (38 casos – 13,2%), junho (27 casos – 9,4%), outubro (25 anos – 8,7%), janeiro (21 casos – 7,3%), abril (20 casos – 6,9%), setembro (19 casos – 6,6%), maio (18 casos – 6,25%), fevereiro (17 casos – 5,9%), março (9 casos – 3,1%) e agosto (1 caso – 0,35%), respectivamente.

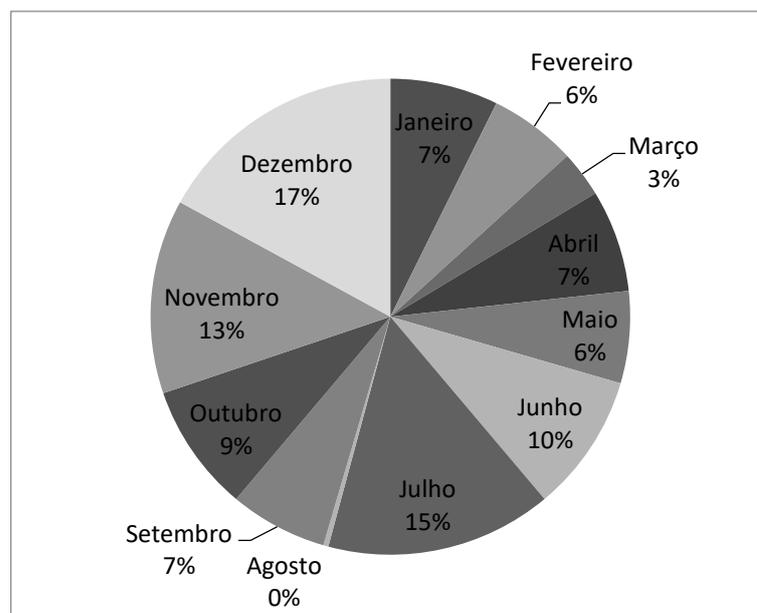


Figura 17: distribuição mensal dos atendidos no hospital.

Os atendimentos primários realizados pelo Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ocorreram em 121 casos (42%), as vítimas atendidas de demanda espontânea equivalem a 104 casos (36%) e em 63 casos (22%) essa informação não constava (tabela 4). Dentre as 288 vítimas, 2 vieram a óbito (0,7%).

Discussão

O número de veículos em circulação, a desorganização do trânsito, a deficiência da fiscalização, as condições dos veículos, as imprudências dos usuários e a impunidade dos infratores contribuem significativamente para as ocorrências de trânsito na população de motocicletas (Bastos *et al.* 2005).

De acordo com os resultados obtidos, a maior proporção de óbitos está intimamente ligada a maior incidência de trauma cranioencefálico, lesão que, na maioria das vezes, é fatal. As ocorrências que envolvem motocicletas são, particularmente, as mais perigosas porque quando um veículo colide com a motocicleta, os motociclistas são as vítimas que apresentam maior frequência de lesões graves e mortes. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 1,2 milhão de pessoas morram anualmente em acidentes de trânsito e que até 2030 haverá um aumento de 40% desta taxa de mortalidade (WHO, 2004).

Oliveira *et al.* (2011) descreveu em seu estudo a maior proporção de indivíduos mortos na zona rural e em locais onde a luminosidade era inadequada. A gravidade das vítimas em área rural pode ser maior do que nas áreas urbanas, provavelmente

pelas altas velocidades desenvolvidas nessas localidades, além da ausência de sinalização e fiscalização (Faria *et al.*, 1999). Além da velocidade, o tamanho do veículo envolvido é responsável por parcela significativa do valor de energia transferida, sendo esperados, portanto, maiores taxas de óbitos entre motociclistas traumatizados em acidentes com veículos pesados (Andrade *et al.*, 2001).

Os acidentes ocorrem, muitas vezes, devido à inexperiência, à impulsividade, ao prazer em experimentar sensações de risco, à autoconfiança na condução do veículo, ao excesso de velocidade e ao desrespeito às normas de segurança no trânsito (Tavares *et al.* 2014). Os homens são a maioria significativa dos acidentados, representando 79% dos estudados. Evidenciando as estatísticas já descritas pelo Departamento Nacional de Trânsito (DETRAN) que os homens dirigem mais rápido, fazem maior uso de álcool e respeitam menos as leis de trânsito em comparação com as mulheres, estando mais susceptíveis a acidentes automobilísticos.

Acidentes de trânsito são responsáveis pelos principais atendimentos nas grandes emergências dos hospitais urbanos e, ainda, para o fato de que quanto maior a gravidade do acidente maior é o seu envolvimento com bebidas alcoólicas (Abreu *et al.*, 2006, Abreu *et al.*, 2010, Moreira *et al.* 2008, Filho *et al.* 2007, Abreu *et al.* 2012). Os dados mostram que existe uma distribuição quase homogênea do período de atendimento dos vitimados, porém com um leve realce do período da noite, que no caso desse estudo, incluiu a madrugada, período onde o consumo de bebidas alcoólicas é maior.

Além disso, no período de férias (Julho e Dezembro), vemos os meses com maior incidência de acidentes motociclísticos. Também nesses meses as pessoas têm mais tempo livre e, portanto, pegam mais estrada para viajar, fazem maior ingestão de bebidas alcoólicas e estão mais tempo no trânsito de uma forma geral, estando mais propensos aos acidentes automobilísticos.

Neste estudo 16 dos 302 pacientes analisados estavam sabidamente sob efeito de álcool. A pesquisa de uso de drogas também foi realizada, mas nenhum paciente se enquadrava nessa categoria. Só foi possível identificar alguns detalhes importantes como esse, o uso de capacete e equipamentos de segurança e posse de CNH em poucos prontuários que continham as fichas de atendimento do SAMU. Os demais prontuários não continham essas informações ou não eram claros. Isso se tornou uma grande dificuldade encontrada na pesquisa, devido a precariedade de informações contidas nos relatórios tanto da enfermagem, mas principalmente dos médicos nesses

documentos. Essa dificuldade já foi relatada por Tavares *et al.* (2014), que em seu estudo demonstrou a ausência de informação nos atendimentos pré-hospitalares no Brasil, em especial, sobre o uso de capacete e a suspeita de ingestão alcoólica, dificulta e, em muitos casos, impede a elucidação desse fenômeno e a formulação de políticas que possam fazer frente a esta problemática, ficando uma lacuna nos boletins de atendimento.

As lesões decorrentes dos acidentes de trânsito variam em função da cinemática do trauma em cada situação. No caso das motocicletas, habitualmente as colisões são frontais, laterais ou traseiras. Quedas também exercem fator importante na ocorrência das lesões (Batista *et al.*, 2014). Neste estudo, as lesões musculoesqueléticas foram as mais prevalentes, estando presentes em 98% dos casos, assim como ocorreu com Batista *et al.* (2015), o qual relatou que houve maior ocorrência de lesões do tipo fratura de membros ou outras lesões que levem à incapacidade temporária.

O crescente processo de urbanização tem proporcionado que motocicletas sejam amplamente utilizadas como meio de transporte. A rapidez do veículo, a mobilidade, o baixo custo, e até mesmo a utilização como instrumento de trabalho, como de “motoboys” e “mototaxistas” levaram a um crescimento exponencial no número de motocicletas circulantes (Filho *et al.* 2007). A escassez de uma política municipal responsável (conforme determinação do Conselho Nacional de Trânsito), com consequente falha de fiscalização e de controle desta atividade profissional, contribui para a manutenção de informalidade das relações de trabalho, da mesma forma que se fracassa em prover segurança, expondo a população em risco (Silva *et al.*, 2008).

A ineficiência do transporte coletivo, o mercado de tele-entregas, a possibilidade de renda para jovens sem qualificação profissional e a facilidade de aquisição de uma motocicleta contribuíram para crescimento em cinco vezes, em relação ao aumento da frota de automóveis. Existem mais de 14 milhões de motocicletas em circulação, o que corresponde a 25% da frota nacional. A motocicleta tornou-se o meio de transporte individual mais popular do Brasil (Martinez, 2006).

Os dados apontam para a problemática dos gastos públicos relacionados aos atendimentos traumatológicos no Brasil, em especial e de modo crescente, a gastos provenientes dos acidentes motociclísticos (Tavares *et al.*, 2014).

A venda de motocicletas tem batido recordes (IPEA, ANTT 2004) devido a ser um transporte rápido e de baixo custo, tanto de aquisição quanto de manutenção, com maior facilidade de deslocamento nos congestionamentos, além de que tem sido utilizado também como instrumento de trabalho (Silva *et al.*, 2008).

Comportamentos de risco aumentam as probabilidades de ocorrência de acidentes bem como impõem perigo à outros condutores e pedestres (Bertoncello *et al.* 2012).

Destaca-se a importância de padronização e regulamentação do uso de capacetes eficazes na proteção do segmento cefálico, assim como seu correto ajustamento e afivelamento (Yuet *et al.*, 2011).

Em relação à utilização de equipamentos de segurança, este estudo evidenciou que grande parte das vítimas, condutores e passageiros, utilizavam apenas o capacete. E, ao serem questionadas sobre o uso, não se reportaram aos demais equipamentos, constatando-se com isto que o capacete é considerado principal, ocorrendo de certa forma uma desvalorização dos demais. Sabe-se que a Resolução nº. 203 do Conselho de Trânsito Brasileiro, em seu art. 1º, diz ser obrigatório, para circular nas vias públicas, o uso de capacete pelo condutor e passageiro de motocicleta (Conselho Nacional de Trânsito, 2006).

A Associação Brasileira de Motociclistas divulga uma lista com doze mandamentos para a segurança dos motociclistas nas ruas e estradas brasileiras, que contempla: capacete aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), calça e jaqueta de tecido resistente, botas ou sapatos reforçados e luvas. Solicita ainda que utilizem o protetor de pernas e a antena anticérol (Associação Brasileira de Motociclistas, 2007).

É indispensável à observação rigorosa da validade do equipamento para que este ofereça a proteção necessária no momento do choque ao passageiro. Pelo desconhecimento observado entre os usuários, há que se destacar a importância da educação no trânsito, com adoção de comportamentos preventivos, assim como a implementação de medidas rigorosas de vigilância e a devida punição dos infratores (Santos *ET AL.*,2008).

Os acidentes de trânsito trazem grande ônus para a economia do país, os usuários das vias públicas causam problemas, mas também sofrem suas consequências. Um fator importante nos acidentes de trânsito é a inexperiência do condutor, sendo que um grande número deles não foi treinado a reagir em situações

de emergência, quando esta situação acontece, o motorista nunca sabe o que fazer, por isso, antes de ser autorizado a dirigir ou pilotar um veículo, deveria este ser mais treinado, passar por exames mais rigorosos para ter condições de reagir diante de fatalidades (Martins, 2008).

Os condutores de motocicletas são considerados grupo prioritário em programas de prevenção, com risco sete vezes maior de morte, quatro vezes maior de lesão corporal e duas vezes maior de atropelar um pedestre, quando comparados aos automobilistas (Barros, 2006). No ano de 2010, ocorreram 40.610 mortes fatais no trânsito brasileiro, sendo 25% desses relacionados a motocicletas, chegando a 145 mil internações no Sistema Único de Saúde (Ministério da Saúde, 2011).

Atividades que visam a prevenção e o controle de dos acidentes, como prática do bem-estar social, devem ser priorizadas. O Brasil carece de adequações que possibilitem mais qualidade e segurança aos motociclistas e usuários do trânsito em geral. Estudos epidemiológicos são de suma importância para que os serviços de pronto socorro se atentem para as mais prevalentes situações e proporcionem um correto atendimento as vítimas do trânsito.

Estudos como o aqui representado são raros na literatura (Batista *et al.*, 2014). A isso se deve, principalmente, a dificuldade encontrada em identificar variáveis importantes bem descritas nos prontuários hospitalares. Deve haver um comprometimento maior dos profissionais da saúde, bem como ser cobrada essa postura dos mesmos pelos coordenadores das instituições de saúde e do conselho federal de medicina, para facilitar e melhorar os estudos epidemiológicos e o atendimento médico no Brasil.

Conclusão

O presente estudo utilizou prontuários como fonte de dados, embora com limitações atribuídas a grandes frequências de dados ignorados, como estudo de sobriedade, porte de CNH e uso de equipamento de segurança. O padrão mais observado de vítima envolvido em acidente automobilístico foi o adulto jovem do sexo masculino condutor da motocicleta, sendo o tipo de lesão mais identificada foi o trauma musculoesquelético. O maior índice de óbitos esteve presente nos pacientes com trauma cranioencefálico, ou seja, lesões de maior gravidade. Em relação à época do ano, houve mais acidentes nos meses de férias e no turno do dia com mais

ocorrências foi o da noite. Frente ao exposto, o estudo se mostrou semelhante à literatura nacional consultada.

Os dados alertam sobre a necessidade de uma fiscalização direta, efetiva e longitudinal, levando-se em consideração a insuficiência de medidas preventivas para os acidentes de trânsito. Espera-se que os resultados obtidos sirvam de estímulo para a realização de outras pesquisas, assim como propostas de intervenção para educação, prevenção e promoção de qualidade no trânsito.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, em parceria com a coordenação de medicina e diretoria do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN.

Agradecemos ainda os funcionários das instituições de saúde estudadas (Santa Casa de Misericórdia e Hospital Nossa Senhora das Mercês), bem como o responsável pelo arquivo do hospital, Hossine, que disponibilizaram os prontuários para estudo.

Agradecimento especial para a Liga de Trauma – LAT do IPTAN, que tornou a realização desse artigo possível e ainda ao professor e orientador da liga Allysson D'Ângelo de Carvalho pela ajuda durante o processo de elaboração deste. |

Referências

ABREU, A.M.M.; LIMA J.M.B.; MATOS L.N.; PILLON S.C. Uso de Álcool em Vítimas de Acidentes de Transito; Estudo do Nível de Alcoolemia. REV. Latino-AM. Enfermagem 2010 mai/jun; 18(3):513-20.

ABREU, A.M.M.; JOMAR, R.T.; THOMAZ, R.G.F.; GIMARÃES, R.M.; LIMA, J.M.B.L.; FIGUEIRÓ, R.F.S. Impacto da Lei Seca na Mortalidade por Acidentes de Transito. Rev enferm. UERJ.2012 jan/mar; 20(1):21-6.

ANDRADE, L.M.; LIMA, M.A.; SILVA, C.H.C.; CAETANO, J.A. Acidentes de motocicleta: característica das vítimas e dos acidentes em hospital de Fortaleza - CE, Brasil, Rev. Rene, 2009;10(4):52-9.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOTOCICLISTAS. Segurança: os 12 mandamentos do motociclista. [http:// abrambrasil.org.br/index.html](http://abrambrasil.org.br/index.html) (acessado em 02/ Fev/2007).

BACCHIERI, G.; BARROS, A.J.D.. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. Rev Saúde Pública 2011; 45(5): 949-65.

BARROS, A.J.; AMARAL, R.L.; OLIVEIRA, M.S.; LIMA, S.C.; GONCALVES, E.V. Acidentes de trânsito com vítimas: sub-registro, caracterização e letalidade. Cad Saude Publica. 2003;19:979-86

BASTOS, Y.; GERBER, L.; ANDRADE, S.M.; SOARES, D.A. Características dos acidentes de trânsito e das vítimas atendidas em serviço pré-hospitalar em cidade do Sul do Brasil, 1997/2000. Cad Saúde Pública. 2005 maio-junho; 21(3):815-22.

BATISTA, F.S.; SILVEIRA, L.O.; CASTILO, J.J.A.Q.; PONTES, J.E.; VILLALOBOS, L.D.C. Perfil epidemiológico das fraturas de extremidades em acidentados com motocicleta. Acta Ortop Bras 2015; 23(1): 43-6.

BRANDT M.M.; AHRNS K.S.; CORPRON C.A.; FLANKLIN G.A.; WAHL W.L. Hospital cost is reduced by motorcycle helmet use. J Trauma 2002;53(3): 469-71.

CHAVES, R.R.G.; FERREIRA, A.P.M.; RIBEIRO, E.D.L.M.; SOUSA, HWO; FERNANDES, O.S.; FERREIRA W.V. Acidentes de motocicleta: perfil e caracterização das vítimas atendidas em hospital público. Rev Enferm UFPE 2015; 9(4): 7412-19.

CONTRAN/DENATRAN. Manual de policiamento e fiscalização de trânsito. Brasília: Ministério do Exército, 2008.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS – DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

DETRAN/PR. Sinalização de trânsito. Curitiba 2006. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/detran/educa/html>. Acessado em 20/04/2016.

FARIA, E.O.; BRAGA, M.G.C. Propostas para minimizar os riscos de acidentes de trânsito envolvendo crianças e adolescentes. Ciênc Saúde Colet. 199; 4(1):95-107.

FILHO, A.M. Motocicletas: O Conflito entre Agilidade e Segurança. REV Abramet. 2007;48:23-7.

FILHO, M.M. Acidentes de trânsito: as consequências visíveis e invisíveis à saúde da população. Rev Esp Acad 2012; 126(12): 148-55.

GABELLA, B.; REINER, K.L.; HOFFMAN, R.E.; COOK, M.; STALLONES, L. Relationship of helmet use and head injuries among motorcycle crash victims in El Paso, Colorado, 1989-1990. Accid Anal Prev. 1995 June; 27(3):363-9.

GAWRYSZEWSKI, V.P.; JORGE, M.H.P.M. Mortalidade violenta no município de São Paulo nos últimos 40 anos. Rev. Bras. Epidemiol. 2003;3(1/3):50-69.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas - síntese da pesquisa. Brasília;2003.

IPEA, ANTP. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito em aglomerações urbanas brasileiras. Brasília,2004. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/custos_acidentes_transito.pdf

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Síntese da pesquisa: Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas 2003.

JUNES, R. F. Impacto econômico das causas externas no Brasil: um esforço de mensuração. Revista de Saúde Pública, v.31, n.4, p.38-46, 1997.

LEVCOVITZ E.; PEREIRA T.R.C. SIH/SUS (Sistema AIH): uma análise do sistema público de remuneração das internações hospitalares no Brasil, 1983-1991. Rio de Janeiro, UERJ; 1993.

LIMA, J.M.B. Alcoologia: O Alcoolismo na Perspectiva da Saúde Pública. Rio de Janeiro (RJ); Medbook; 2012.

MARIN, L.; QUEIROZ, M.S. A Atualidade dos acidentes de trânsito na era da velocidade: uma visão geral. Cad. Saúde Pública. Disponível: <http://www.scielosp.org/pdf/esp/v16n1/1560.pdf>

MARTINEZ FILHO, A. Motocicletas: o conflito entre a agilidade e segurança. Rev ABRAMET. 2006;(48):29-31.

MARTINS, E.T.; BOING A.F.; PERES M.A. Mortalidade por acidentes de motocicleta no Brasil: análise de tendência temporal, 1996-2009. Rev. saúde pública. 2013;47(5):931-41.

MELLO JORGE M.H.P. Acidentes e violência no Brasil. Analise dos dados de mortalidade. Rev. Saúde Pública 1997;31 (S4): 5-25.

MINAYO, M.C.S. Implementação da Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências. Cad Saúde Pública 2007;23:4-5.

MIZIARA, I.D.; MIZIARA, C.S.M.G.; ROCHA, L.E. Acidentes de motocicletas e sua relação com o trabalho: revisão da literatura. Saúde, ética e justiça 2014; 19(2): 52-9.

MOREIRA, F. A mudança cultural que salva vidas: a lei que salva vidas e a "vacina" contra a violência do transito. Rio de Janeiro (RJ) : Arquimedes edições: 2008.

MOURA, E.C.; MALTA, D.C.; MORAIS, NETO O.L.; PENNA, G.O.; TEMPORÃO, J.G. Motor vehicle driving after binge drinking, Brazil,2006 to 2009. Rev Saude Pública. 2009;43(5):891-4. DOI:10.1590/S0034-89102009005000062.

NETA, D.S.R.; ALVES, A.K.S.; LEÃO, G.M.; ARAÚJO, A.A. Perfil das ocorrências de politrauma em condutores motociclistas atendidos pelo SAMU de Teresina-PI. Rev. Bras. Enferm. 2012;65(6):936-41.

OLIVEIRA, A.P.P.; ABREU, A.M.M.; PAIXÃO, L.A.R.; FARIA V.F. Possível impacto da Lei Seca nos atendimentos a vítimas de acidentes de trânsito em uma unidade de emergência. Esc annd Nery 2013; 17(1): 54-9.

OLIVEIRA, N. L. B. Diagnóstico de lesões e qualidade de vida de motociclistas, vítimas de acidentes de trânsito. Revista Latino-americana de Enfermagem, v. 11, n.6, p. 749-56, nov./dez. 2003.

OLIVEIRA, N.L.B.; SOUSA, R.M.C. Ocorrências de trânsito com motocicleta e sua relação com a mortalidade. Rev Latino-am enfermagem 2011; 12(2): 8.

OPAS. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Organización Mundial de la OMS. Información y Análisis de Salud (HSD/HA): situación de Salud en las Américas: Indicadores Básicos 2012. Washington (EUA): OPS, OMS: 2012.

PORTAL DO TRÂNSITO. Os números do trânsito. <http://www.transito.hpg.ig.com.br/>(acessado em 30/mar/2005).

SANTOS, A. M. R. Perfil das vítimas de trauma por acidente de moto atendidas em um serviço público de emergência.

SILVA, D.W.; SOARES, D.A.; ANDRADE, S.M. Atuação profissional de motoboys e fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito em Londrina-PR. Epidemiol Serv. Saude 2008;17(2):123-153.

SILVA, P.H.N.V.; LIMA, M.L.C.; MOREIRA, R.S.; SOUZA W.V.; CABRAL, A.P.S. Estudo espacial da mortalidade por acidentes motociclistas em Pernambuco. Rev. Saude pública. 2011;45(2): 409-15.

STELLA, J.; SPRIVULIS, P.; COOKE, C. Head injury related road crash mortality in rural Western Australia. ANZ j sURG, 2001 November; 71(11):665-8.

STENMAN, M.; FIGUEIREDO, L.F.P.; RAMALHO JÚNIOR, A. Politraumatismo. In: Knobel E. Condutas ao paciente grave. 3a ed. São Paulo:Atheneu;2006.

TAVARES, F.L.; COELHO, M.J.; LEITE, F.M.C. Homens e acidentes motociclistas: caracterização dos acidentes a partir do atendimento pré-hospitalar. Esc annd Nery 2014; 18(4): 656-61.

VIEIRA, R.C.A.; HORA, E.C.; OLIVEIRA, D.V.; VAEZ, A.C. Levantamento epidemiológico dos acidentes motociclistas atendidos em um Centro de Referência ao Trauma de Sergipe. Rev. Esc. Enferm. USP. 2011;45(6):1359-63.

WAISELFISZ J.J. Mapa da Violência 2013. Acidentes de trânsito e motocicletas. Rio de Janeiro: CEBELA Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos;2013.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global status report on road safety 2013: supporting a decade of action. Luxembourg: WHO; 2013.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. The global impact. Chapter 2. In: Peden M. Scurfield R. Sleet D. Mohan D. Hyder AA, Jarawan E. Mathers C. Editors. World report on road traffic injury prevention. Geneva: World Health Organization;2004.p.33-61.

YU, W.Y.; CHEN, C.Y.; CHIU, W.T.; LIN, M.R. Effectiveness of different types of motorcycle helmets and effects of their improper use on head injuries. Int J Epidemiol. 2011;40(3):794-803.DOI:10.1093/ije/dyr040.

↓



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE EM SÃO JOÃO DEL REI - MG

Andreia Rodrigues Campos¹, Raissa Costa Valente¹, Maísa Ferreira Miranda²

¹ Discente do curso de Medicina do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do curso de Medicina e Odontologia do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: maisamiranda@iptan.edu.br.

Resumo: Justificativa: A incidência e a prevalência da doença renal crônica (DRC) têm aumentado de forma significativa nos últimos anos, sendo a Diabetes *mellitus* (DM), hipertensão arterial sistêmica (HAS), glomerulonefrite e rins policísticos as principais comorbidades que causam a lesão renal. Nesse sentido é importante o estudo epidemiológico para que ações de prevenção sejam realizadas com o intuito de controlar os fatores de risco e etiologias subjacentes. Objetivo: Analisar a frequência das etiologias para predição da progressão da DRC em pacientes submetidos à hemodiálise em São João del Rei - MG, indicando a prevalência e os fatores possivelmente associados. Método: Foi realizado um estudo envolvendo 143 pacientes de ambos os sexos submetidos à hemodiálise na Renalclin Clínica de Doenças Renais em São João del Rei, o período de coleta 01/10/2016 a 15/01/2017. Os dados coletados foram: sexo, idade, início do tratamento, etnia, tabagismo, uso do álcool, atividade física, índice de massa corporal (IMC) e etiologia subjacente à DRC. Os dados foram obtidos pelo programa NEFRODATA, versão 51607368. A análise foi realizada através das distribuições de frequências e porcentagem. Os testes χ^2 e Exato de Fisher foram utilizados para verificar diferenças entre proporções ($p < 0,05$). Resultados: Do total de pacientes, 39,16% eram mulheres e 60,84% homens, 60,84% brancos e 39,16% não brancos. A idade média foi de $56,26 \pm 14,62$ anos. Quanto ao IMC, 6,99% apresentava baixo peso, 40,56% sobrepeso/obesidade e 52,45% peso adequado. Considerando às etiologias, a HAS foi a mais frequente (40,56%), seguida pela DM (33,57%), glomerulonefrite (15,38%), outras (6,99%) e rins policísticos (3,50%). A comparação com o censo SBN 2016 mostrou diferença somente para etiologia indefinida ($p < 0,05$). A distribuição das etiologias por sexo/etnia para cada faixa etária apontou 45-65 anos a mais representativa para todos os pacientes. Conclusão: Foi possível delinear o perfil epidemiológico dos pacientes em tratamento, observando as características demográficas e clínicas. Estes resultados poderão auxiliar nas condutas de assistência aos pacientes com DRC de São João del Rei - MG.

Palavras-chave: Doença renal crônica. Etiologia. Fatores de riscos Epidemiologia.

PERFIL IMUNOLÓGICO DOS PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE E EM FILA DE ESPERA PARA TRANSPLANTE EM SÃO JOÃO DEL REI - MG

Raissa Costa Valente¹, Andreia Rodrigues Campos¹, Maísa Ferreira Miranda²

¹ Discente do curso de Medicina do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do curso de Medicina e Odontologia do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: maisamiranda@iptan.edu.br.

Resumo: Justificativa: O tratamento mais eficaz para a Insuficiência Renal Crônica consiste no transplante. Entretanto, o maior desafio para essa terapia é a rejeição do enxerto. Os fatores que contribuem para amenizar essa intercorrência são a compatibilidade Antígeno Leucocitário Humano (HLA) e os imunossupressores. Desta forma, torna-se necessário conhecer o perfil imunológico dos pacientes em fila de espera, o qual pode ser avaliado pelo HLA e Painel de Reatividade de Anticorpos (PRA). Objetivo: Conhecer o perfil imunológico dos pacientes em lista de espera para transplante em São João del Rei-MG, com o intuito de analisar as perspectivas do transplante de doador falecido, bem como a frequência HLA com a população do estado de Minas Gerais. Método: Foi realizado um estudo descritivo observacional envolvendo 29 pacientes submetidos à hemodiálise. Os dados coletados foram os exames HLA e PRA. Estes foram coletados na clínica RenalClin, no período de março a junho de 2016, foram utilizados prontuários e exames. Para a análise da frequência alélica, foram considerados: HLA frequente e pouco frequente. Já o PRA foi classificado em não sensibilizado 0%; sensibilizado 1% a 80%; e hipersensibilizado acima de 80%. A frequência é referente ao estado de Minas Gerais e os dados obtidos para comparação foram retirados na base de dados *Allele Frequencies*. Para as variáveis categóricas, a análise estatística foi realizada pelo teste qui-quadrado com $p < 0,05$. Resultados: Considerando a frequência alélica, para o HLA-A, 79,3% tiveram pelo menos um alelo frequente e apenas 6,9% possuíam alelos pouco frequentes; para o HLA-B, 79,4% tiveram pelo menos um alelo frequente e 27,58% possuíam alelos pouco frequentes; e para o HLA-DR, 86,2% tiveram pelo menos um alelo frequente e 6,9% possuíam alelos pouco frequentes. No que se refere ao PRA, foram encontrados 58,62% não sensibilizados, 27,58% sensibilizados e 13,80% hipersensibilizados. Conclusão: Os dados analisados apontaram que 27,58% dos pacientes quando forem transplantados precisarão de acompanhamento imunológico intensificado por serem sensibilizados, sendo que 13,80% necessitarão de terapias que reduzam os níveis de anticorpos anti-HLA. Assim, torna-se necessário a realização de campanhas regionais para doação de órgãos, uma vez que os alelos

dos pacientes possuem similaridade com a população do estado de Minas Gerais, o que auxiliará a realização de transplantes com maior compatibilidade HLA.

Palavras-chave: Doença renal crônica. Transplante Renal. Rejeição.



PRIMOS DE MERSENNE E OUTROS GRANDES NÚMEROS

Magaly Paranhos Reis¹, Camila Francilaine Gouvea¹, Aurelio José Parreira²

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Engenharia de Produção do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Orientador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: profaurelioparreira@gmail.com.

Resumo: Primos da forma $2p - 1$, com p primo, têm sido estudados há séculos e são conhecidos como primos de Mersenne. Estes números, juntamente com outros grandes números, formam hoje em dia a base de sofisticados métodos de criptografia. Portanto, o estudo dos primos de Mersenne se faz importante para ampliação das técnicas de criptografia que permitem maior segurança nas transmissões de dados. Os primos de Mersenne já eram considerados por Euclides. Ele também foi o primeiro a investigar os números perfeitos encontrando os quatro primeiros números dessa lista. Além disso, o notável matemático platônico, o criador da geometria euclidiana. Euclides, ao estudar os primos de Mersenne, achou-lhes conexão com os números perfeitos. Muitos outros matemáticos, como Mersenne e Euler, deram importância e continuidade à investigação de Euclides. Marin Mersenne foi um teólogo, matemático, teórico musical e filósofo francês. Ele deu uma especial contribuição para a teoria dos números. Mersenne buscou encontrar, embora sem êxito, uma fórmula que descrevesse todos os números primos e ficou conhecido especialmente pelo seu estudo dos números que levaram seu nome, os primos de Mersenne. Seu papel na época era fundamental, suas descobertas se propagavam por toda a Europa. Neste estudo foram apresentados alguns resultados importantes acerca dos Primos de Mersenne e também um pouco de outros grandes números. Na primeira seção foram apresentados resultados elementares da Teoria dos Números necessários para o desenvolvimento de uma base teórica para o estudo dos Primos de Mersenne. Na seção seguinte apresentaram-se resultados importantes sobre os Primos de Mersenne. Encerrando, foram mostrados alguns problemas em aberto no estudo destes números e tecidos comentários sobre alguns grandes números.

Palavras-chave: Número primo. Primos de Mersenne. Números perfeitos. Teoria dos números. Criptografia.

PROGRAMA DE EXTENSÃO MEMORIAL CLARA NUNES

Tayane Aparecida Rodrigues Oliveira¹, Carolina Bassi Simoni², Simone de Assis²,
Sílvia Maria Jardim Brügger³

¹ Discente do curso de História da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Bolsista do Programa de Extensão Memorial Clara Nunes.² Discente do curso de História da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Ex-bolsista do Programa de Extensão Memorial Clara Nunes. ³ Docente do Departamento de História da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com pós-doutorado na mesma instituição. Orientadora e coordenadora do Programa Memorial Clara Nunes. Contato: sbrugger@mgconecta.com.br.

Resumo: O Programa de Extensão “Memorial Clara Nunes” tem como proposta garantir a manutenção desse espaço cultural, cuidando da conservação de seu acervo, de sua utilização para a pesquisa acadêmica, artística e projetos pedagógicos, da produção de suas exposições e da visitação pública. O acervo da cantora Clara Nunes é formado por diversos tipos de objetos e documentos, requerendo, desse modo, tratamento adequado às especificidades de cada um deles. Dessa forma, a metodologia empregada no trabalho de preservação do acervo da cantora Clara Nunes que segue as seguintes etapas: higienização dos documentos/objetos, catalogação e acondicionamento apropriado. Durante o ano 2016 e início de 2017, higienizamos, identificamos, catalogamos e acondicionamos 580 novos itens do acervo, totalizando 7.755 objetos/documentos tratados até o momento e concluindo o trabalho de identificação e higienização do acervo. Auxiliamos ainda na visitação da exposição “Clara Mestiça” do Memorial Clara Nunes inaugurada em julho de 2014, durante o 27º Inverno Cultural da UFSJ. A conservação de acervos, como o de Clara Nunes, é pré-condição para a realização de pesquisas acadêmicas e artísticas. É também necessária para a montagem de diversas exposições a serem feitas no próprio espaço do Memorial e que viabilizam o acesso de um público mais amplo à história da cantora, mas também à história do país e de sua cultura, na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Memorial Clara Nunes. Preservação. Acervo.

PSIU, ABAIXE O TOM! TEM CRIANÇA FALANDO

Bianca das Graças Lopes¹
Flávia Magela Ferreira Resende²
Patrícia Uebe Ribeiro³

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior-BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Mestre em Educação. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do Curso de Pedagogia do IPTAN. Mestre em Educação. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: patricia.uebe@yahoo.com.br.

Resumo: O presente texto busca dialogar com as formas de se pensar e construir caminhos mais significativos para que a participação infantil se efetive nas decisões político-pedagógicas. Para tal, buscou-se compreender pelos resultados da aplicação do documento “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil”- MEC/2009, o que pensam e sentem as crianças da Educação Infantil do município de São João Del Rei em relação às suas escolas. Esta pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa com análise documental dos “Indicadores de Qualidade da Educação Infantil” e das pastas de registro, em que constam os processos da aplicação do referido documento nas escolas, em 2014. O estudo apontou como resultado que, embora, a educação seja feita para as crianças, não é feita com elas, e que comumente não são ouvidas ou consideradas na tomada de decisões político-pedagógicas. Contraditoriamente, são sujeitos que tem vozes, porém vozes silenciosas ou silenciadas. Há a mensagem subliminar de que as crianças precisam ser ouvidas, mas esse espaço continua camuflado por ações adultocêntricas.

Palavras-chave: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Voz. Criança. Plano de ação. Adulto.

INTRODUÇÃO

Compreender a infância como projeção para o futuro, mesmo que esse futuro seja um “quase presente”, não nos cabe mais. Criança é o aqui, o agora, o ali e o acolá. É um ser no mundo, do mundo, para o mundo. Dona de potencialidades físicas, afetivas, cognitivas e sociais, a criança é capaz de se apropriar do seu processo educativo, participando deste com seus conhecimentos e suas experiências, e assim

de alcançar progressivamente a autonomia. Estudos contemporâneos sobre a infância têm indicado que há uma autonomia conceitual da criança. Para Carvalho (2008, p.2), “o processo de socialização, antes entendido como um treinamento para a vida adulta, passa a focar as experiências e práticas das crianças de modo autônomo, com validade própria”.

A criança é um sujeito de direitos, de proteção (do nome, identidade, a pertença a uma nacionalidade, contra a discriminação, os maus tratos, etc.), de provisão (de alimento, de saúde, de educação, de habitação, etc.) e de participação (tanto nas decisões relativas à sua própria vida quanto nas instituições nas quais atua).

Compreender a criança a partir de si mesma possibilita o descortinar de uma realidade social que emerge do olhar infantil, que revela o fenômeno social, cuja visão adulta obscurece ou deixa na penumbra. Será que as crianças pensam como nós pensamos? Gostam mesmo do que nós pensamos que elas gostam? Como pensam e se sentem em relação às suas escolas? Sua opinião faz diferença para a construção dos Planos de Ação ou Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas

Em 2006, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica elaborou o documento denominado "Indicadores da Qualidade na Educação Infantil" (MEC/SEB,2006), com foco na educação infantil e na autoavaliação, onde buscou-se por meio de alguns parâmetros, um permanente diálogo entre educadores, comunidade escolares e políticas públicas. Visou compreender a realidade em que a educação infantil se encontrava, bem como os desafios e avanços das instituições de educação infantil, com vistas à melhoria da qualidade.

O referido documento apresenta seis dimensões e indicadores de qualidade para a educação infantil: planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

METODOLOGIA

O presente estudo investigativo se deu por meio de abordagem qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1994), esse é um tipo de trabalho investigativo, em que pesquisador é o instrumento principal e a fonte principal de dados é o ambiente que investiga.

Nessa perspectiva, optou-se por proceder uma Análise Documental que, segundo Lakatos e Marconi (2003) caracteriza-se por meio de fontes primárias, que podem ser documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios e, fontes estatísticas.

Nesta investigação foi realizado um levantamento das escolas de Educação Infantil que aplicaram as ações propostas pelos "Indicadores de Qualidade da Educação Infantil". A orientação da Secretaria Municipal de Educação (SME) foi para que se elaborasse, a partir da aplicação dos Indicadores, um Plano de Ação que expressasse as demandas e aspirações de toda a comunidade escolar. Treze escolas do município enviaram as pastas de registro de todo o processo para a SME de São João del-Rei.

O primeiro olhar debruçou-se sobre documento "Indicadores da Qualidade na Educação Infantil", onde ficou constatado que não há uma orientação direta para que as crianças participem do processo de avaliação das dimensões e dos eixos propostos. Isso nos permite compreender, em primeira instância, que embora a escola seja pensada e feita para a criança, elas não são ouvidas ou consideradas diretamente.

Em seguida, procedeu-se uma análise de todas as pastas das escolas e foram registradas várias observações sobre o processo de aplicação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil em cada uma.

O terceiro passo foi mapear os pontos convergentes (cruzamento) e divergentes das ações empreendidas por cada escola, que revelaram 4 categorias que requerem um trabalho analítico mais aprofundado. As categorias são:

CATEGORIA A: O que os registros fotográficos revelam sobre a participação das crianças.

CATEGORIA B: A participação das crianças nas atas ou listas de presença da reunião.

CATEGORIA C: Participação das crianças na elaboração dos planos de ação.

CATEGORIA D: Registro do instrumento/avaliação das crianças sobre suas escolas.

RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

Todas as escolas registraram por meio de fotos a participação dos adultos, mas a minoria registrou o momento das crianças. Em uma delas as fotos que constam no documento são de crianças do ensino fundamental e não da educação infantil.

Em apenas uma escola as crianças assinaram a lista de presença. Em nenhuma ata consta a informação que o documento “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” foi aplicado também com as crianças. Há ausência do registro/avaliação das crianças na maioria das pastas. E, em algumas delas, há apenas o modelo do instrumento de avaliação em branco e não há registros desse momento.

Em algumas escolas o questionário foi aplicado com as crianças durante o horário de aula, em que se tirou um representante (aluno) de cada sala para preenchimento. Tal ação culminou em um documento único, que compôs a pasta como a “voz” de todos.

Três escolas substituíram o instrumento padrão proposto por uma questão base, tais como nos exemplos:

“O que precisa ser mudado, inovado em minha escola para o ano de dois mil e quatorze”?

"O que eu gostaria que tivesse na minha escola"?

Em ambas as propostas, a resposta deveria vir por meio de desenhos e não da fala da criança. A maioria das escolas apresentou o seu Plano de Ação, porém em uma primeira análise não ficou claro a contribuição e a presença da criança em sua construção. Em um dos casos o Plano de Ação foi elaborado em uma data anterior à data da aplicação do instrumento com os alunos, indicando que estes foi elaborado antes de ouvi-las. A análise revelou que há uma mensagem subliminar de que as crianças ainda permanecem às margens do processo educacional.

Possibilitar que a criança expresse suas linguagens, é uma escolha paradigmática, que se afasta das pedagogias transmissivas ou espontaneístas e que se lança a uma escuta da criança, como sujeito produtor de cultura, situado social e historicamente, dinâmico e de direitos.

Referências

BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEC/SEB. Indicadores de qualidade para a educação infantil. Brasília: MEC/SEB,2009.



REFLEXOS DO DIREITO NATURAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Sabrina Morethson¹
Sílvio Firmo do Nascimento²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do IPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: silviofirmodonascimento@gmail.com.

Resumo: De acordo com os estudos e pesquisas realizados, pretende-se através deste, relacionar a construção do Estado Democrático de Direito com as origens do Direito Natural na visa cristã de José Pedro Galvão de Sousa. Para tanto, também coube um estudo do Direito Positivo e do Estado Tecnocrático, de forma a compreender a estrutura cronológica e os avanços da sociedade, da política e do Direito, na garantia do ideal democrático. O estudo demonstra ideal democrático não garante que direitos fundamentais sejam adotados. As liberdades e garantias individuais e coletivas decorreram de conquistas históricas dos homens através de grupos orgânicos inseridos na sociedade de tal modo que o Estado não pode atribuir somente para si à criação de normas de conduta, a medida da existência do Direito Natural e das conquistas históricas de grupos intermediários da sociedade. Não se pode isolar o Estado Democrático de Direito do Direito Natural, sob pena de considerarmos o Estado como puramente legalista. A metodologia aplicada ao estudo é exploratória e descritivo-analítica, abordando conceitos e interpretações pertinentes ao desenvolvimento do tema. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para a coleta de dados foram a pesquisa doutrinária, bibliográfica e documental. As legislações constitucionais e infraconstitucionais serviram de base documental, do mesmo modo explorando a doutrina e bibliografia dos autores de referência, a saber, José Pedro Galvão de Souza e Miguel Reale.

Palavras-chave: Direito Natural – Estado de Direito – Democracia – Direito Positivo.

Introdução

Essencialmente podemos tratar o Direito Natural como uma norma superior de conduta inerente a natureza humana que atende ao critério do justo e do bom com fundamento na razão divina, enquanto o conceito de Direito Positivo varia a cada

tempo e ideologia, entendido como um conjunto de normas positivadas que devem seguir o Direito Natural.

Os conceitos de Direito Natural e Positivo e suas respectivas críticas e aplicações, remetem ao surgimento do Estado Tecnocrático, que é a transposição da ordem política aos critérios da ordem econômica e governo dos técnicos.

De tal modo que, é possível traçar um paralelo histórico de como a evolução da aplicação do Direito Natural, bem como o Direito Positivo e a negação ao Estado Tecnocrático contribuíram para a formação do Estado Democrático de Direito, entendido nesse estudo como fundamental para uma sociedade portadora de direitos com base em uma constituição natural.

1 O Direito Natural

Para José Pedro Galvão de Sousa (1940, p. 12) a lei natural é “(...) um princípio superior de conducta, regra geral de toda acção humana, inerente a própria natureza e critério supremo de justiça e da equidade. Baseado na distinção entre o bem e o mal, o justo e o injusto (...)”.

Em suma, trata o direito natural como normas inerentes a natureza humana que avaliam atitudes morais, as quais o homem deve cumprir para atingir a sua própria finalidade, quer seja alcançar a felicidade e conviver com seus semelhantes.

O Direito Natural é essencialmente moral, visando o bem-estar do homem tanto para a vida em sociedade, quanto para seu bem-estar enquanto ser humano. Por esse motivo, dizemos que o Direito Natural remonta o princípio basilar de praticar o bem e afastar-se do mal.

Esse princípio primeiro das leis naturais também é observado nos ensinamentos jurídicos do positivismo atual, a finalidade geral das normas deveria ser alcançar a paz social, e para tanto podemos considerar que a paz social é atingida praticando o bem. O que difere uma concepção da outra é que o direito natural é justo por si mesmo enquanto o positivo é imposição do legislador.

1.1 O Direito Positivo e as críticas ao Direito Natural

Em se tratando de Direito Positivo, cabe ressaltar que em muitos momentos reduziu-se o Direito a Lei escrita, sendo essa sua fonte e também fundamento.

Outros autores o atribuíram valor inerente, no entanto admitiam a existência do Direito Natural sem que este vinculasse a aplicação do Direito.

As críticas que surgiram sobre o Direito Natural estão centradas nas doutrinas que o tratavam de modo abstrato e dedutivo, contudo transformaram em uma negação geral daquele.

Em relação às críticas a universalidade e imutabilidade do Direito Natural, cabe ressaltar que esse trata como imutável somente o primeiro princípio que traduz a ideia de praticar o bem e afastar o mal, os princípios decorrentes deste são mutáveis de acordo com o meio em que está inserido e as situações postas ao homem, pois existem circunstâncias que alteram os preceitos naturais.

Cabe ao homem, mais precisamente a natureza humana, a aplicabilidade dos preceitos naturais e é por este motivo que, com base na ideia de praticar o bem, o preceito pode ser dispensado ou modificado, e assim ao buscar o bem o homem sempre será justo.

Galvão de Sousa (1940, p. 90) nesse sentido, considera: “(...) o positivismo jurídico absoluto, isto é, o que nega o direito natural, só é defensável, sem illogismo, pelos que reduzem o direito às determinações arbitrárias da força preponderante na sociedade”.

No positivismo, o legislador impõe normas que devem ser seguidas sem questionamentos, e, portanto, em determinado momento é provável que se tornem injustas, pois podem contrariar a razão.

2 O Estado Tecnocrático e o Direito Natural

A natureza humana compreende um procedimento de desenvolvimento, impulso e força que levam o ser a atingir seus objetivos. Há um Direito universal além do Direito de cada Estado, cujo fundamento é a lei natural.

O Estado não é a causa primeira e única do bem comum e por esse motivo não basta que a lei crie ditames para o homem, pois a natureza humana pelo seu fim estabelece liberdades e deveres para o completo desenvolvimento do ser.

Igualmente, os Direitos básicos que devem ser assegurados ao homem, chamados de Direitos Fundamentais compreendem, inclusive, a igual participação do ser no aspecto social e político, remetendo a representatividade, liberdade de associação, entre outros conceitos que culminam na democracia.

Ainda que atualmente esse entendimento possa ser claro, em razão das conquistas políticas e sociais, antes do Estado Democrático de Direito, a história se deparou com o Estado Tecnocrático.

Estudar a tecnocracia é importante para entender o histórico de evolução do sistema político e jurídico da sociedade e a causa da importância do Estado de Direito, que prega a superação do positivismo jurídico, a aplicação do Direito Natural por quem detém o poder e o afastamento das ideias liberais e das opressões do totalitarismo e da tecnocracia.

O Estado Tecnocrático pode ser compreendido como uma transposição da ordem política aos critérios e práticas próprias da ordem econômica. Assim, com os técnicos ocupando as posições políticas, houve uma passagem da ciência política pela engenharia social, e consequente mecanização da sociedade.

“O predomínio crescente dos técnicos no governo e na administração – a *Managerial revolution* de James Burnham – corresponde, por um lado, à complexidade também crescente da vida moderna, mas decorre ainda de outras razões mais profundas não somente políticas e econômicas. Toda uma filosofia da vida e todo um método de pensar estão implícitos na tecnocracia e nos fornecem os seus postulados básicos” (GALVÃO SE SOUSA, 1973, p. 1).

É importante ressaltar a contribuição da massificação da sociedade e das mazelas da classe política nesse processo de coisificação do homem. A sociedade de massas gera a burocratização do meio social na medida em que a sociedade está inserida em processo de produção e consumo de bens – seja produtos, serviços ou informação – em larga escala. Enquanto a classe política desacreditada por suas inúmeras falhas contribui para que se acredite em uma elite administrativa com capacidade de direção tipo empresarial que buscassem eficiência e competência.

Todavia, o governo dos técnicos representa uma inversão de valores à medida que corrompe a ordem natural da política. Os técnicos não possuem a prudência política e por isso devem servir funções de assessoramento, dando sua contribuição no que se fizer necessário.

“Governar sob o prisma meramente técnico é reduzir o homem a coisas. Servir-se da técnica para o bem do homem é subordinar os engenhos e a organização ao bem comum entendido à maneira de um fim não válido em si mesmo, mas ordenado ao destino transcendente do homem” (GALVÃO DE SOUSA, J. P., 1973, p. 125).

Ante ao conceito do Estado tecnocrático, a solução para uma sociedade portadora de direitos com base em constituição natural seria o Estado Democrático de Direito.

3 O Estado Democrático de Direito

O Estado Democrático de Direito é o Estado legitimado pelo povo, regido pelos princípios da soberania nacional, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Podemos caracterizá-lo como “compreendido e organizado em essencial correlação com a sociedade civil, mas sem prejuízo do primordial papel criador atribuído aos indivíduos” (REALE, 1999, p. 43).

E é em razão do papel dos indivíduos e da sociedade em geral que se encontra em um dos pontos com o Direito Natural.

3.1 O Estado Democrático de Direito e o Direito Natural

Não há um modelo rigoroso e fixo da socialdemocracia, em razão de sua natureza pluralista, mas está sempre buscando sentido na igualdade social e as exigências da justiça social.

No entanto, podemos conceituar o Estado Democrático de Direito como o Estado regido pelo Direito e por normas democráticas, que garante o respeito a liberdade civil, garantias fundamentais, estabelecendo proteção jurídica e representatividade através de eleições livres e periódicas.

Pontos que devemos destacar são a busca pela justiça social, o princípio da legalidade, a socialdemocracia, a igualdade e o liberalismo, a influência de outros países no ordenamento jurídico brasileiro e no âmbito social, a globalização e o valor da pessoa humana.

Em conjunto, todos esses conceitos formam o ideal democrático juntamente com os devidos limites entre executivo e legislativo para proporcionar isonomia social e harmonia entre os poderes, no que tange a representatividade social na política e divergências entre o parlamentarismo e presidencialismo.

Porém, o ideal democrático não garante que direitos fundamentais sejam adotados. As liberdades e garantias individuais e coletivas decorreram de conquistas históricas dos homens através de grupos orgânicos inseridos na sociedade.

De tal modo que o Estado não pode atribuir só para si à criação de normas de conduta, a medida da existência do Direito Natural e das conquistas históricas de grupos intermediários da sociedade.

A pessoa humana é o valor referencial das ideologias e, por tal motivo, importante ressaltar seu valor. A convivência democrática da ideologia só é possível através do princípio da legalidade, que subordina todos à lei.

Assim, incentiva-se a discussão se tal princípio seria supremo ou uma decorrência necessária e imperativa de um princípio superior.

“É a razão pela qual, quando os jusfilósofos ou os juristas em geral indagam-se dos fundamentos dos direitos humanos, causa-me espécie verificar que se olvidam frequentemente de vinculá-los, originalmente, ao valor da pessoa humana *qua tale*, uma vez que a existência dos direitos só tem sentido como uma emanção natural do valor em si da pessoa humana, em sua concreção, corpo e alma em complementar unidade” (REALE, 1999, p. 100).

Questiona-se também, a formação do Estado como resultado de um processo de integração social e política, através da soberania estatal e a personalidade natural de cada cidadão, em ser titular de direitos públicos subjetivos.

A importância do valor-fonte da pessoa humana é clara e contribui para afastar ideologias autoritárias e totalitárias, e assim, valorizar o Estado Democrático de Direito.

Considerações Finais

Em síntese, podemos afirmar que o Direito Natural influencia extremamente a compreensão do Estado Democrático de Direito, tendo em vista a relação do ser subordinado ao Estado.

Assim, levanta-se um questionamento se o Estado, enquanto Poder Público, é limitado tão somente pelo Direito Positivo ou se sofre restrições do Direito Natural.

O Estado deve ser submetido ao Direito para seu controle e por isso temos o Princípio da Legalidade afeto a este, que diz que o Poder Público pode e deve agir conforme a Lei. Ao contrário do Princípio da Legalidade afeto ao sujeito que diz ninguém ser obrigado a fazer ou deixar de fazer senão em virtude de lei.

É importante destacar que na compreensão de Estado Democrático de Direito, não se pode isolar o Direito Natural, sob pena de considerarmos o Estado como puramente legalista.

Se reconhecermos somente o Direito Positivo como Direito, estaríamos afirmando que somente o Direito posto pelo Estado seria de fato uma norma de conduta.

De fato, várias normas e preceitos jus naturalistas foram positivados e por isso é importante o reconhecimento do Direito Natural. E além daquelas positivadas, os preceitos do Direito Natural servem a todos os povos e diante da impossibilidade das normas e dos legisladores de acompanhar a globalização e o crescimento desordenado das cidades, as lacunas são preenchidas através do jus naturalismo. .

Referências

GALVÃO DE SOUZA, José Pedro. *Direito natural, direito positivo e estado de direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

GALVÃO DE SOUZA, José Pedro. *O positivismo jurídico e o direito natural*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

REALE, Miguel. *O estado democrático de direito e o conflito das ideologias*. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANTOS, Jair Lima dos. Direito Natural em Tomás de Aquino. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2454, 21 mar. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14541>>. Acesso em 31 de mar. 2016.

SISTEMA PRISIONAL: RESSOCIALIZAR OU REINTEGRAR?

Rosângela Aparecida da Conceição¹

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Contato: roseangel1935@hotmail.com.

Resumo: Alguns autores citam que o preso é ressocializado no sistema prisional. Mas de acordo com a Antropologia sociológica o homem sempre viveu em sociedade. A todo o momento está em sociedade, independente de onde esteja. Seja em casa, no trabalho, na rua, na praça, na escola, na igreja, num grupo de amigos e até mesmo no sistema prisional. Posto isto não á que se falar em ressocializar alguém que já está inserido na sociedade. Numa sociedade que tem suas regras e condutas a serem seguidas. Então cabe dizer que o preso será reintegrado de volta a sociedade que sempre fez parte. O termo reintegrar traz a ideia de fazer com que o egresso se torne novamente um ser social, capaz de viver no meio do qual se ausentou, e manter-se integrado como um cidadão comum. A participação da sociedade na reintegração do preso ao convívio social é um fator essencial para que a reintegração surta efeitos positivos. A fim de constatar que o detento tem seu lugar no meio que saiu, e que não será ressocializado. Para tanto assim como meio de reintegração dos detentos na sociedade, a partir de uma pesquisa descritiva realizada através de um estudo bibliográfico e fundamentada no método dialético, este artigo tem como objetivo buscar o levantamento de subsídios. A partir disto, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca do tema relacionado ao sistema prisional brasileiro face ao indivíduo na sociedade, traçando os principais temas relacionados com o assunto, como: Analisar de forma crítica o instituto sociedade no que se refere aos temas ressocialização e reintegração, com objetivo de relacioná-los à pluralidade de vivências, principalmente, no que diz respeito ao sistema prisional. Verificou-se com a pesquisa em campo que o que existe na verdade é a reintegração e não a ressocialização, uma vez que se vive em sociedade a todo momento. Para tanto concluiu-se que os detentos não serão ressocializados e sim reintegrados a sua comunidade de origem, após cumprirem penas decorrentes de infrações criminais que cometeram.

Palavras-chave: Ressocializar. Reintegrar. Sistema prisional.

SUSTENTABILIDADE CONSTITUCIONAL E DANO AMBIENTAL

Vinícius Borges Meschick da Silva¹, Deilton Ribeiro Brasil²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN. ² Docente do Curso de Direito do IPTAN. Orientador. Contato: deilton.ribeiro@terra.com.br.

Resumo: Introdução. A concepção de sustentabilidade é, antes de tudo, a mola mestra para o bem-estar da humanidade devendo ser centrada, não na produção como valor máximo, mas na absoluta interdependência entre as pessoas, as outras espécies e a organização geradora de vida de que fazem parte. A sustentabilidade pode ser compreendida como a utilização dos recursos naturais de modo racional que reflete uma concepção comum de que o meio ambiente é indispensável. Nesse sentido, a proteção da vida e da dignidade humana e a proteção do meio ambiente seguem a mesma preocupação básica com a vida. Da metodologia utilizada. O método utilizado para a realização do trabalho foi descritivo-analítico. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a doutrinária e a documental. Resultados e discussão. A Constituição Federal de 1988 fornece fundamentos para que se sustente uma raiz constitucional da sustentabilidade, vez que em seu artigo 225 impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. A legislação brasileira não definiu expressamente o conceito de dano ambiental que detém um conceito aberto, dependendo da avaliação do caso concreto. Não obstante a inexistência de definição conceitual expressa, o legislador forneceu seus parâmetros a partir das definições de degradação da qualidade ambiental e de poluição previstas nos incisos II e III do artigo 3º da Lei nº 6939/1981. Segundo tais previsões normativas, degradação da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente enquanto poluição é definida como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Conclusões. A articulação entre as definições de degradação ambiental e poluição leva à consideração de que o dano ambiental consiste nos prejuízos patrimoniais ou extrapatrimoniais ocasionados a interesses que tenham por objeto o meio ambiente. Portanto, o dano ambiental consiste em uma noção que integra a lesão a interesses transindividuais e individuais e quanto à natureza do bem violado (dano ambiental patrimonial e dano ambiental extrapatrimonial).

Palavras-chave: Sustentabilidade constitucional. Dano ambiental. Constituição Federal. Direito ambiental.

"SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO": A PRODUÇÃO ARTESANAL DE SABÃO A PARTIR DA RECICLAGEM DO ÓLEO DE COZINHA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI

Raniéri Galhardo Oliveira Silva¹, Mirele Kesley Nascimento Vilela¹, Luciana Martins Ezequiel Sousa Lima²

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior-BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Administração do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: lucianalima2004@hotmail.com.

Resumo: As preocupações com a questão ambiental vêm se tornando cada vez mais presentes na sociedade, mundialmente. Vivemos em uma sociedade consumista, onde os impactos da industrialização e do crescimento populacional, bem como seus efeitos socioambientais nas áreas urbanas, estão entre os maiores desafios das políticas públicas relacionadas à gestão ambiental. Nesse contexto, o descarte inadequado do óleo de cozinha usado vem agravar ainda mais a situação ambiental vigente. No entanto, a reciclagem desses resíduos e/ou seu descarte correto podem minimizar os efeitos gerados ao meio ambiente em decorrência da degradação ambiental. Inconscientemente, a partir de gestos simples como a preparação de alimentos, mais precisamente no uso do óleo em frituras em casa, em restaurantes, lanchonetes, bares e do seu descarte incorreto pelo ralo da pia ou pelo solo, colaboramos com a destruição do nosso planeta. Nesse sentido, a partir dessa constatação, foi desenvolvido o projeto "Sustentabilidade em Ação" no município de São João del Rei para a conscientização da população sobre o descarte correto do óleo de cozinha e do seu reaproveitamento através da sua reciclagem e do seu uso na produção de sabão artesanal. Além da redução de contaminantes descartados e da redução de impactos ambientais, o projeto buscou também nortear políticas públicas municipais referentes às questões socioambientais. E, dentro dessa perspectiva, foram realizadas várias ações e propostas de intervenção junto à sociedade sobre o descarte do óleo, sua reutilização e sua transformação em sabão. Para atender aos objetivos de pesquisa, foram realizadas ações de intervenção junto à população local (alunos da escola pública, pais dos alunos, alunos do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (IPTAN) e a comunidade) através do método de pesquisa interventiva.

Palavras-chave: Descarte. Reciclagem. Sustentabilidade. Gestão ambiental. Produção.

TERAPIA MEDICAMENTOSA EM IDOSOS HIPERTENSOS INSTITUCIONALIZADOS EM SÃO JOÃO DEL REI - MINAS GERAIS

Vanessa Tayer Nogueira¹, Laila de Castro Tayer¹, Andreia Rodrigues Campos², Fábio Mancilha Carneiro², Brisa D' Louar³

¹ Discente do curso de Medicina do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Discente do curso de Medicina do IPTAN. Voluntário do Programa de Iniciação Científica. ³ Docente do curso de Medicina do IPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. Contato: brisadlouar07@hotmail.com.

Resumo: Introdução: As doenças cardiovasculares são responsáveis por mais de 250.000 mortes por ano no Brasil, sendo a hipertensão arterial sistêmica (HAS) a que tem a maior prevalência, incidindo em cerca de 50% dos casos. Entre a população de idosos, a hipertensão arterial pode ser considerada a doença crônica mais prevalente. Nesse sentido, o uso de tratamento medicamentoso é de extrema importância para a redução da morbidade e mortalidade cardiovascular. Inicialmente, a monoterapia é utilizada para redução de pressão arterial, porém, alguns estudos demonstram que a associação de medicamentos tem resultado satisfatório para esta população. Desse modo, a associação comumente utilizada são os inibidores de ECA e os diuréticos. Objetivo: Avaliar a ocorrência de associação medicamentosa entre idosos institucionalizados e quais as classes mais utilizadas. Métodos: Trata-se de um estudo transversal realizado de março a agosto de 2016, com análise de 69 prontuários de idosos institucionalizados no Albergue Santo Antônio em São João del Rei, com idade média de aproximadamente 81 anos. Resultados: As classes de anti-hipertensivos mais utilizados foram β -Bloqueador, Inibidor de ECA, α e β bloqueadores, Diurético e Vasodilatador. Em relação ao número de medicamentos 38% realizam monoterapia, 50% realizam associação de 2 medicamentos e 12% realizam associação de 3 medicamentos, e o tipo de associação mais prevalente foi a Inibidor de ECA+Diurético. Conclusão: As próprias alterações do envelhecimento fazem o idoso mais propenso ao desenvolvimento de HAS, sendo ela a doença crônica mais relevante nessa população. Desta forma, é notório que a prevalência de uso associativo de medicamento como terapia é bastante encontrada entre os idosos e que muitos deles utilizam mais de duas classes de medicamentos para controlar a pressão arterial.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial Sistêmica; Inibidor de ECA. Beta bloqueador. Beta e alfa bloqueador. Diuréticos.



UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE ESTOQUES ADOTADAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI

Ana Júlia Souza Rodrigues¹

Thiago Mosart de Freitas¹

Carla Agostini²

Caio Rodrigues do Vale²

Fábio Bruno da Silva³

¹ Discente da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior - BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente do Curso de Ciências Contábeis do IPTAN. Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. ³ Docente do curso de Ciências Contábeis do IPTAN. Orientador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/IPTAN. Contato: fabiosilva@iptan.edu.br

Resumo: O planejamento e controle de materiais permitem que as organizações tenham a possibilidade de reduzir custos e conseqüentemente aumentar sua competitividade diante dos concorrentes. Esta pesquisa pretendeu examinar e avaliar a gestão dos estoques praticadas nas instituições de ensino superior, com base na argumentação de que existe uma deficiência de técnicas e métodos aplicados na gestão de materiais no âmbito dessas organizações, bem como a necessidade de se aplicar da forma mais racional possível os recursos disponíveis. Este trabalho teve como objetivo geral compreender como é realizado o controle de estoques nas instituições de ensino superior pública e privada situadas no município de São João del Rei. Procurou-se compreender a imersão dessas organizações ao tema, por meio de uma análise qualitativa sob o questionário oferecido aos gestores dessas organizações, delimitados à duas instituições de ensino superior. Como resultado foi possível detectar que ambas as instituições, cada uma dentro de suas especificidades, principalmente sendo uma da área pública e outra da área privada, promovem corretamente a gestão de seus estoques e conseguem atender a demanda de seus usuários, ao mesmo tempo em que trabalham para que ocorra o menor desperdício possível bem como a economia de seus recursos.

Palavras-chave: Gestão de Materiais. Instituições de Ensino Superior. São João del Rei.

Introdução

O planejamento e organização do fluxo de materiais e armazenamento físico de matéria-prima e produtos acabados permite que as organizações tenham a possibilidade de reduzir custos e conseqüentemente aumentar sua competitividade diante dos concorrentes, bem como melhor gerir os recursos alocados para a formação dos estoques.

O assunto investigado neste trabalho tratou da forma como é realizado o processo de gestão de materiais em organizações ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Tais questionamentos foram investigados mediante estudo de caso realizado em duas instituições localizadas na cidade de São João del-Rei.

Dessa forma propôs-se compreender se as instituições de ensino superior pública e privada situadas no município de São João Del Rei gerenciam corretamente seus estoques na intenção de reduzir os gastos de manutenção e ao mesmo tempo diminuir os desperdícios que podem ser causados pela má utilização dos recursos disponíveis.

Esta pesquisa pretendeu examinar e avaliar a gestão dos estoques praticadas nas instituições de ensino superior, com base na argumentação de que existe uma deficiência de técnicas e métodos aplicados na gestão de materiais no âmbito dessas organizações, bem como a necessidade de se aplicar da forma mais racional possível os recursos disponíveis.

Este trabalho teve como objetivo geral compreender como é realizado o controle de estoques nas instituições de ensino superior públicas e privadas situadas no município de São João del Rei.

Procurou-se compreender a imersão dessas organizações ao tema, por meio de uma análise qualitativa sob o questionário oferecido aos gestores dessas organizações, delimitados à duas instituições de ensino superior.

Como resultado foi possível detectar que ambas as instituições, cada uma dentro de suas especificidades, principalmente sendo uma da área pública e outra da área privada, promovem corretamente a gestão de seus estoques e conseguem atender a demanda de seus usuários, ao mesmo tempo em que trabalham para que ocorra o menor desperdício possível bem como a economia de seus recursos.

Referencial Teórico

Gestão de Materiais

A administração de materiais é o departamento responsável pelo fluxo de matérias a partir do fornecedor até o consumidor, com o objetivo de minimizar o custo total das empresas nessa área e melhorar o nível de serviços ao cliente.

Para um bom funcionamento da empresa, é necessário planejamento sobre a estocagem de acordo com a demanda e a capacidade de armazenagem do material.

De acordo com Arnold (1999, p. 265):

Os depósitos ou centros de distribuição, são locais onde matérias-primas, produtos semiacabados ou produtos acabados são estocados. Eles representam uma interrupção no fluxo de materiais e, assim acrescentam custo ao sistema. Os itens devem ser estocados apenas se existe um benefício compensador em seu armazenamento.

A armazenagem pode ser definida como sendo o conjunto de atividades para manter fisicamente estoques de forma adequada. Analisando então de forma ampla, os estoques ajudam a tornar mais produtiva as operações de produção. Dessa forma fica explícita a importância em se ter um estoque eficiente e que proporcione melhorias para a flexibilidade da instituição pois "o controle de estoque exerce influência muito grande na rentabilidade da empresa. Os estoques absorvem capital que poderia estar sendo investido de outras maneiras". CHING (2006, p. 32)

Ainda de acordo com Ching (2006, p.27): "Em virtude de nosso ambiente estar em processo acelerado de constantes mudanças, em razão dos avanços da tecnologia, alterações na economia e em outros fatores, a empresa tem que se adaptar a todo o instante às novas realidades, colocando a prova seu desempenho e procurando sempre superar uma nova ordem das coisas."

Em relação aos avanços tecnológicos, a administração dos materiais pode ser facilitada conforme diz Arnold (1999, p. 95):

Os computadores são incrivelmente rápidos, precisos e idealmente projetados para esse tipo de trabalho. Com sua habilidade para armazenar e manipular dados e produzir informações rapidamente com uma ferramenta para utilizar de modo apropriado o moderno sistema de planejamento e controle e da produção.

Diante do exposto é possível verificar a importância da correta administração dos materiais para que as organizações obtenham êxito na consecução de seus objetivos.

A seguir será abordada a gestão de estoque com enfoque na Administração Pública.

Gestão de Materiais na Administração Pública

De acordo com Lellis (2009, p.7), “Gestão é a capacidade de gerenciar recursos materiais, pessoais e alcançar resultados.”

Para Azevedo (2013s.p.), a gestão de materiais é:

[...]ramo especializado da ciência da administração, que trata especialmente de um conjunto de métodos, controles e práticas relacionados na produção de um produto ou serviço, e que é utilizado desde as pequenas até grandes empresas. Entende - se que dentro desse contexto se encaixa todas as coisas que constituem a empresa, ou seja, quaisquer produtos que não seja diretamente ligado a uma linha de produção, podendo ser até mesmo materiais de escritório, materiais de limpeza.

Segundo Jund (2006, p.289), por gestão na Administração Pública compreende-se o conjunto de atividades que tenham por fim a movimentação do patrimônio público ao longo do exercício financeiro, observando e cumprindo o plano de ação anualmente definido por meio de um orçamento.

Os atos de Gestão podem ser de origem distinta, são elas:

1- ECONÔMICA

Quando visam a formação dos elementos patrimoniais constantes do ativo e do passivo registrados no balanço patrimonial.

2- FINANCEIRA

Quando se trata de origem e aplicação de recursos oriundos das receitas e das despesas atinentes à etapa da execução do orçamento.

De acordo com Benfica (2013, s.p.):

A administração de materiais consiste em vários processos, identificação e seleção de fornecedores, levantamento de demanda, encaminhamento de pedidos/ ordens de compras aos fornecedores, follow-up (acompanhamento dos pedidos junto aos fornecedores), recebimento dos materiais, inspeção das características técnicas e se estão em conformidade, armazenamento e distribuição.

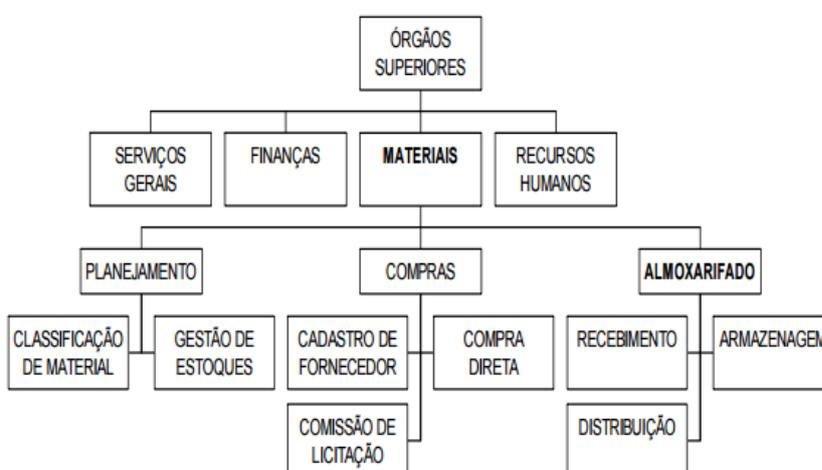
O SAM (Sistema de Administração de Material) é o conjunto de recursos humanos, organizacionais e físicos, que tem por objetivo garantir o suprimento contínuo e ininterrupto de materiais, nas condições técnicas e economicamente adequadas, para o perfeito funcionamento da organização. (Souto *et al*, s.d, p.7)

O setor de materiais divide-se em planejamento, compras e almoxarifado. No planejamento é onde ocorre a classificação dos materiais e a gestão dos estoques. O

setor de compras é o responsável pelas compras diretas, cadastro dos fornecedores e pela comissão de licitação. Já o setor de almoxarifado é responsável pelo recebimento, armazenagem e distribuição de materiais para os locais onde são necessários. Todos os três apesar de serem setores diferentes são interligados em relação às suas funções.

A figura 1 abaixo, apresenta a estrutura organizacional do processo de administração de materiais:

Figura 1 – Estrutura Organizacional



Fonte: Souto *et al* (s.d, p.8)

Conforme exposto pode-se observar a importância do setor responsável pela administração dos materiais dentro da estrutura organizacional das instituições públicas e sua correlação com as outras unidades.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido a partir da obtenção de informações denominada pesquisa bibliográfica, a qual foi desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses, que segundo Lakatos e Marconi (2012 p. 57) (...) tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Quanto aos objetivos tratou-se de uma pesquisa descritiva, pois segundo as regras da ABNT, essa pesquisa tem por objetivo as características de uma população, de uma experiência ou fenômeno. Ela estabelece a relação entre as variáveis de um

objeto de estudo analisado. Uma de suas características está na utilização de procedimentos padronizados de coleta de dados.

De acordo com sua abordagem a pesquisa foi qualitativa, buscando uma análise mais detalhada, que segundo Lakatos e Marconi (2006, p. 269) explana que a “metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”.

O método utilizado foi um estudo de caso, que segundo Lakatos e Marconi (2006, p.277) é um levantamento com mais profundidade, limitado e restringe a apenas a um único caso, reunindo um grande número de informações detalhadas, visando apreender determinada situação e descrever um fato.

O levantamento das informações compreendeu dois gestores, relacionados a área de Almoxarifado, de duas instituições de ensino superior instaladas em São João del Rei/MG sendo a primeira delas a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e a segunda o Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (IPTAN), que responderam a um questionário elaborado pelos autores desta pesquisa.

Tendo em vista os objetivos propostos neste trabalho, limitou-se nessa pesquisa a mensuração do entendimento que os gestores têm sobre o tema.

Resultados

Após análise dos questionários aplicados aos gestores de estoques em cada uma das instituições estudadas, foi possível detectar que em relação à qualificação profissional em ambas as instituições os responsáveis pela área de Almoxarifado possuem nível superior e, as duas instituições possuem sistema informatizado de controle de estoque, sendo o do IPTAN um sistema desenvolvido pela TOTVS que atua no armazenamento de informações relacionadas a entradas e saídas das mercadorias, e o da UFSJ, um sistema conhecido por SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos). O sistema foi implantado na UFSJ em 2015 e já é adotado em mais de 25 órgãos públicos. Além de disponibilizar informações relacionadas a entrada e saída de mercadorias ele também permite a geração de diversos relatórios de gestão como por exemplo: materiais mais consumidos, materiais em ponto de reposição, balanços mensais, inventário, dentre outros.

No que diz respeito à estrutura física do estoque, ambas concordam que suas estruturas são boas. O IPTAN apresenta um depósito para armazenamento dos materiais, já a UFSJ possui seis depósitos para armazenamento de materiais no Campus Santo Antônio em São João del Rei e mais três depósitos sendo um em cada campi avançado (Divinópolis, Sete Lagoas e Ouro Branco). Os depósitos são organizados de forma a possibilitar a separação dos materiais levando em conta a portaria 448 de 2002 da Secretaria do Tesouro Nacional que separa os itens em grupos (Material elétrico, Processamento de Dados, Ferramentas, Reagentes Químicos, etc.). É importante ressaltar que existe uma forte diferença em relação às estruturas de armazenamento tendo em vista as particularidades de cada uma das instituições, pois a UFSJ é uma instituição pública que possui uma estrutura física em amplitude muito superior em relação ao IPTAN.

Sobre as perdas, em ambas as instituições é possível perceber que já ocorreu em quantidades maiores, mas a melhoria nos processos bem como o cuidado com o controle dos estoques tem reduzido significativamente o desperdício. Segundo informações do questionário respondido pelo IPTAN “hoje não mais existe perda pois a gestão de estoques é bem justa, baseada em média de consumo e planejamento de compras”. Já o gestor da UFSJ disse “A gestão dos estoques é feita com o intuito de minimizar ao máximo qualquer desperdício. Temos notado que mudanças na forma de gestão dos estoques, que foram adotadas nos últimos anos, contribuíram significativamente para a redução do desperdício. Porém pelo fato de possuímos um estoque com um número elevado de itens (aproximadamente 3.000) ainda ocorre esporadicamente o vencimento de algum produto. Mas a perda é pequena”. Diante do exposto fica bem nítida a importância do correto gerenciamento dos estoques.

Na UFSJ uma das ações no sentido de melhor promover o gerenciamento de seus materiais de consumo foi a mudança na gestão do Almoxarifado que antes trabalhava com a lógica de estoque virtual e cada unidade organizacional possuía os itens/quantitativos “reservados” e, se a unidade responsável pelo material não o utilizasse ele corria um sério risco de ser perdido, porém com a implantação do novo sistema o estoque foi unificado e a gestão fica toda a cargo do Setor de Almoxarifado e conseqüentemente todos os setores podem requisitar qualquer um dos materiais disponíveis em estoque. Isso cria uma maior movimentação dos itens estocados e ao mesmo tempo reduz o índice de perda.

Outro ponto importante a ser destacado na UFSJ é a utilização no processo licitatório do SRP (Sistema de Registro de Preços) que pode ser entendido como um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Dessa forma, a instituição estabelece um contrato com determinado fornecedor para o período de 12 meses e na medida em que tem a necessidade de reposição de itens do estoque emite o empenho no quantitativo necessário. Isso contribui de maneira significativa para a redução das perdas, partindo do pressuposto que os materiais são comprados considerando as reais demandas do órgão público ao mesmo tempo em que minimiza os erros de dimensionamento dos quantitativos a serem adquiridos.

No que tange a reposição dos estoques, foi possível constatar que o IPTAN trabalha com o levantamento de demanda e compras no período trimestral. Ainda segundo o gestor da referida instituição “A gestão de estoques hoje na empresa em que trabalho é toda feita em cima da média de consumo de três meses juntamente com uma margem de erro de 20 a 30%, isso nos faz ter um controle maior sobre o estoque e estar sempre com o estoque enxuto”. Diante da fala fica explícita a preocupação em se manter um nível baixo de estoque, porém que atenda a demanda e, neste sentido, pode-se perceber que a gestão de estoques realizada no IPTAN é pautada nos dizeres de Gasnier (2002) que afirma que os estoques criam necessidades de espaço físico, implicam custos operacionais, geram maiores custos do financiamento do capital de giro e custos dos seguros, produzem mais despesas administrativas, atrasam o feedback da qualidade dos produtos, geram maior inércia quanto à mudança na linha de produtos e causam desvalorização dos produtos estocados. Já a UFSJ trabalha com reposição anual de seus estoques. Segundo o gestor “A cada ano é realizado via sistema SIPAC um procedimento conhecido como calendário de compras, que tem a intenção de levantar a necessidade de materiais de consumo de todas as unidades organizacionais que compõem a instituição”. Diferentemente do IPTAN a UFSJ já mantém um nível mais elevado de estoque que se justifica pelo fato de se tratar de um órgão público que necessita manter um certo nível de estoque tendo em vista que o processo de aquisição de novos produtos depende de todo um trâmite burocrático (Licitações) e nem sempre se pode aguardar muito tempo para se ter determinado produto em mãos. Esse fato exige a utilização de espaço físico considerável.

Neste contexto foi possível detectar que, dentro de suas especificidades, ambas as instituições promovem efetivamente ações que contribuem para a melhor aplicação de seus recursos, bem como conseguem gerenciar seus estoques de modo que não ocorra a falta de materiais para a consecução de suas atividades, e nem o excesso de produtos, o que poderia acarretar em desperdícios de materiais e consequentemente de recursos.

Considerações Finais

Os resultados apontam que dentro de suas características específicas, sendo a UFSJ uma instituição pública com maior grau de complexidade em seus processos, e o IPTAN uma instituição privada com menor grau de complexidade, ambas possuem a gestão de estoques como rotina a ser desenvolvida no dia a dia. E foi possível detectar que diferentemente da nossa hipótese de estudo que estabelecia que provavelmente os métodos de gerenciamento de estoque das instituições possuíam falhas, constatou-se que o controle existe e vem sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. As melhorias nos processos permitem que hoje as instituições tenham ferramentas apropriadas de gestão que contribuem para a busca por um menor índice de desperdício e pelo atendimento das demandas institucionais. O IPTAN trabalha com um estoque baixo o que é coerente com sua característica de instituição privada, tendo em vista que os estoques promovem a imobilização de recursos que poderiam ser aplicadas em outras áreas e, por outro lado, a UFSJ adota um nível de estoque mais elevado o que também é coerente devido aos prazos de ressuprimento que normalmente são maiores quando nos referimos a órgãos públicos.

Por fim pode-se dizer que apesar do controle já existente, novos mecanismos de gerenciamento devem ser pensados e os que são utilizados precisam ser aperfeiçoados constantemente, considerando que as organizações se encontram em constante processo de mudança no meio social.

Referências

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1999.

AZEVEDO, Guilherme (2013) – Disponível em <http://www.administradores.com.br/producao-academica/a-importancia-da-gestao-de-materias-para-as-empresas/5627/> - Acesso em: 14/02/2017

BENFICA, Denio. **Administração de Materiais**, 2013 – Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/administracao-de-materiais/68866/> - Acesso em 18/01/2017

CHING, HOUNGYOU. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUND, Sérgio – **AFO, administração financeira e orçamentária: teoria e 700 questões** – Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.

LELLIS, César. **Gestão Patrimonial e Almoxarifado** – Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hFmGxTIJYisJ:www.tce.es.gov.br/portais/LinkClick.aspx%3Ffileticket%3Djphsuo_zFfE%253D%26tabid%3D875%26portalid%3D14%26mid%3D1442%26forcedownload%3Dtrue+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 14/02/2017

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7ª edição. São Paulo: 2012.

SOUTO, Paulo Ganen; BRANCO, Ana Lúcia Castelo; NETO, Phedro Pimentel dos Santos - Disponível em <http://www.saeb.ba.gov.br/vs-arquivos/HtmlEditor/file/compraspublicas/manual_gestao_de_material_em_almoxarifado_na_administracao_publica_estadual.pdf> Acesso em 10/01/2017

VERSÕES EM CONFLITO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA EM UM PROCESSO CRIMINAL

Caio Bini Rocha¹, Carla Leila Oliveira Campos²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. ² Docente da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL. Bolsista da FUNADESP. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/IPTAN. E-mail: carlalcampos@globo.com.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção conflitiva nas narrativas das alegações finais da acusação e da defesa em um processo de falsificação de documento público. Essa análise será feita por meio do conteúdo ideacional das peças. Visando cumprir nosso objetivo e compreender como os papéis sociais desempenhados pelos sujeitos litigantes influenciam as práticas linguísticas nos tribunais, este trabalho se inscreve no quadro teórico da Análise do Discurso Forense (ADF). A pesquisa realizada pertence à vertente jurídico-teórica, por basear-se na interpretação, conceito e aplicação de normas jurídicas. Conseqüentemente, a pesquisa adota o tipo metodológico descritivo-analítico, abordando as categorias essenciais para o desenvolvimento do tema e isso se dá através de pesquisa bibliográfica e doutrinária. Para a análise do conteúdo ideacional dos textos recorreremos ao modelo de narrativa proposto por Labov, utilizando-o como categoria analítica de modo que possamos compreender como a seleção dos fatos e de itens lexicais específicos – escolhidos pelas partes com o fim de atender seus propósitos comunicativos durante o julgamento do mérito do processo – revela o caráter avaliativo dessas narrativas. Para abordar o conteúdo ideacional das peças, faremos a seleção e/ou interpretação dos fatos que compõem as narrativas do processo supracitado tomando como ponto inicial as escolhas de determinadas unidades lexicais pelos locutores, isso é, verbos, adjetivos e quaisquer outros qualificadores que aludem à versão de cada parte sobre um mesmo fato. Por meio do estudo comparativo entre essas versões conflitivas dos fatos, observamos como os papéis sociais desempenhados pelas partes e seus propósitos comunicativos seja na acusação ou na defesa do réu influenciam suas escolhas linguísticas e também dos fatos que compõem suas narrativas, revelando o trabalho de valoração dos eventos narrados. Esse trabalho de valoração das narrativas, considerando as regras de interação nos tribunais, já é esperado de cada uma das partes e é justamente o modo como constroem esse processo interpretativo dos fatos que vai revelar a maior ou menor credibilidade de suas versões. Essa constatação, reforça, portanto, a tese de van

Leewen e Fairclough de que as escolhas linguísticas do sujeito na representação que constrói dos eventos sociais são feitas de acordo com sua inserção social e seus propósitos comunicativos.

Palavras-chave: Narrativas. Conflito. Processo criminal. Alegações finais. Conteúdo ideacional.